

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES ÍBERO AMERICANAS**

**AS FRONTEIRAS ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO:  
TRABALHO, CULTURA E COOPERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL  
(1970 – 1986)**

**JAIRO LUIZ FLECK FALCÃO**

**PROFESSORA ORIENTADORA: DRA. ÁUREA PETERSEN**

**Porto Alegre, Julho de 2004.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES ÍBERO AMERICANAS**

**FRONTEIRAS ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO:**  
**TRABALHO, CULTURA E COOPERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL**  
**(1970 – 1986)**

**JAIRO LUIZ FLECK FALCÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial e final para obtenção do título de Mestre em História das Sociedades Ibero-Americanas.

Professora Orientadora: Dra. Aurea Tomatis Petersen

Porto Alegre, Julho de 2004.

## **AGRADECIMENTOS**

Embora assumindo a responsabilidade pela metodologia, pelos conceitos e pelas interpretações realizadas neste trabalho, reconhecemos as contribuições de inúmeras pessoas para que este fosse realizado. Seria muito difícil mencionar a todos neste espaço, por isso citamos alguns e, através deles, agradecemos a eles e a todos os demais.

Em primeiro lugar, agradecemos à nossa orientadora, Dra. Aurea Tomatis Petersen, que, com sua especial atenção e com sua minúcia, ensinou-nos muito sobre o caminho da escrita, o articular do discurso e a busca de mais elementos para interpretações. Foi de fundamental importância a sua competente orientação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História, especialmente, à Dra. Núncia de Constantino, à Dra. Cláudia Fay, ao Dr. Charles Monteiro e ao Dr. Helder da Silveira, pelas discussões nos Seminários, que foram bastante úteis para esta dissertação.

Ao Dr. Dorivaldo Poletto, por ter acreditado na nossa proposta e apostado em nossa competência em discutir um tema considerado mais sociológico do que histórico. Ao Dr. René Gertz, pela sugestão de buscarmos orientação nas Ciências Sociais.

Nosso agradecimento aos cooperados da COOPEARGS. Em especial, à Tânia Feijó, pelas informações iniciais do projeto, as quais nos impulsionaram a estudar o cooperativismo.

Ao Éder Macedo, pelas discussões, pelas trocas e, ainda, pelo auxílio na tradução do resumo para o inglês e na revisão ortográfica.

Nossa gratidão especial aos entrevistados: Ataíde Paulo de Paula, Elizabete Freitas, Flávio Cavedini, Jorge Ribeiro, Leopoldo Deves e Vergílio Perius, pelas preciosas informações que nos concederam, sem as quais não seria possível realizarmos este trabalho.

Aos colegas de curso Marcelo Mantovane, Márcio, Bruna, Karen, Fábio e Ramiro, pela amizade e pelas agradáveis descontrações nos intervalos dos Seminários, o que nos dava fôlego para prosseguir de ânimo renovado as discussões em sala de aula.

Agradecemos à Márcia Garcia, pela amizade e pelo apoio nos momentos de dificuldades - obrigado pelas sugestões e pelas soluções adequadas. À Laura Vargas, pela compreensão e pelo auxílio em questões administrativas e funcionais, sem o qual não seria possível realizarmos esta dissertação. À Gorete, à Mara, à Fabiana, à Fátima, à Kaká, à Mônica, à Mariela, à Alessandra e ao Gilson, pelo convívio e pela amizade.

Aos professores Luna Moraes e Rosana Nunes, pelas trocas de conhecimento, pela amizade e pelos materiais, reforçando em mim a crença de que é possível e gratificante trabalhar em grupo. Ao educador Hugo Kliemann, meu irmão camarada, pela amizade e pela contribuição na revisão do Projeto de Mestrado. E, também, à Karla Fagundes e ao grupo de protagonismo infanto-juvenil, de prevenção e de cidadania “Ky ú sapo kaia na gandaia”, com os quais dialoguei e aprendi muito.

A todos professores e alunos da Escola Prof. João Freitas Filho que, de uma maneira ou de outra, ajudaram na elaboração desta dissertação, pelo relacionamento e pelo carinho dispensado. Em especial, aos monitores do Núcleo de Pesquisa Estudos e Projetos – NUPEP.

Agradeço aos meus pais, Ari e Ivonir, pela educação e pela formação que me propiciaram.

À minha filha Ândria Vieira Falcão, pela compreensão e pelo interesse em querer ajudar o pai em tudo o que está fazendo.

Finalmente, agradeço à Elenize Vieira Falcão, companheira de todas as horas, pelo estímulo e pela ajuda em todos os momentos da minha vida. Me faz muito feliz a sua companhia. Com felicidade e prazer é possível construir muitas coisas e principalmente o conhecimento expresso na escrita.

## RESUMO

Esta dissertação propôs-se a discutir a história de um grupo de trabalhadores braçais, que, no início da década de 1970, buscaram outra forma de organização do seu trabalho que não a forma subordinada - a Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda, depois denominada COOTRABALHO. Esta cooperativa nasceu em 1972, com o objetivo de buscar trabalho sem a interferência de intermediários, tendo funcionado até 1986. Neste estudo, são discutidas as dificuldades encontradas pelos trabalhadores da cooperativa, devido aos limites estruturais da época, como, também, à sua falta de formação e de educação cooperativista. Procura-se entender e explicar o conjunto de fatores que levaram a cooperativa a solicitar a intervenção na instituição, bem como analisar o discurso da eficiência técnica e da eficiência militar, trazidos pelos interventores, e as formas de resistência que foram sendo construídas pelos trabalhadores. O estudo aprofunda a discussão do caráter paternalista, autoritário e tecnicista dos signos culturais construídos no Regime Militar brasileiro, lidos e produzidos pelos trabalhadores associados, sendo analisados os reflexos que tiveram sobre a administração da cooperativa. Busca-se, finalmente, compreender a natureza do processo que levou os associados da cooperativa a identificarem-se muito mais como trabalhadores assalariados e subordinados do que como trabalhadores autônomos usuários/ donos da cooperativa. São analisadas as conseqüências desta identificação nos rumos assumidos pela COOTRABALHO.

Palavras-chave: Cooperativas de Trabalho, COOTRABALHO, educação cooperativista, discurso da eficiência técnica e militar

## **ABSTRACT**

This dissertation proposes to discuss the history of a group of handy workers who, in the beginning of 1970, searched another way to organize their work in place of the subordinate way – The Co-Operative Society of Loaders and Baggers in the General and Similar Bag Trade in Porto Alegre, afterwards called as COOTRABALHO. This Co-Operative Society was created in 1972 with the aim of searching work without interference by others, it worked until 1986. In this paper, are discussed the difficulties suffered by this co-operative worker due to structural limits and the lack of the co-operative formation and education. It is looked for understanding and explaining a set of factors that made this co-operative society solicit intervention in the institution, as well, analyzing the discourse about technical efficiency and military efficiency, brought by others, and the sorts of resistance that were being built by the workers. The study deepens the discussion about the paternalist, despotic and technical character in the cultural signs built during the Brazilian Military Regime, read and produced by associated workers, being analyzed the reflexes that happened to the co-operative administration. It is searched, finally, to acknowledge the process source that made co-operative associated ones identify themselves more as subordinate and hired workers than as autonomous workers and users/ owners of the co-operative society. The consequences of this identification are analyzed in the course assumed by COOTRABALHO.

Keywords: Work Co-Operative Society, COOTRABALHO, Co-Operative Education, Discourse about Technical and Military Efficiency

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – OCERGS intermediária das cooperativas com o .....	135
Imagem 02 – Fotografia do V Seminário Gaúcho de Cooperativismo, costas .....	136
Imagem 03 – Fotografia do V Seminário Gaúcho de Cooperativismo, frente .....	136
Imagem 04 – Questionamento ao cooperativismo da COOPERSUCAR .....	137
Imagem 05 – Derrubada parcial do Projeto 5727 que legalizava a COOPERSUCAR .	138
Imagem 06 – Multinacionais tomam conta do supermercado .....	139
Imagem 07 – Médicos contra as multinacionais .....	139
Imagem 08 – Discriminação do Governo em relação às cooperativas de crédito .....	141
Imagem 09 – Governo resolveu adubar o BNCC .....	141
Imagem 10 – A força do cooperativismo .....	143
Imagem 11 – A crise é o lobo-mau .....	143
Imagem 12 – Fugindo da crise .....	144
Imagem 13 – A união das cooperativas .....	144
Imagem 14 – Gaúchos soltam o laço .....	147
Imagem 15 – Assembléia Geral da COOTRABALHO .....	209

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
-------------------------	----

### CAPÍTULO 1

#### **ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS SOBRE O MUNDO DO**

<b>TRABALHO</b> .....	18
-----------------------	----

1.1 Trabalho, Cultura e Cooperação .....	18
1.2 Metodologia, um Caminho de Pesquisa .....	38

### CAPÍTULO 2

#### **A POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL DO REGIME MILITAR E SUAS**

<b>LIMITAÇÕES (1970 – 1986)</b> .....	47
---------------------------------------	----

2.1 Segurança e desenvolvimento: aspectos ideológicos e econômicos do milagre brasileiro .....	49
2.2 Oposição e repressão .....	56
2.3 A abertura lenta e segura .....	67
2.4 As lutas sociais e a crise do regime .....	84
2.5 Os movimentos sociais e o crescimento das cidades: focalizando Porto Alegre .....	89

### CAPÍTULO 3

<b>CONCEITOS E LIMITES DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO</b> .....	101
---	-----

3.1 O nascimento da Lei 5764/71 .....	104
3.2 O cooperativismo, o INCRA e a questão agrária no Brasil, a exportação e a formação de uma classe média no campo .....	115

3.3	Formas de intervenção do Governo, os problemas administrativos nas cooperativas gaúchas e a busca por soluções .....	125
3.4	O discurso de união do cooperativismo gaúcho e a luta pela autonomia .....	134

## **CAPÍTULO 4**

<b>COOTRABALHO: FRUTO DE UMA ÉPOCA</b> .....	154
4.1 O início: uma Cooperativa de Trabalho dos trabalhadores da estiva .....	157
4.2 A intervenção .....	173
4.3 COOTRABALHO: O desenvolvimento de uma grande empresa .....	188
4.4 A participação no movimento cooperativista, a educação cooperativa, o saber e o poder.....	205
4.5 A relação cooperativa e sindicatos, crises e decadência e a memória da COOTRABALHO .....	228
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	 244
 <b>OBRAS CONSULTADAS</b> .....	 253
<b>FONTES</b> .....	261

## INTRODUÇÃO

O tema “As Fronteiras entre o Individual e o Coletivo: trabalho, cultura e cooperação no Rio Grande do Sul (1970–1988)” nasceu a partir da experiência na formação e constituição de uma cooperativa, a COOPEARGS<sup>1</sup>, em que percebemos as dificuldades de trabalhar em grupo.

A partir daí, elaboramos uma proposta inicial para discutirmos o cooperativismo de trabalho na contemporaneidade. Tivemos dificuldades em encontrar material sobre as Cooperativas de Trabalho, principalmente, no Brasil, onde esse tipo de organização é relativamente recente. Em um primeiro momento, pensamos em relacionar o cooperativismo com o sindicalismo, ambos como representantes de uma ideologia coletivista; porém, percebemos alguns problemas com relação aos vínculos e às proximidades.

Na verdade, a preocupação com o tema e a primeira idéia de discutir trabalho surgiram quando lecionávamos na Educação de Jovens e Adultos, como proposta para um Seminário Temático. A proposição de fazer um semestre discutindo trabalho foi produtiva porque tínhamos alunos trabalhadores que experimentavam diretamente as discussões da sala de aula.

---

<sup>1</sup> A Cooperativa de Educadores do Estado do Rio Grande do Sul foi fundada em 1997 por um grupo de professores de vários municípios do Rio Grande do Sul, sendo que alguns haviam participado de um outro grupo ligado a UNISINOS.

A partir dessa idéia, desenvolvemos um projeto para apresentar no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com a proposta inicial de discutir o trabalho informal sendo organizado por Cooperativas de Trabalho.

Até então, o que conhecíamos sobre cooperativas de trabalho nos inseria muito mais numa proposta de economia solidária, discussão bem mais recente. Sabíamos do ideal de uma Cooperativa de Trabalho, mas não tínhamos claro como contaríamos uma história dessas no Rio Grande do Sul. Todavia, em nossas investigações preliminares, descobrimos que as Cooperativas de Trabalho haviam crescido bastante, principalmente, na década de 1990, quando ocorreu a abertura da economia e o advento do neoliberalismo, com as conseqüentes diminuições da mão-de-obra assalariada, com isso, passando a economia a voltar-se mais para a área de serviços.

Num estudo de Paul Singer (2002), encontramos um exemplo de cooperativa autogestionária, a Cooperativa Metal Mecânico - COOMECA, que havia assumido juntamente com a Cooperativa dos Fundidos da Wallig – COOFUND, 1982, a massa falida dessa empresa que fabricava fogões. A partir dessa descoberta, demarcamos nosso marco temporal inicial nos anos oitenta; porém, examinando uma documentação referente ao assunto na Biblioteca da PUCRS, encontramos a Revista Direção, órgão da Organização das Cooperativas de Rio Grande do Sul - OCERGS, na qual encontramos referências a uma cooperativa nos anos setenta, a COOTRABALHO. Essa era a mais antiga referência a Cooperativas de Trabalho no Rio Grande do Sul encontrada até aquele momento. Então, surgiu nosso interesse em analisar, segundo parâmetros da micro-história, essa cooperativa,

pois, por meio desse estudo, seria possível compreender como se organizaram as cooperativas de trabalho, que potencialidades apresentam e que dificuldades precisam enfrentar.

Com isso definido, iniciou-se todo um trabalho de pesquisa, em que fomos buscar embasamento teórico para a análise a ser feita, assim como passamos a seguir os signos, os indícios e as pistas deixadas pelos protagonistas dessa cooperativa, para, assim, podermos contar a sua história.

Hoje, percorrido um longo caminho, é possível dizer que escrever a história é como estar numa janela vendo os acontecimentos, uma janela do tempo, em que se é um expectador que narra o acontecido de acordo com sua capacidade visual. Deixa-se de ver muitas coisas, mas se vê como se estivesse acima, aos lados e abaixo. O olhar é alargado. Pode-se visualizar uma extensão bem maior. Porém, de alguma forma, o “expectador” vai se tornando co-participante em algumas cenas, em alguns momentos, pois a janela onde se está é tridimensional, tendo a peculiaridade de permitir observar uma experiência vivida, já acontecida, sendo possível visualizá-la como processo, podendo ver, inclusive, o seu desfecho.

Neste trabalho, não pretendemos fazer uma análise das respostas dos sindicatos às políticas econômicas e às mudanças estruturais da sociedade, mas analisar indícios, fragmentos da história do Cooperativismo de Trabalho do Rio Grande do Sul em seus aspectos qualitativos. Para isso, colocamos em forma de questões algumas temáticas que possam servir-nos de referencial balizador de nossa interpretação.

Sabemos que as Cooperativas de Trabalho cresceram numericamente, mas será que, dessa constatação, podemos inferir que todos os sócios de cooperativas tornaram-se, efetivamente, cooperativistas? Qual relação dos sindicatos com as Cooperativas de Trabalho?

Qual a ética e a filosofia das Cooperativas de Trabalho? Qual a verdadeira e a real participação dos cooperados nas cooperativas? Há estudo do cooperativismo por parte dos cooperados? Como se vêem enquanto grupo? Que modificações ocorreram ao longo desses dezesseis anos? Como organizar uma cooperativa? Como manter um projeto de cooperativa sem corrupção e dentro dos ideais cooperativistas?

Na tentativa de responder esses questionamentos, ou, ao menos, problematizá-los, pretendemos discutir a história do cooperativismo e do associativismo a partir da cultura do coletivismo e da visão de grupos das próprias cooperativas, e analisar a construção de novos paradigmas para a solução de problemas sociais, a adoção da economia solidária na qual, nas palavras de Paul Singer,

as pessoas se ajudam, são solidárias umas com as outras, se unem e, com isto, ficam mais fortes. Na economia solidária a competição é basicamente negativa, embora, em certas circunstâncias, seja inevitável. Não dá para deixar a competição inteiramente de lado, pelo menos no mundo em que vivemos. Quero deixar claro que estou falando em termos extremamente míopes, de curto prazo; pode ser que meus netos tenham outra mentalidade. Mas tenho que falar das pessoas como são hoje, como pensam, como foram educadas, como se formaram. (SINGER: 2000, 69).

O presente estudo tem por objetivo analisar as Cooperativas de Trabalho, a relação com o movimento cooperativista no Rio Grande do Sul e sua organização enquanto parte de uma nascente sociedade solidária, com elementos capitalistas e socialistas convivendo lado a lado.

Perceber as fronteiras entre o individual e o coletivo é um exercício histórico porque depende, de um lado, de toda a construção estrutural do momento vivido, que influencia e se mantém e, do outro, da transformação, do movimento da história que se dá com o rompimento do estrutural e do tradicional, possibilitando a emergência da inovação e a busca do diferente.

Como priorizamos elementos qualitativos, escolhemos contar a história de uma Cooperativa de Trabalho, como um indício do que ocorreu na história do Cooperativismo de Trabalho no Rio Grande do Sul. Logo, nossa análise de todo o período de existência da COOTRABALHO pretende mostrar que esta cooperativa teve seus limites determinados pela época em que estava inserida: o Regime Militar. A inserção nesse período definiu a relação do cooperativismo com o Estado, bem como o seu estilo de administração e de gerenciamento. A cooperativa em estudo acabou desaparecendo no final da Ditadura Militar, quando se verificou o surgimento de novas formas de cooperativismo, a emergência dos novos movimentos sociais e a grande valorização das práticas de autogestão. A COOTRABALHO, nascida e desenvolvida no período do velho cooperativismo de favores e de atrelamento ao Estado, acabou sucumbindo a uma nova época de participação e de discurso democrático.

Dividimos este trabalho em quatro capítulos para melhor apresentação da temática em estudo. Cada capítulo tem suas subdivisões, o que evidencia o caráter de uma Análise de Conteúdo, porque mostra a formação das categorias de análise nessas subdivisões.

No Capítulo I, discutimos os aspectos teóricos e metodológicos do mundo do trabalho. Nesse capítulo, procuramos aprofundar o conhecimento dos três conceitos básicos que fundamentarão nossa análise – trabalho, cultura e cooperação. Partimos do conceito de Trabalho como necessidade humana e, ao mesmo tempo, como mudança cultural, como transformação da natureza e do próprio homem, que carrega uma noção de mobilidade e de movimento. Examinamos a Cooperação como necessidade inclusive de trabalhar. Levantamos a idéia de que ninguém vive sozinho, todos têm necessidade de se relacionar, pois o homem é um ser social. Salientamos que, no capitalismo, o individualismo trouxe a competição como fundamento da relação humana que se opõe a cooperação. Aí, entra a cultura como

cristalizador de idéias, como produção própria de quem está vivendo o momento, como construção de significados que os indivíduos dão à vida e às coisas no seu tempo, o que nos permite falar em uma construção histórica e auto-pensada; logo, como um elemento de mudança e manutenção que depende do momento histórico, do grupo social e das relações sociais. Também, detivemo-nos na construção metodológica da condução da pesquisa, desenvolvendo nosso referencial metodológico, ligado ao Paradigma Indiciário, proposto por Carlo Ginzburg, bem como evidenciamos nossa opção pela História Oral Temática e pela Análise de Conteúdos.

No Capítulo 2, discutimos a política econômica e social do Regime Militar e suas limitações no sentido de compreendermos o avanço do cooperativismo de trabalho nas décadas de setenta e oitenta. Entendemos que a Ditadura Militar brasileira construiu um discurso da eficiência técnica com a difusão de um desenvolvimento econômico legitimado pela segurança. Fazia parte de tal discurso a idéia da eficiência militar, da autoridade interna, do anticomunismo, da antidemocracia e do elitismo. Ressaltamos que a oposição se organizou para fazer frente à ditadura através dos movimentos guerrilheiros e da constituição dos novos movimentos sociais hegemônicos pelas Comunidades Eclesiais de Base, que aliaram três matrizes discursivas: o marxismo de uma esquerda dispersa, o novo sindicalismo e a teologia/filosofia da libertação. Examinamos a constituição dos movimentos populares que nasceram e cresceram a partir das contradições sociais do Regime Militar e que se constituíram em agentes fundamentais na luta pela democratização e pela organização de uma Nova Constituição para o país. Estudamos, também, o crescimento das cidades e os movimentos sociais, especialmente, em Porto Alegre, os quais, tendo em seu início características autoritárias e paternalistas, foram ganhando organização popular comunitária e

autogestionária, culminando nos anos oitenta, com a luta por limpeza e por saneamento, com a ação por postos de trabalho, quando se organizou a Cooperativa das Vilas de Porto Alegre Ltda – COOTRAVIPA.

No Capítulo 3, examinamos os vários conceitos do cooperativismo brasileiro, a sua dinâmica ao longo da Ditadura Militar e a sua dependência perante o poder público através do INCRA. Analisamos, também, a adaptação e a construção de um contraponto à missão definida pelo Governo Militar de desenvolver o capitalismo no campo em substituição a Reforma Agrária. Salientamos que o movimento cooperativista visualiza os problemas administrativos nas cooperativas gaúchas e procura soluções no intuito de prepará-lo para a luta pela autonomia, construindo um discurso de união no cooperativismo gaúcho, que tem seu auge a partir de 1982 e culmina com a nova Constituição de 1988.

No Capítulo 4, analisamos, a partir da Memória Oral, a história da COOTRABALHO e suas relações com o movimento cooperativista gaúcho, com as outras cooperativas, com os sindicatos e com parte da sociedade riograndense. Estudamos, igualmente, as relações internas, direção/associados e administração/associados, as relações de poder, a educação cooperativista, as reivindicações e os questionamentos dos associados, assim como os erros e acertos que fizeram da COOTRABALHO um interessante objeto de estudo.

## CAPÍTULO 1

### ASPECTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

[...] para saldar-me interrompestes a perseguição. Mas não receeis, o cavalo passou por aqui, e dirigiu-se para o atalho da direita. Não poderá ter ido muito longe, porque chegado ao depósito de estrume precisará deter-se. É inteligente demais para lançar-se escarpa abaixo...

Quando o vistes? Perguntou o despenseiro.

Na realidade não o vimos, não é Adso? disse Guilherme voltando-se para mim com ar divertido. Mas se estás a procura de Brunello, o animal não pode estar senão onde eu disse.

O despenseiro hesitou. Olhou Guilherme, em seguida o atalho, e por fim perguntou: Brunello? Como sabeis?

Vamos, disse Guilherme, é evidente que andais a procura de Brunello, o cavalo favorito do Abade, o melhor galopador de vossa escuderia, de pelo preto, cinco pés de altura, de caldas suntuosa, de casco pequeno e redondo, mas de galope bastante regular; cabeça diminuta, orelhas finas e olhos grandes. Foi para a direita, estou vos dizendo [...]. (ECO, 2003: 30-31)

#### 1.1 Trabalho, Cultura e Cooperação

Em um olhar histórico sobre o mundo do trabalho, é possível verificarmos que a categoria trabalho é fundamental para a existência e desenvolvimento humano e, num viés

mais recente, podemos considerar a solidariedade como um fator agregador e, portanto, como um discurso contra a crise de falta de perspectivas.

Discutir cooperação tem grande importância em um mundo onde tudo está globalizado e as relações devem ser mais fortes para sustentar as “estruturas” de cada um, onde há necessidade de viver em comunidade, mas, ao mesmo tempo, o ser humano está se adaptando a um mundo veloz. Tudo muda muito rapidamente e, em meio às múltiplas possibilidades de escolha, o indivíduo acaba se perdendo ou caindo em “falsas escolhas”.

Isso fica evidente, por exemplo, quando se observa a trajetória de um operário acostumado a fazer sempre a mesma tarefa, que nunca havia contestado e nem pensado em mudar, pois se sentia acomodado como estava. Se esse trabalhador perde o emprego, depara-se com uma realidade de necessidade, de pobreza, de fome e de miséria. O que ele pode fazer? Reaprender outra profissão? Mas como, se hoje é exigida maior escolaridade para poder fazer cursos que o permitam conseguir outro emprego?

A sociedade capitalista é individualista, mas o homem é um ser geneticamente social e precisa do outro para sobreviver, pois a identidade do sujeito é produzida a partir das relações sociais.

É essa percepção que motiva nosso interesse em analisar trabalho, cultura e cooperação, focalizando as relações culturais no Rio Grande do Sul, quando se gesta o esmorecimento de uma ideologia coletivista - o socialismo - que se contrapunha ao ideal capitalista - o individualismo. Nesse momento histórico, o mundo declina para o neoliberalismo ou enfrenta, nas palavras de Castanho (2001), “a maré da Globalização contemporânea”.

Aliado a esse momento histórico mundial, tem-se a abertura política no Brasil, começando a sociedade brasileira a re-aprender a cidadania, questionando a falta de moradia e de saneamento nas cidades, lutando por melhores condições de vida, discutindo democracia, lutando pela democratização do país, votando uma Assembléia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição e elegendo seus representantes em todos os níveis a partir do estabelecido na própria Constituição.

Foi no início da década de 1980 que ocorreu a reorganização dos partidos políticos no Brasil, o que provocou a discussão das diferentes ideologias. As eleições para Governadores e para o Legislativo com o voto popular e a luta pelas diretas-já fizeram com que se recolocassem as figuras políticas de oposição ao Regime Militar.

No período de 1980 – 2000, a vida política brasileira foi povoada de rupturas e continuidades em relação à velha “política de favores” da história republicana, corrupção que impregna as relações políticas, econômicas e administrativas do Estado Brasileiro. As rupturas deram-se no sentido de uma parca, mas crescente, fiscalização da sociedade civil, que possibilitou o “desbancamento” de alguns “políticos profissionais” corruptos e corruptores. Um claro exemplo disso foi o “impeachment” do Presidente Fernando Collor de Mello.

O crescimento da sociedade civil permitiu que fosse percebido que havia muito a ser feito, que muitas injustiças estavam acontecendo e que os órgãos públicos não estavam dando conta da demanda e das dificuldades vividas pela população. As cidades cresceram e, junto, os problemas, como o da moradia, o do saneamento, o da iluminação, o da água e o da infraestrutura. O período foi marcado, igualmente, por um bombardeio de informações,

possibilitado, por um lado, pela redução dos mecanismos de censura que predominaram durante o Regime Militar, por outro, pelo grande desenvolvimento tecnológico.

Do Governo Collor ao de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu um movimento de abertura econômica: privatizações de empresas estatais; abertura e atração para investimentos estrangeiros; benefícios concedidos a bancos e empresas multinacionais; guerra fiscal; unificação e associação de empresas. Tudo isso fez parte dos ajustes neoliberais iniciados por Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, tendo por objetivo a remoção dos obstáculos para a globalização contemporânea.

No que diz respeito à política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, Castanho (2001) afirma que não se tratava um *render-se aos fatos* ou *curvar-se à história*, mas que estavam presentes em suas obras elementos ideológicos do que seria seu programa de governo. Conforme o autor, Cardoso preparou sua política de transição da Ditadura Militar e para o ex-presidente sociólogo: [...] *o inimigo do desenvolvimento era o Estado brasileiro, que deveria ser libertado das amarras que o prendiam por uma grande coalizão de forças em que, com toda a evidência, papel de destaque caberia aos “aliados externos”* (CASTANHO, 2001: 29).

A situação acima descrita levou ao agravamento dos problemas sociais como o desemprego, a falta de moradia, a pobreza, a concentração de renda, a violência e o trabalho informal, pois a privatização de empresas públicas acarretou um enxugamento da administração tanto pública quanto privada e a abertura econômica para empresas multinacionais com tecnologia avançada, barateando e melhorando a qualidade dos produtos. Todos esses fatos forçaram muitas empresas a reorganizarem-se, a aplicarem a reengenharia, mudando a linha de produção, o que passou a exigir uma maior qualificação da mão-de-obra.

Tal contexto torna pertinentes os questionamentos a seguir: Para onde vamos? Onde encontrar trabalho? Como buscar a subsistência? Como a sociedade irá se organizar daqui para frente? Qual o papel dos sindicatos? O que são as cooperativas? Serão as cooperativas alternativas para a exploração capitalista? Ou serão as cooperativas uma alternativa ao capitalismo?

A noção de emprego tem um sentido histórico, pois está relacionada ao capitalismo, quando se passou a adotar o trabalho assalariado. Isso permite concluir que essa forma de trabalho não é eterna. Já o trabalho tem um sentido ontológico, pois está relacionado à necessidade das pessoas de exercerem uma atividade e buscarem sua sobrevivência. O trabalho, portanto, articula-se a tudo que o homem faz para poder sobreviver.

Para Marx e Engels, o trabalho humanizou o homem. Através do trabalho, o homem se fez homem, pois alterou a relação com a natureza, criou a cultura, diferenciando-se dos animais, passando a ter consciência de si mesmo. Conforme Suzana Albornoz (1986),

... o homem se opõe à natureza como uma de suas próprias forças naturais de seu corpo, pondo em movimento braços e pernas, as forças naturais do corpo, a fim de apropriar-se das produções da natureza de forma ajustada a suas próprias necessidades. Atuando sobre o mundo exterior e modificando-o, o homem ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza (p. 70).

Hoje se discute muito a crise do emprego, mas pouco a crise do trabalho. Discutir o trabalho é algo muito mais amplo do que discutir o emprego, pois tem um sentido de mobilização e não de espera, ou seja, a noção de emprego desvaloriza a iniciativa do trabalhador com a visão paternalista, em que o Estado e os empresários têm a obrigação de “dar emprego”. Ao mesmo tempo, ao atestar a incapacidade do trabalhador de prover seu próprio trabalho, de pensar a sua própria existência, de ter que depender do capital, é gerada

uma crise de capacidade no ser humano, na qual ele se sente pequeno em relação ao mundo global.

Antunes (1998) conceituou o trabalho na sociedade capitalista como “trabalho estranhado”, pois não é realizador, não satisfaz e é repudiado pelo trabalhador, que se sente fora de si no trabalho e, somente, realiza-se fora dele. Sendo assim, o trabalho não é vida. Paraphrasing Marx, o trabalho é *para conseguir os meios de vida*, portanto a vida está fora do trabalho, nas *funções animais (comer, beber, procriar etc)*, sendo assim nas *funções humanas sente-se como um animal* (p. 125 – 126). No capitalismo, o homem é tratado como simples mercadoria, e de baixo valor; ele é um simples meio para um outro ser humano satisfazer seus fins privados.

Com isso, a saída de alguns acaba sendo a união e a organização, pois um conjunto de pessoas poderá dar respostas mais adequadas a determinados problemas e dificuldades que uma pessoa isolada. Rifkin (1995) estimula a reflexão quando analisa, nos Estados Unidos da América, o que chamou de terceira revolução industrial, ou seja, o desenvolvimento tecnológico nas comunicações, na informática e na robótica. Ao traçar uma perspectiva do que esse desenvolvimento vem causando à humanidade, concentrou-se em seus efeitos no mundo do trabalho e, por fim, propôs um revigoramento do terceiro setor para que se faça a transição de uma economia de mercado para a *prestação de serviço na economia social [...]. Forjar novas alianças de trabalho entre órgãos governamentais e o terceiro setor ajudará a construir comunidades auto-suficientes e sustentáveis em todo o país.* (p. 296)

Rifkin também deixa evidente a capacidade política do terceiro setor ao dizer:

Enquanto o terceiro setor desempenha um papel destacado na reconstrução da Europa Central e Oriental, seu emergente papel nos países em desenvolvimento não é menos importante. No terceiro mundo do Hemisfério Sul, as ONGs são um

fenômeno relativamente novo. Elas têm acompanhado o movimento por direitos humanos e reformas democráticas na era pós-colonial e são uma força poderosa na vida política e cultural dos países do Hemisfério Sul. (RIFKIN, 1995: 302).

Em uma cultura do “ter”, da “corrupção”, do “jeitinho brasileiro”, do “se dar bem na vida” e do “esperar pelas facilidades”, não é muito fácil construir a união. Mas, conforme Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez (2002), podem-se definir *alternativas* para o capitalismo e para suas construções estruturais, isto é:

[...] a desigualdade econômica e de poder entre as classes; as relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidades empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar de na solidariedade; a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas de vida na Terra. (p. 27)

Decorre da compreensão dessa conjuntura nossa preocupação em analisar as Cooperativas de Trabalho como sendo uma das tantas *alternativas* que, pelo seu caráter popular, inserida em uma economia de mercado capitalista e, tradicionalmente, com uma história enquanto movimento cooperativista presente na memória coletiva, pode ser pensada como transitória para formas de trabalho mais democráticas, humanas, solidárias e sustentáveis.

As cooperativas proporcionam melhores condições de vida, uma socialização no mundo capitalista ou, conforme Singer (2000), uma empresa socialista. Como analisa Fernando Ruas do Nascimento, em seu livro “Cooperativismo Como Alternativa de Mudanças”,

[...] o comportamento racional, que é entendido pelo desejo das pessoas de melhorarem suas condições de vida, deve se juntar ao comportamento solidário para que simultaneamente sejam alcançados objetivos redistributivos, melhoria dos mercados e do bem-estar individual com a prática democrática, o desenvolvimento comunitário e a conseqüente dinamização da sociedade, pela integração de pessoas

antes à margem dos processos operativos, dos centros de decisão e da partilha proporcionalmente mais justa da renda gerada. (NASCIMENTO, 2000: 86).

A origem do cooperativismo moderno tem que ser buscada a partir do advento da industrialização, quando, baseados no Socialismo Utópico, os Pioneiros de Rochdale<sup>2</sup>, que eram, em sua maioria, discípulos de Robert Owen, não tinham apenas a intenção de fundar uma cooperativa, mas também de difundir os ideais dos socialistas. Desejavam construir “colônias cooperativas autônomas”, pois imaginavam que, transformado o capitalismo, a sociedade tornar-se-ia mais solidária.

Os princípios dos Pioneiros de Rochdale eram: democracia, livre adesão (em 1845 fixaram um limite provisório de 250 cooperados), juros limitados ao capital, compras e vendas à vista, liberdade para sair da cooperativa, retorno das sobras, vendas a não sócios, educação e aperfeiçoamento intelectual dos cooperados.

A partir das propostas dos pioneiros, o cooperativismo desenvolveu-se na Europa, sendo criada, em 1895, no Primeiro Congresso Internacional, a Aliança do Cooperativismo Internacional (ACI) com propósito de promoção e de representação do cooperativismo.

Na América Latina, podem ser destacadas três formas de organização do cooperativismo: o transplantado do modelo europeu trazido pelos imigrantes para o novo mundo; o que se deu através do incentivo governamental “de cima para baixo”; ou aquele que emergiu da organização da população para solucionar determinados problemas. Cabe destacar que as duas primeiras formas foram as que acabaram tendo maior desenvolvimento.

O cooperativismo brasileiro teve início no interior do Paraná, em 1847, quando um grupo de imigrantes europeus, liderados pelo médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias de Charles

---

<sup>2</sup> O cooperativismo foi idealizado e exercitado por vários precursores, porém, da forma conhecida atualmente, aconteceu a partir da iniciativa de 28 tecelões do bairro de Rochdale em Manchester, na Inglaterra, em 1844, quando criaram uma associação que mais tarde seria chamada de cooperativa.

Fourier, fundou a Colônia de Tereza Cristina, experiência que ficou conhecida como referencial para iniciativas futuras.

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstadt fundou em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a primeira Caixa Rural Cooperativa, o que veio tornar-se berço do cooperativismo no estado gaúcho. No início do século XX, com apoio dos governos Federal e Estadual no Rio Grande do Sul,

foram organizadas a Cooperativa Agrícola de Vila Nova e mais oito cooperativas agrícolas na região colonização italiana. Nesse mesmo período, nasceram, na mesma região, as primeiras cooperativas de produtores de suínos, de laticínios e de madeiras, bem como uma União das Cooperativas do Rio Grande do Sul. (CAMPOS, 1998: 56).

Procurando entender o surgimento e o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, Vergílio Perius (2001) considera que, sob o ponto de vista jurídico, a história do cooperativismo brasileiro pode ser dividida em três fases. A primeira, de 1903 a 1938, constituiu-se na fase do ordenamento jurídico, quando começam a ser elaborados os primeiros decretos relativos ao assunto. A segunda fase, de 1938 a 1988, chamada de intervencionista, caracterizou-se pela interferência do Estado nas cooperativas com objetivo de afastar a influência dos sindicatos sobre as mesmas. A política getulista no Estado Novo passou a exercer, através do Ministério da Agricultura, da Fazenda, do Trabalho, da Indústria e do Comércio, as funções de controle, de fiscalização e de intervenção sobre as cooperativas. A partir de 1964, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ligado ao Ministério da Agricultura, recebeu a função de orientar, de registrar e de fiscalizar as cooperativas. Em 1970, a Ditadura Militar criou o INCRA e, em 1971, passou-lhe o poder de controle, de fiscalização, de intervenção e de assistência às cooperativas. Somente nos anos 80, começou um movimento a favor da liberdade das cooperativas, sendo que, em 1984, o INCRA poderia delegar suas funções ao sistema cooperativista. A terceira fase do

cooperativismo brasileiro iniciou-se com a Constituição de 1988, com a qual, constitucionalmente, começou o período autogestionário do cooperativismo brasileiro.

Em 1966, o Governo Militar modificou a legislação que regulamentava o cooperativismo com o decreto 59/66 que, em seu artigo 2º, §§ 1º e 2º, versava sobre as atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo ao cooperativismo. O Governo mostrou-se bastante intervencionista ao determinar: *O Governo Federal orientará a política nacional de cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuseram a dinamizá-la, para adaptá-las às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento.* (An. Câm. Dep., ago/1971: 960 - 965) Ficava claro, no decreto, a intenção do Governo Militar, na figura de Castelo Branco, em disciplinar, em intervir e em determinar as cooperativas que seriam de seu interesse.

Em 1971, com a Lei 5764, foi criado o Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – que regulamenta o cooperativismo brasileiro até hoje. Essa lei foi enviada e “discutida” no Congresso Nacional e emendada em alguns elementos que, de acordo com interesses do Governo, eram aprovados ou não. A partir dos discursos dos Deputados da época, pode se perceber a adequação do cooperativismo a um projeto dos militares para o país.

As Cooperativas de Trabalho, um tipo particular de cooperativa, começaram a surgir no Brasil a partir de 1932, ligadas aos sindicatos e influenciadas pelas cooperativas operárias da Europa, em que os cooperados eram trabalhadores braçais semiqualeificados, isto é, transportadores de carga, artesãos, pescadores, operários de construção e motoristas de caminhão.

No entanto, a partir de 1965, surgiu um novo tipo de cooperativismo de trabalho, basicamente, nas cidades do sudeste e do sul do Brasil. Eram as cooperativas de profissionais

qualificados com formação superior, como jornalistas, médicos, dentistas, cientistas sociais, escritores, músicos, cineastas, professores e artistas com o objetivo de solucionar problemas do mercado de trabalho. (Diva Pinho apud Culti, 2002: 8).

Depois de 1971, as Cooperativas de Trabalho vinham apresentando grande crescimento. De 1975 a 1980, ocorreu um crescimento de 72%, sendo que, por regiões, no sudeste e no sul ficava a maior concentração, respectivamente, em 1980, 156 e 75 cooperativas. (Dados do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA apud Culti, 2002: 10).

Noëlle Lechat (2002), ao estudar as raízes da economia solidária no Brasil, afirma que discutir origem é muito complexo e, utilizando a metáfora da nascente do Nilo, diz que os fenômenos sociais não possuem apenas uma, mas muitas origens e que são um processo de construção dialética sem início e fim *datados e registrados*. O citado autor reporta-se aos anos 60, quando surgiu o termo economia informal, dado pelo OIT (Organização Internacional do Trabalho), para caracterizar os fenômenos que ocorrem em países subdesenvolvidos. Entretanto, ele vai além, promovendo a desconstrução dessa categoria e a colocando como problemática. Ao fazer um mapeamento bibliográfico, encontra, pela primeira vez, o conceito economia de solidariedade em um livro organizado por Gadotti, em 1993, intitulado “Economia de solidariedade e organização popular”.

A associação entre economia e solidariedade foi, gradativamente, sendo feita por diferentes autores que começaram a estudar esse novo fenômeno, como Paul Singer (2002), que coloca como marco inicial de uma economia solidária a crise de 1981/83, com o fechamento de empresas devido à crise capitalista emergente a partir de meados dos anos setenta e subsequente formação de cooperativas que assumiram massas falidas. O autor cita o

caso da indústria de fogões Wallig de Porto Alegre, que depois virou a Coomec; da Cooperminas, exploração de minas de carvão, em Santa Catarina; e da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores, em Recife e São José dos Campos. Conforme Singer (2002: 87),

o fechamento de empresas e a demissão de numerosos trabalhadores prosseguem durante os anos 1980 e 1990, as duas décadas perdidas. Pouco a pouco se desenvolve uma tecnologia para aproveitar as oportunidades oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho.

Todavia, no começo da década de 1990, tem início o Governo Collor, que põe em prática a política neoliberal, onde tudo vira mercado, passando valorizar as mercadorias e não o ser humano. Conforme coloca Sérgio Castanho (2001), a interferência dessa visão no mundo do trabalho restringe o movimento sindical, passando ao Estado a função de conter os sindicatos e sendo desenvolvida uma política de Estado mínimo, sem investir em políticas sociais e buscando alcançar a estabilidade monetária a qualquer custo social.

Contribui para essa discussão Pilchler (1999) que destaca a emergência de um debate nos meios acadêmicos quanto às mudanças no mundo do trabalho. De acordo com o autor, enquanto alguns entendem que o fordismo foi apenas reformulado, outros dizem que se originou um novo sistema econômico, *o modelo da especialização flexível (também denominado de modelo japonês ou toyotismo)*; mas todos concordam que grandes mudanças ocorreram.

A especialização flexível está baseada em estratégias empresariais que buscam a produção de bens e serviços de **alta qualidade**, a estruturação dos negócios de modo a poder **responder rapidamente** às flutuações e às preferências do mercado consumidor e que buscam produzir bens e serviços com **alto valor adicionado**. (PILCHER, 1999, p. 13). (grifos do autor)

Emerge uma discussão sobre a flexibilização nas leis trabalhistas no sentido de estabelecer “o contrato coletivo de trabalho” a qual, para Costa (1997), traz a possibilidade de negociação, podendo diminuir os encargos trabalhistas e aumentando a possibilidade de emprego. Pilcher (1999), ao analisar a flexibilização, identifica em seus estudos bibliográficos três tipos de flexibilidade: a de custos, a numérica e a funcional. A flexibilidade de custos envolve gastos salariais e não salariais ou indiretos; a flexibilidade numérica relaciona-se a quantidade de trabalhadores e de horas de trabalho; e a flexibilidade funcional refere-se à adaptação dos trabalhadores às várias atividades da empresa, podendo ser mobilizados de acordo com a necessidade de produção. Pilcher conclui que a flexibilidade funcional, que não implica em redução salarial e nem de direitos, é a mais aceita pelos trabalhadores.

As transformações no mundo do trabalho começaram a ocorrer após a Segunda Guerra Mundial, quando o sistema capitalista viveu um ciclo de crescimento, o que permitiu o desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social – o Welfare State. Na nova forma assumida, o Estado passou a desempenhar o papel de zelar pelo bem estar da sociedade, adotando medidas de seguridade, como ressalta José Maria Pereira no artigo Cooperativas de Trabalho: Flexibilização ou Degradação do Trabalho. Conforme o autor,

Na concepção keynesiana, o trabalhador era visto mais como um componente da demanda efetiva do que propriamente como um elemento de custo. Embora o controle do processo de trabalho fosse intensificado pela adoção dos princípios tayloristas de gerência científica, os ganhos salariais, permitidos pelo aumento da produtividade e aceitos pelos patrões convertidos pelos argumentos fordistas de organização da produção, tornaram-se os principais responsáveis pela formação de um mercado consumidor de bens em massa, a própria organização sindical está ligada ao modelo fordista de produção e o seu fortalecimento foi uma decorrência direta da manutenção de um elevado nível de emprego durante a vigência do Welfare State. Portanto, a estrutura sindical basicamente está voltada para quem está empregado e é associado, assim como sua luta em favor dos trabalhadores, historicamente, tem sido travada nos estreitos limites dos espaços nacionais. (PEREIRA, 2003: sp)

A partir dos anos oitenta, o mundo deu uma guinada na retomada do liberalismo econômico, chamado de neoliberalismo, o que levou ao encolhimento do Estado de Bem Estar Social. Foi retomada a concepção de que o mercado rege a economia, sendo dispensável a interferência do Estado, já que existe uma “mão invisível” que regula as relações econômicas e sociais. Recuperou seu espaço a “lei da oferta e da procura”. A partir de então, as empresas e as pessoas concorrem no mercado com sua produção e os mais capazes procuram produzir o que tem em menor quantidade no mercado para possibilitar a comercialização com preço mais elevado e, portanto, com maior lucro.

No entanto, a história mostra que a idéia de competitividade nem sempre valeu para as grandes empresas, pois elas combinam entre si preços e qualidade de seus produtos, formando “associações” que conseguem burlar a concorrência. Conforme Paul Singer (2000: 63 – 64),

na visão liberal, as pessoas são autônomas, racionais, sabem exatamente o que querem [...] e são capazes, então, de mostrar em relações igualitárias no mercado, compram e vendem e, através disso, se atinge um estado ótimo. Mas isto está longe da realidade, é uma realidade capitalista. A economia capitalista é muito menos competitiva do que se pretende. Na verdade a economia dos pequenos produtores é mais competitiva – basta ir numa feira para comprovar o fato.

Também Guimarães (2000) defende a idéia de uma economia solidária e, discutindo os questionamentos da sociedade à atual estrutura sindical, revela alguns dados assustadores, que servem para percebermos o quanto é falacioso o argumento da economia de mercado. Conforme essa argumentação, por um lado, o mundo se organiza a partir da compra e da venda e, por outro lado, mostra a necessidade de organização, de associações e de trabalho em conjunto.

Um dado estatístico é revelador da importância e atualidade desta discussão: há pouco tempo, 30 a 40% dos trabalhadores se encontravam na economia informal e se organizavam em associações, fossem elas motoristas de Vans, empregadas domésticas ou comércio ambulante. Hoje, o contingente desses trabalhadores ameaça superar 50% da população economicamente ativa do País, trazendo independente da vontade das direções sindicais, um novo ponto de discussão (GUIMARÃES: 2000, 9-10).

Portanto, os sindicatos devem incorporar a função de auxiliar as Cooperativas de Trabalho e as organizações [...] *dando-lhes qualidade política ou mesmo uma identidade de classe, impedindo que seja capitalizado pelas instituições patronais, com todo o seu aparato ideológico e político voltado aos interesses dominantes.* (GUIMARÃES, 2000: 17).

Nesse sentido, vimos que a estrutura sindical brasileira, apesar de ter suas raízes autogestionárias e combativas<sup>3</sup> desde a criação do Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio, em 1930, até a Constituição de 1988, sofreu um atrelamento ao Estado. A ingerência nos sindicatos possibilitava a fiscalização e, se observada *qualquer irregularidade, ocasionava a destituição da diretoria e a nomeação de um delegado do Ministério do Trabalho até a normalização da mesma [...].* (PETERSEN, 1984: 39).

Essas marcas deixadas pela tradição autoritária e pelo atrelamento ao Estado criaram muitos vícios e muitos sindicalistas “pelegos”. Ao mesmo tempo, seria tomada uma postura mais reivindicativa do que organizadora e apoiadora de iniciativas autogestionárias dos trabalhadores em relação às Cooperativas de Trabalho.

---

<sup>3</sup> No seu início, com o anarcosindicalismo, a proposta era de que os trabalhadores assumiriam os meios de produção através de constantes greves gerais, de substituir a autoridade do Estado por várias formas de cooperação entre os indivíduos. Havia também outro grupo que entendia que a ação do proletariado era fundamental na transformação da sociedade e, por isso, a luta política e social era fundamental para se chegar ao socialismo, isto é, a ditadura do proletariado, que nada mais é do que a autogestão por parte dos trabalhadores nas fábricas e no próprio Estado. Nessa concepção, encontram-se as raízes do nascente Partido Comunista Brasileiro.

Para estudar esse fenômeno e a relação sindicato e cooperativa, pretendemos analisar a cultura de um grupo de trabalhadores no Rio Grande do Sul no período de 1970 a 1986. Tais trabalhadores fizeram parte de uma Cooperativa de Trabalho ao mesmo tempo em que existia o seu sindicato. Faremos uma análise interpretativa da cultura dos grupos da cooperativa através dos discursos de seus agentes, seguindo o modelo de Geertz (1978) e indo além, na visão de Biersack (1992).

Conforme propõe Geertz (1978: 15), *o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu*, sendo a cultura, *essas teias e a sua análise*. Nesse sentido, o estudo da cultura deixa de ser *uma ciência experimental em busca de leis*, para se tornar *uma ciência interpretativa, à procura de significado*. Geertz dá ênfase para uma realidade local em que os significados são produzidos e interpretados, não tendo a preocupação de relacioná-la com o estrutural e o político, ficando a cultura como ilhas fechadas em si mesmas.

Contraopondo-se a essa noção de isolamento, Biersack (1992) propõe uma análise multidimensional. Não estuda somente o local, mas tematiza assuntos universais, isto é, analisa problemas globais a partir de uma realidade local, retomando a relação entre o político e o cultural. A autora diz que Sahlins repensa *estrutura e acontecimento e estrutura e história em termos dialéticos, [...] pretende resgatar, para a análise cultural, acontecimento, ação, transformação e mundo. Inversamente, pretende resgatar, para a história, a análise estrutural* (BIERSACK, 1992: 114). O enfoque é dado para aquilo que ele denomina de *signos em ação: categorias e valores mobilizados de acordo com a situação [...]. Enquanto usados historicamente, os signos podem tanto reproduzir quanto transformar o significado original*. É o que Sahlins chama de *estrutura da conjuntura: um conjunto de relações*

*históricas que, ao mesmo tempo, reproduzem as categorias culturais tradicionais e atribuem-lhes novos valores a partir do contexto pragmático.* (BIERSACK, 1992: 117 –118)

Nesse sentido, pretendemos buscar fragmentos das representações culturais relacionados ao pensamento individualista e coletivista. O primeiro é próprio do capitalismo e do tempo histórico em que viviam. Já o segundo refere-se aos momentos considerados ritualísticos de representação coletiva, nas Assembléias e dias de recebimentos, ou mesmo individualmente, quando procuravam a Justiça do Trabalho.

Eduard Thompson destaca a capacidade dos sujeitos históricos de fazer-se a si mesmos, buscando, na luta, a sua identidade. Com isso, propõe o autor que o conceito de classes sociais seja definido como categoria histórica e não estática e, dessa forma, empregado em dois sentidos diferentes. Conforme Thompson,

referido un contenido histórico correspondiente empíricamente observable e como categoría heurística o analítica para organizar la evidencia histórica, con una correspondencia mucho menos directa [...] no existen como entidades separadas, que miran em derredor, encuentran una clase enemiga y empiezan luego a luchar. Por el contrario, las gentes se encuentran en una sociedad estructurada en modos determinados (crucialmente, pero no exclusivamente, en relaciones de producción), experimentan la explotación (o la necesidad de mantener el poder sobre los explotados), identifican puntos de interés antagónico, comienzan a luchar por estas cuestiones y en el proceso de lucha se descubren como clase, y llegan a conocer este descubrimiento como conciencia de clase. (THOMPSON, 1984: 36 – 37)

Neste estudo, procuramos estudar o movimento de sujeitos históricos, os seus objetivos, a sua organização, a sua consciência, em consonância ou contraste com os princípios filosóficos e doutrinários do movimento cooperativista. Ao contar a história de uma Cooperativa de Trabalhadores sem qualificação, estamos buscando entender como os trabalhadores dessa cooperativa identificavam-se com o movimento cooperativista gaúcho e/ou com os trabalhadores assalariados e subordinados do Rio Grande do Sul.

No estudo da história, podemos verificar um aumento da interdisciplinaridade, principalmente a partir do advento da história das mentalidades. O retorno à narrativa, proposto por Stone (1991), trouxe a mesa da discussão historiográfica uma nova problemática, não só na investigação histórica, mas no seu estilo, na escrita. Já White (1992), preocupado com a interpretação e com a descontinuidade, em oposição à explicação e à continuidade, foi buscar nos conceitos da lingüística e da crítica literária elementos para constituir sua narrativa. Diz ele que os textos constituem-se de elementos narrativos estruturados por quem escreve, sendo necessário, por isso, desvendar o que não está explícito no discurso histórico, o que está nas “entrelinhas”; portanto, as intenções não explícitas do autor. Michel Foucault (1987) nos legou que o fundamental é compreendermos o funcionamento dos discursos, da narrativa e não do que eles informam. Nesse sentido, os *documentos* são transformados em *monumentos* pelo historiador à medida que estes buscam desvendar os discursos, ou seja, *um conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação.* (p. 124)

É também com a ampliação dos objetos de estudos da história e com a constituição da chamada Nova História Cultural que as fronteiras interdisciplinares serão flexibilizadas. A relação entre história e literatura pôde voltar, de uma maneira renovada, à agenda dos historiadores sem a “pecha” acusatória de não estar fazendo ciência para quem ousasse cruzar o campo minado da literatura, considerada ficção.

Paulo Sérgio Pinto Mendes, em artigo intitulado “Uma Discussão Sobre a Narrativa Histórica”, preocupa-se com a diferenciação entre o texto histórico e o ficcional e conclui que

a história é uma construção do historiador, aspecto claro para Michelet, e, creio, claro para os historiadores hoje. Ou será que alguém acredita que captará o passado como ele ocorreu? A história, creio, procura no passado, ou melhor, no infinito

arquivo do passado base para explicar, compreender ou exercer influência no presente, seja de cunho moral, econômico, político etc. Portanto, a história é um projeto de um ser humano. Sendo assim, através de uma metodologia, previamente estabelecida, o historiador pode reconstituir, no seu espírito, o processo de gênese e desenvolvimento das sociedades humanas até aquele momento em que está escrevendo. (MENDES, 2003: sp)

Para Charles Monteiro (1998: 183), tanto o historiador quanto o literato tematizam uma realidade e constroem seus discursos de um lugar social – *etnia, classe, sexo, instituição, métier* – e o que os torna diferentes são seus *compromissos* e a *forma que permeiam o dizer do real*.

Carlo Ginzburg (1991) diz que as ciências da natureza e a quantificação colocaram as ciências humanas em um dilema: *assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância. Só a lingüística conseguiu, no decorrer deste século, subtrair-se a esse dilema*, e por esse motivo, serve de modelo para outras disciplinas. Porém, o autor questionou que *esse tipo de rigor é não só inatingível, mas também indesejável para as formas de saber mais ligadas à experiência cotidiana*. Mais adiante ainda, diz que *ninguém aprende o ofício de conhecer ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento, entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição*. (p. 178-179)

A História com seu princípio crítico e analítico, como propõe Pierre Nora (1993: 9), é destruidora da memória espontânea. É mediadora à medida que seleciona um tipo de memória em detrimento de outra. Já a memória *é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, vulnerável a todos os usos e manipulações*.

A memória pode ser também arquivo para a história, ou estoque material daquilo que é impossível lembrar. A memória dita e a história escreve, sendo a história dependente da memória deixada por quem já viveu.

Para melhor analisar a memória oral, precisamos entender a sua construção, o seu funcionamento, os momentos de esquecimentos, as lacunas e as falhas, em que é possível encontrar *fendas que alojam dizeres potenciais, ou simplesmente dar lugar a dizeres simples que precisam vir à tona nas condições cotidianas dos sujeitos que se educam, que se relacionam o tempo todo com o igual e com o diferente ...* (PAYER, 2003: sp)

A história é uma interpretação da memória, da cultura de pessoas que viveram e deixaram suas lembranças, o que resulta em um processo histórico em que irá predominar uma determinada interpretação, ou seja, imaginar o que os outros imaginaram e traduziram em palavras ou imagens, pois, sendo a sua cultura, eles interpretam em primeira mão. Como diz Geertz (1978: 25), os textos escritos pelos estudiosos da cultura são *interpretações e, na verdade, de segunda ou terceira mão.*

É nesse sentido que pretendemos analisar a memória oral, recolhida através de entrevista com representantes da COOTRABALHO; a memória escrita, deixada em arquivos e jornais; e reescrever o que foi dito e não dito a partir de nossa interpretação. Não pretendemos um resgate histórico, mas um rearticular da memória através do que foi dito, escrito e que ficou nas entrelinhas, ou, conforme Polak (1989), o que foi esquecido ou silenciado pela própria memória que o censurou.

## 1.2 Metodologia, um caminho de Pesquisa

A investigação que ora desenvolvemos sobre o cooperativismo de trabalho reúne técnicas variadas de pesquisa e tem como opção metodológica o “Paradigma Indiciário”, proposto por Ginzburg (1991).

Carlo Ginzburg, em “Mitos, Emblemas e Sinais”, conceitua o que chamou de Paradigma Indiciário propondo que se busque nos pequenos detalhes – assim como Morelli, na história da arte, decifrava a originalidade das pinturas pelos lóbulos da orelha, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés; ou como um caçador seguindo pistas da presa as quais poderiam passar despercebidas.

Ginzburg (1991) referencia três expoentes do que chamou de Paradigma Indiciário: Giovanni Morelli, na história da arte; Sigmund Freud, com a psicanálise; e o personagem da literatura de Conan Doyle, Sherlock Holmes, que, desde o século XIX, vem percebendo que *pistas talvez infinitesimais permitam captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli).* (p. 150)

Podemos dizer que os homens pré-históricos foram os primeiros a lerem pistas quando caçavam e a descrevê-las quando adquiriram a linguagem. Logo, o papel do historiador, utilizando a metáfora do caçador, é ler pistas e descrevê-las de acordo com o seu entendimento para chegar a algum objetivo definido pelo mesmo.

Também, Sidney Chalhoub (1990), na introdução de “Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte”, faz uma alusão a Zadig, personagem de

Voltaire. O personagem é um sábio da Babilônia que lia rastros dos animais e decifrava suas características. O mesmo autor faz referência a Guilherme de Baskerville, personagem da obra “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco, que consegue decifrar uma série de acontecimentos investigando pistas, indícios e signos deixados pelos protagonistas da trama.

Assim, com a proposta do Paradigma Indiciário, decidimos analisar uma Cooperativa de Trabalho que teve início em 1972 e que não subsistiu ao final dos anos 80, tendo a peculiaridade de ser uma cooperativa de trabalhadores em carga da cidade de Porto Alegre, a COOTRABALHO. Optamos por estudar essa cooperativa, primeiramente, por ter uma grande representatividade com participação e a proposição em Congressos de Cooperativismo e por ser, em segundo lugar, uma das primeiras cooperativas desse gênero surgidas com a legislação de 1971, no Rio Grande do Sul, e ainda, por ter prestado serviço em todo o Rio Grande do Sul.

Nossas investigações nos arquivos e nas bibliotecas se compõem das Atas de Assembléias da Cooperativa, do Estatuto Social da Cooperativa, das Revistas e dos Jornais do Movimento Cooperativista, dos Discursos de Deputados sobre Cooperativismo nos Anais da Câmara dos Deputados, dos Documentos da Cooperativa, da Documentação do INCRA de regularidade e das Auditorias realizadas pelo mesmo.

Também utilizamos a metodologia da História Oral por considerarmos que, para um estudo de um tempo recente, é fundamental a riqueza das fontes vivas, de informantes que possam fazer relatos e expor suas interpretações.

Para melhor definir nossa análise, optamos por uma História Oral Temática, porque esta nos possibilita melhor explorarmos aspectos que nos interessam sobre o cooperativismo nos anos 70 e 80 do século passado.

A História Oral permite a democratização da história ao fazer com que a “cultura popular”, o que dizem os “excluídos da história” sobre sua vida e sua cultura, tenha importância como história. Como diz Paul Thompson (1988), a história oral é construída em torno das pessoas que são fontes vivas; ela introduz a história na comunidade ao mesmo tempo que a comunidade na história, mas da comunidade retira os relatos e as vivências; ela não faz a história de heróis, mas de pessoas “comuns” que relatam suas vidas.

Conceituando “cultura popular”, temos o estudo feito por Carlo Ginzburg, em que o autor conclui que o termo é pouco profícuo, pois na verdade ocorre uma circularidade entre as culturas popular e erudita. O autor, ao analisar os processos da inquisição contra um moleiro friulano, percebe que o mesmo sabia ler, escrever e interpretava o seu mundo e a sua religião de acordo com a sua visão. Essa interpretação era diferente da Igreja Católica, que acaba por queimá-lo. Aquele momento histórico era estudado como improvável para a proliferação e manutenção de uma cultura popular, já que a Igreja oprimia e não dava espaços. No entanto, o moleiro de Ginzburg desafiava as imposições eclesásticas e influenciava um grupo de pessoas a ponto de ser inquirido por três vezes. Ginzburg mostra que ocorreu uma interferência da cultura erudita na cultura popular à medida que Menóquio teve acesso à leitura.

Nesse sentido, a historiadora Michelle Perrot (1992) faz uma investigação sobre os excluídos da história e da historiografia francesa: os operários, as mulheres e os prisioneiros, em uma mudança de paradigma; visto que dá voz a estes sujeitos históricos, mostrando a cultura de homens e de mulheres populares da Paris do século XIX.

Assim como verificamos historiadores preocupados com a cultura popular e as suas estruturas de pensamento, utilizando-se, para isso, de uma memória escrita e arquivada, nossa

preocupação, além do arquivo, é com a Memória Oral. Essa está presente no dia-a-dia de quem carrega consigo as lembranças do passado; porém, está vulnerável à ação das relações sociais, da história e da construção de outras memórias. Portanto, não temos a pretensão de resgatar uma memória como se estivesse lá, pronta para ser captada, mas a interpretar como um discurso que representa a cultura do informante e do grupo social do qual faz parte, *na possibilidade de se compreenderem como se dão os deslocamentos, as mudanças, para que se possa socialmente, institucionalmente, operacionalizá-los onde e quando convém.* (PAYER, 2003: sp)

Temos presente que cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e, segundo Maurice Halbwachs (1990), podemos construir uma história do coletivo a partir da memória individual. Sabemos também que a memória é *uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.* (ROUSSO, 1996: 94)

Está muito claro para nós que, como todo documento, a História Oral deve ter o rigor do entrevistador tanto na preparação e na condução da entrevista, quanto na sua transcrição. Deve ser considerado também o que afirmam Aspásia Camargo e Márcia Nunes (1977), ou seja, que a entrevista tem mais resultado quando há uma cumplicidade entre entrevistador e entrevistado.

Um outro campo fundamental para a memória é a fotografia. Um momento gravado, uma imagem congelada, uma possibilidade de lembrança, um caminho para a lembrança. Um documento decifrável pela pessoa que viveu aquele momento, além de ser um bom começo

para realçar a memória, é um auxílio ao narrador para organizar sua narrativa e para expressar sua opinião.

É preciso salientar que o período a ser estudado é um período longo para a história recente e que foi perpassado e influenciado direta e indiretamente pelo Regime Militar. Isso nos levou, primeiramente, a definirmos uma colônia de informantes que serviu de elo em nossa busca por informações. São eles: dirigentes, sócios fundadores, sócios na fase final, tomadores de serviços, conhecedores da cooperativa e do cooperativismo, funcionários, representantes de sindicatos, apoiadores e opositores. A partir dessa colônia, foi possível selecionarmos uma rede de entrevistados constituída por dois sócios fundadores da cooperativa, sendo que o primeiro saiu logo no seu início, senhor Ataíde Paulo de Paula, atualmente, presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços de Calçados em Geral, Limpeza e Conservação e Descarga Ltda. (COOTRASERVECE); o outro, senhor Jorge Ribeiro, ficou por aproximadamente dez anos na cooperativa, sendo atualmente diretor-presidente da Cooperativa dos Trabalhadores em Carga e Descarga de Mercadorias e Serviços Gerais Ltda – COOPECARGA. Entrevistamos, também, um gerente do período da Intervenção que trabalhou diretamente com os administradores, senhor Flávio Luis Cavedini, atualmente advogado. Ainda ouvimos dois integrantes do INCRA, na época, e, após, da OCERGS, ambos conhecedores da COOTRABALHO e do Cooperativismo: senhor Leopoldo da Silva Deves, atualmente, na assessoria das Cooperativas do Rio Grande do Sul - ASCOPER - e senhor Vergílio Perius, atualmente, professor na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Por último, entrevistamos uma pessoa que fez parte dos movimentos sociais nos anos oitenta e da criação da Cooperativa dos Trabalhadores das Vilas de Porto Alegre – COOTRAVIPA.

Antes de realizarmos as entrevistas, fizemos uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o Cooperativismo e, especificamente, sobre Cooperativas de Trabalho. Nesse ponto, tivemos dificuldades em encontrar uma literatura especializada. Predominam, na bibliografia sobre o assunto, obras da área jurídica, o que talvez se explique pelo fato da temática ser ainda recente na História do Brasil.

Na parte da pesquisa documental, buscamos elementos sobre o Movimento Cooperativista brasileiro e gaúcho, em que encontramos os discursos dos Deputados Federais na formação e na organização da legislação cooperativa em 1970, mas não localizamos referência sobre Cooperativas de Trabalho. Foi um grande achado encontrarmos duas Revistas de Cooperativismo: uma editada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e outra editada pela Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul (OCERGS), a Revista Direção, do período de 1978 a 1982.

Na Revista Direção, encontramos uma propaganda da COOTRABALHO, que foi o ponto de partida para analisarmos essa cooperativa. Ainda, na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS – encontramos dois documentos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre a Análise da Legislação Cooperativa, de 1980 e de 1981.

Após, fomos até a OCERGS, onde nada encontramos sobre essa cooperativa, nem mesmo o registro; fomos à Junta Comercial, onde encontramos as Atas da Assembléia de constituição, bem como o Estatuto Social da Cooperativa, as atas de mudança do nome e o Estatuto Social da Cooperativa após mudança de nome.

Pela relação dos sócios fundadores, decidimos procurá-los nos endereços antigos através da Internet; encontramos apenas os administradores. Procuramos o Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de onde fomos encaminhados para a UNISINOS. Na referida universidade, fomos recepcionados pelo professor Vergílio Perius que nos emprestou o material: documentos da cooperativa, documentação de regularidade, auditoria feita pelo INCRA, declarações pessoais de não impedimento de se eleger, curriculum vitae e relatório de bens para sócios candidatos ao Conselho Fiscal. Essa documentação nos serviu, também, como informações para elaboração do roteiro inicial das entrevistas.

De posse das informações sobre essa cooperativa, saímos à procura de pessoas que fizeram parte do seu início, os sócios fundadores. Procuramos na Internet os endereços encontrados na ata de constituição da COOTRABALHO; nada, porém, foi encontrado. Passamos então para uma busca de todas as pessoas encontradas: nas duas atas de reuniões localizadas na Junta Comercial, descobrimos os dois administradores da cooperativa depois da intervenção, Gentil e Orfelino Barbachan.

Fizemos nosso primeiro contato com o senhor Gentil e uma pré-entrevista, em que ficamos uma tarde conversando sobre o cooperativismo de trabalho e a COOTRABALHO. Nessa conversa, foi possível obter a informação de que o Coronel Barbachan havia falecido. Delmar Antônio Gentil pediu um prazo para a marcação de uma entrevista, ficando este pesquisador com o compromisso de mandar o material que tinha sobre a COOTRABALHO. Quando houve nosso retorno para marcar a entrevista com Delmar Gentil, este havia, lastimavelmente, falecido.

A busca por informantes continuou, sendo tentado o contato com os sócios fundadores da COOTRABALHO. A solução encontrada foi ir pessoalmente à moradia de cada um. Um sério complicador nessa fase da pesquisa foi o fato do endereço que dispunha o

pesquisador ser de 1972. O resultado foi que nenhum dos possíveis informantes foi encontrado. A estratégia precisou ser alterada. Nova busca na Internet foi realizada, sendo, então, localizado o senhor Vicente de Paula, que ainda se encontrava em Porto Alegre. Após esse achado, foi marcada uma conversa inicial com o referido cidadão, que relutava em falar sobre a COOTRABALHO. Afirmava ter saído bastante decepcionado da cooperativa devido a brigas internas que tinha presenciado. Apesar da resistência inicial, o senhor Vicente de Paula deu importantes informações que não foram gravadas por causa dos ruídos do espaço de trabalho do informante. Ficou agendado um encontro em um sábado, porque seria um dia mais calmo para uma entrevista, o que acabou não ocorrendo, devido a uma série de desencontros.

A partir do contato com Vicente de Paula, foi possível chegar a outros informantes, entre os quais Ataíde Paulo de Paula, Jorge Ribeiro e Leopoldo da Silva Deves. Já o advogado Flávio Luis Cavedini, encontramos logo após em uma busca na Internet . Por último, decidimos entrevistar o Professor Vergílio Perius.

Cumpridas as etapas de levantamento bibliográfico e de entrevistas, reunimos toda documentação escrita e oral necessária para a realização do estudo e realizamos a “Análise de Conteúdo” que, conforme Núncia CONSTANTINO (2002), é um conjunto de técnicas para interpretar o conteúdo de *qualquer espécie de documento* que, se utilizando de *procedimentos sistemáticos, visa produzir inferências*. O objetivo da metodologia é *buscar sentido ou sentidos no texto [...]*. Por isso, faz-se inferência *ao compatibilizar um conteúdo lido com alguma corrente teórica [...]* a partir dos elementos básicos do texto. *Infere-se ao tentar saber quem é o emissor, quais suas filiações teóricas-ideológicas, [...] ao indagar sobre características do próprio texto [...]*. (pp. 186 - 188)

Para produzir inferências, podemos desconstruir discursos, procurar fazer uma leitura em profundidade, tantas vezes quantas for necessário para impregnar-se dos conteúdos, isto é, desmontar os textos de maneira que se possam produzir unidades de análise que, segundo Ramos (1995, sp), são *frações do texto que tenham significado para o estudo que estamos realizando*, o que podem ser palavras, frases ou mesmo parágrafos ou conjuntos de parágrafos.

Passamos a re-agrupar unidades de análise que tenham relações entre si de acordo com determinados critérios, formando categorias que, segundo Núncia Constantino, *podem ser construídas do geral para o particular, a priori. Ou se pode usar, predominantemente, o método indutivo, construindo categorias a partir do próprio corpus.* (p. 192)

A partir das categorias, podemos produzir as inferências, o que exige intuição do historiador para juntar sua visão de mundo, sua forma de ver a história, sua formação para construir uma meta-texto ou uma síntese histórica.

A opção por uma “Análise de Conteúdo” possibilita a fundamentação da “Micro-História” nos moldes de Carlo Ginzburg (1989), conhecendo-a como indício de um conjunto de pensamento que faz parte do mundo e é fruto de sua época.

Tem-se bem presente que todas as fontes são apenas fragmentos de uma realidade dispersa e disforme a qual será organizada de acordo com a visão do historiador. Este, a partir do seu mundo, seguirá rastros e juntará documentação com a imaginação, a cultura e a erudição como a ligação das fontes e o movimento histórico como resultado das relações dos sujeitos. Não temos a pretensão de buscar a verdade, mas uma interpretação da realidade vivenciada pelos sócios da Cooperativa de Trabalho analisada.

## CAPÍTULO 2

### A POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL DO REGIME MILITAR E SUAS

#### LIMITAÇÕES (1970 – 1986)

Caminhando e cantando e seguindo a canção / somos todos iguais braços dados ou não / caminhando e cantando e seguindo a canção // Vem vamos embora / que esperar não é fazer, / quem sabe faz a hora não espera acontecer // Há soldados armados, amados ou não, quase todos perdidos de armas na mão, nos quartéis lhes ensinam antigas lições, de morrer pela Pátria ou viver sem razão. [...]. (Geraldo Vandré. Caminhando e Cantando.)

[...] E nuvens, lá no mata-borrão do céu / Chupavam manchas torturadas, que sufoco / Louco, o bêbado com chapéu-coco / Fazia irreverências mil pra noite do Brasil, meu Brasil / Que sonha com a volta do irmão do Henfil / Com tanta gente que partiu num rabo-de-foguete / Chora a nossa pátria, mãe gentil / Choram Marias e Clarisses no solo do Brasil [...] (Aldir Blanc/João Bosco. O Bêbado e o Equilibrista.)

Neste capítulo, vamos mostrar como a elite capitalista construiu e se serviu de aspectos ideológicos do Regime Militar brasileiro para impor um tipo de desenvolvimento autoritário, desigual e injusto às classes trabalhadoras. Desenvolvimento que irá gerar resistência contra esses elementos, expressa na denúncia de seus aspectos ideológicos e de suas facetas autoritária, conservadora e opressora, bem como no embate direto contra o

Regime Militar. Essa resistência teve início através das guerrilhas, dos estudantes, do movimento operário, das Comunidades Eclesiais de Base e dos novos movimentos sociais que desembocaram na luta pela democratização do país.

Ao discutirmos a construção e a consolidação da política de desenvolvimento com segurança para a elite brasileira e para seus sócios internacionais, bem como a crise e a distensão da Ditadura Militar, pretendemos situar política e economicamente o mundo e o Brasil dos anos 1970 e 1980, no sentido de contextualizar o período em que surgiu, desenvolveu-se e extinguiu-se a Cooperativa, que é objeto da presente pesquisa.

O período compreendido entre 1970 e 1974 pode ser caracterizado como a época em que ocorreram o Milagre Econômico, as Guerrilhas Rurais e Urbanas, o Movimento Estudantil, o Novo Sindicalismo na sua fase inicial e a repressão e a consolidação do Regime Militar.

De 1974 a 1985, vivemos a abertura política no Brasil que, como desejavam o General Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, o General Presidente, foi lenta, segura e gradual, sem grandes problemas para a caserna, mas com muitos para o povo. O período completou-se com a elaboração de uma nova Constituição, em que substituímos a ditadura dos militares pela construção da democracia liberal<sup>4</sup> e com eleições diretas em todos os níveis.

---

<sup>4</sup> Democracia Liberal no sentido de assegurar direitos perante a lei, mas não chega ser uma verdadeira democracia, já que se baseia mais na exclusão do que na participação e decisão pela maioria, entendo liberal, ou “uma democracia de papel”, porque nem tudo o que está no papel, na Constituição, é assegurado a todos. No entanto, existe um processo de construção dessa democracia, via educação e mesmo através da participação popular em fóruns específicos, porém ainda é muito restrita, além disso, existe uma forte influência dos meios de comunicação na formação de opinião isso ficou evidente nas eleições de Fernando Collor de Mello, bem como no seu “impeachment”.

## 2.1 Segurança e Desenvolvimento: aspectos ideológicos e econômicos do milagre brasileiro

Pode-se evidenciar o caráter ideológico do Regime Militar, base do pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG), fazendo-se pertinentes conceitos como Segurança e Desenvolvimento, Geopolítica e Geoestratégia, Segurança Nacional, Materialismo do Oriente, Civilização Cristã Ocidental, Subimperialismo ou Brasil em Defesa do Ocidente, organizados na obra de Golbery do Couto e Silva.

Como o Brasil vem situando-se historicamente na periferia do sistema de poder que se estruturou sob a hegemonia norte-americana, ampliada no pós-guerra, a evolução da política externa brasileira foi condicionada pela Guerra Fria e, se observarmos as idas e vindas da política interna, a diplomacia brasileira manteve invariável apoio ao governo norte-americano nos fóruns multilaterais.

Quem bem caracterizou o conceito de Segurança e Desenvolvimento foi Gilvan Dockhorn no seu livro “Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento”. Na referida obra, é discutido o conceito de Desenvolvimento e de Segurança da ESG vinculado ao conceito de Ordem e de Progresso dos positivistas, em que é necessário ter segurança para se correr menos riscos. Os riscos podem ser sanados com um estudo dos possíveis problemas e com o ataque aos mesmos. Por essa razão, para os ideólogos da ESG e do Regime Militar, a Segurança é fundamental, mas o Desenvolvimento<sup>5</sup> é necessário para evitar a penetração de

---

<sup>5</sup> Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira em seu livro “Nossos comerciais, por favor! A televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti” faz uma análise da ação da Escola Superior de Guerra nos anos 70 utilizando um Manual Básico da ESG de 1975. Cita do manual a finalidade do estado contemporâneo: - a

idéias comunistas, pois uma população pobre não tem nada a perder, no entanto, a elite deverá assumir sua função histórica de interpretar as *legítimas aspirações e interesses nacionais e as formulações da política e da estratégia nacional* e ainda *a função pedagógica de conscientização da população* (OLIVEIRA, 2001: 35). Porém, somente com segurança é possível trazer o desenvolvimento, logo a importância da geopolítica.

A segurança e o desenvolvimento econômico devem ter presente a análise de possíveis conflitos existentes, ou que virão; daí a importância de visualizar as possibilidades de inimigos: sua disposição geográfica, as barragens naturais, as populações locais e vizinhas, sua cultura, seu desenvolvimento. Segundo Golbery, para traçar a estratégia, *um Estado qualquer, por mais fraco que seja, precisa olhar, assim, o mundo ao largo, em sua totalidade global, e não só discernir aí as tensões dominantes que o agitam, mas captar-lhes a intensidade, sentir-lhes a evolução e prever-lhes o desfecho.* (SILVA, 1967: 164).

O fundamento de uma geopolítica é alcançar os Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais, por isso, tanto a geopolítica quanto a geoestratégia devem estar subordinadas à política e à estratégia, realizando-se análise de projetos e de propostas de ação ajustadas aos Objetivos Nacionais Permanentes ou Atuais<sup>6</sup> reconhecidos por elas. Portanto, fundamenta-se uma política nacional para ambos e uma estratégia nacional para eliminar antagonismos internos existentes e possíveis. Cabe ao geoestrategista verificar o poder nacional e a

---

*segurança, visando a “criar e a manter a ordem política, econômica e social”; - o Desenvolvimento, visando a “promover o Bem Comum” [MB, 1975:26]. (p. 28) Mais adiante, ele vai complementar esse pensamento: Sem ordem não há desenvolvimento e sem desenvolvimento a segurança nacional está seriamente ameaçada, vulnerável à infiltração do inimigo. (p. 36)*

<sup>6</sup> Golbery considera os Objetivos Nacionais Permanentes como um Núcleo Universal e constante: autodeterminação, integração, bem-estar, prosperidade, prestígio, manutenção do território; e Objetivos Nacionais Atuais como ações específicas para alcançar os Objetivos Permanentes, uma hierarquia de ideais, valores, aspirações e interesses específicos da comunidade no período Histórico definido.

integração de toda ordem que a nação dispõe, chegando ao seu potencial nacional (o que a nação pode atingir), seu potencial político, psicossocial, econômico e militar.

Para Golbery, a humanidade vivia sempre em guerra, mas esse momento era dramático, pois valores e conceitos estavam em crise. O mundo ocidental encontrava-se vulnerável, na verdade, pela guerra entre os dois blocos: Ocidente Cristão<sup>7</sup>, liderado pelos Estados Unidos, e o Oriente Materialista, liderado pela URSS. O conflito era *global, total e permanente*<sup>8</sup>, e, para alcançar a vitória no conflito, tudo se justificava, todos os instrumentos de ação direta ou à distância deviam ser mobilizados:

Serve-lhe, por isso, tanto as armas exclusivamente políticas - negociações diplomáticas, pressões e intervenções mais ou menos ostensivas (não é abstenção, por vezes, uma forma de intervenção?), o jogo das alianças e das contra-alianças, os acordos e tratados nas suas cláusulas públicas ou secretas - como as armas econômicas - sanções, empréstimos e investimentos de capital, pressões cambiais, políticas tarifárias e discriminações comerciais, o embargo, o boicote, o dumping. Da propaganda e da contra-propaganda, das ideologias tentadoras e dos slogans sugestivos para uso interno ou externo, da persuasão, da chantagem, da ameaça e até mesmo do terror faz uma das armas mais eficazes de seu variado arsenal. E conserva as forças militares como um trunfo poderoso que tanto vale hoje, fator catalítico indispensável, na mesa das discussões como nos campos de batalha. (SILVA, 1967: 25)

Nesse sentido, o General Golbery defendia uma cooperação negociada em relação aos EUA<sup>9</sup>, evidenciando o que temos de melhor para uma geoestratégia do Ocidente contra o

<sup>7</sup> Para Golbery do Couto e Silva, o Ocidente como projeto se constitui de três elementos concretos: *a ciência como instrumento de ação, a democracia como fórmula de organização política e o cristianismo como supremo padrão ético de convivência*. (SILVA, 1967: 226)

<sup>8</sup> *Global*, na medida em que todas as nações deveriam buscar alinhamento a um dos blocos de poder, condicionando a realização de seus projetos nacionais a essa aliança; *total*, porque mobilizaria todos os meios disponíveis: financeiro, econômico, científico, político e psicológico; e *permanente*, pois não se limitava a um trágico momento de enfrentamento militar, mas presente a todas as esferas, sob todos os ângulos da vida de uma sociedade.

<sup>9</sup> *A geopolítica Brasileira precisa ser, portanto, uma geopolítica de afirmação no exterior, de presença, de participação tanto mais alerta e ativa quanto as últimas oportunidades se esvaem de uma cooperação verdadeiramente recíproca entre os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, os evoluídos e os imaturos, alicerçada que seja, de fato, em mútuos interesses reais, ainda que desproporcionados, mensuráveis, entretanto, em uma mesma escala de valores.* (SILVA, 1967: 175)

inimigo comum, o Oriente Comunista<sup>10</sup>; no entanto, identificava como uma função primordial das potências ocidentais, em particular os EUA, a de incluir em suas prioridades estratégicas uma defesa que levasse em conta a necessidade de desenvolvimento da América, sendo assim, entendia o General que o Brasil dependia do Ocidente e, em particular, dos EUA para o seu desenvolvimento econômico, seu progresso técnico e cultural e até para sua própria segurança. Para isso, temos a oferecer a posição geográfica privilegiada, não só pelas riquezas, mas pela ampla costa litorânea pouco recortada e, para fazer frente a uma liderança no Sul do continente americano, o Brasil é o mais preparado pela sua economia, pela sua posição e pelo seu poder de barganha leal de construir uma aliança bilateral para a defesa do Ocidente<sup>11</sup>.

Ao analisar as condições internas brasileiras que propiciavam uma política de Segurança Nacional, Golbery apontava para a necessidade de integração entre as diferentes regiões. Percebia um centro desenvolvido ou núcleo central (eixo Rio, São Paulo e Belo Horizonte) e um Brasil marginal inexplorado, desvitalizado e, daí, a necessária ocupação do norte brasileiro para que outras nações não ocupem. Ele destaca o caráter estratégico do nordeste para nossa defesa, pois o foco comunista poderia penetrar pela África, dominando primeiramente o Oriente Médio, depois a África e, mais tarde, a América.

---

<sup>10</sup> Toda a América Latina e em seu contexto o Brasil em função de sua *fraqueza econômica, imaturidade política e baixo nível cultural, acha-se extremamente vulnerável à agressão comunista.* (SILVA, 1967: 247)

<sup>11</sup> *Ora, o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria cristandade, produto de uma transplantação feliz dessa cultura do ocidente europeu para terras quase desertas e virgens, onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência, tradicionalmente alimentado, durante toda a sua jornada histórica já longa de quase cinco centenários, nas fontes mais límpidas de pensamento e da fé ocidentais, não poderia renegar jamais esse ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura.* (SILVA, 1967: 226)

A partir desses conceitos, base ideológica do Regime Militar brasileiro, pode-se entender como se estruturou a Ditadura Militar e como foram construídas as suas relações internacionais.

Entre os aspectos peculiares da ditadura estabelecida no Brasil de 1964 a 1985, estão as tentativas de normatizar o Regime regulamentando ações através de leis ou Atos Adicionais à Constituição e através de Emendas Constitucionais, com o interesse de manter o Congresso funcionando para obter apoio de uma elite, o caráter de não ser uma ditadura pessoal, mas um *condomínio em que um dos chefes militares – general de quatro estrelas – era escolhido para governar o Brasil por prazo definido*. (FAUSTO, 2001: 475). Comparando a outros regimes autoritários burocráticos da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai), essa foi uma peculiaridade do regime autoritário brasileiro do período.

Os militares e uma elite civil no poder criaram mecanismos destinados a dar a impressão de que manteriam a democracia, ou um tipo de “democracia”, que a intervenção seria curta, provisória e serviria para sanar as dificuldades encontradas pela nova elite<sup>12</sup>, isto é, desenvolver o capitalismo<sup>13</sup>. Para tanto, foi necessário fazer algumas reformas fundamentais, tais como: propiciar à burguesia internacional o envio de lucros ao exterior, conter o movimento social, aumentar o consumo e fazer as reformas de base proposta pelo Governo Goulart, menos a Reforma Agrária. Conforme Delgado (1984: 37), essas reformas foram consideradas indispensáveis ao desenvolvimento industrial chamado Milagre Brasileiro

---

<sup>12</sup> A nova elite era na verdade a que se associava ao capital estrangeiro. Desde 1955, as indústrias estrangeiras passaram a receber o apoio do Estado da mesma forma das nacionais e ocorreu um incentivo à entrada de capital internacional de forma associada ao capital nacional através da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito; com isso, dava-se prioridade ao capital associado na compra de máquinas.

<sup>13</sup> Segundo Boris Fausto (2001), o governo [...] *visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. Para atingir esses propósitos, era necessário enfrentar a caótica situação econômica-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart; controlar a massa trabalhadora no campo e na cidade; promover uma reforma do Estado*. (p. 470)

*e incluíam as reformas administrativa, bancária – destacando-se a criação de um mercado de capitais, do Conselho Monetário, do Banco Central e do Conselho Nacional de Crédito Rural, entre outras providências – fiscal e agrária.*

Conforme Boris Fausto (2001), o Milagre Brasileiro ocorreu pelas condições favoráveis do que chamou de *desenvolvimento capitalista associado*: ampla disponibilidade de recursos para crescentes empréstimos exteriores; investimentos do capital estrangeiro, principalmente na indústria automobilística<sup>14</sup>; expansão do comércio exterior com aumento de importação e diversificação da exportação devido a incentivos criados pelo Governo, na área agrícola, com destaque para a soja; aumento da capacidade de arrecadação de impostos. Isso tudo gerou um fantástico crescimento com a inflação relativamente reduzida. De 1969 a 1973 o PIB cresceu na média anual 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre. (FAUSTO, 2001: 485)

Para Theotônio dos Santos (1995:86), o plano econômico que trouxe o Milagre Brasileiro apoiou-se no aumento das taxas de lucros, reduzindo salários, contendo o crédito, diminuindo a dívida pública e reduzindo importações para conter o déficit externo.

Se não fizeram a Reforma Agrária, considerada fundamental para distribuição de renda e aumento da produção de alimentos, se não aumentaram salários para gerar consumo por parte dos trabalhadores fazendo um aquecimento da economia, nas palavras de Theotônio, combinaram três caminhos:

---

<sup>14</sup> *A ampliação do crédito ao consumidor e a revisão das normas de produção, autorizando a fabricação de carros de tamanho médio, atraíram fortes investimentos da General Motors, da Ford e da Chrysler.* (FAUSTO, 2001: 485)

a) aumentar as exportações, diversificando-as para o setor industrial, devido à rebaixa do preço do café e dos produtos primários, e pelo que representavam os produtos manufaturados como aumento do valor agregado em cada produto exportado; b) aceitar a redistribuição regressiva em favor das camadas de altas rendas, para aumentar o consumo de produtos de tecnologia sofisticada, que levaria a aumentar as inversões, sobretudo das corporações multinacionais, fabricantes destes produtos; c) para fazê-lo, era necessário aumentar o consumo estatal, particularmente, o militar, e facilitar a criação de um mercado de capitais que permitiria concentrar ainda mais a renda nas mãos do grande capital [...]. (SANTOS, 1995: 85-86)

Além disso, foi necessário trocar a ferrovia pela rodovia, por isso, *o governo chegou a remover milhares de quilômetros de ferrovia (para não mencionar os sistemas urbanos de ônibus elétricos) para estimular o desenvolvimento da indústria automobilística.* (ALVES, 1985: 148)

O que se está falando aconteceu porque, no Pós Segunda Guerra Mundial, o capital decidiu transferir filiais de grandes empresas para países subdesenvolvidos; porém, esses países deviam ter infra-estrutura energética, estradas para circulação de matéria-prima e escoamento da produção e postos aparelhados para saída dos produtos. Além disso, deviam contar com mão-de-obra barata e controlada, bem como dispor de uma industrialização ao menos incipiente e com a possibilidade de ampliação do mercado interno. O Estado devia apoiar e ter uma política de exportação e, claro, permitir a remessa de lucros para o exterior. Para que tudo isso ocorresse, era necessário um Estado forte que controlasse o povo. Isso, em parte, explica a avalanche de ditaduras na América Latina nessa fase de capitalismo, em que as empresas estavam se transferindo do centro para a periferia.

A centralização política era necessária para aplicação do modelo econômico, pois, certamente, não teria aceitação nas camadas populares e intermediárias da população [...] *sem o uso da força e sem aprofundar o processo de concentração e centralização econômica, através de uma forte centralização política.* (SANTOS, 1995: 76)

Ainda, conforme Santos (1995: 192),

a ditadura foi criada para impor um tipo de acumulação do capital que exclui setores majoritários da população e acentua a contradição entre capital e o trabalho, assim como entre o grande capital monopólico internacional e o local e setores do pequeno e médio capital [...] O Estado brasileiro, como em muitos países latino-americanos, é uma força econômica demasiado poderosa. Ele é o proprietário das empresas do país...

Sendo assim, a apropriação do Estado era interessante e necessária para a imposição do modelo que convinha a burguesia. A forma de se apropriar no momento era a ditadura pelas características de mobilizações populares dos governos populistas e dos movimentos sociais dos anos sessenta.

## 2.2 Oposição e repressão

Os mecanismos criados pelo regime militar passaram a se configurar a partir da necessidade, isto é, quando a oposição tendia a crescer atacava-se a área ou o “poder” que estava forte ou o Governo vulnerável, ou ainda, endurecia-se o regime com o objetivo de expurgar opositores e levar avante, sem abalos, o projeto político-econômico da burguesia nacional associada ao capitalismo internacional.

Os Atos Institucionais davam o respaldo institucional para as atitudes do Governo que, na maioria das vezes, legislava no lugar do Congresso. Foram criados mecanismos para fazer isso de forma indireta quando o desejado era manter a aparência de participação do

Congresso. A partir de 1966, foi estabelecido prazo para aprovação de leis enviadas pelo executivo (trinta dias na Câmara e mais trinta no Senado Federal). Se ultrapassasse esse período, a lei era aprovada por decurso de prazo, havendo determinados artifícios para retardar votações quando era desejada aprovação do projeto. Com o AI 2, o Governo passou a legislar por decretos no que se refere a assuntos considerados relevantes, usando o conceito de Segurança Nacional.

O Governo Costa e Silva implementou o projeto de renovação sindical para formar colaboracionistas com o governo: organizou sindicatos, realizou treinamentos e educação de líderes sindicais indicados para direções de sindicatos. O objetivo dessa prática era cooptar o sindicalismo editando uma nova modalidade de “lideranças pelegas”, considerada como uma política de alívio em relação às perseguições aos sindicatos.

O fim da política de alívio se deu, segundo Maria Helena Moreira Alves (1985), devido à crescente oposição do movimento estudantil, das greves de Osasco e Contagem. A organização e promoção de “lideranças pelegas” pelo governo não conseguiu conter a pressão das fábricas.

O endurecimento do regime utilizou como pretexto o episódio do Discurso do Deputado Márcio Moreira Alves, instigando a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro de 1968 e sugerindo às moças brasileiras que se recusassem namorar oficiais que se silenciassem frente à repressão ou que cometessem violências em nome do Estado.

O episódio foi muito bem manobrado pelos militares que queriam o fechamento do Regime. Divulgaram cópias do discurso nos quartéis insuflando a indignação dos oficiais e solicitaram ao Congresso Nacional por trâmites legais, conforme a Constituição de 1967, a

punição do Deputado. Como as duas casas em votação, negaram a quebra de imunidade<sup>15</sup>, o Governo baixou o Ato Institucional nº 5<sup>16</sup> e fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado.

Conforme Maria Helena Moreira Alves (1985), a Ditadura Militar teve três ciclos de repressão: primeiramente, expurgando pessoas ligadas aos governos populistas e também lideranças de trabalhadores e de camponeses; depois, atingindo cargos eleitorais e a burocracia do Estado; e, finalmente, atingindo os órgãos políticos representativos, como as universidades, as redes de informações e o aparato burocrático de Estado, empregando de forma indiscriminada a violência contra todas as classes.

Marcelo Ridente (1993) realiza uma análise nos processos judiciais sofridos por opositores ao Regime Militar na condição de denunciados, de indiciados e de testemunhas, e coloca como fundamental o estudo da participação estudantil para entender os movimentos de esquerda, principalmente, a luta armada urbana, nos anos 60 e inícios dos 70. O engajamento na oposição e no movimento contra o Regime Militar se dá porque havia muitos problemas no ensino superior: faltavam verbas, haviam diminuído as vagas e ocorria a modernização autoritária do ensino (acordo MEC/USAID), além disso, avançavam a crise econômica, o arrocho salarial, o autoritarismo e a repressão.

Em 1968, verificou-se o auge da mobilização do movimento estudantil, unindo estudantes e não estudantes na “passeata dos cem mil”. Todavia, a referida mobilização entrou

---

<sup>15</sup> [...] os membros do Congresso tinham todo o interesse em preservar a imunidade parlamentar. A lembrança dos expurgos ainda estava dolorosamente viva na memória de cada um. *A decisão de suspender a imunidade de um deputado para que fosse processado por traição redundaria em ameaça direta a todos os parlamentares.* (ALVES, 1985: 130)

<sup>16</sup> O presidente fica autorizado a decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas; intervir nos estados e municípios; suspender direitos políticos, aposentar ou reformar servidores públicos ou militares e cassar mandatos eletivos; decretar estado de sítio e estabelecer prazos de duração; confiscar bens através de decreto; suspender liberdades de reunião e associação; estabelecer censura da imprensa, de telecomunicações, de correspondência e diversões públicas.

em refluxo quando a polícia prendeu quase todos os integrantes do XXX Congresso da UNE na cidade de Ibiúna, São Paulo. O congresso acabou por ser realizado depois, clandestino, com presença de cem delegados e totalmente prejudicado. A ditadura conseguiu, assim, derrotar o movimento e, nos anos 70, *a influência da UNE restringia-se a um punhado de estudantes clandestinos*. (RIDENTI, 1993: 132)

A guerrilha passou a ser a única alternativa para a esquerda, já que a UNE estava na clandestinidade, o movimento estudantil era perseguido e os partidos eram ilegais. Ocorreu, então, a primazia do fator militar sobre o político, do foco guerrilheiro sobre o partido. O foquismo passou a ser a principal estratégia da esquerda armada, partindo da teoria de Ernesto Che Guevara escrito em “A guerra de guerrilhas” e de um folheto de Régis Debray “Revolução na revolução?”. Isso gerou um grande entusiasmo nos meios estudantis e nas lideranças dissidentes do PCB e outros grupos de esquerda que formaram várias organizações com objetivos de fazer a revolução armada a exemplo de Cuba, da China e do Vietnã. Jacob Goreneder explica como funcionava o foquismo:

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército (a predileção pelas montanhas denunciava um fácil geografismo). Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva. (GORENEDER, 1999: 89)

A esquerda não articulava um movimento de resistência em nível regional e nacional, estava preocupada em *organizar suas próprias células, seja em recrutar quadros para as ações armadas, de acordo com a orientação que as presidia, do que formar um forte e unido movimento de massas clandestino* (Santos, 1995:134).

Sobre isso, Gorender (1999), em seu livro “Combate nas Trevas”, no capítulo sobre a organização do PCBR, afirma o seguinte:

No ambiente da esquerda revolucionária do final do anos 60, falar apenas em preparação da luta armada já servia para sofrer acusações de pacifismo, oportunismo e capitulação. Não se podia aceitar menos do que a luta armada imediata. Como, porém conjugá-la ao ritmo das lutas de massas? (p. 114)

No capítulo “Da POLOP à VPR – Purificação química do militarismo revolucionário”, Gorender (1999) analisa a discussão teórica de alguns militantes da guerrilha. Marighella, um dos principais líderes, nunca passou do ativismo antiteórico, mas Jamil teorizou sobre a ação da esquerda brasileira e podemos dizer que representou a posição dos guerrilheiros na época, isto é, uma postura vanguardista, como conta Gorender:

A revolução com as massas devia ficar para a segunda fase. Na primeira fase em curso, qualquer mobilização de massa só podia esgotar-se nela mesma sob os golpes da repressão. Bastavam ligações com uns poucos empregados de fábricas, moradores de favelas e outros assim, que teriam a função de olheiros das massas. Nas cidades, não havia outra coisa a fazer senão a ação belicista de pequenos grupos táticos. Estes atuavam sob comando centralizado e colocariam a ditadura sob tensão permanente, através de assaltos, sabotagem e propaganda armada (p. 150)

Em 1969, as organizações armadas aumentaram suas ações. Isso se evidencia na luta pela liberação de prisioneiros, no assalto a depósitos de armas e munições do exército, nos assaltos a bancos, na ocupação de rádio e no emblemático seqüestro do embaixador dos Estados Unidos.

Por seu lado, para Maria Helena Moreira Alves (1985), a ditadura institucionalizou o regime de tortura e repressão e organizou um aparato militar para executar prisões e buscar informações através de tortura, espionagem, infiltração ou cooptação dos rebeldes. Em 1969,

foram baixadas a Lei de Segurança Nacional<sup>17</sup> e a Emenda nº 1 à Constituição de 67, promovidas pelos três ministros militares que permitiam ao Poder Executivo, recebendo poderes extraordinários, aplicar irrestritamente a Lei de Segurança Nacional. Antes disso, já haviam sido decretados os Atos Institucionais nº 13 e nº 14. O primeiro baniu do território brasileiro todos os presos políticos trocados por estrangeiros seqüestrados ou, mesmo, todos os que se tornassem inconvenientes, nocivos ou perigosos à Segurança Nacional. Já o segundo tornava o banimento, a prisão perpétua e pena de morte aplicável nos casos de guerra.

Em 1971, veio um decreto-lei autorizando o executivo a promulgar decretos-leis secretos, isto é, sem divulgar seu conteúdo, o que permitia prender sem dar direito a pessoa saber o motivo de sua prisão.

A idéia de Guerra Civil estava na base ideológica do regime militar e da Lei de Segurança Nacional, portanto, o estado deveria agir para terminar com a subversão, com o perigo comunista, com os desordeiros, sendo, por isso, qualquer pessoa ou grupo alvo de suspeição e de investigação. Dessa forma, os órgãos de Segurança Nacional foram estabelecidos para manter a ordem e a segurança, o que era legitimado pelo desenvolvimento econômico da época.

Assim como a tecnocracia assumiu o poder e se legitimava pela eficácia, o Regime Militar transpôs essa tecnicidade à educação e à cultura. Na educação, a lei 5692 regulamentou uma educação tecnicista de cunho patriótico e moral; na cultura, as idéias de não contestação ao Regime e de enaltecer os seus elementos positivos; ao mesmo tempo em

---

<sup>17</sup> Uma lei com termos amplos, o que permitia ao Estado punir qualquer pessoa considerada perigosa à segurança nacional, e para isso bastava se opor à política do Governo. Muitos dos artigos tratam de prevenção às greves, controlar os meios de comunicação e as informações, limita a liberdade de associações, proíbem a organização e manutenção de determinados partidos políticos, isto é com essa lei deixa de existir a liberdade de associação, de reunião e de imprensa, princípios básicos dos direitos humanos.

que a televisão, o rádio, as telecomunicações, frutos de tecnologias criadas pelo homem de acordo com capacidades técnicas, traziam elementos propagadores da tecnoburocracia que garantia a manutenção do poder nas mãos dos militares, legitimando assim, os ideais da “revolução”. Para Médici, a “cooperação e a passividade” significavam democracia.

A definição de oposição e de subversão estava a cargo do poder coercitivo que punia as ações ditas subversivas conforme o nível de ameaça que podia causar ao Governo. Sendo assim, isso era executado na medida em que esses perigos eram percebidos, ou não, pelos agentes dos órgãos de segurança. Isto é, quando uma ação da oposição em determinado canto do Brasil, exemplo um jornal alternativo, não era percebida, ou, se a mesma era percebida, mas pensavam ser pequena e que aquilo não ia vingar e nem se alastrar, e que não precisava desperdiçar energia com relação ao fenômeno, nesses casos, os agentes nem os consideravam.

Para agir contra a subversão, havia uma organização e, na cadeia de comando dos órgãos de segurança, estavam em primeiro lugar a Presidência da República, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) – com a função de assessoria direta ao presidente, formulando e executando a Política de Segurança Nacional – e o Serviço Nacional de Informações (SNI) - com a função de coordenar as atividades de informação e contra-informação.

Para as atividades de informação, o SNI transformou as seções de segurança dos ministérios em Divisão de Segurança e Informação (DSI). A Marinha mantinha o CEMINAR. Os quartéis tinham as Segundas Seções. O Exército, o Centro de Informação do Exército (CIE). A Aeronáutica, após 1970, o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA). Completando o aparato coercitivo, investigativo e repressivo, ainda foram criados, em 1970, os Centros de Operação de Defesa Interna (CODI) e os Departamentos de Operações e Informações (DOI). Nos Estados, ainda tinham as Secretarias de Segurança Pública (SESP)

que coordenavam as atividades dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS). E nos municípios, as Divisões Municipais de Polícia (DMs).

A ação da repressão dizimou as organizações clandestinas, utilizando-se da tortura para obter informações que os levassem aos grupos guerrilheiros que, por sua vez, focalizavam suas ações em seqüestros de diplomatas para conseguir liberar presos políticos. Nesse sentido, as organizações armadas passaram a agir na defensiva, tendo, em geral, apoio limitado da população a ações de guerrilheiros, graças à influente propaganda e ao sucesso econômico do Regime Militar.

O vanguardismo<sup>18</sup> da oposição ao regime era organizar a resistência armada, o que, segundo Sader (1988), ocasionou perdas, pois os supostos sujeitos revolucionários – as massas – não tiveram participação alguma nas ações. Na teoria, a ação de vanguarda abriria espaço à ação das massas populares, mas na prática isso não ocorreu.

Com a repressão, ocorreram mudanças de estratégias. Os agentes de esquerda acabaram indo para os meios populares, buscando trabalho nas fábricas, criando bases para uma guerra popular, mas, mesmo assim, com a idéia vanguardista, tentaram enraizar suas idéias de revolução nas massas, achando que iriam construir a resistência.

Em 1970, o PCdoB começou a montar um foco de guerrilha rural entre os rios Tocantins e Araguaia. Lá se instalaram algumas famílias e casais que trabalharam junto aos camponeses, ajudaram a construir uma escola, prestavam assistência médica e davam aulas. À noite, treinavam clandestinamente na selva, sem os camponeses saberem. O foco foi descoberto pelo SNI, em 1972, quando o Exército começou a ocupação militar da área. De

---

<sup>18</sup> Vanguardismo quer dizer uma posição de tomar a frente de puxar, isto é, as lideranças não estão preocupadas com a organização das massas e sim com a formação de um pequeno grupo que vai tomar a frente do processo revolucionário e as massas, por conseguinte, vão tomar posição, à medida que o processo vai se configurando, muitas vezes não pensavam na ação das massas e sim de um pequeno grupo que iria tomar o poder.

1972 a 1975, foram promovidas três campanhas, envolvendo em torno de vinte mil homens para combater 69 guerrilheiros. Usaram da repressão, da intimidação e de interrogatórios com a população local para descobrir quem apoiava os guerrilheiros. Os meios de comunicação não poderiam noticiar nada sobre a guerrilha, razão pela qual o episódio ficou desconhecido do público até 1979. Somente em 1975, o Exército conseguiu dominar totalmente a região.

Nessa conjuntura, a censura passou a ser utilizada em larga escala: jornais, revistas, programas de televisão e de rádio, cinema, teatro, autores, pronunciamentos políticos, artistas, músicas foram alvos da censura prévia ou mesmo posterior, os quais eram retirados de circulação ou a venda proibida<sup>19</sup>.

A imprensa, principalmente a tevê, foi bem utilizada para a propaganda do regime: a figura de Médici como pessoa comum, torcedor de futebol, com um rádio de pilha ao ouvido, a associação do Governo ao tri campeonato mundial promovendo vitórias com eficiência e capacidade técnica, a divulgação de jingles e frases popularíssimas como: “Prá frente Brasil”, “Ninguém segura este País”, “Brasil, conte comigo”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”.<sup>20</sup>

Conforme Theotônio Santos (1995), *o regime de terror nunca foi grato nem às classes dominantes nacionais e nem tampouco à burguesia norte americana, porém, no conjunto das políticas, a burguesia tanto internacional quanto nacional apoiava política e financeiramente o regime, como também financiavam o armamento e o sustento de seus executores.* (p. 28)

---

<sup>19</sup>Alguns estudos foram realizados sobre a censura na Ditadura Militar, entre eles o de Carlos Fico (2001), no capítulo “O Estado contra o Povo”, estuda o que foi censurado e por que foi censurado. Alexandre Stephanou (2002) faz uma análise da censura e dos censores no Brasil, verificando que a ditadura militar trouxe às artes uma militarização.

<sup>20</sup> Gilvan Dockhorn (2002) analisa os meios de informação como um dos elementos fundamentais para a manutenção do governo militar, pois passam a deter *a função de disseminação das virtudes do sistema reivindicando o respeito à moral pública e às normas como paradigmas da verdade. Sob esta ótica a mídia, baseada no fluxo informativo, modelaria o consenso.* (p. 184)

As classes médias também não gostavam da política repressiva, almejavam ter participação; porém, em 1964, apoiaram o golpe, influenciadas pela Igreja e temerosas do comunismo. Mas, quando se dá a repressão, atingindo também seus filhos (os estudantes), esse setor começou a se opor ao regime, só que como

a nova prosperidade era evidente para os 20% da camada superior de beneficiários da renda, os protestos dos trabalhadores silenciaram, ou pelo menos se acalmaram; e como o governo conseguia justificar a repressão alegando que terroristas comunistas ameaçavam o país o próprio processo de desenvolvimento econômico, poucos motivos tinham as classes médias para arriscar a pele e as vantagens econômicas de que se beneficiavam apoiando a oposição. (Alves, 1985: 150)

A prosperidade chegou a tal patamar que uma das metas do Governo Civil Militar era transformar o Brasil em uma potência econômica até o final do século. Conforme havia escrito Golbery, colocava-se uma possibilidade de subimperialismo, já que, estando em pleno milagre econômico, era o momento de por em prática sua função diplomática em relação aos EUA, que deveria reconhecer a hegemonia brasileira sobre o Atlântico. Santos (1995) resume bem este interesse:

tratava-se de impor as bases de um grande poder econômico através do crescimento do setor exportador e das estruturas militares, policiais e culturais que realizaria esta aproximação com a América Latina e a África, onde o Brasil buscou apoiar ou até mesmo implantar governos coirmãos, fazendo alianças com todas as ditaduras então existentes [...] uma firme intenção política de criar uma indústria nuclear. (p. 121)

Em 1972, o Brasil faria um acordo nuclear com a Alemanha, sendo considerado pelos Estados Unidos uma potência e o principal aliado latino-americano. Mas, em 1975, um outro acordo que permitiria instalar 12 centrais atômicas no país sofreu uma ferrenha oposição norte-americana e acabou sendo abortado. Outros acordos foram tentados com a África do Sul

e Israel, mas sofreram novamente oposição norte-americana, desmotivando o interesse subimperialista do Governo brasileiro.

Ainda em função da prosperidade técnico-burocrático do Regime Civil Militar, o MDB sofreu uma grande derrota nas eleições de 1970 e acabou quase se desfazendo. Naquela época, nem mesmo a ARENA, partido do Governo, era ouvida, passando inclusive a ter uma preocupação de assessoria técnica no Legislativo. O Governo foi dividido em três áreas técnicas: a Econômica, chefiada por Delfin Netto no Ministério da Fazenda, a Militar tendo o General Orlando Geisel como ministro do Exército e João Leitão de Abreu Ministro da Casa Civil cuidava dos assuntos políticos.

O MDB passou a ter uma função oposicionista a partir de 1974, quando lançou um contra candidato a presidente e fez campanha com relativa liberdade utilizando os meios de comunicação e comícios com lideranças denunciando o Regime Militar. O grande crescimento eleitoral do partido surpreendeu o Governo. Todo esse processo foi detonado por importante debate televisionado entre os candidatos ao Senado pelo Rio Grande do Sul – Paulo Brossard de Souza Pinto (MDB) e Nestor Jost (ARENA) – no qual o candidato da oposição fez veementes críticas ao governo.

Por outro lado, como o movimento sindical foi perseguido e “modificado” para diminuir a oposição e se adequar ao regime, ele acabou fazendo as reivindicações por dentro do sistema, ficando mais específico em cada categoria e com objetivos apenas salariais. Apesar disso, o novo sindicalismo ganhou forma e saiu de seus aspectos locais, como analisa Eder SADER em “Quando Novos Personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)”. O movimento social na Grande São Paulo

conseguiu articular-se e, aos poucos, conquistar espaços e se configurar como elemento unificador de uma luta maior, forçando inclusive as estruturas da Ditadura Militar.

O que Sader (1988: 144-145) chama de “matrizes discursivas”: os movimentos de base ligados à Igreja Católica que a partir da teologia da libertação e, conseqüentemente, das CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases – com raízes na cultura popular, possui reconhecimento imediato através da religiosidade popular; a matriz marxista apesar de não ter uma inserção popular imediata possui um corpo teórico e crítico elaborado de luta contra o capitalismo, já a matriz sindicalista tem sua força no lugar institucional como agenciador dos conflitos trabalhistas, não na tradição como a teologia da libertação e nem nos elementos teóricos como o marxismo, pois o novo sindicalismo nasceu na luta específica no “portão da fábrica”. São elementos que fluem da cultura popular para se organizar e gerar um movimento muito maior que seu limite local: as greves, o movimento sindical dos anos 80 e a nova esquerda brasileira.

### 2.3 A abertura lenta, gradual e segura

Havia condições internas e externas<sup>21</sup> para a abertura, mas, se os militares pudessem, iriam perpetuar-se no poder. O interesse na abertura deve-se muito mais às pressões

---

<sup>21</sup> *O grande capital internacional superava a sua crise e voltava a apresentar um projeto político internacional em torno da globalização e dos direitos humanos.* (SANTOS, 1995: 246)

internacionais e ao crescimento de um movimento oposicionista, pois era mais interessante criar condições para uma abertura “dada” do que enfrentar uma ruptura conquistada pela oposição através de uma “revolução”.

Para Eliézer Rizzo de Oliveira (1994), a distensão teria ocorrido devido à resistência interna dos próprios militares à repressão política, os quais entendiam que as funções das Forças Armadas estavam sendo desviadas e que teriam então de assumir outro rumo e, por isso, anteciparem-se na abertura. *Os militares que conceberam a política de distensão agiram, em seu início, com grande autonomia relativa aos movimentos sociais, inclusive daqueles que se inscreveram no campo democrático e que, portanto, opunham-se à ditadura militar.*(p. 31)

Como houve desrespeito a hierarquia por parte de agentes da repressão, os militares, alinhados ao General Geisel, preocuparam-se com essa questão. Conforme Boris Fausto (2001),

Um oficial de patente inferior podia controlar informações, decidir da vida ou morte de pessoas conforme sua inserção no aparelho repressivo, sem que seu superior na hierarquia militar pudesse contrariá-lo. As funções e os princípios básicos da Forças Armadas eram assim distorcidos, trazendo riscos à integridade da corporação militar. Para restaurar a hierarquia tornava-se necessário neutralizar a linha-dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a “volta dos militares aos quartéis”. Por outro lado lembremos a “democracia relativa” era uma meta buscada pelo grupo castalista desde 1964.(p. 490)

A abertura legitimava o Governo, sendo até mesmo uma forma de referendar, de ficar mais tempo no poder e, ainda, tinha um duplo significado e, por isso, faziam-se costuras políticas para assegurar aos militares mais segurança quanto a punições por suas ações de repressão e tortura, isto é, *preservar a Forças Armadas como partido militar apto a exercer o controle social e [...] antecipar-se ao agravamento possível da crise de legitimidade que*

*pudesse acarretar uma situação política incontrolável de explosão social.* (OLIVEIRA, 1994: 41)

O Governo combinava medidas liberalizantes e repressivas, atacava de um lado a linha dura e do outro a oposição. Conforme o próprio Golbery, em um documento confidencial de 1981, citado por Ronaldo Costa Couto, está resumido o que o regime caracteriza como abertura lenta, gradual e segura, e a maneira cartesiana que agia. Veja-se o teor do referido documento:

Algumas valiosas regras de ação poderão ser apontadas para uma manobra dessa, não tão simples como, aliás, possa parecer:

1. cada par de ações (contra a direita e contra a esquerda) deve desencadear-se em prazo curto, uma seguindo-se logo à outra, para que se crie a convicção geral de sua solidariedade e se evidencie não estar o poder central agindo sob a influência de qualquer delas – reforço de posição própria, independente;
2. intervalos entre pares solidários de ações devem ser dos mais variados, garantindo-se-lhes efeitos surpresa;
3. as seqüências esquerda-direita e direita-esquerda devem suceder-se sem qualquer regularidade perceptível;
4. as ações devem ser as mais distantes possíveis entre si, quanto a seu espaço social de aplicação, isto é, alvos preferenciais deverão ser as extremas [...]
5. não perder oportunidades de ação sempre que a esquerda ou a direita se excedam, tanto mais quanto mais flagrante sejam os seus excessos: graduar as reações de modo a nunca enfraquecer demasiadamente – quanto mais eliminar prematuramente – uma qualquer das extremas em reforço à outra, o que possivelmente viria a ser comprometedor para a posição central e isenta do Governo. (COUTO, 1999: 156-7)

Conforme essa política, em 1975, Geisel suspendeu a censura ao jornal “O Estado de São Paulo” e, por outro lado, o ministro Armando Falcão desfechava uma repressão ao PCB com a acusação de manobrar o MDB e auxiliá-lo nas eleições de 74.

Em 1976, Geisel destituiu o comandante do II Exército, General Ednardo D’Ávilla Mello, colocando o General Dilermano Gomes Monteiro no seu lugar. Ação esta contra o aparelho repressivo que o haviam desafiado com o assassinato do jornalista Wladimir Herzog,

em outubro de 1975, e, depois, do operário Manoel Fiel Filho em janeiro de 1976, ambos nas dependências do DOI-CODI paulista.

Seguindo as estratégias sinalizadas por Golbery, também em 1976, Geisel utiliza o AI5 para cassar mandatos de Deputados opositores: Marcelo Gato e Néelson Fabiano Sobrinho, por serem do PCB que era clandestino, e Nadyr Rosseti, Amauri Muller e Lysâneas Maciel, por protestarem contra a ditadura.

Com a preocupação em manter o processo de forma segura, ou seja, da forma como estava, o Governo modificou a legislação eleitoral pouco antes das eleições municipais de novembro de 1976, pois, em 1974, imaginava uma vitória fácil da ARENA e foi surpreendido pelas urnas. Vendo o crescimento da oposição, Geisel resolveu restringir alguns acessos do público a propagandas políticas e, por intermédio de seu Ministro da Justiça Armando Falcão, decretou a chamada Lei Falcão, que disciplinava e limitava a propaganda eleitoral na tevê, ficando a mesma restrita à apresentação da fotografia do candidato sem propostas. Apenas era mostrado o seu currículo e o número de registro. No rádio, eram informados o nome, o número e os dados bibliográficos, o local e o horário de comícios, isto é, a campanha tornava-se monótona e sem nenhum debate de idéias, mas, principalmente, sem nenhum atrativo para diminuir o interesse do eleitor. Por outro lado, era muito eficaz para inibir novas críticas ao Governo.

Apesar da Lei Falcão, o MDB venceu as eleições municipais em 59 dos 100 maiores municípios onde havia disputa. Ele cresceu nas regiões mais desenvolvidas, nas áreas industrializadas; porém, a oposição não atingiu regiões mais no interior do Brasil - municípios pequenos e de postura bem mais conservadora.

No Rio Grande do Sul, passou a existir uma maior contestação à Ditadura a partir de 1975-76, quando ocorreu um crescimento eleitoral da oposição. Com isso, o MDB, nas eleições municipais de 1976, venceu em todas as cidades maiores do Estado<sup>22</sup>, o que possibilitou mais espaço para toda a oposição, principalmente, a que estava dentro da lei de segurança nacional.

Em abril de 1977, depois de uma crise com o Congresso quando o Governo não conseguiu maioria para aprovar alterações constitucionais, usando dos poderes do AI5, este decretou o recesso do Congresso Nacional por quinze dias e, com uma clara preocupação na manutenção do regime por mais um tempo, baixou vários decretos-leis conhecidos como “Pacote de Abril”. Algumas das principais mudanças do referido pacote foram: criação da figura do Senador “Biônico” eleito ou “fabricado” pelo Colégio Eleitoral, com o objetivo de evitar que o MDB tivesse maioria no Senado nas eleições de 1978; alteração na representatividade da Câmara, favorecendo os Estados do Nordeste; divisão do Estado do Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, dando a ARENA mais quatro Deputados Federais e três Senadores; fixação da data das eleições indiretas para Presidente da República para 15 de outubro de 1978, ou seja, um mês antes das eleições de Deputados e Senadores e para a qual foram estendidas as regras estabelecidas na Lei Falcão<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. ASPECTOS GEOPOLÍTICOS ADMINISTRATIVOS E DEMOGRÁFICOS. Vol 5-8, tomo 2. FEE, 1976. Cumpre salientar ainda que o Anuário não era publicado desde 1971, nos dá um indício de abertura ou mais provável pela força da oposição um recuo do Governo Militar em relação a algumas idéias oposicionistas, desde que dentro do sistema.

<sup>23</sup> Áurea Petersen (1998), em estudo sobre as distorções na representação na Câmara dos Deputados, afirma que as distorções começaram a se aprofundar na década de setenta, sendo que ocorreu uma desproporcionalidade de representação por Estado. Entre as distorções que aponta está o caso da *transformação de Territórios (Amapá, Rondônia e Roraima) em Estados. Os novos Estados passaram a contar com oito representantes na Câmara Federal, conforme determina a Constituição. Isso equivale a dizer que dobraram a sua representação, pois os Territórios têm direito a apenas quatro representantes*. Além disso, temos os desmembramentos dos Estados de Mato Grosso que originou Mato Grosso do Sul e Goiás, Tocantins, onde, *observada a proporcionalidade, Goiás deveria ter ficado com 15 representantes (e tem 17) e Tocantins, não fora o determinado na Constituição, ficaria*

A rotatividade do presidente gerava disputas internas. Isso não serviu para dar mais coesão, pois cada general tinha suas posições e interesses com relação ao cargo mais alto na hierarquia militar, o de Presidente da República. Antes de ser aberta a sucessão de 1978, já havia cogitações quanto ao general que substituiria Geisel, ou, talvez, um civil. O fato é que o Ministro do Exército, Silvio Frota, articulou com alguns Deputados a sua candidatura sem o consentimento e, até mesmo, com oposição do Presidente Geisel, que pretendia lançar o General João Batista Figueiredo e cuidar desse processo como uma continuidade do projeto de distensão.

Geisel decidiu, então, exonerar o General Frota e escolher Figueiredo para candidato à presidência. Representando uma manobra política vitoriosa do Presidente, esse episódio marca mais um embate com os duros<sup>24</sup>, habilmente vencido pelo General Ernesto Geisel, pois ficou decidido que a escolha do futuro Presidente da República seria pelo voto indireto no Colégio Eleitoral.

Em outubro de 1978, dois dias depois da eleição, Geisel mandou ao Congresso Nacional um projeto de lei modificando a Lei de Segurança Nacional, isto é, abolindo a pena de morte e a prisão perpétua, abrandando outras penas, restaurando o direito de *habeas corpus*, revogando o AI 5; porém, ao mesmo tempo, para as *salvaguardas*, foi criada a

---

*com 3 Deputados Federais (e tem 8). Isso ocorreu porque um acordo político de interesses eleitorais que possibilitou a introdução de norma transitória na Constituição de 1988, que proibiu a redução da representação que os Estados e o Distrito Federal tinham em 1986. [...] O número máximo de Deputados na Câmara é 513 e, não podendo ser reduzida a representação dos Estados, aqueles que cresceram mais do que a média, como Bahia, Pará e Minas Gerais, devem manter inalterado o tamanho das bancadas na Câmara de Deputados. Chegando ao absurdo de Estado com uma população superior a outro e ter menos representantes.*

<sup>24</sup> Eliézer Rizzo de Oliveira (1994), percebe uma tensão entre dois grupos dentro do Exército Brasileiro, desde a vitória do golpe de 1964, os Duros, se constituíam num grupo de militares mais autoritário que fizeram o endurecimento do Regime Militar, cuja *força manifesta-se especialmente na condução do inquéritos policiais-militares, ritos sumários destinados a fundamentar cassações de mandatos políticos e suspensão de direitos civis.* (p. 33) Havia também, os Castellistas, um grupo mais moderado, chamado também, de Sorbone do Exército Brasileiro, ligados a Escola Superior de Guerra.

Emenda nº 11 que manteve a possibilidade do Poder Executivo decretar estado de sítio, estado de emergência e medidas de emergência.

Uma das formas de união do MDB contra o regime militar eram as eleições, pois de resto tinham poucos elementos de união e de estratégia porque não tinham coesão, eram várias agremiações que se agrupavam na única forma de oposição possível, sendo assim, de acordo com Boris Fausto, nas eleições de 1978, a oposição

contou com o apoio dos militantes de diferentes grupos da sociedade civil: estudantes, sindicalistas, advogados, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à igreja. Esses grupos estabeleceram uma ponte entre o MDB e a grande massa, reduzindo o grave inconveniente de se ter livre acesso ao rádio e à televisão. (FAUSTO, 2001: 494)

Boris Fausto (2001: 494) apresenta alguns dados mostrando que a oposição cresceu muito eleitoralmente, apesar de não obter a representação no Congresso Nacional, por jogadas políticas do Governo. O MDB não conseguiu maioria no Senado, apesar de obter *57% dos votos válidos [...] porque a representação no Senado não proporcional, e sim por Estados. Além disso, havia a presença dos biônicos. A Arena continuou majoritária na Câmara Federal, conquistando 231 cadeiras contra 189 do MDB.* Mas o crescimento do MDB continuou nas grandes cidades.

Todos queriam a anistia: os militares por medo da retaliação por seus crimes e torturas, a oposição porque desejava que seus membros retornassem sem nenhum risco de serem novamente presos ou julgados como criminosos. Porém, os grupos mais à esquerda pretendiam uma anistia ampla e irrestrita, já os detentores do poder desejavam uma anistia moderada. Por isso, a lei surgida em 1979 não anistiou os envolvidos nos considerados “crimes de sangue” participantes de guerrilhas, nem libertou os que tentaram reorganizar

partidos clandestinos e nem os militares punidos puderam voltar à ativa nas Forças Armadas. Entretanto, significou um avanço para a época, já que restabeleceu direitos políticos e proporcionou o retorno de muitos exilados.

O retorno ao pluripartidarismo foi uma jogada estratégica do Governo Figueiredo, porque as eleições estavam sendo plebiscitárias, ou seja, os que votavam na ARENA eram a favor do Regime e os que votavam no MDB eram contra; por isso, o interesse do Governo em terminar com os antigos partidos e propiciar a criação de representações partidárias diversas, já que o MDB havia se transformado em uma frente que reunia um conjunto de facções. No entanto, era fácil e necessário fragmentá-lo. A reforma partidária imposta pelo Governo previa a existência da palavra “Partido” compondo a sigla partidária, o que tinha como objetivo esvaziar a legenda MDB.

Segundo Ronaldo da Costa Couto (1999), a expectativa do Governo era que surgissem cinco partidos: *o PDS, substituto da desgastada Arena; o PMDB, no lugar do MDB; um novo partido centrista, reunindo os moderados do MDB e os dissidentes liberais da Arena. Previa ainda o renascimento do PTB e a criação de um partido ligado ao novo sindicalismo de São Paulo.* (p. 280)

Na verdade, surgiram, em 1980, o PDS (Partido Democrático Social), o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que após uma disputa política entre Leonel Brizola e Ivete Vargas acabou ficando para esta última. Surgiu também o PDT (Partido Democrático Brasileiro), organizado por Leonel Brizola, que deveria representar um trabalhismo mais à esquerda e o PT (Partido dos Trabalhadores), oriundo do novo sindicalismo e das Comunidades Eclesiais de Base e ligado a alguns setores intelectuais de esquerda.

Em 1981, foi feita outra jogada política estratégica do Governo, dessa vez para melhorar a posição do PDS nas eleições que foram realizadas naquele ano. Através do chamado “pacote de novembro”, modificaram a legislação eleitoral, aprovada no Congresso Nacional por decurso de prazo. Nesta, era exigido que se votasse em candidatos do mesmo partido para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Governador e proibia as coligações e determinava que um partido para poder participar da eleição deveria lançar candidato para todos os cargos em disputa.

Como o PP (Partido Popular) de Tancredo Neves acabou se desfazendo, mesmo antes de participar de eleições e, para evitar a reunião dessa agremiação em torno do PMDB, o governo decidiu reabrir as filiações partidárias. Esse fato possibilitou ao PDS receber dez deputados do ex-PP e, ao PTB, que apoiava o Governo, dez deputados do PMDB. Essa estratégia acabou adiando os critérios para sobrevivência dos partidos para depois de 1986, o que beneficiou os pequenos partidos, mas evitou que essas agremiações se juntassem ao PMDB. Ficava também proibido o voto de legenda e o eleitor era obrigado a escrever o nome e o número dos candidatos e o cargo em disputa em uma cédula padrão. Houve todo esse cuidado porque os estrategistas do Regime já estavam se organizando para a escolha indireta – pelo Colégio Eleitoral – do Presidente da República, em 1984.

Apesar do controle da propaganda pela lei Falcão, que vigorou até setembro de 1984, houve um amplo debate político. *Discussões políticas, apresentação de plataformas, debates de temas econômicos e sociais. Uma grande eleição, abrangendo todos os níveis, exceto a Presidência da República, com 58 milhões de eleitores inscritos e milhares de cargos em disputa.* (Couto, 1999: 309)

Pressão dos duros e atos de terrorismo começam a ocorrer desafiando o Governo e a política de abertura. Os atentados culminaram com o episódio do Riocentro, quando uma multidão de mais de vinte mil pessoas assistia um show de música popular brasileira e, inesperadamente, no estacionamento explodiu uma bomba dentro de um carro no colo de um sargento, a qual o matou e feriu o capitão que estava junto. Ambos eram ligados ao DOI-CODI do I Exército. Outra bomba estourou, cerca de meia hora após, na casa de força, mas não interrompeu o fornecimento de energia e nem fez vítimas. As investigações feitas, na época, chegaram à conclusão de que os dois foram vítimas de terceiros, ou seja, de grupos terroristas que desejavam desqualificar o Exército Brasileiro.

A conclusão foi repudiada pelas oposições e, até mesmo, por integrantes do Governo. O General Golbery pediu demissão e houve fortes protestos da OAB, da imprensa e da opinião pública. O Governo acabou ficando desmoralizado com o episódio. Segundo Costa Couto (1999),

[...] o episódio do Riocentro marca o fim do projeto presidencial da linha dura e do terrorismo de direita. Não surgem novos episódios. Na verdade, ele inibiu, bloqueou a extrema direita, inclusive seu projeto de poder, paradoxalmente, portanto, contribuiu para dar mais consistência à abertura política [...] Há quem suspeite que o episódio possa ter viabilizado um compromisso eticamente reprovável, mas de interesse da abertura: a troca da impunidade dos responsáveis – via apuração restrita e controlada – pela aceitação da continuidade da abertura pelos radicais, inclusive das eleições diretas para governador de 1982. (p. 302-3)

Por outro lado, já no início do Governo Geisel, a economia estava dando sinais de crise, o crescimento e o patamar inflacionário já não eram mais os mesmos, os defensores do

milagre falavam em crescer o bolo para depois dividi-lo, mas o trabalhador, quem mais havia sofrido com o arrocho salarial<sup>25</sup>, mantinha-se com a esperança de dias melhores.

Em 1973, com a Guerra do Yom Kippur dos Estados árabes com Israel, os países produtores de petróleo se organizaram para diminuir a oferta de petróleo, causando aumento do preço. Isso gerou a primeira crise mundial do petróleo, que afetou diretamente o Brasil, por depender da produção mundial, pois importava de 80% do petróleo consumido.

Logo no início do Governo Geisel, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), previsto para o período de 1975 a 1979, o qual procurava completar o processo de substituição de importação, preocupando-se com os insumos básicos como o petróleo, o alumínio, o aço, os fertilizantes, o papel e a energia, mas também, com bens de capital, isto é, máquinas e ferramentas. A preocupação com programas energéticos foi a tônica do período, sendo o programa de substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de usinas hidrelétricas e as pesquisas de petróleo fundamentais para a sustentação econômica do projeto.

O ajustamento às novas condições internacionais tendo como objetivo manter uma taxa de crescimento de 10 % ao ano e a intervenção estatal como articuladora de frentes de crescimento de forma direta ou financiando empresas privadas nacionais e internacionais, priorizou ainda a ampliação do mercado interno, o aumento da qualidade de vida das classes

---

<sup>25</sup> Nos anos do milagre econômico o trabalho foi brutalmente explorado: A produção nacional crescia e se diferenciava, em proporções desconhecidas até então, mas o nível tecnológico não avançou na mesma medida. Os salários estagnaram e até diminuíram. O processo de trabalho tornou-se brutal e a taxa de acidentes e doenças do trabalho bateu recordes mundiais. As lideranças sindicais, que tentaram resistir e reorganizar a classe, foram presas, “desapareceram” ou tiveram de exilar-se [...] o crescimento da economia assentou basicamente, uma vez mais, nos ombros dos trabalhadores. O “milagre” infernizou o proletariado. A jornada de trabalho aumentou por várias horas extras, regrediu aos limites do século XIX, apesar do arrocho salarial ter diminuído nesta fase, o consumo da força de trabalho tornou-se selvagem, além dos limites e condições naturais de sua produção cotidiana. (SIMÕES, 1986: 77-8)

média trabalhadoras<sup>26</sup> e o aumento das exportações, mas preocupava-se, principalmente, com a integração nacional, fundamentalmente com relação à Amazônia, ao Centro-Oeste e ao Nordeste.

Com o objetivo de desenvolver essas regiões, o Governo implementou três políticas distintas: investimento, colonização e pesquisa. Quanto ao investimento, no II PND, são mencionados quatro programas principais: *o programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o Programa de Áreas Integradas do Nordeste, o Programa especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília [...]*. (DELGADO, 1985:86) Quanto à colonização, passou a conjugar *programas de colonos e pequenos produtores, com programas a serem realizados através de empresas rurais – pequenas, médias e grandes –, assim como de empresas de colonização*. (BR. Pres., 1974: 61. Apud. Delgado, 1985:87) Somados aos dois elementos anteriores, é feito um *amplo esforço de pesquisa e aplicação da ciência e tecnologia a regiões tropicais, do qual dependeria o desenvolvimento dessas regiões, de modo a evitar a devastação de seus recursos naturais*. (DELGADO, 1985:87)

Quanto à Amazônia e ao Centro-Oeste, o Governo criou três tipos de programas com características empresariais com objetivos de exportação e, por isso, devem adequar-se ao mercado internacional. Desenvolveu a pecuária de corte, lavouras de caráter comercial, extração e industrialização de madeira, mineração e indústria eletrolíticas, pesca empresarial e turismo. São eles: *o Programa de Aproveitamento Integral de Vales (Tocantins-Araguaia, Tapajós e Xingu), os Programas Setoriais de Base Empresarial e os Programas de*

---

<sup>26</sup> Ao menos em tese, mas na prática não consegue este intento, veremos isto nas crescentes reivindicações por reposição salarial, na contestação a números da inflação dada por órgãos oficiais do governo, feitas pelo movimento sindical, através de greves e organizações dos trabalhadores.

*Colonização ao longo dos eixos viários (Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém).*  
(DELGADO, 1985:88)

O Governo Geisel projetou uma infra-estrutura para essa integração, a construção da Transamazônica, por exemplo, obra de grande vulto que serviria para escoamento da produção, foi alvo de propaganda pelo Regime, porém, o projeto não se completou.

A maior propaganda do Governo Geisel eram suas grandes obras e a legitimação econômica buscando executar os objetivos do II PND. Um deles seria a Integração Nacional, por isso o ideal de progresso, fazer a Rodovia Transamazônica, desenvolver o Nordeste que, além de região tampão, era foco de desigualdades regionais.

Boris Fausto resume de forma clara a execução do programa econômico do Governo Geisel, que não fez os ajustes recessivos como outras nações industrializadas na época, mas

[...] tratou de incentivar os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital. Todo o sistema de incentivos e créditos do BNDE foram lançadas nesse esforço. Entretanto, a nova política colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal. Os gigantescos investimentos a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás da Embratel e de outras empresas públicas, a rigor, o sustentáculo do programa. (FAUSTO, 2001: 496)

Para fazer todos esses investimentos, era necessário recorrer a empréstimos internacionais. O problema é que os empréstimos contraídos não tinham juros fixos e as taxas de juros passaram a crescer muito em função de ajustes feitos pela economia norte-americana. Conseqüentemente, a dívida externa e interna passou a patamares elevados e o país teve de arcar com pesados compromissos com relação aos serviços da dívida, usando o lastro da economia, tendo necessidade, nos anos subseqüentes, de contrair mais empréstimos para pagar juros.

No início do Governo Geisel, foi elaborado o III PND, em que se colocavam como objetivos para o período: acelerar o crescimento da renda e do emprego, melhorar a distribuição de renda com o aumento do bem-estar das classes *de menor poder aquisitivo*, reduzir de disparidades regionais, controlar o endividamento externo e equilibrar as contas (balanço de pagamentos), desenvolver o setor energético e aperfeiçoar as instituições políticas. Para atingir tais objetivos, a política de desenvolvimento estava condicionada:

a) à permanência e desdobramento da crise energética; b) à persistência do balanço de pagamentos como restrição crítica; c) às crescentes pressões sobre o nível e o custo da dívida externa; d) à substancial pressão inflacionária de origem interna e externa; e) à necessidade de crescer para aumentar o nível de emprego[...]. (DELGADO, 1985: 93)

Na verdade, o documento era muito geral, com poucas especificidades, preconizando o desenvolvimento da agricultura como algo mágico<sup>27</sup>, um novo “milagre” anunciado pelo Ministro da Agricultura Delfin Netto com o “saco agrícola”, que, apesar de divergências quanto à questão agrária, criava a figura do miniprodutor, mas não previa a reforma agrária e, segundo o Ministro, resumiu-se em cinco pontos: *1) financiar tudo o que for plantado; 2) comprar tudo o que for colhido; 3) distribuir tudo o que for comprado; 4) remunerar tudo o que for investido e 5) pagar tudo o que for perdido.* (Revista Direção, maio/1979: 17)

Para alcançar os objetivos estabelecidos, o III PND incentivava: *a padronização e classificação dos produtos [...], a formação de estoques reguladores, [...] a integração dos*

---

<sup>27</sup> [...] ela permite, numa tacada só, aumentar as exportações e contribuir para a correção do perfil da distribuição pessoal de renda (via aumento da produção de alimentos e do nível de emprego) e para a redução das disparidades na distribuição regional da renda – através da elevação do nível de renda e de emprego no Nordeste, no que será completada pelos investimentos públicos nos setores sociais [...]. No que concerne às políticas setoriais, o Plano indica que os setores prioritários serão o de agricultura e abastecimento, o energético e o social. (DELGADO, 1985: 95)

*transportes [...], o sistema cooperativo, o desenvolvimento do mercado futuro, os serviços de abastecimentos nas periferias dos grandes e médios centros urbanos.* (BR. Presidente, 1980: 61. Apud. DELGADO, 1985:96)

Segundo Nelson Giordano Delgado (1985), o III PND nunca foi implementado porque não fora formulado com seriedade, o que deixa claro que a política econômica do Governo Figueiredo não tinha planejamento,

[...] prevalecendo, até o final de 1982, uma espécie de pragmatismo esperto – muitas vezes desastroso – frente às óbvias e dramáticas restrições internas e externas [...]. No segundo semestre de 1980, diante de uma situação insustentável, altera-se radicalmente a política econômica no sentido da adoção de uma política contracionista que torna negativa a taxa de crescimento do produto real, não reduz a inflação (já superior a 100 %) e não consegue melhorar a dívida externa. (DELGADO, 1985:97)

O Governo Figueiredo em seu início oscilou entre o ajuste econômico, devido à situação mundial, visando depois voltar a crescer, e o desenvolvimento continuado, sem ajustes como para o Governo anterior. Mário Henrique Simonsen, o primeiro Ministro do Planejamento, saiu do Governo por estar isolado; ele não teve respaldo quanto à condução da política econômica, o que ele mesmo revela da seguinte maneira:

[...] começou um discurso, um projeto que era “vamos combater a inflação”, “vamos segurar as pontas, porque aí vem a segunda crise do petróleo e os juros internacionais estavam subindo”. Ainda não havia a perspectiva do que ia ser 1980-1981. Mas, de todo o ministério, quem era a favor de uma política contida? Eu mais o Brandão [Carlos], que era o presidente do Banco Central. O Delfim Netto [ministro da Agricultura] obviamente queria fazer uma supersafra, o Karlos Rischbierter [ministro da Fazenda] queria fazer um pacto social. O Mário Andreazza [ministro do Interior] queria gastar. O Murilo Macedo [ministro do Trabalho] queria transformar os reajustes salariais de anuais em semestrais e dar na primeira faixa 110 % em vez de 100 % de reajuste. Que acabou sendo a lei salarial do governo Figueiredo [...] (Mário Henrique Simonsen. Apud. COUTO, 1999: 263-4)

Naquele momento, o Governo estava preocupado em ganhar popularidade e uma política de ajuste, logo no seu início, acabou por ser evitada para não prejudicar a imagem do Governo, que pretendia levar avante a política de distensão, iniciada por Geisel e Golbery.

Porém, em 1982, o Governo teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Depois da crise mundial e do pedido de moratória do México, a economia brasileira passou a ser determinada pelos acordos, implementando uma recessão para obter superávits na balança comercial, o que possibilitaria, teoricamente, o pagamento da dívida externa, continuou com a política de estímulo das exportações, redução das importações, sendo penalizado o mercado interno e reduzido os gastos governamentais tanto nas prestações de serviço quanto nas empresas públicas. Os resultados dessa política foram *recessão, desemprego, mudanças na política salarial que penaliza mais os assalariados, aumento da inflação e da dívida pública e agravamento da crise social e financeira*. (DELGADO, 1985:97)

A agricultura também sofreu os ajustes da política recessivas com a eliminação progressiva de subsídios agrícolas, com a elevação dos juros e, conseqüentemente, com o encarecimento do crédito rural; porém, enquanto vigorou a prioridade agrícola, o interesse do Governo estava na substituição de importação e na ampliação do mercado externo. *Aplicou-se mais aos produtos de exportação e a produção de cana-de-açúcar do que de alimentos básicos*.(DELGADO, 1985: 98)

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – tem considerado em seus estudos a década de oitenta para a América Latina como “década perdida” porque ocorreram retrocessos econômicos e sociais.

Si se aplica tan solo el indicador global del producto interno bruto por habitante, dicho término incluso se queda corto [...] la inercia recesiva de los años ochenta, con el pasivo que significa su deuda externa [...] el desgaste de la capacidad financiera y de gestión de los

gobiernos, la frustración de un número ascendente de personas que busca incorporarse al mercado de trabajo, el mal aprovechamiento de los recursos naturales y la depredación de estos y del medio ambiente. (CEPAL, 1990: 11)

Apesar dos problemas econômicos e sociais, a Instituição também considera como uma década de “aprendizado doloroso”, quando se tomou consciência do que se devia fazer, isto é, ter mais participação das decisões em nível internacional.

Se redoblaron los esfuerzos por aprovechar mejor las potencialidades de la integración regional, y se logró superar, en un grado importante, falsos dilemas referentes a la relación industria-agricultura, mercado interno mercado externo, Estado-agentes privados planificación-mercado [...] la demanda de ciertos bienes y servicios continuó expandiéndose [...]. En el ámbito institucional, se fortaleció la interacción política, y al mismo tiempo se delibitaron las instituciones públicas. E ajuste tuvo un elevadísimo costo social, sobre tos para los estratos medios y los grupos populares. (CEPAL, 1990: 11)

Também, é preciso considerar que a década de 80 foi de “ganhos políticos”, porque *numerosos países avanzaron hacia sociedades plurales y participativas, y se asistió al final de la década a una progresiva desideologización en el debate político y económico.* (CEPAL, 1990: 11)

O Brasil, como um país latino-americano que viveu ditaduras militares, teve grandes dificuldades para consolidar a democracia, não por sair de um regime autoritário, mas porque esse regime era hierarquicamente comandado, fazendo com que o retorno à democracia fosse lento, gradual e seguro. Mas também, não foi por possuir uma dívida externa elevada, mas por ter os piores níveis educacionais comparados aos países sul-americanos e centro-europeus, tudo isso somado a uma forte concentração de renda.

Em 1974, teve início o processo de abertura lenta e controlada pelos militares que durou mais de 11 anos e foi tão cerceado que, mesmo após a mobilização da sociedade civil

pelas “Diretas já” em 1984, os que controlavam o poder conseguiram não só adiá-lo como também conchavaram para eleger no Colégio Eleitoral um candidato pró-regime.

Mesmo após o fim da Ditadura, os militares tiveram ativa participação na política brasileira. Além de terem seis ministros no primeiro governo civil de José Sarney, influenciaram diretamente na Assembléia Nacional Constituinte com formação do Centrão. E, auxiliados pelo Presidente, no momento da elaboração da Constituição, distribuíram verbas para campanhas eleitorais às bases eleitorais dos Congressistas, *visando evitar o que teria sido o primeiro experimento latino-americano de parlamentarismo, ou, o que seria mais provável, de um “semipresidencialismo”, na linha da Quinta República Francesa.*(LINS e STEPAN, 1999: 206)

#### 2.4 As lutas sociais e a crise do Regime

O fracasso das ações de vanguarda, do foquismo, da luta armada, os efeitos da crise do socialismo real geraram uma crise teórica das esquerdas, o que levou a uma diversidade de interpretações: instituições, militantes e jornais clandestinos influenciaram nas idéias que nasciam das interpretações dadas pelos agentes sindicais, pastorais e movimentos sociais. Isso ocorreu porque indivíduos e ex-militantes de organizações revolucionárias faziam parte agora de organizações sindicais e dos movimentos sociais em geral. Segundo Sader (1988), a

hegemonia era feita pelas pastorais da Igreja, mas dentro dessa corrente entravam as idéias marxistas de uma esquerda dispersa.

Nos anos do milagre econômico, o trabalho foi brutalmente explorado; porém, o movimento operário estava amarrado a uma estrutura de dominação e, ao mesmo tempo, os líderes trabalhistas encontravam-se submissos a punições do aparato repressivo:

a produção nacional crescia e se diferenciava, em proporções desconhecidas até então, mas o nível tecnológico não avançou na mesma medida. Os salários estagnaram e até diminuíram. O processo de trabalho tornou-se brutal e a taxa de acidentes e doenças do trabalho bateu recordes mundiais. As lideranças sindicais, que tentaram resistir e reorganizar a classe, foram presas, “desapareceram” ou tiveram de exilar-se [...] o crescimento da economia assentou basicamente, uma vez mais, nos ombros dos trabalhadores. O “milagre” infernizou o proletariado. A jornada de trabalho aumentou por várias horas extras, regrediu aos limites do século XIX, apesar do arrocho salarial ter diminuído nesta fase, o consumo da força de trabalho tornou-se selvagem, além dos limites e condições naturais de sua produção cotidiana. (SIMÕES,1986: 77-8)

Com a reorganização dos movimentos sociais da base, a partir dos problemas da vila, do bairro, da cidade, que crescia desordenadamente, começou uma contestação e um questionamento das ações desenvolvimentistas dos Governos Locais, Estaduais e Federal, o que gerou uma contestação à Ditadura Militar como a causadora de todos os problemas. Da luta local, por melhorias locais, passou a ser percebida a necessidade de uma luta mais ampla.

As Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) desenvolviam seus próprios modelos discursivos, mas necessitavam da igreja católica para sua legitimação teológica. Os trabalhadores vindos de uma vida rural reviviam a da cultura rural nas CEBs. O salão paroquial, a creche comunitária, a igreja, as escolas tornaram-se locais de encontro dos trabalhadores.

O nascimento de uma nova igreja a partir da velha estabeleceu certa ruptura com a hierarquia, mas justificada porque esse povo assumia levar a causa do evangelho avante.

Conforme o pensamento de Leonardo Boff, *a passagem da idéia de caridade para a de libertação. A caridade ameniza o sofrimento dos pobres, mas não leva a uma contestação dos problemas do povo [...] a uma conscientização de que seus direitos devem ser respeitados.* (BOFF, 86: 19)

Em 1984, o Brasil viveu a efervescência popular: milhares de pessoas saíram às ruas entoando hinos, palavras de ordem, bandeiras, e gritando “diretas já”. Os comícios ganharam pequenas e médias cidades e não somente as grandes, mobilizando todo o país. As escolas fizeram campanha educacional através de redações<sup>28</sup> e atividades envolvendo os estudantes, mostrando que a vontade popular era as eleições diretas para Presidente da República. Contudo, o Governo e o PDS conseguiram deter a revisão constitucional que terminaria com a eleição indireta por Colégio Eleitoral. Faltaram apenas 28 votos para a oposição superar os dois terços necessários, o que deixou claro que o PDS não era mais maioria no Congresso e que, para eleger o candidato do Governo, ia ser necessária uma manobra política.

O crescimento da oposição deve-se, também, aos interesses internacionais, já que entre 1974 e 1986 foi possível perceber, em linhas gerais, no Japão desde antes, na Europa a partir de 1979, a emergência do neoliberalismo e o enfraquecimento do “Estado de bem-estar social”. O neoliberalismo busca o fortalecimento do mercado como sendo o provedor das estruturas democráticas e o mentor de todas as relações humanas em oposição ao Estado do Bem Estar Social, que tem por objetivo promover soluções aos problemas sociais, através das estruturas do Estado. Esse processo vai se refletir no Brasil em plena transição política, convivendo com as idéias dos movimentos sociais e convergindo para um objetivo específico:

---

<sup>28</sup> Uma campanha Nacional nas escolas escolhendo a melhor redação, cujo tema gerador era “Para Presidente Meu Pai”.

o fim da Ditadura Militar. Todo esses elementos irão servir para a construção de um discurso de enfraquecimento do Estado como um contraponto ao ideal de Estado forte da Ditadura Militar Brasileira.

[...] o pensamento neoliberal afirmava-se no sentido de favorecer o livre mercado e debilitar o Estado. Estas teses se mesclavam confusamente com a busca de relações sociais não autoritárias, formas de poder não verticais, formas de organizações informais. Curiosamente, as “conquistas” neoliberais na área da desregulamentação se articulavam com um amplo processo internacional de democratização. Tudo isso se juntava numa mesma realidade, apesar de servir a forças sociais completamente diferentes e de servir de interpretações opostas. Era natural, contudo, que a hegemonia desse processo ficasse na mão do grande capital que domina ainda os meios de comunicação e as formas de pensamento mundial. (SANTOS, 1995: 239)

Nesse sentido, na campanha pela democratização do país, o novo sindicalismo passou da negociação e solução de problemas locais, na fábrica, a reivindicações por aumento salarial, por melhores condições de trabalho, e tornou-se uma luta maior porque serviu de exemplo para outras categorias, gerando um empoderamento<sup>29</sup> através da organização de sindicatos combativos, sem filiação partidária, independente do Ministério do Trabalho e dos patrões, sem pretensões de fazer a revolução armada, mas com objetivo de organizar os trabalhadores para lutarem por melhores salários e contra o inimigo indireto que era a ditadura, isto é, por democracia no país. Nas palavras de Luís Inácio Lula da Silva, dá para

---

<sup>29</sup> Em 30 de outubro de 1978, brota nova greve dos metalúrgicos paulistas por reajuste salarial. Dura duas semanas. O movimento ganha todo o complexo industrial regional. Paralisação de cerca de 150 mil trabalhadores, em 385 empresas industriais. Demissões. Reivindicações parcialmente aceitas. Readmissões, volta ao trabalho. Durante o ano de 1978 acontecem 24 greves no país, cinco dos metalúrgicos, três de professores primários e secundários, cinco de médicos e uma de diversas categorias: portuários, transportes urbanos, tabaco, vidro cerâmica, têxtil, química, bancários etc. (COUTO, 1999: 238) Cumpre salientar que o conceito de empoderamento vem sendo utilizado desde os anos setenta e que um *processo de empoderamento eficiente deve envolver tanto componentes individuais como coletivos*. *Só assim é possível desenvolver as habilidades necessárias para que se obtenham reais transformações sociais.* (<http://www.eicos.psych.ufrj.br>) *O empoderamento acontece na medida em que se conquista e se distribui entre muitos o poder de realizar ações. Porém não é a mera realização de tarefas que define o empoderamento e sim a ação conectada a um senso de responsabilidade pelo trabalho, pela aquisição de conhecimento e pela capacidade de produzir mudanças a partir dele.* (<http://www.engenhodesonhos.org.br>)

perceber como se considerava a abertura política e a necessidade de participação da classe trabalhadora nesse processo:

Falavam em abertura democrática. E aí nós chegamos à conclusão de que era preciso que a classe trabalhadora entrasse nesse processo. Que enquanto a classe trabalhadora não entrasse, a gente não ia democratizar o país. Foi daí que a gente começou a envolver o Sindicato na luta mais política por democracia. Aí ia pra porta da fábrica mesmo... Em 77, nós descobrimos um rombo. O Banco Mundial anunciou que a inflação aqui tinha sido de 25%. Nós fizemos a maior campanha de reposição salarial. Aquilo mobilizou milhares de trabalhadores. (Luiz Inácio Lula da Silva apud. COUTO, 1999: 236-7)

As grandes greves dos metalúrgicos de São Bernardo fizeram com que o movimento operário crescesse, sendo que, em 1983, foram fundadas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) que posteriormente foi transformada em Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Ricardo Antunes considera os fatos acima mencionados como um saldo positivo no movimento sindical brasileiro na década de 80: *Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se a continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; a já citada organização das centrais avançou na luta pela autonomia e liberdade frente ao Estado; verificou-se um aumento de número de sindicatos e, por último, houve aumento nos níveis de sindicalização.* (ANTUNES, 1998: 151).

Já, nos anos 90, o sindicalismo recuou, pois se desenvolveu junto ao neoliberalismo “collorido”, a automação, a robótica e a microeletrônica, um quadro recessivo intenso. Em 1991, surgiu mais uma central Sindical, a Força Sindical, com um sindicalismo neoliberal e conservador, faltando a CUT e ao Novo Sindicalismo uma leitura da realidade para elaborar *propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui*

*existente, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora.*(ANTUNES, 1998: 152).

Entretanto, do Governo Figueiredo até o final do Governo Sarney, ocorreu um conflito entre o sistema organizado pela Ditadura Militar que conjugava concessões liberais com autoritarismo, mas que pretendia perpetuar-se no poder. Porém, ocorreram mudanças, isto é, uma nova forma de democratização aliando participação popular, que emergiu dos movimentos populares e foi ganhando espaço. Esse último teve um papel preponderante na elaboração da Constituição de 1988, em que várias emendas populares foram enviadas ao Congresso Constituinte, reunindo milhares de assinaturas, muitas sem mesmo ter sido lidas, mas que geraram uma forte pressão política e uma impressão clara de participação, do envolvimento e da construção de uma democracia que mudaria a cara do Brasil.

## 2.5 Os movimentos sociais e o crescimento das cidades: focalizando Porto Alegre

O Brasil aprofundou o incipiente processo de industrialização existente no início do século XX, principalmente, no período da Primeira Guerra Mundial. Porém, somente a partir da década de 40, no Governo Vargas, com a organização de uma indústria de base que ocorreu um desenvolvimento industrial, uma *modernização conservadora* e, portanto, as cidades brasileiras passam a crescer. No ano de 1940, 70% da população brasileira morava no

campo, porém, nos anos 70, isso se inverte, ou seja, 70% da população passava a viver nas cidades e apenas 30% permanecia no campo.

A partir dos anos 1970, o crescimento das cidades intensifica-se com a política econômica do Regime Militar, o Milagre Brasileiro e o desenvolvimento industrial, passando as cidades a ser um grande atrativo ao homem do campo.

Luciano Fedozzi apresenta alguns dados sobre esses períodos na região metropolitana de Porto Alegre. Revela que ocorreu um aumento populacional nessa região em relação ao Estado, *de 18,9% em 1960 para 31,5% em 1985 e 41,66% em 1991* (IBGE, 1991 apud FEDOZZI, 1998: 19).

Na década de 1970, o crescimento demográfico da capital e da Região Metropolitana foi *respectivamente 45,8% e 27,1%, comparativamente à taxa média de crescimento de 16,6% no RS* (IBGE, 1980 apud FEDOZZI: 1998, 19). Onde colocar essa população? Que problemas esse crescimento desordenado vai trazer? Como as cidades se organizam a partir daí para solucionar problemas surgidos do aumento desordenado da população? Como os governos irão trabalhar para buscar tais soluções, se é que objetivam isso? Como emergem as organizações que cobram e propõem soluções contra e junto ao poder público? Qual o poder de luta dos atores em busca de soluções de seus problemas? Como emergem lideranças? Como ocorre a autogestão em contradição ao autoritarismo da política brasileira? Ou como se mantém o poder autoritário em algumas organizações?

São questões que vem sendo discutidas ao longo dos anos e que nós vamos apenas tangenciá-las, pois nos interessa alguns questionamentos sobre a organização dos movimentos sociais, nos quais nascem alternativas de democratização da sociedade e formas coletivas de organização, já que a cidade passa a ser o centro das atenções.

A cidade vem se configurando como um atrativo ao homem do campo desde o desenvolvimento do capitalismo industrial, em que se tornou interessante aos capitalistas a existência de um excedente de mão-de-obra nas cidades, que é onde se desenvolveram as indústrias. Pela “lei da oferta e da procura” o trabalho é considerado mercadoria e, portanto, quanto mais oferta de trabalhadores existir a disposição dos empresários, mais baixos serão os salários. Além disso, é um poder manter o trabalhador calado e submisso, com receio de perder seu emprego se fizer reivindicações. Nesse sentido, o capitalismo criou formas de tornar a cidade interessante ao homem do campo, como veremos a seguir.

Um atrativo ao camponês é o próprio trabalho, pois os camponeses acostumados a trabalhar de sol a sol e sem grandes retornos financeiros, ouvem falar que na cidade se trabalha 8 horas diárias, com semana de seis dias e descanso remunerado, que os serviços são bem mais leves do que no campo e que o salário é garantido no fim do mês. Além disso, teriam postos de saúde próximos, escolas para os filhos com formação completa, possibilidade de ascensão social através da educação, além de festas no final de semana. Tais benefícios considerados, tanto para os jovens como para os mais velhos, constituem-se em um dos atrativos da cidade, o que faz com que toda a família ou somente os jovens migrem para as zonas urbanas.

Em contrapartida, a formação nas escolas rurais está voltada para a cidade, os professores são formados na cidade e, constantemente, incentivam os jovens a estudarem e “saírem” do trabalho no campo, considerado pesado e pouco lucrativo. O sonho de ser “doutor” é ainda cultivado.

Educação, saúde e lazer são fortes componentes para uma melhoria do nível de vida e somente a cidade propicia isso próximo de casa, tornando-se atraente aos olhos de camponeses com pouca terra ou mesmo sem terra.

Outra questão a ser pensada, é a possibilidade de ascensão social na cidade, já que tanto jovens quanto adultos vêem na empregabilidade uma forma de estabilidade e de melhoria de vida. Assim, a cidade é vista como o “Eldorado”, sendo, inclusive propagada pelo capitalismo como o lugar de conforto, de bem estar, de progresso e de desenvolvimento. Os meios de comunicação mostram os benefícios da cidade, chamando a atenção do homem do campo, que, quando vai à cidade, principalmente nas regiões centrais, e vislumbra a beleza e o progresso, confirmando o seu encantamento.

Outro elemento importante, ainda, é a terra, um fator de abandono do campo. O filho de pequeno agricultor não possui terra para si. A terra sem manutenção, sem adubo, sem rotação de culturas fica enfraquecida e perde a produtividade e o agricultor perde a renda oriunda daí, já que a agricultura de subsistência vem sendo substituída pela agricultura extensiva para fins comerciais. A aprendizagem do homem do campo volta-se para o capitalismo de mercado e não para sua subsistência. Isso faz com que haja interesse em aumentar a quantidade de terras para a produção, o que gera a expulsão de pequenos proprietários que acabam não resistindo a ofertas sobre sua terra, buscando alternativas nas cidades.

A origem fundiária brasileira é bastante desigual, a distribuição de terras gerou o latifúndio e a preocupação dos governos sempre foi com a grande propriedade que é mais influente, o que leva a diminuir ainda mais a pequena propriedade. Verifica-se a tendência das grandes “engolirem” as pequenas.

A entrada de tecnologia no campo e de maquinários, como trator, a colheitadeira, o caminhão, fazem aumentar ainda mais as desigualdades, pois, quem poderia adquirir tecnologia e maquinários? Obviamente, quem não tem condições para adquirir a nova tecnologia, fica fora dos padrões exigidos. Essa situação levava muitos pequenos proprietários a venderem sua propriedade, empregarem-se na lavoura das propriedades maiores ou irem para a cidade. Também, o número de empregados rurais diminuiu com a tecnologia e maquinarias, restando à maioria o êxodo rural.

Todos esses fatores são fundamentais para entender o crescimento da cidade, o qual se dá de maneira desordenada e desorganizada, com ocupações em áreas da periferia urbana. Estudando Porto Alegre, Luciano Fedozzi, em “O Poder da Aldeia”, deixa claro como a população favelada e o número de vilas cresceram vertiginosamente. Ao longo de 24 anos, o percentual de favelados aumentou de 8,76% em 1965 para 33,63% em 1991. O mesmo se observa com o número de vilas que cresceu de 66 para 249 no mesmo período<sup>30</sup>.

Com o inchaço das cidades, os problemas se multiplicaram, a começar pela moradia e a infra-estrutura das vilas: saneamento, água, luz, calçamento; regularização de áreas e a posse da terra; trabalho e dignidade; escolas, creches, postos de saúde e transportes.

Com relação à migração que fez crescer as cidades, além disso, conforme Ecléia Bossi, ocorre um desenraizamento do migrante rural, que, em suas mudanças, deixa e carrega elementos culturais, e que se enraíza em outros espaços, mas

o migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade sua

---

<sup>30</sup> Luciano Fedozzi (1998) faz uma análise do crescimento dos movimentos populares e a constituição do Orçamento Participativo como parte de um processo que continua em construção, chamando a atenção de forma crítica para a avaliação desse processo.

fala é chamada “código restrito” pelos lingüistas; seu jeito de viver “carência cultural”; sua religião, crendice ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em ternos de desenraizamento. Não buscar aquilo que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão. (BOSI, 1982: 12)

O desenraizamento é cultural, psicológico e físico. O não ter onde plantar gera uma insegurança, pois de onde vem a alimentação? A paisagem cultural substitui a paisagem natural. O meio urbano é cada vez mais artificial. Esses são restos da natureza primitiva encobertos pelas obras dos homens. É a modernização capitalista avançando sobre a vida humana.

O aglomerado urbano torna-se disforme e sem planejamento, um amontoado de casas e casebres onde as pessoas, o lixo e a insalubridade moram juntos. Regiões muitas vezes úmidas ou em situação de risco, lugares destinados a praças e a área verde e propriedades particulares passam a ser ocupadas palmo a palmo de forma, às vezes, solidária, às vezes, pela disputa ou, mesmo, aliando ambas.

O poder público que deveria atender essa problemática tem dificuldades decorrentes da crise econômica enfrentada pelo país. Exatamente, isso fez com que a sociedade se mobilizasse a procurar socorro junto a pessoas conhecidas, buscasse apadrinhamentos políticos ou cobrasse soluções dos órgãos competentes.

Um desses problemas, a habitação representa muito mais que a casa, é o endereço para buscar trabalho, é a referência aos amigos, a correspondência; por isso, lutar pela moradia é fundamental. Já que o poder público não se preocupa e não atende às demandas, a sociedade se mobiliza.

A luta pela terra se vincula às associações de bairro, às associações de moradores e às sociedades de amigos que se desenvolveram a partir dos anos 50. Nesse primeiro momento,

com fortes características clientelistas, na verdade construídas por lideranças trabalhistas, surge a FRACAB – Federação Riograndense de Associações Comunitárias de Amigos de Bairro – que assume o papel, ao menos em um primeiro momento, de auxiliar o Estado.

Na Ditadura Militar, o movimento de bairro foi cooptado para integrar ao desenvolvimento capitalista, autoritário e centralizado em que a classe dominante teria a hegemonia e integraria os grupos da margem a projetos e a programas governamentais, usando do assistencialismo para *esvaziar* reivindicações. *Muitas vezes, as entidades comunitárias constituídas dentro deste espírito tinham como presidente e/ou conselheiros, políticos ou empresários de renome na cidade.* Sem nenhuma participação popular, construíam centros de lazer de primeiro mundo, convivência civilizada *sem vinculação com partidos ou religião*, um lazer despolitizado, despreocupado. *Na visão das elites governantes da época, tratava-se de educar a população pobre para a convivência civilizada e a modernidade.* (BAIERLE, 1992: 44 - 45)

Nesse sentido, o Governo Militar criou o BNH – Banco Nacional de Habitação – que passou a centralizar a Política Habitacional, determinando aos municípios o que deveriam ou não fazer. Em Porto Alegre, no ano de 1965, foi *reestruturado o Departamento da Casa Popular, passando a chamar-se Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB.* *Adequando-se à política que era ditada para todos os centros urbanos do país [...], dessa forma, adere ao programa de remoção de favelas [...].* (BAIERLE, 1992: 40)

O DEMAB, a revelia das pessoas, as removia das vilas invadidas e, enquanto construíam moradias definitivas, colocavam-nas em regiões distantes do centro, em lugares sem transporte, sem iluminação, sem água, enfim, sem nenhuma infra-estrutura.

Com relação às primeiras remoções, houve certo desamparo pelas associações, mas, com o tempo, isso se modificou e as associações promoviam outras invasões, a procura de políticos e da imprensa.

A FRACAB era dirigida por partidário da ARENA até 1977 quando outras lideranças ligadas ao PMDB ocupam sua direção. A partir daí, foram disponibilizados advogados aos moradores de vila para garantir a permanência das pessoas em áreas ocupadas. Assim, muitas vilas iriam continuar a existir.

Com o desgaste do Regime Militar, crescem as contestações e protestos. Juntamente com greves e conquistas dos trabalhadores, observa-se o crescimento de ações comunitárias. *Menos atentos ao discurso ideológico destes agentes do que à consciência que desenvolviam de suas necessidades, grande parte das populações das vilas incorpora uma **cultura de direitos** [...].* (grifo do autor) (BAIERLE, 1992: 46)

Constituem-se associações de moradores mais contestadoras e melhores articuladas. Buscam soluções dos órgãos competentes e fazem oposição ao poder estabelecido, fruto também do *empoderamento* que iam tendo a cada conquista. Baierle (1992) vai mostrar isso quando reconstrói a memória das disputas políticas ocorridas nas vilas populares.

Um exemplo de *empoderamento* é quando se constitui a União de Vilas da Cruzeiro do Sul em 1979, em que os moradores puderam ter uma visualização mais ampla da luta, como relata Elisabete Freitas, a Bete da COOTRAVIPA.

Já tinha a Vila Tronco organizada, aí organizamos a Orfanatório I, a Orfanatório II, e depois cada uma vila se organizou na associação de moradores e começamos a nos reunirmos, naquela época na FEBEM [...] fizemos o Natal da Zona Sul, pra mais ou menos 16 mil crianças, e depois [...] houve um despejo lá em cima na Vila Mariano de Matos, e nós nos organizamos para impedir o despejo e conseguimos, graças a Deus! E depois passamos a nos reunir para adquirir qualidade de vida, lixeiras nas vilas, Postos de Saúde avançados, água, luz, [...], segurança, creches em todas as vilas, coisas que a gente conquistou. Depois nós não

queríamos as lixeiras que amontoava muito o lixo, queríamos a coleta, daí conquistamos a coleta, depois conquistamos a água com o contador, a luz de baixa renda, e a luz depois passou a ter o contador e a rede de luz, de esgoto e de água, passou em todas as vilas. (Elisabete em entrevista ao autor)

Nos anos oitenta, a cidade continuava crescendo, porém, como mostra Baierle (1992)<sup>31</sup>, a subabitação cresceu muito mais. Isso indica que os problemas sociais vêm aumentando, isto é, os baixos salários e, principalmente, o desemprego e seus derivados.

Com o aumento da população cria-se um excedente de mão-de-obra não aproveitado pelas indústrias, pelo comércio e pelos serviços, pois ocorre uma estagnação econômica depois da crise do petróleo. Enquanto isso, cresce o número de trabalhadores nas vilas. A União de vilas da Grande Cruzeiro fez uma pesquisa para verificar quantas escolas, creches e postos de saúde faltavam, conforme relato de Elizabete Freitas:

[...] fizemos um levantamento, um questionário e aplicamos, primeiro na nossa vila, e depois em todas as vilas da Grande Cruzeiro, [...]. Aplicamos o questionário para ver quantas Escolas nós precisávamos, quantas vagas faltavam, quantos nós pediríamos quanto nós precisávamos, e descobrimos que a maior necessidade que nós tínhamos era trabalho. Tinha muito desempregado, muito biscateiro, muitas pessoas que trabalhavam por conta e risco, se chovia não trabalhava e não comia, se ficavam doentes não tinha onde consultar porque só a Santa Casa consultava eles porque eram indigentes, quem não tinha INSS [...]. (Elisabete Freitas em entrevista ao autor)

A partir desse questionário, a União de Vilas organizou uma manifestação na frente da Prefeitura em 1984 reivindicando empregos, forçando a Prefeitura a cadastrar os desempregados e conceder duzentos postos de trabalho, *mas o que foi duzentos postos de trabalho para três mil desempregados*<sup>32</sup> e, a partir daí, forma-se a COOTRAVIPA –

<sup>31</sup> “Nos anos 80, conforme dados da FEE (Fundação de Economia e Estatísticas), a população em áreas de subabitação cresceu a uma taxa entre 8% e 9% ao ano, enquanto o conjunto da população da cidade cresceu 1,95% ao ano, em média”. (BAIERLE: 1992, 34)

<sup>32</sup> Elizabete Freitas em entrevista ao autor.

Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos das Vilas de Porto Alegre Ltda –, pois, como relata Elisabete Freitas, em seu livro “COOTRAVIPA - A união que deu certo”.

O Presidente da nossa Vila, Vila Orfanatrópio I, Osmar Freitas (Gordo), nos relatou que, quando exilado na Argentina e no Chile, observou que os trabalhadores organizavam-se em cooperativas para vencer a crise. Ele nos explicou como funcionava, e as lideranças presentes acharam a idéia boa. Marcamos mais duas reuniões para conseguirmos um modelo de Estatuto de Cooperativa para fazer a nossa. (FREITAS & ASSOCIADOS, 2003: 14)

Apesar de uma tradição autoritária e dos limites históricos, exemplos autogestionários, podem ser observadas nos movimentos sociais que emergiram das lutas comunitárias práticas democráticas que construíram várias mudanças na cidade de Porto Alegre no final dos anos oitenta<sup>33</sup>.

O que brotou de tudo isso foram os movimentos sociais, a solidariedade e a construção de uma identidade como parte de uma coletividade. A construção da cidade, do caleidoscópio urbano, onde se encontram pessoas das mais variadas categorias, das mais variadas raças, das mais variadas posturas, mas que passam a se constituir enquanto cidadãos no momento em que participam da construção e de decisões da sua cidade. Conforme estudo de Otávio Ianni (2000), a cidade é onde tudo acontece, onde a vida passa e renasce, onde a coletividade se encontra, desde o mendigo ao doutor, desde o arquiteto ao construtor sem teto, aos desempregados, aos que buscam sobrevivência no subemprego ou no trabalho assalariado, ao sem “eira nem beira”, ao menino de rua. Enfim, a cidade é a síntese da sociedade, são grupos antagônicos convivendo lado a lado, tudo o que se pode pensar em termos de vida humana se vê na grande cidade, todos desfrutam o espaço da rua, todos vivenciam cenas

---

<sup>33</sup> Conforme Luciano Fedozzi em “O Poder da Aldeia” o Orçamento Participativo é fruto dos movimentos sociais, das lutas sociais.

cotidianas das mais variadas formas de expressão. Enfim, a cidade resume a vida do homem moderno e pós-moderno.

Neste capítulo, mostramos como a Ditadura Militar brasileira buscou sua legitimidade e como, por outro lado, os movimentos populares nasceram e cresceram dentro das contradições sociais que apareciam.

A Ditadura Militar buscou se legitimar, primeiramente, através de um desenvolvimento técnico e de um discurso da eficiência técnica e tecnicista quando ocorreu um desenvolvimento econômico e um crescimento, pelo menos até a crise do petróleo. Esse desenvolvimento gerou, por seu lado, uma justificativa para a política econômica e social do Regime Civil Militar caracterizado por suas ações contra a guerrilha, sua política educacional e sua relação com o Congresso Nacional.

No período da abertura, podemos identificar um discurso legitimador dos militares, já que estavam buscando a democratização do país e, por isso, esse processo deveria ser lento, gradual e seguro para que não houvesse problemas. Nesse sentido, vimos um forte controle, tanto das forças mais à direita quanto das da esquerda, uma hierarquização da sociedade brasileira, um controle pela eficiência militar, a centralização e a hierarquia.

Por outro lado, a oposição vai ganhando espaços. É na vida, no dia-a-dia do fazer histórico que os movimentos sociais foram se constituindo enquanto resistência ao poder instituído ou enquanto formas de sobrevivência ou, mesmo, enquanto busca de mudanças e transformações sociais. Os movimentos de base vão ganhando força juntamente com o movimento sindical e o que podemos considerar como os novos movimentos sociais, pois lutam por problemas cotidianos, porém, muitos deles vão crescer tanto que passam a influenciar na constituição de outros movimentos e, mesmo, nas mudanças que passam a

ocorrer na configuração de forças oposicionistas, forçando algumas mudanças significativas no poder do Estado.

Esses elementos fizeram parte da organização social dos anos setenta e oitenta e podemos considerar que tiveram grande influência na constituição da COOTRABALHO, servindo como elo construtor de significados lidos e interpretado pelos agentes sociais do cooperativismo e que nós buscamos interpretar em um esforço para melhor compreender os fragmentos culturais e sociais que fizeram parte do mundo dos integrantes da COOTRABALHO.

## CAPÍTULO 3

### CONCEITOS E LIMITES DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Em marcha, irmãos, para frente! / Que é sempre belo marchar /  
Quando em mil peitos se sente, o mesmo sonho vibrar. / A que o dever nos  
conduz, / Marchemos, pois, de mãos e de luz. // Nossas vidas unamos num  
laço / de mais pura e mais forte afeição / E de luzes semeemos o espaço /  
Semeando nas almas união. / Trabalhar, companheiros, devemos / Pelo  
bem, pela glória comum. / Que este nobre ideal realizemos / Um por todos  
e todos por um [...]. (LIMA, Correa. **Marcha das cooperativas**. Porto  
Alegre: 1980)

O hino das cooperativas mostra como o cooperativismo brasileiro dos anos setenta e oitenta teve a marca do Regime Militar, pois até mesmo a música retratava uma militarização. São conceitos que se adequaram à realidade do país e ao pensamento dominante, porém não eram unívocos, mas bastante diversificados e caracterizados de acordo com seus limites, dados por seus princípios e também pela época e cultura a qual estava inserido.

Ao discutirmos os conceitos e limites do cooperativismo brasileiro, pretendemos analisar a construção histórica do movimento a partir da instituição do Decreto 59/66 dado pelo Regime Militar, o que determinou uma função ao cooperativismo de acordo com sua política econômica, basicamente destinada ao campo; portanto, a lei 5764/71 trouxe pouco

sobre o cooperativismo urbano e nada sobre as Cooperativas de Trabalho, que é o foco de nosso estudo.

Além disso, pretendemos discutir como o cooperativismo foi defendido pelo sistema, pelo Governo, pelos políticos representantes e pelo movimento cooperativista gaúcho. Pretendemos discutir também de que forma o movimento foi construindo sua autonomia, como se configurou e como se posicionou frente as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram ao final dos anos 70 e nos 80, base de sustentação e contraponto a Cooperativa de Prestação de Serviço dos Trabalhadores Autônomos de Porto Alegre Ltda – COOTRABALHO –, objeto de nossa análise.

O cooperativismo foi idealizado e exercitado por vários precursores, mas a forma moderna teve início da organização de 28 tecelões do bairro de Rochdale em Manchester, na Inglaterra, em 1844, quando criaram uma associação que mais tarde seria chamada de cooperativa. Os Pioneiros de Rochdale eram em sua maioria discípulos de Robert Owen. Tinham a intenção de difundir os ideais dos socialistas utópicos e pretendiam construir “colônias cooperativas autônomas” que serviriam como exemplo de sociedade solidária e conquistariam a simpatia de outras pessoas que seguiriam os seus exemplos.

Por isso, desenvolveram alguns princípios que sobrevivem e são referência até hoje no movimento cooperativista mundial, são eles: democracia, maior valor a pessoa do que ao capital, livre adesão, juros limitados ao capital, compras e vendas à vista, liberdade para sair da cooperativa, retorno das sobras, vendas a não sócios, educação e aperfeiçoamento intelectual dos cooperados.

Um dos princípios fundamentais instituídos no estatuto da ACI – Aliança do Cooperativismo Internacional –, formulado no Segundo Congresso em 1896 em Paris, foi o da neutralidade política e

religiosa, como abordou Campos (1998)<sup>34</sup> em um discurso unificador e difusor do cooperativismo pelo mundo, a “internacionalização do movimento cooperativo”. Podemos perceber a difusão da doutrina cooperativista através dessa prática discursiva, isto é, os princípios de Rochdale transformados em doutrinas cooperativistas e internacionalizados pela Aliança do Cooperativismo Internacional foram adequados em 1937 e em 1966 a uma realidade econômica e social dinâmica e evolutiva<sup>35</sup>.

No estudo de José Odelso Schneider, aparecem dois elementos fundamentais para o desenvolvimento cooperativo no mundo: a flexibilidade para adequar-se a cada lugar e seus elementos culturais, sociais e econômicos, [...] *procurarão ser organizações livres, autônomas, inspiradas na auto-ajuda mútua e no predomínio do processo de cooperação sobre o da concorrência, preservando um mínimo de coerência com valores fundamentais [...]*; e os princípios como processo a ser buscado e aperfeiçoado, [...] *que vai conquistando dia-a-dia, sempre um pouco mais. Com as inevitáveis contradições, avanços e recuos próprios de qualquer processo social. O acontecer cooperativo nunca é um fato acabado e definitivo.* (SCHNEIDER, 1991: 41).

<sup>34</sup> CAMPOS em seu livro “Cooperativismo Agrário e Integração Econômica”, na linha teórica de Foucault, analisa o discurso de integração econômica no Cone Sul a partir da configuração de uma Nova Ordem internacional e suas práticas discursivas, o que traz uma nova relação de saber e poder nas cooperativas vitivinícolas do Rio Grande do Sul com o advento tecnológico e concorrencial.

<sup>35</sup> Os princípios propostos no Congresso de 1966 e confirmados no 24º Congresso da ACI em 1969 foram: “1. Adesão à cooperativa seja voluntária e sem restrições [...]. 2. As cooperativas são organizações democráticas. Seus negócios sejam administrados por pessoas eleitas ou indicadas pelos associados e responsáveis perante eles. Os associados das cooperativas primárias gozem de direitos iguais de voto (um homem um voto) e de participação nas decisões que afetam suas cooperativas [...]. 3. O capital social receba uma estreita e limitada taxa de juros, se houver juro. 4. Os excedentes, se houver, decorrentes das operações da cooperativa, pertencem aos membros da cooperativa e sejam distribuídos de tal maneira que se evite que um sócio ganhe a expensas de outros. E que por decisão dos associados se proceda como segue: – para o desenvolvimento das atividades cooperativa; – para a realização dos serviços comuns; – para a distribuição entre os associados na proporção das transações com cooperativa. 5. Todas as cooperativas destinem recursos para a educação de seus associados, dirigentes, funcionários e do público em geral, nos princípios e nas técnicas da cooperação, tanto sob o ponto de vista econômico como democrático. 6. Todas as cooperativas, com vista a melhor servir os interesses de seus membros e de suas comunidades, cooperem ativamente em todas as medidas práticas com outras cooperativas, ao nível local, nacional e internacional” (Schneider, 1991: 56 e 57).

Fica clara uma preocupação da ACI em manter e em universalizar os princípios cooperativistas como os oriundos de Rochdale, no entanto, de acordo com a cultura de cada povo, ficando a liberdade de organização cooperativa em todos os países de acordo com os seus conceitos de cooperação. Além disso, há possibilidade de mudança e evolução desse conceito, já que considera os princípios como um processo a ser construído. Por isso, a importância de entendermos os conceitos de cooperação no movimento cooperativo brasileiro e sua evolução ao longo da história, de acordo com a cultura e o momento histórico. Esse é o objeto de análise deste capítulo.

### 3.1 O nascimento da Lei 5764/71

Neste subcapítulo, vamos analisar o surgimento da Lei cooperativista que está em vigor, e que, apesar de sofrer críticas e suscitar discussões, regulamenta o cooperativismo até hoje com algumas poucas mudanças. Vimos como o Governo Militar encampou e utilizou o cooperativismo brasileiro para seus interesses e dentro da sua política econômica.

Através do decreto 59 de 1966, o Governo Militar modificou a legislação que regulamentava o cooperativismo, mostrando o caráter intervencionista ao determinar no Artigo 2º §§ 1º e 2º as atribuições do Governo Federal como coordenador e estimulador do cooperativismo *O Governo Federal orientará a política nacional de cooperativismo, coordenando as iniciativas que se propuseram a dinamizá-la, para adaptá-las as reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento.* (An. Câ. Dep., ago/1971, vol. 14: 960-965)

Transparece a intenção do Governo Militar, na figura de Castelo Branco, em disciplinar, intervir e determinar as cooperativas que serão do seu interesse. Pode-se considerar que o Regime Militar tinha por objetivo verificar as reações com relação às determinações? Ou fazia parte de uma estratégia para “purificar o movimento”, expurgar os possíveis comunistas ou opositores? Ou ainda fazia parte da política econômica de atração de investimentos estrangeiros?

A frase *adaptá-las às reais necessidades*, diz muito do interesse do Governo, pois para que serviriam, a uma ditadura, um grupo de pessoas organizadas e que se reuniam em assembléias para decidirem e deliberarem sobre temas de seus interesses?

O Art. 2º § 2º do decreto lei 59/66<sup>36</sup> determinava sobre os incentivos e financiamentos governamentais ao cooperativismo, ou seja, às cooperativas que se adaptassem, sobrevivessem ou que estivessem dentro da política governamental.

Ainda nesse sentido, para orientar as demais cooperativas que não as de Crédito e de Habitação<sup>37</sup> o Governo criou o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) formado por sete membros, sendo seis de órgãos governamentais e apenas um indicado por *um órgão superior do movimento cooperativista nacional, devidamente reconhecido pelo governo* (Decreto Lei 59/66 Art. 9º) (grifo nosso). Essa composição do CNC demonstra a clara intenção de obter o pleno domínio das cooperativas e do cooperativismo, tirando toda e qualquer autonomia que pudesse ter, bem como a força do sistema. A partir de então, as cooperativas tiveram de se adaptar a lei vigente, o que gerou muitas dificuldades levadas ao Congresso Nacional por Parlamentares do MDB e da ARENA.

---

<sup>36</sup> *O poder público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais no sentido de canalizar para as diferentes regiões do país as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento do cooperativismo* (An. Câm. Dep., ago/1971: 960).

<sup>37</sup> Que continuam sobre as determinações respectivamente do Conselho Monetário Nacional e Banco Central e do Banco Nacional de Habitação.

O Deputado Yukisshigue Tamura, da ARENA paulista, fez um discurso sobre a situação social do país na época referindo-se à divisão social que ocorria na sociedade, à pobreza famigerada da maioria da população, enquanto uma pequena parcela vivia muito bem. Todavia, a sua principal crítica e sugestão estavam relacionadas ao cooperativismo quando afirmava:

O que tenho notado de pior, no que diz respeito à assistência à lavoura é o abandono às cooperativas. [...], o apelo que faço desta tribuna, mais uma vez, a S. Exa., o Sr. Presidente da República, e o Sr. Ministro da Agricultura é no sentido de darem com urgência, assistência efetiva às cooperativas, porque elas foram transformadas agora em um órgão fiscal arrecadador de impostos apenas [...]. Tiraram tudo o que caracterizava benefício para o desenvolvimento das cooperativas. (An. Câm. Dep., ago/1968, vol. 20: 745-746).

A idéia de um *órgão fiscal*, expressa no discurso, informa-nos sobre o que se determinou ao cooperativismo na época, pois através das cooperativas era bem mais fácil fiscalizar os trabalhadores rurais quanto à pagamentos de impostos, à organização e à aplicação de fertilizantes e de herbicidas definidos pelos órgãos financiadores da produção rural, como o Banco do Brasil, por exemplo, quando da “revolução verde” estabelecia aos produtores rurais que tivessem suas lavouras financiadas a comprar e utilizar adubos, fertilizantes e herbicidas fornecidos por empresas multinacionais<sup>38</sup>.

O senhor Tamura disse também que existia um abandono às cooperativas quanto à assistência financeira e, por isso, a necessidade de mudanças. Daí, então, a lei que seria mandada ao Congresso em 1970 a qual modificava essa relação para algumas cooperativas, como se discutirá mais adiante.

---

<sup>38</sup>Nesta época foi utilizado em larga escala as sobras de guerra do Vietnã, como o agente laranja por exemplo, como herbicida nas lavouras brasileiras.

Um posicionamento favorável ao cooperativismo foi expresso também no discurso do Deputado Ulisses Guimarães do MDB de São Paulo depois do fechamento do Congresso Nacional e do AI-5. O Deputado da oposição consentida, obtendo informações junto a cooperativas e cooperativistas, fez um discurso sobre os problemas do cooperativismo após o Decreto Lei 59/66 e um comentário informativo sobre os “*malefícios*” do dito decreto, sinalizando uma possibilidade de mudança com o novo Ministro da Agricultura, Prof. Luiz Fernando de Cirne Lima:

*[...] que causou a liquidação de mais de 50% das cooperativas brasileiras, sendo que as que subsistiram enfrentam crises das mais agudas. Tão desacertado e inoportuno se mostrou esse diploma que conseguiu suscitar críticas unânimes de todos os cooperativistas brasileiros, das mais candentes e exacerbadas. (An. Câm. Dep., jul/1970 vol 8: 219)*

Esse discurso mostra como o cooperativismo sofreu com as mudanças, principalmente, com o fim da isenção de impostos, como o Imposto sobre Vendas, quando esse passou a ser Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM). Nesse momento, houve uma quebradeira geral de cooperativas, porém, apesar de ter havido manifestações do movimento cooperativista, nada foi além da preocupação com as limitações de crédito e de incentivos; na verdade, queriam manter o não pagamento de ICM, empréstimos, entre outros benefícios da antiga norma.

Não foram feitas críticas de natureza política que pudessem abalar as estruturas do regime, paravam na própria doutrina da neutralidade política. O discurso de neutralidade não era compatível com a esquerda brasileira da época, que não tolerava a neutralidade frente à Ditadura, era inconcebível ficar “em cima do muro”.

Portanto, não teria nenhum risco para o Governo a mobilização do cooperativismo, pois não questionavam a institucionalidade e a legitimidade do Governo.

Além disso, o atrelamento era tamanho que não havia espaço para um questionamento maior, podendo-se supor que foi por essa razão que os militares decretaram a Lei 59/66 para cooptar o cooperativismo para a sua política de Desenvolvimento e Segurança.

Nesse sentido, cumpre salientar que havia divisão no movimento cooperativista e muitas cooperativas pleiteavam solucionar seus problemas de forma isolada sem comprometimento ou ação do movimento. Como se pode ver, na comunicação do Deputado Minoru Miyamoto da ARENA do Paraná, um embasado pedido de isenção de Imposto de Circulação de Mercadorias ao governador Paranaense, no qual a “Cooperativa de Laticínios Coroado de Cornélio Procópio”, para concorrer com as cooperativas de São Paulo e Minas Gerais, que já possuíam isenção, solicitou e argumentou que o não pagamento do ICM daria “condições” de vender a produção a outros Estados, “*passando a receber divisas neste setor, ao invés de perdê-las como acontecerá pela diferença da atribuição, mais onerosa para nós*”. (An. Câ. Dep., out/1968, vol. 29: 281)

Com o Governo do General Médici<sup>39</sup> e seu Ministro da Agricultura, que havia assumido compromissos junto ao movimento cooperativista brasileiro<sup>40</sup>, com a unificação do

---

<sup>39</sup> Apresentado pelos militares em 25 de outubro de 1969 e novamente aprovado pelo Congresso Nacional, reaberto três dias antes para tal.

<sup>40</sup> Representada nas seguintes medidas: a) criação da Organização Brasileira de Cooperativas, em substituição à ABCOOP e à UNASCO; b) defesa, pela nova entidade, dos seguintes princípios junto à autoridades governamentais, na elaboração da nova lei ou modificação da existente; 1º) possibilidade de as cooperativas operarem com não-associadas, mediante limitação porcentual, creditando os eventuais resultados positivos a fundos impartilháveis destinados a serviços assistenciais dos associados; 2º) conceituação exata do processo de cobertura das despesas operacionais das cooperativas, de forma a constar que tais organizações não produzem renda; 3º) liberdade de constituição e funcionamento imediato das sociedades cooperativas, eliminando-se a exigência de autorização prévia, ressaltando os casos em que tal obrigatoriedade exista para as empresas mercantis; 4º) fixação de área de admissão de associados e de operações a inteiro critério do estatuto da cooperativa; 5º) participação das cooperativas em empresas não-cooperativas; 6º) restabelecimento das atividades creditórias nas cooperativas mistas; 7º) reestruturação dos serviços oficiais de cooperativismo, inclusive o Conselho Nacional de Cooperativismo, de maneira a eliminar a exigência de controle das cooperativas, dando-se a este órgão um caráter de assessor do Governo no planejamento das medidas governamentais em prol da expansão do sistema cooperativista; 8º) revisão das leis fiscais e previdenciárias, de molde a que nelas se respeitem as peculiaridades das sociedades cooperativistas; 9º) extinção da

movimento cooperativista, com a valorização internacional do cooperativismo representado pelo discurso das Nações Unidas <sup>41</sup> e com o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo e suas reivindicações, foi possível a nova lei iniciada no anteprojeto *elaborado pela assessoria do Sr. Ministro da Agricultura, com colaboração eficiente da Organização das Cooperativas Brasileiras* e mandado com a Exposição de Motivos nº 45, em 1º de abril de 1971, ao Executivo. (An. Câmara. Dep., jul/1971, vol. 8: 220)

Enquanto o anteprojeto tramitava no Executivo, discursos de Parlamentares endossavam as críticas a Legislação vigente. Uma comunicação do Deputado Diogo Nomura da ARENA Paulista relata sua participação em uma comissão especial da Assembléia Legislativa de São Paulo sobre a situação do cooperativismo naquele Estado. Ela focalizava a assistência das cooperativas de comércio mútuo ao produtor rural que antes da implementação do Imposto de Circulação de Mercadorias ocorria à isenção de metade do tributo que deveria ser recolhido e, *com tais recursos, as cooperativas podiam realizar podiam realizar completamente ou suplementarmente a ação do Estado, serviços que concorriam para a melhoria das condições de venda e de trabalho dos produtores que nela se congregavam.* (An. Câmara. Dep., fev/abr/1971, vol. 1: 717)

Outra comunicação lida pelo parlamentar da ARENA de Santa Catarina, um dos porta-vozes do movimento cooperativista deste Estado, Wilmar Dallanhol, afirmava que os Decretos-lei 59/66 e 60597/67 equipararam o cooperativismo às *empresas capitalistas e impôs-lhe normas rígidas de constituição e funcionamento, negando-lhe, porém, as condições*

---

*compulsoriedade de subscrição de ações preferências do BNCC pelas cooperativas e criação de incentivos fiscais, à conta do imposto de renda – aquisição de ações preferenciais daquele banco.* (An. Câmara. Dep., jul/1971, vol. 8: 219-220).

<sup>41</sup> Bernardo de Azevedo representando o Brasil nas Nações Unidas disse: *esse movimento tem especial importância em particular pela ajuda que pode representar para o pequeno agricultor.* (An. Câmara. Dep., jul/1971, vol. 8: 222)

*mínimas para uma estruturação agilizada, flexível e operativa.* (An. Câm. Dep., jun/1971, vol. 7: 172-173)

Em 19 de agosto de 1971, o Governo mandou ao Congresso Nacional a Mensagem 300 com o Projeto protocolado na Câmara dos Deputados com o número 292, os quais passaram a ser analisados pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Economia.

A Comissão de Economia ao analisar o projeto apresentou um relatório das inovações trazidas.<sup>42</sup> Desse destacamos alguns: a idéia de Ato Cooperativo que definiu a diferença entre uma sociedade cooperativa e uma sociedade mercantil; a criação de Organização das Cooperativas Brasileiras e de toda a sua estrutura: a manutenção do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), mudando apenas seu presidente e passando a ser o Ministro da

---

<sup>42</sup> Anais da Câmara dos Deputados, set/1971, Vol. 17: 410 – 417. Do estudo realizado, destacamos algumas dessas mudanças: Elimina a diversificação de objetivos entre Centrais e Federações de Cooperativas, o que já vinha acontecendo na prática e não na lei; Permite às cooperativas mistas oferecerem modalidades de créditos, e não somente às cooperativas de um único objetivo (crédito); Simplifica os livros de Registros das cooperativas; Vincula o valor da cota-parte, capital mínimo de cada cooperado, ao salário mínimo, portanto o capital social mínimo de uma cooperativa não pode ser inferior a 20 salários mínimos; Passa a prever revisão periódica de capital para ajustá-lo as condições econômicas de cada época; Muda de Fundo de Reserva para Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, o FATES; Possibilita a participação nas Assembléias de associados por representação. Podendo cada sócio representar apenas um cooperado; Renovação de pelo menos um terço da Diretoria a cada eleição, sendo o mandato de no máximo quatro anos; Prevê não somente a fusão, mas o desmembramento nas cooperativas quando houver necessidade para melhor atendimento de regiões; No capítulo da dissolução prevê que se uma minoria deseja continuar a cooperativa, terão o direito de mantê-la se assegurado o número mínimo de sócios estabelecidos em lei; Define Ato cooperativo, diferente de Ato Mercantil, como a relação entre a cooperativa e seus associados e vice-versa, e a relação entre cooperativas numa federação; Autorização das cooperativas de registrarem-se como armazéns Gerais; Autorização para adquirir a produção de terceiros não cooperados para completar lotes; Permissão para fornecer bens e serviços a não sócios, dentro dos limites dos objetivos sociais; Autorização para que cooperativas se filiem a empresas não cooperativas; A exemplo do sindicalismo, especificamente, cria-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a “Contribuição Sindical Cooperativista” no lugar da “Contribuição Sindical”, mas que recolhida pelas Organizações Estaduais de Cooperativismo e pela OCB; O projeto mantém o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) mudando seu presidente: passando a ser o Ministro da Agricultura no lugar do Presidente do INCRA; e sua composição, passando a representação do movimento cooperativista de um para três representantes; Extinção da taxa cobrada das cooperativas pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Tributação dos resultados de operações das cooperativas com terceiros, sendo o resultado acrescido ao FATES.

Agricultura, porém com o objetivo de regulamentar e implementar a lei 5764/71 e regular o cooperativismo.

O projeto recebeu 19 emendas no Plenário, todas do Deputado Wilmar Dallanhol, 11 emendas na Comissão de Constituição e Justiça, 14 emendas na Comissão de Agricultura e Política Rural e 8 emendas na Comissão de Economia. Unificamos as emendas de acordo com o interesse representado, pois se entendíamos que eram preocupações dos Deputados a partir de representação. Daí pode-se verificar alguns conceitos de cooperativismo e seus limites. A divisão foi a seguinte:

***Redacionais:*** as que pretendiam melhorar a redação do projeto, sem preocupar-se em mudar conteúdo;

***De benefícios fiscais:*** pretendia isentar as cooperativas (total ou parcialmente) de tributos, em casos especiais, ou mesmo em todos os casos. Apesar de todo o esforço, as emendas não foram aceitas, representando *o ponto de vista final do governo*.

O interessante do discurso do Ministro da Agricultura é a idéia de liberalização, que não é interesse na época, em que o próprio Pacheco Chaves diz ser prejudicial ao Sistema cooperativista que haja a liberalização. No entanto, ao mesmo tempo, não houve aprovação das emendas que davam incentivos fiscais, porém o Deputado Cantídio Sampaio defendia que o projeto previa estímulos “de caráter financeiro”, pois abria a possibilidade de operar com terceiros não cooperados

*leva as cooperativas a um campo capaz de fortificar-lhes a economia, e ao mesmo tempo, possibilitar-lhes atuar em favor do consumidor, de modo geral [...] cria-se um fundo de assistência técnica, educacional e social, constituída de 5% das sobras líquidas apuradas em cada exercício (An. Câm. Dep., set/1971, vol 18: 69 – 70)*

E, mais adiante, ele justificou o motivo da não aprovação da isenção: *e se houvesse essas isenções tributárias, à medida que as cooperativas ganhassem terreno o Governo dos Estados perderia no campo tributário [...].* (p. 70)

***Preocupação com a formação de lideranças:*** três emendas foram propostas pelo Deputado Dallanhol, em sua justificativa cita as conclusões do Primeiro Congresso Catarinense de Cooperativismo demonstrando sua base de representação no movimento cooperativista de Santa Catarina, projeta o documento que no futuro haverá falta de lideranças, para isso iniciar a formação de líderes com conhecimentos básicos em cooperativismo, *bem como uma geração com uma mentalidade perfeitamente formada.* Nesse sentido, propõe a inclusão do estudo de cooperativismo como disciplina nas Escolas Rurais Públicas e comitês educativos nas cooperativas com o objetivo de *difundir seus princípios, orientar seus associados e promover as idéias de ajuda mútua.* (An. Câm. Dep., set/1971, vol. 17: 372 - 373)

***De fortalecimento do cooperativismo:*** com o aumento do número mínimo de associados de 20 para 40 nas cooperativas singulares; de 3 para 5 cooperativas singular para formar uma Federação ou Central; e de 3 para 5 federações ou centrais para formar uma confederação. Na justificativa do Deputado Dallanhol, vimos o conceito de cooperativismo que ele representa, quando afirma, *o problema é a pulverização de unidades, ocorrida em certas áreas do país. Nascendo com certa facilidade, algumas cooperativas, posteriormente, demonstram a inviabilidade de sobrevivência, gerando desânimo nos associados* (An. Câm. Dep., set/1971, vol. 17: 336)

Percebe-se um claro interesse das lideranças do cooperativismo catarinense em restringir o número de cooperativas, ou, pelo menos, de diminuir sua proliferação, pois não

poderiam fortalecer as representações das cooperativas se estivessem preocupados com o fortalecimento do sistema. Uma visão de cooperação eliminando a concorrência entre as cooperativas, ou, ao menos, restringindo o seu número.

Apesar de discussões e desacertos, basicamente quanto aos incentivos fiscais, houve muitos acertos e muitos acordos em relação à votação das emendas, como fica claro no discurso de Antônio Bresolin, sendo que das 22 emendas da Comissão de Agricultura e Política Rural, *segundo os acertos já feitos entre as bancadas de MDB e ARENA, 9 serão aceitas e passarão a figurar no projeto.* (An. Câm. Dep., v. 18, set/1971: 73)

Não podemos deixar de salientar o caráter “viciado” do Congresso Nacional, que não representava a sociedade civil por sua limitada ação, sem muitos membros da oposição que haviam perdido seus direitos políticos com o AI 5 e os que ficaram, depois da reabertura, não tinham “moral” e talvez nem interesses para fazer frente à ditadura em seu período mais duro.

Entre outros aspectos, podemos destacar o limitado tempo para apresentação de emendas e discussões tanto na Câmara quanto nas cooperativas, o caráter do projeto realizado por poucos técnicos do Governo e da cúpula do movimento cooperativista brasileiro, alijando do processo a base cooperativista demonstrando, além de um imediatismo, uma construção de um “cooperativismo de cima para baixo”.

A partir da edição da Lei 5764/71, a estrutura do cooperativismo brasileiro ficou assim:

Todas as cooperativas, com exceção das de crédito e de habitação, passaram a ser fiscalizadas pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária –, podendo buscar apoio em outros órgãos governamentais quando necessário, tendo ainda a função de intervir

nas cooperativas quando houver: violação das disposições legais, ameaça de insolvência por má administração, paralisação das atividades sociais por mais de seis meses, não tiver a fiscalização de um Conselho Fiscal.

O Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC), que tinha a função de consolidar a lei, já que esta não foi regulamentada por leis complementares, tinha a função de: editar atos normativos, baixar normas regulamentares, organizar e manter o cadastro das cooperativas, apreciar anteprojetos sobre o cooperativismo, entre outros. A composição do CNC era de cinco membros do governo e três do movimento cooperativista indicado pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – deveriam reunir-se uma vez por mês com pelo menos três membros do governo, sendo que seu Presidente e o Ministro da Agricultura tinham o voto decisivo, ou considerado de qualidade, o que indica claramente a intervenção do governo no movimento cooperativista. Somente em 1984, com a pressão do cooperativismo, introduziu-se um maior número de representantes no CNC, ficando sete do governo e sete das cooperativas, em um total de quatorze membros.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que foi fundado em 1951 para financiar empreendimentos cooperativos, teoricamente seria um banco das cooperativas; porém, o Governo, com mais 50% das ações, controlava-o nomeando diretamente seus diretores, mas não podia captar recursos de particulares, pois não funcionava com contas correntes, não tendo assim uma autonomia. *Os recursos disponíveis estiveram sempre e predominantemente em função das necessidades das cooperativas agropecuárias e muito pouco em função dos demais segmentos cooperativos.* (SCHNEIDER, 1991: 339).

A OCB, considerado órgão técnico e consultivo do Governo Federal, tinha o objetivo de representar os interesses do cooperativismo nacional, tendo suas representações a

nível estadual pelas OCEs (Organizações das Cooperativas dos Estados) que, no caso, a do Rio Grande do Sul era a OCERGS (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul).

Em nível estadual, havia os Departamentos de Assistência ao Cooperativismo (DAC), vinculados a alguma secretaria estadual e se encarregavam de assessoria e apoio às cooperativas sem poder de interferência como os Órgãos Federais.

### 3.2 O cooperativismo, o INCRA, a questão agrária, a exportação e a formação de uma classe média no campo

No período da Ditadura Militar, o cooperativismo foi utilizado pelo Governo no auxílio ao seu projeto de Desenvolvimento para o país, no avanço do capitalismo ao campo, na colonização de áreas estratégicas e despovoadas, na formação de uma classe consumidora de produtos industrializados e em uma agricultura para exportação.

A Lei 5764/71, em seu Art. 2º, determinou as atribuições do Governo Federal em coordenar e estimular o cooperativismo, porém, o que vinha no parágrafo único desse artigo é revelador quanto aos interesses do Regime Civil Militar no cooperativismo:

A ação do Poder Público se exercerá, principalmente mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas que pretendam executar ou executem atividades consideradas prioritárias nos planos governamentais. (An. Câm. Dep., v. 25, Nov/1971:18)

É indiciário esse interesse do Governo pelo cooperativismo, no momento em que se fazia um desenvolvimento econômico indiferente as previsões dos economistas, isto é, sem uma base no campo, sem desenvolver o campo, sem criar uma classe consumidora produtora de alimentos através de uma reforma agrária.

E, para tal desenvolvimento, as reformas de base, criticadas no Governo Goulart, com exceção apenas da reforma agrária que sempre teve a oposição dos latifundiários, foram implementadas nos governos militares e serviram de incentivo ao desenvolvimento industrial do país, o que gerou o Milagre Brasileiro.

Porém, havia necessidade de manter um crescimento econômico e o desenvolvimento esperado pelos técnicos do Governo, um desenvolvimento agrícola que levasse a substituição de importações e um aumento das exportações. Conforme o Ministro Cirne Lima, em exposição de motivos do projeto que mudava a lei cooperativista encaminhada ao Presidente Médici, *tal iniciativa, que reputados de alta relevância, enquadra-se nas metas do Governo de V. Exa., de apoio efetivo à área rural, para incorporá-la ao processo de desenvolvimento nacional.* (An. Câ. Dep., Set/1971, v. 17: 363)

Para isso, era necessário ampliar as fronteiras agrícolas, aumentar a produção e a produtividade, diminuir as tensões no campo, porém, sem fazer uma reforma agrária, já que não tinha apoio nos sustentadores do Governo. O caminho do desenvolvimento no campo, chamado de “modernização conservadora” iniciada no Governo Costa e Silva e implementado nos seguintes, fazia jus às reivindicações da burguesia rural brasileira de apoio estatal à capitalização e à modernização da agricultura.

Um estudo do IPES/IBAD sobre os problemas do meio rural propõe a necessidade de modernização tecnológica e a realização de uma reforma agrária o que possibilitaria a [...]

*formação de empresários em condições de dirigir as propriedades, assim como a colocação da respectiva produção. (IBAD apud Delgado, 1985: 57) A forma como implementaria essa Reforma Agrária seria através da tributação e, naquelas áreas em que ocorrem latifúndio improdutivo que indiquem correção a ser dada à estrutura fundiária, promove a desapropriação por interesse social pelo preço justo e, através de planos de colonização, facilita e financia o acesso à terra de novos proprietários. (IPES apud Delgado, 1985: 57-8)*

Como, para o IPES, a maior parte do território brasileiro não precisava fazer uma reforma agrária somente um planejamento de ocupação. Conforme Medeiros (1982), *deveria ser encorajada a transformação do latifúndio improdutivo em cooperativas de produtos, comunidades de trabalho ou em empresas agrícolas. (Medeiros Apud Delgado, 1985: 58)*

No “Metas e Bases para a Ação do Governo” para o período de 1970 a 1972, é prevista a [...] *concessão de estímulos especiais ao cooperativismo mediante aperfeiçoamento da respectiva legislação. (DELGADO, 1985: 70)*

Já, no parecer da comissão de agricultura e política rural, quando da votação do projeto 292, aparece claramente essa preocupação.

Liga-se, pois, o Cooperativismo ao desenvolvimento do País, por atender (como vimos) não só os consumidores economicamente fracos, como ainda os produtores rurais, mormente amparando a expansão das pequenas empresas que existem e as que para sanar as tensões sociais no campo, precisam ser criadas. Isso sem aludir a todos os outros setores que a cooperativa pode atender (imigração, colonização, trabalho etc.). (An. Câm. Dep., set/1971, v. 17: 392)

Na verdade, o programa de colonização do Governo acaba gerando mais tensão no campo, no momento em que toma terras dos índios, dos caboclos e dos negros que utilizavam formas tradicionais sem deprestar a natureza. Pois as metas do Governo eram transformar a agricultura tradicional utilizando insumos e tecnologia, substituir a agricultura de subsistência

fortalecendo a agricultura de mercado. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) para a Agricultura tinha as seguintes linhas:

[...] execução de programas integrados de aumento da produtividade na produção de alimentos básicos, onde se destacam os programas de pecuária de corte, bacias leiteiras, suíno tipo carne e de expansão da pesca; programa de incentivos ao uso de insumos modernos e combate a doenças: fertilizantes e defensivos, sementes melhoradas, projeto aftosa, tratores e outros implementos; fortalecimento e especialização do crédito agrícola, expansão da sua rede institucional e utilização do crédito como instrumento de modernização tecnológica; programas de incentivos à industrialização no meio rural. (DELGADO, 1985: 63-4)

Em 1970, é extinto o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e, em seu lugar, é criado o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) como uma autarquia do Ministério da Agricultura que, porém, perde status, pois o IBRA estava subordinado diretamente ao Presidente da República, relegando a reforma agrária a uma questão setorial sem muita importância. Conforme Delgado (1985),

A par da menção à reforma agrária – que se tornaria, como vimos, letra morta no período e mesmo subsequente -, a estratégia de desenvolvimento agrícola delineada no Metas e Bases representa uma continuação, consolidação e aprofundamento da estratégia de modernização defendida pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento, com dois desdobramentos que nos parece importante salientar: a nova ênfase na ocupação da fronteira agrícola – entendida aqui como compreendendo principalmente a Amazônia e as terras de cerrado do Centro-Oeste – no bojo do chamado Programa de Integração Nacional (PIN); e o destaque, já presente PED, à agricultura de exportação – notadamente de carnes e outros produtos agrícolas não tradicionais e industrializáveis – tendo em vista o aproveitamento das condições excepcionais favoráveis do mercado mundial no período e que tornaria o Brasil um significativo exportador mundial [...]. (DELGADO, 1985: 69)

O INCRA recebeu do Governo a atribuição de controlar, de fiscalizar, de intervir e de dar assistência às cooperativas. Nesse sentido, o órgão enviou técnicos e fez intercâmbios de regiões onde teria interesse de desenvolver o cooperativismo. Esse é o caso do Nordeste, de onde foram enviados técnicos ao Rio Grande do Sul para colher exemplos de como

organizar e administrar cooperativas. Também, o INCRA mobilizou camponeses a fim de colonizar regiões despovoadas, que, através da união, pudessem desenvolver a agricultura em lugares longínquos de sua terra natal.

Um exemplo foi proposto pelo INCRA em um Seminário realizado em Porto Alegre em 1979, juntamente com representantes do cooperativismo, que consistia em promover a colonização na região da Amazônia. Seguindo orientação do Governo, o coordenador regional do INCRA no Rio Grande do Sul, Alcione Burin, disse que *a ocupação de espaços vazios tem prioridade, pois seria muito onerosa a desapropriação por aqui [...] não há razão para desapropriar terras onde já existe produção*. A preocupação das cooperativas presentes era quanto aos recursos disponibilizados pelo Governo, pois o projeto de colonização da COOTRIJUÍ teve o problema da falta de recursos. Já a proposição do INCRA incluía *escolas, estradas, água e energia elétrica, ou seja, toda a execução da infra-estrutura. As cooperativas ficam com a assistência aos colonos. O INCRA faz a escritura das terras da área e as cooperativas distribuem os lotes*. (Revista Direção, nov/1979: sp)

Essa discussão mostra a preocupação do Governo em povoar as áreas tampão do território brasileiro, onde haveria riscos de invasão, projeto chamado de nacionalização da Amazônia, dentro da linha ideológica do Regime Militar proposta por Golbery do Couto e Silva.

Em 1972, o Deputado Teotônio Neto, após citar literalmente o pronunciamento do Papa Paulo VI sobre o cooperativismo, o que referendava o caminho escolhido pelo Governo, dava segurança e embasamento ao seu discurso e mostrava claramente o interesse do Regime Civil Militar no cooperativismo. Isso foi incorporado pelo movimento cooperativista, como o próprio Deputado conclui: *usaremos as cooperativas agrícolas na solução de problemas*

*como o êxodo rural, o uso inadequado de recursos naturais, a má distribuição de renda nacional e a erradicação da fome endêmica.* (An. Câm. Dep., set/1972, v. 9: 658)

No discurso do Deputado Antônio Pontes sobre eleição da nova diretoria na Cooperativa Mista Agropecuária de Macapá, chamaram atenção dois elementos: primeiro, a importância dada aos nomes da nova direção eleita colocando-os como *largamente prestigiados na região* e, segundo, a nítida bajulação ao governo intervencionista do Amapá, em que fala do apoio dado pelo Governador do Território Comandante José Lisboa Freire. Segundo o Deputado, o referido Governador revelou *um temperamento resoluto, afirmativo, permanentemente disposto a prestigiar as classes produtoras e tantos quantos no Território do Amapá se preocupam com o futuro de nossa terra [...] que encontram no próprio povo manifestações de viva colaboração.* (An. Câm. Dep., mar/abr/1973, v. 2: 588)

No discurso do Deputado Sebastião Andrade sobre a criação da Cooperativa Central de Pesca Amazônica (CONCENPESCA), também aparece a importância dos personagens, homens de confiança que compunham os quadros e a direção.

A nova sociedade tem como Presidente o General Mário da Silva Machado, secundado pelo Capitão-de-Fragata, José Alberto Paraense Pinto, na Vice-Presidência, e Tenente Raimundo Vieira da Rocha, na 1ª Secretaria. A idoneidade e a sinceridade de propósitos da nova cooperativa pode ser aferida pelos nomes que integram seu eixo administrativo, onde a figura do General Mário da Silva Machado avulta como garantia de respeitabilidade, de probidade e de dinâmica de trabalho [...] de homem que se alinha na primeira fila da cultura amazônica, com inestimáveis serviços prestados ao País, quer como homem de planejamento e de execução, tantas vezes posto à prova. Na antiga superintendência do Plano de Valorização Econômica de Planejamento, atual SUDAM [...], pugnamos pela associação, pela união daqueles que se dedicam às atividades de base [...] e agora, com a criação da CONCENPESCA e sua direção confiada a homens de reconhecida responsabilidade, temos certeza que nova perspectiva se desenha para o setor, e, por ela, a Amazônia há de responder o SIM que todo o Brasil espera. (An. Câm. Dep., abr/mai/1973, v. 4: 671-2)

Outro discurso é o do Deputado Gastão Muller sobre a instalação da Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso – OCEMG, que colaborará com o *Governo em suas tomadas de decisões e medidas no que se refere ao Cooperativismo e à estrutura sócio-econômica geral [...] tendo sido escolhido presidente [...] o dinâmico secretário de agricultura de Mato Grosso*. (An. Câm. Dep., abr/mai/1973, v. 4: 104)

Os discursos demonstram a importância que era dada ao cooperativismo nessas regiões para merecerem bajulação do Governo na Câmara dos Deputados, a justificativa das lideranças cooperativistas como homens importantes e confiáveis no Amapá e no Amazônia e a interferência direta do secretário da agricultura do Mato Grosso na organização das cooperativas daquele estado. O interesse deve-se a expansão do cooperativismo em locais de terras ociosas e onde o Governo brasileiro tivesse projetos de colonização. Essa estratégia, como vimos, fazia parte da política de expansão da produção agrícola e desenvolvimento em todos os estados brasileiros, dentro da política de integração nacional e redução das desigualdades regionais.

Os incentivos governamentais tinham seus limites. O Deputado Ruy Bacelar, discursando na Câmara dos Deputados, criticou o Governo e suas ações em relação ao cooperativismo, eis o que ele disse: *[...] apesar do aparente esforço dos órgãos governamentais em tecer loas às cooperativas em discurso circunstanciais. Os fatos estão a demonstrar que o que desejam é o extermínio desse tipo de sociedade, que muito tem contribuído para o nosso desenvolvimento*. (An. Câm. Dep., out/1973, v. 22: 159)

Porém, logo apareceu uma defesa no aparte do Deputado Alfeu Gasparini, no qual mostrou o claro interesse do Governo no cooperativismo.

Realmente, representa o cooperativismo a primeira solução para os problemas de uma nação em desenvolvimento. No Brasil, temos sentido grande idealismo neste movimento. Na prática, entretanto, pouca coisa tem sido cristalizada [...]. É necessário, nobre Deputado Ruy Bacelar, criarmos um sistema cooperativista no qual os cooperados recebam o amparo necessário para o desenvolvimento de seus negócios. O ideal seria que colonizássemos esta imensa terra brasileira, lançando mão do cooperativismo. Bons resultados teríamos se lançássemos na Amazônia um sistema cooperativista onde a população agrária obtivesse os elementos que a norteassem no seu ponto de vista e na venda de seu produto. Haveria economia de trabalho e uma rentabilidade muito maior (An. Câm. Dep., out/1973, v. 22: 161)

Também o Deputado Cardoso de Almeida fez um aparte na seqüência do discurso anterior onde trouxe um elemento fundamental na política do Governo. Esse elemento trouxe desenvolvimento e crescimento tanto na indústria nacional quanto na importação, que é a utilização de insumos agrícolas comprados pelas cooperativas. Nas palavras do Deputado, *o cooperativismo é mesmo uma força e a única forma de aglomerar os agricultores de modo a permitir-lhes a aquisição de insumos e a compra de inseticidas em grande escala, o que barateia muito o produto.* (An. Câm. Dep., out/1973, v. 22: 162)

A modernização no campo era uma constante: aumentar a produtividade e a produção de grãos de imediato trazia uma boa propaganda para o Governo, por isso, o discurso da época de aumentar o consumo de insumos e inseticidas. Esse fator dava maior domínio sobre a natureza e um conseqüente barateamento dos produtos da agricultura pelo aumento imediato da quantidade de grãos no mercado, além de propiciar um constante aumento de produção industrial de insumos agrícolas, como por exemplo, calcário, adubos, sementes, colheitadeiras, tratores e implementos agrícolas, outros maquinários, inseticidas, fungicidas, fertilizantes em geral.

Cumprе salientar o crescimento de empresas multinacionais e associadas ao capital internacional do ramo agrícola: a Massey Fergusson, a Ford, a Valmet, a Agrocerec, a

Pioners, a Adubos Ka, Adubos Trevo, a Betin Máquinas e Motores, entre outras. Tanto Governo Civil Militar quanto empresas percebiam a importância do cooperativismo para os seus benefícios.

Ainda, para mostrar como o Regime Civil Militar usou o cooperativismo para seus interesses, dito como os da nação, podemos citar um curso ministrado nas faculdades integradas de Guarulhos, em 1976, publicado em livro, com o interesse de integrar o cooperativismo aos objetivos nacionais específicos daquele momento. Isto é, com a crise internacional do petróleo, o Brasil teria que ter alternativas para enfrentá-la dentro dos objetivos nacionais de substituição de importação, portanto, o Proálcool era fundamental. Por isso, investir no cooperativismo. Assim, indica-nos o citado curso que esperava obter o retorno na produção de cana-de-açúcar e na sua utilização para fabricação do álcool. Portanto, já na introdução, instigava: *é previsível que, no futuro, haverá muitas e novas fontes de energia. Mas é igualmente provável que dentre elas, a mais econômica será o álcool.* E, mais adiante, sob uma imagem de uma cana-de-açúcar tornando-se uma bomba de posto de combustível pingando álcool, expõe: *parece-nos intuitivo que o sucedâneo mais econômico para a gasolina é o álcool.* E mais adiante, acrescenta que, para atingir o consumo, era necessária uma grande produção. E essa só poderia ser alcançada *por milhares de unidades produtoras, ainda que pequenas [...], papel que bem poderá ser desempenhado por cooperativas agrícolas mistas, municipais ou regionais.* (NORONHA, 1976: 7; 26-27)

Em 1978, o Governo mandou um projeto de lei a Câmara dos Deputados: o projeto 5727, que queria a regularização de cooperativas de proprietários de refinarias de álcool e

açúcar, a COOPERSUCAR. O fato gerou uma forte oposição do movimento cooperativista, que conseguiu a retirada do projeto na Câmara dos Deputados<sup>43</sup>.

Os limites do cooperativismo foram determinados também pela política econômica dos governos militares, colocando algumas funções no cooperativismo agrário, qual seja o desenvolvimento do capitalismo no campo, a substituição da Reforma Agrária como ideal de desenvolvimento e a paz no campo pela colonização. O Cooperativismo tinha um caminho para tal empreendimento e a criação de uma classe média no campo que solucionava dois problemas econômicos: de produção para exportação e de consumo de bens industrializados.

Escolher o cooperativismo para fazer tais funções no campo foi uma estratégia dos governos militares, pois da forma como se estruturaram as cooperativas, no Brasil, ou seja, de “cima para baixo”, era mais fácil fiscalizar e o Governo poderia investir com poucos riscos de inadimplências, de “subversão” e a certeza da aplicação de fertilizantes, de insumos e da utilização de maquinários agrícolas nas lavouras. O retorno era certo, tanto para as empresas multinacionais na agricultura que cresceram nesse período, quanto para o Governo que obteve ganhos políticos consideráveis através do Milagre Brasileiro.

Isso explica porque somente as grandes cooperativas agrárias eram beneficiadas nas relações com o Governo, portanto os limites na legislação haveria de aparecer, porque os benefícios não deveriam ser para todos e sim para algumas cooperativas que fossem de interesse para a política econômica do Governo. Separar o joio do trigo, para o Governo, seria

---

<sup>43</sup> Mobilização do cooperativismo para a derrubada do Projeto 5.727, que instituía as cooperativas de pessoas jurídicas. (Jornal Direção, jan/1979; fev/1979: 2; 5-6) A Revista Direção escreve quando conseguem a retirada do Projeto, mas ainda para exames pelo Presidente Figueiredo em março de 1979, *este Projeto sempre foi considerado uma herança maldita do Governo anterior, pois o Presidente Geisel foi um ardoroso defensor do sistema cooperativista. Porém, atendendo a exposição de motivos do então Ministro da Indústria [...] foi para a apreciação dos congressistas e chegou a passar por diversas comissões.* (Jornal Direção, Mar/1979: 16)

priorizar as cooperativas agrárias que estivessem levando o capitalismo ao campo. Essa forma de ação se mostrou bem contraditória, pois uma organização coletivista estaria servindo a uma cultura individualista.

### 3.3 As formas de intervenção do Governo, os problemas administrativos nas cooperativas gaúchas e a busca por soluções

Neste subcapítulo, faremos uma análise das formas de intervenção do Governo Militar no cooperativismo, regulamentado na lei, e as formas indiretas de submissão através do crédito e dos financiamentos, o que trouxe uma crise do cooperativismo no Rio Grande do Sul, associado aos problemas administrativos nas cooperativas. Para isso, foram interpretados os discursos que aparecem na “Revista Direção” – órgão da OCERGS –, que circulou no período de outubro de 1978 a setembro/ outubro de 1982.

O discurso e a prática da Ditadura Militar, organizar a casa, limpar e terminar com a subversão com os comunistas e depois que todos estiverem “domesticados” “educados” liberar lenta e seguramente.

Eliminar as possibilidades de um movimento esquerdista que contestasse o Regime Militar determinou, também, o interesse do Governo no cooperativismo quando interveio em algumas cooperativas com a desculpa de corrupção. Aparecem nos discursos dos Deputados desde o final da década de sessenta questionamentos sobre as intervenções, solicitando

informações, denunciando que o problema já estava sanado e que deveria cessar a intervenção, porém o Governo não respondeu e nem resolveu, continuando a intervir.

Um exemplo é o caso da cooperativa de consumo dos ferroviários do Rio Grande do Sul, que tinha uma forte participação nos movimentos sociais e que sofreu uma longa intervenção com a desculpa de saneamento econômico e combate à corrupção, porém, como mostra discurso do Deputado Mário Beck, os resultados foram totalmente negativos. Ao ler uma carta dos ferroviários indignados com a intervenção, o deputado mostra a situação da referida cooperativa:

são quatro anos de atraso [...] de desmandos de homens que estão na direção da nossa cooperativa. Os mesmos que foram banidos anteriormente da direção pelo voto dos associados e que voltam, agora como interventores [...] pela incompetência de seus dirigentes, a cooperativa não tem mais crédito para adquirir diretamente das fontes de produção, servindo apenas com intermediária [...]. (An. Câm. Dep., v. 19, ago/1968: 870)

Podemos entender que o objetivo do Governo era conter essa cooperativa e o poder associativo dos ferroviários, já que se iniciava o sucateamento da rede férrea e sua substituição através das rodovias. Inauguraram-se as intervenções nas cooperativas, o que se consagrou na lei 5764/71, dando aos órgãos fiscalizadores e controladores federais o direito de intervir quando solicitados ou por iniciativa própria<sup>44</sup>.

Um outro caso é o da COOTRABALHO que teve a intervenção do INCRA, em 1975, por problemas administrativos internos, porém, apesar de haver um período determinado para cessação da intervenção, isso não ocorreu, o que causou, nas palavras de Ataíde de Paula, *uma “invasão” na cooperativa, porque tu vai intervir uma entidade, vai intervir por três meses, dali a três meses deve haver eleição e eleger novos diretores, e eles*

---

<sup>44</sup> Lei 5764/71 Artigos 93 e 94, após a Constituição de 1988 foram revogados, menos para as cooperativas de crédito ou seção de crédito das cooperativas agrícolas mistas.

*não afastaram, eles ficaram lá e interviram a vida inteira junto com o presidente.* (Ataíde Paula de Paula em entrevista ao autor, 11/02/2004).

Então, o grande problema da intervenção era que não havia um prazo para findá-la. Nem a legislação e nem mesmo os órgãos controladores determinavam a duração da intervenção e, quando determinavam, não o faziam cumprir e os interventores acabavam ficando o período que bem lhe agradasse administrando a cooperativa juntamente com seu presidente.

Outra forma de interferência do Governo nas cooperativas e no cooperativismo era através de benefícios fiscais ou estímulos creditícios. No caso da agricultura, o Estado transferiu às cooperativas muitas das suas funções, desde assistência técnica até repasse de crédito e acabou interferindo no mercado através do cooperativismo, tendo um duplo papel: primeiro, *como “articulador” do capital das empresas, da força de trabalho e dos recursos dos pequenos produtores com o capital financeiro* e, segundo, *como “articulador” e “mobilizador” das necessidades de associação e do potencial de cooperação existente na pequena produção, viabilizando a formação de excedentes econômicos de uma forma compatível com a orientação imposta aos pequenos produtores.* (SCHNEIDER: 1991, 257)

Sobre interferência, Odacir Luiz Coradini (1982)<sup>45</sup> vai mais além ao dizer que as cooperativas empresariais estão atreladas não somente ao Estado, mas também ao capital nacional e multinacional, pois essas cooperativas cresciam juntamente *ao aumento de sua dependência e entrelaçamento com os oligopólios, em termos comerciais e industriais, e de*

---

<sup>45</sup> Coradini faz uma análise do cooperativismo empresarial e sua relação com as multinacionais, onde vai buscar na evolução da estrutura agrária no sul do Brasil e sua transformação ao longo do tempo argumentação para concluir que as cooperativas foram instrumentos para viabilizar economicamente o capitalismo associado-dependente.

*sua dependência financeira, política administrativa e, conforme o caso comercial, em relação ao Estado. (59)*

Em uma discussão na Câmara dos Deputados entre dois parlamentares gaúchos – Odacir Klein (MDB) e Nelson Machezan (ARENA) –, podemos entender que o Governo elegeu as cooperativas agrárias que seriam de seu interesse para conceder-lhes facilidades de créditos e certos privilégios, mas, no tocante a outras cooperativas, pouco ou nada foi oferecido, conforme a crítica do Deputado Odacir Klein.

até agora, a partir de 1967, não gozaram, as cooperativas de nenhum incentivo, quer fiscal, quer creditícios, ou qualquer outro [...] embora o Supremo Tribunal Federal venha, reiteradamente, julgando não-incidência no ICM o ato cooperativo, ou seja, as operações de cooperativas com seus associados e vice-versa, os governos estaduais, em sua grande maioria, insistem em não acatar a decisão do judiciário, persistindo no intento de cobrança do tributo. (An. Câm. Dep., abr/1975: 821-2)

Que foi rebatido no aparte do Deputado Machezan:

a compra estatal foi entregue as cooperativas como estímulo, e foi este o melhor impulso que se deu às cooperativas de trigo do Rio Grande do Sul [...] os vultosos empréstimos sem aval e sem documento que foram dados as cooperativas [...]. Quanto a soja, até no Porto de Rio Grande, no superporto, as cooperativas tiveram o privilégio de se instalar e construir, com licença do Governo, com financiamento do Governo e com superfinanciamento do Governo. (An. Câm. Dep., abr/1975: 821)

Os dois discursos mostravam, com clareza, o interesse do Governo em algumas cooperativas ao levar o capitalismo ao campo e ao incentivar a produção de grãos com o objetivo de exportação, mas também, condicionar as cooperativas a um atrelamento aos interesses do Governo brasileiro.

Conforme Odelso Schneider, o modelo de crédito a que se adequaram as cooperativas brasileiras, principalmente as tritículas, apresentava fortes componentes de dependência, pois, pela modernização, eliminou-se a tecnologia local para implantar uma

monocultura baseada no uso de insumos, defensivos e adubos, bem como utilizando maquinários para o preparo e a manutenção da terra, assim como para a colheita, necessitando, por isso, de crédito solicitado ao sistema financeiro todos os anos, já que nem o produtor e nem mesmo a cooperativa conseguiam se autocalcular.

Segundo Maria Domingues Benetti (1985)<sup>46</sup>, uma empresa privada tem duas formas de capitalizar-se: *via formação de capital social e via fundos legais e estatutários*. Porém, uma sociedade cooperativa não podia *transformar capital de terceiros em capital próprio*, somente podia crescer aumentando o número de sócios, mas as quotas partes seriam valorizadas no máximo 12% ao ano e isso não incluía a correção monetária, sendo o rendimento do capital do associado *sob a forma de juros, por incidir sobre um estoque cada vez mais desvalorizado, será também simbólico*. (pp. 266-67)

Através dos fundos se obtinha outra forma de capitalização, o Fundo de Reserva e Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, obrigatórios fixados no Estatuto por lei, e os fundos voluntários estabelecidos no estatuto da cooperativa, tanto quantos quiserem os associados, reunidos em Assembléia Extraordinária convocada para esse fim.

A capitalização do sistema cooperativista e a autonomia financeira é o discurso que começou a ser divulgado e debatido a partir de 1978 quando, no Encontro Gaúcho de Cooperativismo, lançou-se como objetivo *criar novos mecanismos que viabilizem a promoção, fortalecimento, autonomia e defesa do Sistema Cooperativista*. (Revista Direção,

---

<sup>46</sup> Em artigo publicado pela FEE, numa colaboração com a FIDENE e FECOTRIGO a autora faz uma análise do endividamento e crise no cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul, focalizando o caso da FECOTRIGO/CENTRALSUL onde diz que a crise vem do endividamento com o sistema financeiro necessário num período para o devido crescimento dessa multicooperativa e que a possibilidade de capitalização era muito restrita devido à própria legislação e a indução do sistema baseado nos princípios, pois sendo o produtor um proprietário privado, *por defender seu interesse de curto prazo, proferirá sempre capitalizar ou consumir na unidade privada de produção, em outras palavras, na sua propriedade. Conseqüentemente não haverá crescimento da cooperativa*. (BENETTI, 1985: 271)

dez/1978: 4) Nesse encontro, em seu documento final, definiram-se mecanismos de capitalização e foram aprovadas três proposições para serem implementadas: a primeira proposta era que seja constituído um Fundo Rotativo para, com isso, fortalecer a capitalização do associado, fazer com que o associado entenda que a cooperativa é sua, que é um instrumento de promoção e que entregar a produção para a cooperativa é valorizá-la.

Em seguida, foi proposto que as cooperativas adquirissem o controle acionário de um banco particular, *tendo desta forma uma rede de agências já instaladas. E/ou assumir o controle e direção BNCC, passando a operar preferencialmente com este Banco. Pois sendo o mesmo já instituído, diminuiria as restrições oficiais à criação de uma nova instituição financeira.* (Revista Direção, dez/1978: 10) Criar cooperativas de crédito e retornar com as seções de crédito nas cooperativas de produção.

Por último, uma capitalização compulsória da seguinte forma: *inclusão de uma percentagem destinada à capitalização das cooperativas nos orçamentos de custeio dos empréstimos concedidos a juros subsidiados.* (Revista Direção, dez/1978: 10) Porque justificam: não ocorre estímulo financeiro para a livre capitalização, pois se dá a remuneração do capital integralizado por *juros irrisórios*. Além disso, há a mudança na forma de capitalização atual que leva ao desvio da produção, pois se baseia na retenção do produto.

Na manchete “Gioverdino apóia a encampação do BNCC pelas cooperativas”, temos o presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativista, Eugênio Giovenardi, sendo entrevistado pela Revista Direção, declarando que as experiências cooperativas nos outros países sempre o Governo começa participando para um período de capitalização, e para o Brasil, ele defende uma regionalização do banco cooperativo, onde *cada estado da Federação tenha seu banco cooperativo. E este banco tem as suas agências próprias ou opere através de*

*seções de crédito em cooperativas agrícolas, para capitalizar as atividades bancárias e para captar recursos ociosos a nível de estados. (Revista Direção, nov/1978: 9 - 10)*

Na verdade, o discurso era no sentido de que as cooperativas passassem a gerenciar o BNCC, porém, o seu presidente dizia que o Governo, na época com a maioria das ações, deveria continuar investindo no banco, mas com o gerenciamento descentralizado em cada Estado, e que as cooperativas deveriam mudar sua forma de administrar no sentido de uma capitalização em longo prazo, *uma compatibilização do curto prazo com o longo prazo.*

Sobre a administração das cooperativas, no Encontro Gaúcho de Cooperativismo, foram discutidos os problemas do cooperativismo naquele momento. A Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos levou para a plenária o seguinte levantamento, que colocamos na íntegra para análise:

falta generalizada de conscientização por parte dos associados, funcionários e dirigentes, com reflexos negativos, muitas vezes, na sua participação efetiva na vida e nas atividades cooperativa; deficiências no exercício de funções administrativas e técnicas, por falta de uma política de desenvolvimento de Recursos Humanos, adequada ao movimento e à realidade cooperativista; em muitos casos, excessiva centralização de tarefas nas mãos de administradores, em prejuízo de um mais evoluído desempenho administrativo; falta de conscientização de um número grande de dirigentes, de que o gasto em educação e treinamento é investimento altamente produtivo; insuficiência, em alguns casos, de maiores conhecimentos práticos, por parte de técnicos em atividade no setor; despreparo, muito generalizado, dos funcionários de cooperativas para execução de suas tarefas, principalmente para o trato com o tipo especial de pessoa a atender, que é o associado da cooperativa. (Revista Direção, dez/1978: 6)

Pelas conclusões do estudo, parece que as cooperativas estavam cheias de problemas. Podemos deduzir que as proposições dos técnicos nem sempre condiziam com a opinião dos dirigentes e cooperados, que certamente tinham suas formas de ver e viver a cooperativa.

Outra observação pode ser feita quanto à visão dessa comissão formada pela Fundação para o Desenvolvimento, Integração e Educação do Noroeste do Estado (Fidene) que, certamente, foi influenciada por teorias modernas de administração dos Recursos Humanos, em que ocorreu uma descentralização do poder: o chefe delegava mais e coordenava o processo em vez de centralizar as decisões; ele passava responsabilidades e envolvia seus subordinados, diminuindo a burocratização e desenvolvendo um melhor atendimento.

Esse relatório, apesar de traçar uma visão tecnicista, traz um panorama preocupante e, ao mesmo tempo, crítico e argumentativo no sentido da necessidade de um programa de Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Por isso, as proposições arroladas pelo grupo eram: um processo educativo geral, um programa de treinamento, a seleção e a capacitação de técnicos, o desenvolvimento de Recursos Humanos nas cooperativas, a formação de profissionais. E, enfim, solicitou-se, junto ao sistema educacional, a reivindicação pelo movimento de inclusão de estudos e atividades cooperativistas com assessoria da OCERGS<sup>47</sup>, de estímulo a um maior espírito de descentralização e de delegação de serviços e de implantação de um Sistema Integrado de Recursos Humanos junto a OCERGS.

A preocupação dos técnicos era com a possibilidade de autonomia do sistema. queriam qualificá-lo no sentido de recusar o antigo paternalismo do Estado, pois como diz a justificativa da proposta, o movimento cooperativista gaúcho vinha sendo *sustentado e conduzido por motivações induzidas de fora, necessita de afirmar-se em si mesmo buscando o*

---

<sup>47</sup> Cumpre salientar que há algum tempo vinha sendo proposta a inclusão de estudos de cooperativismo no currículo das Escolas Públicas, desde o Ensino de Primeiro Grau até a Faculdade, inclusive como proposta de lei. Exemplo: Projeto nº 1757 de 1974 de autoria do Deputado Ruy Bacelar, aprovado em 03/abr/1975 (An. Câm. Dep., mar/1974: 769 e abr/1975: 931)

*próprio fortalecimento e autonomia, como sistema integrado e solidário frente aos demais sistemas da sociedade global de que participa.* (Revista Direção, dez/1978: 7)

A partir desse encontro, verificamos uma preocupação, divulgados na Revista Direção, com aspectos administrativos dentro das cooperativas, vivia-se um período de crise mundial e as questões administrativas estavam em pauta, mas o que afetava diretamente era a escassez e a carestia do crédito, e fazia com que as dificuldades administrativas viessem à tona, daí então o papel da OCERGS e das lideranças cooperativistas, discutir e buscar soluções neste campo.

Pelo que apareceu na Revista Direção nos anos subseqüentes, a OCERGS e o INCRA realizaram cursos para dirigentes de cooperativas, pois o diretor devia preparar-se para as incertezas, precaver-se e *fazer uma análise do que realmente está acontecendo para depois não ter que mendigar junto ao Governo. É uma forma de fazer uma reciclagem que os responsáveis pelo movimento no Rio Grande do Sul estão procurando o bem do sistema.* (Revista Direção, set/1979: 2)

Havia a preocupação com a mudança, pois estavam percebendo um novo tempo. Os problemas se aproximavam, mas, ao mesmo tempo, era preciso visualizar isso como uma oportunidade ao sistema de preparar-se para deixar a tutela do Estado.

### 3.4 O discurso de união do cooperativismo gaúcho e a luta pela autonomia

A partir do Encontro Gaúcho de Cooperativismo ocorrido em 1978, os cooperativistas passam a viver uma fase de revisão e contestação à lei 5764/71 ao mesmo tempo em que a luta pela autonomia vai ganhando fôlego.

Ao analisarmos a Revista Direção, procuramos entender como se configuram os discursos de união do cooperativismo gaúcho em torno de elementos e proposições que serão fundamentais na busca da autonomia<sup>48</sup> do sistema cooperativista, em que o cooperativismo gaúcho teve grande participação, pois se constituía em um dos mais dinâmicos e contestadores do país<sup>49</sup>.

Utilizavam as imagens como representação e divulgação didática de um pensamento. A ironia das charges representadas na Revista Direção, além de trazer elementos informativos, faz uma crítica e comunica o que queriam os líderes cooperativistas da época, evocando a união do movimento. Também as manchetes e o editorial traziam discursos bem chamativos no sentido de mobilizar seus leitores. Discurso escrito e imagem se complementam de forma a levar as informações aos seus assinantes, às Direções das cooperativas, aos representantes e líderes cooperativistas e aos sócios de cooperativas em geral.

Analisando a imagem fotográfica, Francisca Michelin (1996: 138) diz que *a fotografia é, assim, alguma coisa muito próxima a todas as demais representações, que buscaram ao longo de sua história iconizar um universo culturalmente construído, em concordância com as expectativas e necessidades desse universo.*

---

<sup>48</sup> Cumpre salientar que os movimentos sociais irão reivindicar a autonomia em relação ao Estado nas décadas de setenta e oitenta, segundo Gohn, uma categoria analítica dos estudiosos do movimentos sociais, porque representava uma característica da própria plataforma de luta dos movimentos.

<sup>49</sup> José Odelso Schneider (1991) faz uma análise do porque o cooperativismo gaúcho foi pioneiro na luta pela autonomia, uma das teses do autor se refere à origem do movimento entre os colonos imigrantes, sem a tutela do Estado, portanto a autonomia já estava colocada em termos culturais e históricos.

Dessa forma, a imagem é um indício, um rastro, uma referência a uma explicação, e a imagem aliada ao meio de informação, no caso a Revista Direção, representa uma forma didática de expressão, de comunicar o que quer, e que isso possa atingir mais pessoas que compartilham ou não daquela cultura, que lêem as imagens de acordo com sua visão e abstraem dali o que interessou a si mesmo. A referência à mudança que elas trazem, própria do jornalismo, traz-nos uma impressão de que o mundo está em transformação e que aqueles objetivos comunicados estão se realizando.

Tendo presentes esses elementos, vamos analisar algumas imagens apresentadas na Revista Direção e que nos sugerem transformação.

No primeiro número da Revista Direção, a OCERGS reivindicou para si a posição de representante do cooperativismo gaúcho junto aos órgãos governamentais, como disse seu presidente, Seno Dreyer, *não concebo a unidade de classe sem a centralização da política setorial, através de um órgão representativo que defenda essa classe e reivindique por ela junto às autoridades.* (p. 3)

Foi um manifesto simbólico que deu início a busca de afirmação da OCERGS como representante legítima das cooperativas, uma licença para intensificar o processo de



(Revista Direção, out/1978: 3)

luta pela autonomia. O que podemos constatar no número da Revista Direção do mês de novembro, na seguinte manchete: *OCERGS reestruturada. Proposição foi aprovada. [...] Discurso de Ilgenfritz: foi uma boa reciclagem.* Fazendo referência ao encontro de cooperativismo onde se determinou que esta entidade teria de ser reestruturada *como*

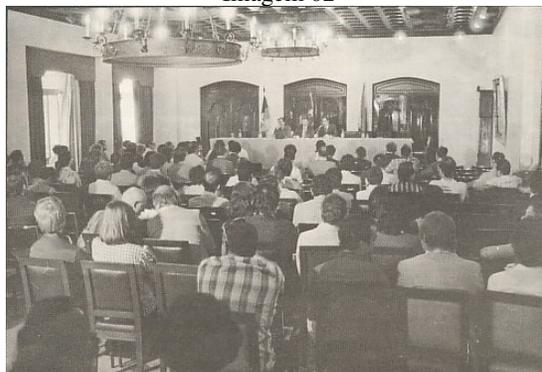
*mecanismo e autonomia do cooperativismo gaúcho.* (Revista Direção, nov/1978: 4) Um marco simbólico separador do passado e do futuro, onde o passado representava o atrelamento ao Estado, a dependência e o futuro a autonomia.

Na imagem traz uma alusão a filosofia do cooperativismo, que é eliminar o intermediário capitalista, por isso a ironia colocada: a intermediação da OCERGS é, no bom sentido, uma negação ao propósito de exploração dos frutos do trabalho alheio, próprio do intermediário comercial. Ela traz implícita, a noção de que essa intermediação da OCERGS não deve ser eliminada, a outra sim. Essa seria uma afirmação da filosofia do cooperativismo como um elemento unificador das cooperativas, numa construção da identidade do cooperativismo gaúcho.

A intenção era mostrar que, naquele momento, o movimento teria atingido organização tal que os cooperativistas podiam confiar, pois iriam conseguir os objetivos propostos, isto é, conquistar maior independência, se se capitalizassem, tivessem um banco próprio das cooperativas e uma política de recursos humanos (imagens 02 e 03). Porém, chama atenção que os associados devem fazer sua parte com a participação. E as lideranças, por sua vez, têm o papel fundamental de propiciar e desenvolver essa participação, porque *somente com a conscientização do associado da cooperativa, tais proposições poderão ser efetivadas. Aí entra a ação, a comunicação, e a educação cooperativa.* (p. 3)

A Revista Direção, de janeiro de 1979, além da imagem ao lado, traz as seguintes manchetes: *Querem Prostituir o Cooperativismo.*(p. 2) *Gaúchos se mobilizam contra regularização de cooperativas biônicas.* (p. 3) *Projeto veda participação de sócios pessoas físicas.* (p. 4) *Cooperativas põem em ação sua força social e política.* (p. 5) *Arnaldo*

Imagem 02



(Revista Direção, nov/1978: 1)

Imagem 03

*Mais de 200 cooperativas no encontro mais produtivo dos últimos anos.*

**O sistema cooperativista quer maior independência**  
(p. 3)

Imagem 04



(Direção, jan/1979: 5)

*Drews: intermediário será o único a se beneficiar. [...] Preparatória em Porto Alegre e Assembléia em Brasília. [...] Movimentação dos gaúchos já repercute em Brasília.* (p. 6) *A Inviabilidade Econômica e técnica de Cooperativas constituídas por pessoas jurídicas.* (Perius apud Revista Direção: 7)

Desde o editorial até a página 08, a revista traz informações sobre o projeto 5727, que regularizava as cooperativas de produtores de açúcar e seus subprodutos, isto é, cooperativas de pessoas jurídicas. Isso significa que houve uma mobilização do movimento cooperativista contra esse projeto, uma busca pela unificação expressa na Revista e organizada pela OCERGS, no editorial de janeiro de 1979, em uma clara apelação ao Governo brasileiro, escrevem o seguinte: *não compreende-se como um Governo que tanto tem apoiado o Cooperativismo, seja envolvido por algumas empresas que visam acabar com o sistema vigente e introduzir um cancro, que pode ser fatal para o futuro.* (p. 2)

A mobilização atingiu tal patamar que suscitou divulgação em jornais, apoio de parlamentares, organização e manifestações de cooperativas. No Editorial de fevereiro de 1979, escrevem a seguinte manchete: *Não recuar, avançar sempre* (p. 2), onde divulgam que o Congresso Nacional tirou do regime de urgência a votação do projeto, mostrando uma vitória inicial, mas que se deve ir avante.

Ainda na mesma edição, é mostrada uma quantidade de manifestações das cooperativas, da sociedade e de Deputados Federais sobre a matéria que faz ver a grandiosidade do movimento, em uma demonstração de união e de conquista.

Já a edição de março conta com a seguinte manchete: “5727, uma vitória das cooperativas”, juntamente com a imagem ao lado, demonstrando que o monstro foi derrubado, mas não de todo vencido, ou seja, o projeto foi retirado do Congresso pelo presidente Figueiredo, mas não quer dizer que não possa retornar reformulado, já que o dragão não aparece morto, mas sim, caído e ferido.

Isso caracteriza um *empoderamento* das cooperativas, mas a vigilância deve ser maior, o que transparece nas palavras do presidente da OCERGS, Seno Dreyer: *nós não vamos parar aí. Vamos continuar lutando sempre para o aperfeiçoamento do sistema e a conscientização dos representantes do povo no Congresso Nacional, para que conheçam o sistema e a filosofia cooperativista [...]* (Revista *Direção*, mar/1979: 16)

Imagem 05



(Direção, mar/1979: 16)

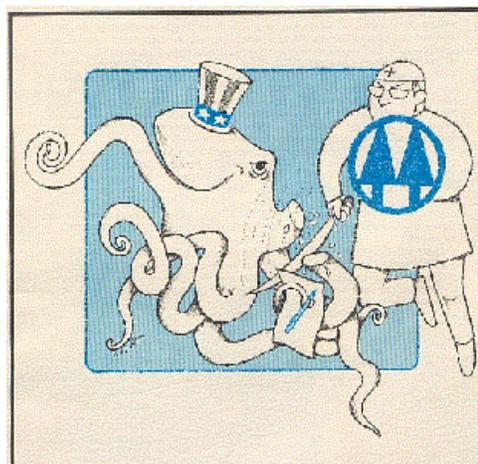
Apesar dessa conquista, existiam muitas coisas a serem buscadas; os objetivos iniciais, que deviam ser sempre lembrados e recolocados na ordem do dia. Uma forma de união e ao mesmo tempo de crítica ao momento histórico vivido são as imagens, que trazem as multinacionais tomando conta dos supermercados (imagem 06), representando o capital internacional com seus tentáculos se apoderando da economia brasileira, ficando poucos espaços para as empresas brasileiras, colocando-as como inviáveis, já que o modelo econômico brasileiro prioriza a grande empresa.



(Revista Direção, fev/1979: 3)

Até mesmo o espaço da medicina (imagem 07) vinha sendo conquistado por estas empresas, isto é, as grandes clínicas e os planos de saúde norte-americanos, na época, estavam tomando uma boa fatia do mercado e proletarizando os profissionais da saúde; porém, os médicos organizados em Cooperativas de Trabalho – as UNIMEDs – conseguiram obter força para cortar ao menos alguns tentáculos das sufocantes multinacionais.

Imagem 07  
Médicos contra as Multinacionais



(Revista Direção, dez/1979: 1)

Podemos identificar algumas multinacionais que se instalam na época. O Makro atacadista inaugurou uma filial em Porto Alegre e, em seguida, veio o grupo Carrefour. O interessante é o discurso da Revista Direção colocando como *denúncia* uma fala do

engenheiro agrônomo Paulo Brandão Rebello no seguinte tom: *o que se está constatando hoje é que os grupos econômicos multinacionais estão absorvendo o empresariado nacional, paulatinamente, e, no setor da circulação e industrialização da produção primária, o fato é gritante.* (p.3) É citado também o Clube dos Bacharéis em Ciências Sociais, quando criticaram a legislação das sociedades anônimas como idêntica à americana e concluíram que as empresas multinacionais têm *influência inclusive nas leis econômicas e fiscais que acabam beneficiando-as.* E ainda denunciam que *havia uma espionagem econômica no País [...] o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial dispunham de dados sobre a economia do país mais precisos do que as próprias autoridades brasileiras.* (p. 4)

Esse era um processo que vinha em uma crescente e que, tanto no discurso quanto na imagem, podemos perceber uma busca por mudanças, uma necessidade de combater esse crescimento, de fazer frente aos grupos econômicos internacionais que vinham se estabelecendo e dando o tom na economia brasileira. É mostrado que é necessária e urgente a união dos grupos nacionais e, principalmente, dos cooperativistas que tinham também a missão de conquistar independência do sistema, pois, como afirma Rebelo, *o cooperativismo é a única saída para enfrentar o domínio das multinacionais.* (p.5)

Portanto, vemos um apelo ao cooperativismo somar seus esforços para fazer frente à invasão estrangeira nos setores econômicos que afetavam diretamente as cooperativas. Neste sentido, novamente, temos uma alusão a um dos fundamentos filosóficos do movimento cooperativista: a *solidariedade*, retomada para vencer os tentáculos das multinacionais.

A preocupação com a capitalização e com o crédito estava presente no discurso de união do cooperativismo gaúcho, pois um dos graves problemas das cooperativas era o financiamento e a obtenção de recursos para exercer suas finalidades, por isso, as

Imagem 08



(Revista Direção, fev/1979: 18)

imagens ao lado mostram a discriminação do Governo em relação às cooperativas de crédito (imagem 09) e a promessa de Delfim Neto – seria Ministro da Agricultura no início do Governo Figueiredo – colocada como decisão (imagem 08).

Só que o que ocorre, na verdade, é uma facilidade de crédito para os agricultores no “pacote de abril”; porém, a imagem representa uma forma discursiva de mostrar a valorização do cooperativismo através do BNCC.

Essa foi uma demonstração clara da opção governamental por algumas cooperativas de crédito. As rurais receberam crédito agrícola, enquanto que as cooperativas de crédito urbano e mútuo continuaram com restrições. Essa fala traz implícito um

interesse de que o sistema todo seja valorizado e uma crítica ao Governo, que valoriza apenas as cooperativas rurais, deixando os trabalhadores urbanos à mercê dos bancos públicos e privados, desvalorizando a opção pela organização de cooperativas mútuas, que continuaram restritas apenas aos trabalhadores de uma empresa.

Imagem 09



(Revista Direção, mai/1979: 13)

No 5º Seminário de Cooperativismo, realizado em agosto de 1979, em Panambi, a Revista Direção, na capa, traz a imagem de um quebra-cabeça e um editorial intitulado: “*A hora da independência!*” (ago/1979: 2). Na mesma edição, “*Em Panambi, cooperativas traçam novos rumos*” (p. 3), ao mesmo tempo, publicam um conjunto de fotografias dos participantes, mostrando a necessidade de união para obter força. Nesse Seminário, foram analisados os problemas do cooperativismo. Reuniram-se as comissões setoriais que discutiram os problemas de cada setor, deixando alternativas de soluções, colocando experiências significativas e propondo algumas questões a serem aprofundadas. Daí, reuniram-se seis comissões técnicas para aprofundar os temas sugeridos, com isso, discutiram e desenvolveram teses aprovadas na plenária final.

Os temas e conclusões foram, entre outros, a criação de centrais congregando várias cooperativas para *combater as empresas multinacionais que estão agindo no setor agrícola e de industrialização dos principais produtos das próprias cooperativas*; autonomia financeira, e uma *alternativa é a compra de que opere com todos os mecanismos*; assumir o controle da Agasa, Corlac e Progasa que são empresas estatais que concorrem com os produtores, a implantação de cooperativas seria uma forma *mais viável de resolver o problema sem a necessidade de extinguir tais empresas*; as cooperativas terão participação na colonização e reforma agrária, nas regiões onde exista incidência de minifúndios constituir Centrais para *organizar em comum atividades de colonização em benefícios dos seus associados minifundiários e apoio ao estudo da criação do sistema nacional integrado de crédito cooperativo*. (Revista Direção, ago/1978: 3-4)

Abaixo, a Revista Direção traz uma imagem (lado esquerdo) e as duas manchetes (lado direito) que apontam para um discurso de união em dois momentos, mostram uma

seqüência que dá a impressão ao leitor que no segundo momento o movimento cooperativista tomou consciência da sua força, mas que precisa mostrar, isto é reivindicar os seus objetivos.

Imagem 10



“O sistema cooperativista precisa descobrir sozinho sua enorme força” (Palmyos Carneiro)  
(Revista Direção, jul/1980: 1)

*O COOPERATIVISMO NÃO SABE A  
FORÇA QUE TEM NAS MÃOS*  
(jul/1980: 3)

*COOPERATIVAS SABEM A FORÇA QUE  
TÊM. AGORA PRECISAM MOSTRÁ-LA*  
(out/nov/1980: 3)

A imagem traz uma referência à autoconsciência. Um olhar sobre si mesmo, através da fotografia, revela as possibilidades do cooperativismo se estiver unido, pois, apesar de enxergarmos um, na verdade, é um conjunto de pessoas que formam um todo. Esses discursos querem mostrar a necessidade de independência financeira, administrativa e política e, portanto, fica implícita uma instigação a todos, que estão conscientes, mostrarem sua força juntos, denotando àqueles que não o fizeram é porque não estão conscientes, chamando-os para a responsabilidade.

Verificamos que o discurso de união divulgado na Revista Direção tinha o interesse de mobilizar o movimento cooperativista para enfrentar as dificuldades que viriam, é o que mostra as três imagens ao lado.

Imagem 11



(Revista Direção, abr/mai/81: 4)

Essa é uma demonstração de que é necessário estar organizado e unido para buscar a autonomia do sistema, pois somente dessa forma seria possível vencer a crise representada pelo lobo mal, sem a interferência e a ajuda de ninguém, isto é, do Estado. Novamente, uma alusão a um aspecto dos fundamentos filosóficos do cooperativismo: a união, resumida nos seguintes ditos populares presentes na cultura brasileira: “a união faz a força”; “uma só varinha é tão fácil de quebrar, mas se junta um feixe, você pode até suar”; “um mais um é sempre mais que dois”.

Imagem 12



(p. 7)

Imagem 13



(p. 8)

Já, por parte do Governo, a partir de 1975, alguns agentes passam a assumir um discurso participativo, *procurando combinar a participação com a idéia de planejamento participativo, [...] como reação a todo um processo de mobilização [...] na sociedade já desde 1968-69 e que se expressa politicamente nas eleições de 1974*. Sendo, por isso, para a manutenção do poder, necessário apropriar-se do movimento popular e da participação que surge como processo de lutas, para transformá-lo em uma participação outorgada, concedida. (SCHNEIDER, 1991: 347)

A autonomia do cooperativismo não veio outorgada, nem mesmo teve iniciativa do governo, mas sim, da tomada de consciência do próprio sistema, como verificamos nos discursos e nas imagens anteriores. Ao longo do tempo, essa autonomia foi ganhando fôlego e força. À medida que a crise avançava, uma sucessão de safras frustradas e preços nada favoráveis, e a crise econômica e financeira no país afetavam diretamente a oferta de créditos destinados às cooperativas e o aumento dos juros, fazendo vir à tona a crise no sistema.

Mas algumas cooperativas ainda esperavam e dependiam de ações governamentais. Em exposição de Pedrinho Guareschi na abertura do segundo painel do Seminário de Análise da Legislação Cooperativa, que ocorreu na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1980, isso fica claro quando ele estabelece uma comparação das cooperativas com os sindicatos. Eis o que disse o pensador:

assim como existem sindicatos “pelegos”, também existem cooperativas “pelegas”. Não são autônomas, mas se submetem servilmente ao jogo oficial, ou estão condicionadas pelo sistema dominante. A dependência, em relação a outros países, na qual nos encontramos é na verdade uma nova escravatura que está ameaçando nosso País. Para superar essa escravatura, foi lançado por Teodoro Amstad o movimento cooperativista, ajudando o povo a organizar cooperativas de produtores agrícolas e de abastecimento. (Seminário de Análise da Legislação Cooperativa, 1980: 60)

Nas palavras de Guareschi, verificamos um discurso abertamente oposicionista. Não há somente a necessidade de mudança na legislação cooperativista, o tema de discussão do Seminário, mas, principalmente, uma tomada de posição contrária à política econômica e social do Governo Militar, de total autonomia frente a essa política, algo que, até então, o sistema cooperativista, como um todo, não havia se pronunciado claramente. Quando Guareschi coloca que existem cooperativas “pelegas” que se submetem ao jogo oficial, está sugerindo que o cooperativismo tem por obrigação caminhar com os próprios recursos e que,

como Teodoro Amstadt, deve fazer frente à “escravatura” estabelecida pela economia mundial e que o Brasil servilmente se submete.

Cumprе salientar ainda que os discursos expressos anteriormente, através da Revista Direção, caminhavam para essa conclusão, já que criticavam as multinacionais, o intermediário capitalista, a dependência do cooperativismo ao crédito bancário, evidenciando a necessidade de organização de um banco das cooperativas. No entanto, não criticavam de forma clara o Governo Militar, apesar dos organizadores da Revista Direção, a COOJORNAL, serem ideologicamente contrários ao Regime Militar, isso expresso no caráter oposicionista do Coojornal - jornal da cooperativa de jornalistas<sup>50</sup>.

Porém em 1982, no Seminário Gaúcho de Cooperativismo, os gaúchos declaram independência, na imagem abaixo vemos os órgãos centrais colocados como governamentais, isto é, a OCB, o CNC e a BRASCOOP como entraves para a independência, na frente do trem que, ao ter consciência da sua força, desloca-se em alta velocidade, tirando e precipitando os entraves da sua frente.

---

<sup>50</sup> Em dissertação de mestrado, Susel Oliveira da Rosa faz uma análise do Coojornal como um jornal alternativo, que, por ser um sonho de autonomia dos jornalistas em relação as grandes empresas jornalísticas, ligado a cooperativa dos jornalistas, discutia a situação política do país, e procurava valorizar *os profissionais do meio jornalístico através da melhoria na remuneração e de maior liberdade nas publicação [...] conquistou notoriedade nacional e atraiu para si a repressão do regime militar, em pleno início da década de oitenta, os anos ditos de “abertura democrática”, nos quais oficialmente não havia mais censura prévia à imprensa.* (ROSA, 2002: 125) A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda (COOJORNAL) prestava serviços de impressão e publicação de livros, jornais e revistas, serviços fotográficos, áudio-visuais e outros de cunho jornalístico.

O posicionamento do Movimento Cooperativista Gaúcho em relação aos órgãos centrais é o seguinte: OCB: *Cumprir apenas o estritamente legal, sem participar em outros níveis por tempo indeterminado; pedir licenciamento dos cargos atualmente ocupados; não ocupar cargos na Diretoria.* BRASCOOP: *pedir o desligamento da OCERGS; solicitar que as cooperativas singulares, ligadas à BRASCOOP, encaminhem à OCERGS o seu*



(Direção, mai/jun/1982: 1)

*pedido de desligamento para enviar conjuntamente todos estes pedidos à BRASCOOP; as cooperativas que adquiriram o "SIC" devem pedir o seu desligamento do BRASCOOP. CNC: pedir o licenciamento no cargo atualmente ocupado pelo Rio Grande do Sul; não ocupar cargos na próxima diretoria.* (p. 8)

No seminário, aparecem várias críticas e acusações contra a OCB, como a não aprovação de uma proposição de manifesto frente aos ataques de comerciantes ao sistema cooperativista e ao Governo, por ter encaminhado uma alteração para legalizar a COOPERSUCAR. Muitos Estados ganhavam estadias para participar da Assembléia da entidade enquanto o Rio Grande do Sul participava com 40% das despesas da OCB. Estranhado que a proposição não havia sido aprovada, foram verificar e o Acre havia representação porque tinha passagem e estadia e quem estava participando *era um comerciante. É lógico que este não ia apoiar um trabalho no sentido de nós nos defendermos em relação ao ataque do comércio.* (Revista Direção, mai/jun/1982: 4)

Na verdade, o movimento cooperativista gaúcho fez uma manifestação crítica aos órgãos centrais ao se desligar<sup>51</sup> e seguir um caminho próprio, uma espécie de “revolução farroupilha” no cooperativismo, um manifesto de liberdade que, ao mesmo tempo, quis servir de exemplo para os outros estados no sentido de lutarem pela liberdade do sistema. Foi um isolamento para referendar uma união que estava representada em um convite simbólico aos outros estados a agregarem-se à ousadia dos gaúchos.

Em 1983, inicia-se uma mobilização através de reuniões locais, depois regionais e, por fim, estadual, na qual camponeses dos mais variados tipos de cooperativas agrárias e de sindicatos rurais reuniram-se em Porto Alegre no chamado “Grito do Campo”, no dia 2 de outubro de 1984. A manifestação teve a presença do candidato a *Presidente da República da Frente das Oposições ao Regime Militar, dos políticos dos diversos partidos, das principais lideranças cooperativistas e sindicais do Estado, foi uma veemente manifestação de rompimento com a política econômica e agrária do Governo.* (Schneider, 1991: 352) Mostrando o caráter veementemente oposicionista, é ilustrativo o discurso do Presidente da FECOTRIGO perguntando: *quem pode aproveitar este modelo? Se o campo não pôde aproveitar, talvez o tenha aproveitado o consumidor, e nós sabemos que nunca o salário teve um arrocho tão efetivo, nunca o consumidor teve seu poder aquisitivo tão baixo [...] tantos problemas de saúde, de habitação, de previdência, de educação.* (Semanário “O INTERIOR”: 08/10/84, apud: Schneider, 1991: 353)

Nas resoluções do VII Seminário Gaúcho de Cooperativismo, podemos verificar a caminhada do movimento no sentido de participar no conjunto da sociedade, aliando a luta

---

<sup>51</sup>Este posicionamento foi tomado a partir da realidade estadual e devido à necessidade de estruturar primeiro o Sistema Gaúcho de Cooperativismo, para torna-lo politicamente mais sólido e coeso na consecução dos seus objetivos.

pela autonomia e da democratização do país, *tarefas só serão realizáveis se encaminhadas simultaneamente*. Segundo a Resolução, não seria possível *conquistar a Autonomia Política do Sistema Cooperativo sem a completa democratização da sociedade e o resgate da Soberania Nacional, do mesmo modo, as autonomias administrativas e financeiras*. (Anais do VII Seminário Gaúcho de Cooperativismo, 1984: 53)

Essa luta convergiu na mobilização do sistema cooperativista brasileiro na eleição de deputados para a Assembléia Nacional Constituinte, que formaram a Frente Parlamentar Cooperativista e a posterior elaboração e envio de propostas populares a exemplo de muitas emendas populares com assinaturas em todo o Brasil. As principais reivindicações vindas da base foram condensadas e unificadas por uma comissão especial e ficou da seguinte forma:

Art. A lei disporá sobre o regime das sociedades cooperativas, assegurando-lhes liberdade de constituição, atuação em todos os ramos da atividade humana, livre administração, autocontrole, acesso aos incentivos fiscais [...].

Art. É vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o ato cooperativo, assim considerado aquele praticado entre associado e a cooperativa ou entre cooperativas associadas, na realização de serviços, operações ou atividades que constituem o objetivo social.

Art. O poder público fomentará e apoiará as atividades das cooperativas e o ensino do cooperativismo. (Perius, 1989: 3-4)

Porém, nem todas as emendas foram contempladas na Constituição de 1988, ficando de fora, portanto, a proposição sobre a educação cooperativista nas escolas públicas, colocada como disciplina cooperativismo, e a não tributação sobre o ato cooperativo. Assegurou-se por bases legais a autonomia do sistema cooperativista, isto é, a liberdade de constituição e de atuação, e, sob controle do Banco Central, ficaram as cooperativas de crédito e as seções de crédito.

Havia divergências no movimento cooperativista quanto à autonomia total das cooperativas sem um órgão fiscalizador, sem uma maior organização e sem uma

reestruturação do sistema cooperativista. Isso é o que nos conta o superintendente da OCERGS, na época, ex-fiscal do INCRA, Leopoldo da Silva Deves,

[...] a gente discutia muito, o Vergílio e eu, o Vergílio foi o mentor dessa transformação das sociedades cooperativas para se auto-gerir, ou seja, na Constituição brasileira o Vergílio Perius teve participação efetiva, em Brasília através da OCB,[...], Teoricamente ótimo, mas ainda não estamos preparados para essa democracia plena, que o cooperativismo impõe, temos que nos preparar para isso, e o sistema cooperativista se independeu um pouco cedo, e não foi preparado [...], e aí entrou um problema partidário, entrou vamos, dizer assim, essas cores partidárias que vieram depois combater, combateram o sistema, e não deixaram também avançar, queriam que o sistema fosse bastante livre, independente sem tutela de ninguém, nem deles mesmos. Daí não anda, no meu entender tem que ter uma certa disciplina, ter um procedimento [...]. (Leopoldo Deves em entrevista ao autor)

Essa opinião é endossada por Flávio Cavedini, que, em relato sobre a situação específica da COOTRABALHO, discute o tema.

Eu concordo com o Leopoldo, é que o Leopoldo também tem aquela mente fiscalista, ele era, foi fiscal do INCRA, já o Vergílio é um doutrinador, um expert, obviamente ele devia se insurgir contra, porque ele acha que o cooperativismo nasce... só que efetivamente o sistema cooperativo de trabalho em relação ao que eu já li em relação aos outros países o nosso cooperativismo ainda engatinha. (Cavedini em entrevista ao autor)

Podia ser que o sistema cooperativista não estivesse em condições de desenvolver-se autonomamente, até, porque, no Brasil, ele havia nascido ou sofrido a ingerência do Estado desde a época de Getúlio Vargas, no Estado Novo. Nos discursos dos entrevistados, verifica-se um conceito diferenciado de cooperativismo, o que os agentes do momento não visualizavam, porque tinham lá seus ideais; porém, era uma época de luta pela independência, pela não ingerência do Estado, sendo pensada como autonomia que foi desenvolvida por agentes sociais do cooperativismo.

As lideranças não prepararam o cooperativismo para esse fim, apesar da preocupação com os problemas administrativos que aparecem naquele momento. Entretanto, isso era um problema já enraizado, porque existia uma cultura paternalista que não combinava com a doutrina cooperativista. Como é que o governo iria gerenciar uma empresa da qual não é dono? É como fazer uma intervenção em uma padaria, por exemplo, cujo dono não consegue administrá-la. Daí, o governo intervém e coloca um administrador, que ainda cobra do dono um salário compatível com a função. Isso não tem sustentação.

Aquele momento era muito específico: lutas pelo fim de um Estado forte e contra o Regime Militar. Portanto, os ideais de autonomia se misturavam com um liberalismo ressurgido, um neoliberalismo que vinha se configurando no mundo nos anos oitenta e que, no Brasil, estava em gestação especialmente naquela época, influenciando diretamente na constituição do cooperativismo pós-constituente. Com isso, o cooperativismo estava ficando, após a autonomia, vulnerável às ações de vários agentes sociais e econômicos preocupados muito mais com os espaços deixados pelas cooperativas ou com a redução de gastos propiciados por elas quando contratadas ou criadas por estes agentes capitalistas - referimo-nos às cooperativas fantasmas ou gatocooperativas que apareceram e continuam a aparecer.

No entanto, Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004), que, inclusive, fez parte das articulações que passaram os projetos de autonomia do cooperativismo na Constituição de 1988, relata o seguinte:

Os benefícios foram bem maiores que os malefícios que isso causava, porque o grande problema da presença do Governo numa sociedade privada, não naquilo que é de controle do poder do Estado, poder do polícia, isso é poder de polícia como qualquer empresa. Mas cuidar, controlar as contas, resultados, ver se os sócios se reúnem, isso é papel dos sócios, é empresa privada [...].

Entretanto, o movimento cooperativista pretendia conquistar sua independência em relação ao Estado, e assim o conseguiu, porém, não se preparou ainda para essa autonomia, mas vem se preparando em um processo lento, mas aprendendo com os erros e com os problemas que vem sofrendo. Hoje, existe a preocupação com uma economia popular: a economia solidária, uma sociedade que reúne os excluídos e os inclui em diversas facetas da economia, pensada, por esses agentes, não mais de forma unívoca, mas múltipla.

## CAPÍTULO 4

### COOTRABALHO, FRUTO DE UMA ÉPOCA

Eu via, porém, essas fisionomias resignadas à luz do sol e elas me impressionavam de maneira bem diversa. Homens de excessivo desenvolvimento muscular, eram todos pálidos – de um pálido embaciado como se lhes tivessem pregado à epiderme um papel amarelo, e assim, encolhidos, com as mãos nos bolsos, pareciam um baixo-relevo de desilusão, um frisa de angustia. (João do Rio, 1995: 107)

[...] O povo foge da ignorância / Apesar de viver tão perto dela / E sonham com melhores tempos idos / contemplam essa vida numa cela / Esperam novas possibilidades de verem este mundo se acabar / A arca de Noé, o dirigível / Não voam nem se pode flutuar [...]. (Zé Ramalho, Admirável gado novo)

Neste capítulo, analisamos a história de uma Cooperativa de Trabalho do tipo braçal, que desenvolveu suas atividades no Rio Grande do Sul, especificamente, prestando serviço como estivadores. No entanto, em determinado momento, essa cooperativa teve atuações em outras atividades braçais, como limpeza, faxina, porteiros, ascensorista, guardas, vigias.

A definição de Cooperativa de Trabalho está na Ata de constituição da Cooperativa, na qual é definido o seu objetivo: *proporcionar aos associados o interesse à defesa dos interesses profissionais e econômicos [...] libertando-os da dependência de empregadores,*

*tratando diretamente de seus interesses junto a terceiros...* Como se pode verificar, o princípio da organização de uma cooperativa enfatiza que o trabalhador é dono de seu próprio trabalho e, por isso, deve servir-se da produção do mesmo, não sendo explorado pelo capital. Nesse sentido, deve ocorrer uma aliança entre capital e trabalho, em que o trabalhador terá mais força para fazer valerem os seus interesses.

Porém, na Legislação brasileira não estava contemplado, especificamente, o Cooperativismo de Trabalho e isso vai gerar uma discussão na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na qual destacamos a observação de Palmyos Carneiro, da UNIMED de Belo Horizonte, Minas Gerais. Em uma reflexão sobre a legislação cooperativista brasileira, o professor diz que

a terminologia, em cooperativismo, aqui no Brasil é absurda, porque chamam-se cooperativas de produção as agropecuárias. Na Europa, isso não se admite. As Cooperativas de Trabalho são de produção, são comanditas, são artesanais, de trabalho propriamente dito. Mas agropecuária são outro tipo, são renda da terra. As Cooperativas de Trabalho utilizam o próprio trabalho. (Seminário de A. L. Coop. A. L. RS p. 163)

Em 1980, O INDECOOP – Instituto do Desenvolvimento do cooperativismo – propôs à Assembléia Legislativa a realização do Seminário, cujo objetivo seria diagnosticar as falhas na lei 5764/71 e recolher informações para reformular a legislação a partir das cooperativas. Pedrinho Guareschi, falando na abertura do Segundo Painel, indica-nos como essa lei se refere às Cooperativas de Trabalho, ao mesmo tempo, prenuncia uma preocupação com as cooperativas populares, o que seria mais tarde chamado de economia solidária.

[...] Um dos pontos da legislação que deve ser modificado se refere à possibilidade de surgimento de cooperativas populares, sem ou com pequeno capital, em que a viabilidade mais importante seja a social e não a econômica. [...] A legislação cooperativista precisa abrigar mais e melhor certos critérios cooperativistas. As Cooperativas de Trabalho, as mais importantes, não se

encontram adequadamente caracterizadas, não contando com a égide legislativa necessária [...]. (Seminário de Análise da Legislação Cooperativa: 1980, 60)

Lembramos que, pela Legislação 5764/71, o mínimo de sócios para formar uma cooperativa era de vinte, porém, a proposta de Pedrinho Guareschi era no sentido de valorizar as Cooperativas de Trabalho e colocá-las como uma forma coletiva e organizada de prover trabalho para seus usuários e sócios e que fosse, por isso, respeitada as suas organizações e autonomia.

Por não ter uma legislação adequada, elas sofriam vários problemas com o Ministério do Trabalho, que autuava as cooperativas e as empresas tomadoras de serviço, conforme a interpretação do agente local da Delegacia Regional do Trabalho, ou mesmo por determinação governamental. Essa autuação dependia de certos interesses que se desenvolveu no período do Regime Militar. Quem demonstrou essa contradição foi Terezinha (1984), que, ao estudar as Cooperativas de Trabalho no Estado de São Paulo, observou que o Ministério do Trabalho implementou projeto de criação de cooperativas rurais, obviamente, de cima para baixo, diz a autora. Em 1977 e 1978, *o plano inicial previa, apenas no Estado de São Paulo, a implantação de 12 cooperativas num curto espaço de tempo [...] O governo, através do Ministério do Trabalho, ainda tem planos para instalar mais 110 cooperativas deste tipo em 1984 e 1985*. Porém, com relação às cooperativas existentes autuava as empresas tomadoras de serviço e mesmo as cooperativas.

Nesse sentido, nossa discussão pretende ser um entendimento dos parâmetros culturais de uma época em que a inserção de uma proposta de autogerenciamento tinha seus

limites definidos pela própria cultura, pelas relações de poder, pela educação e pela formação ou pela falta de educação/ formação. Procuramos entender esse emaranhado de relações expressas através do relato de pessoas que viveram e vivenciaram aqueles momentos e fizeram parte da cultura e dos limites determinados pela estrutura da época, mas que também construíram a história, as mudanças, os movimentos que fazem parte dos elementos locais e, em uma relação dialética com a estrutura, podem fazer com que as transformações aconteçam.

#### 4.1 O início: uma Cooperativa de Trabalho dos trabalhadores da estiva

A primeira Cooperativa de Trabalho no Brasil foi fundada no Estado de São Paulo, em 1938, e era chamada Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Transportadores de Bagagens do Porto de Santos. Ela nasceu dentro do sindicato dos carregadores de bagagem do Porto de Santos e funcionou, pelo menos até a década de 1990, em uma cooperação entre sindicato e cooperativa, pois o trabalho na área portuária era realizado com a autorização do sindicato, e a cooperativa possibilitava ao trabalhador uma maior rentabilidade em seu trabalho.

No livro “O Desenvolvimento das Cooperativas de Trabalho no Brasil”, Terezinha Cleide Oliveira estuda o cooperativismo de trabalho até início dos anos oitenta, fazendo uma classificação das Cooperativas de Trabalho em São Paulo entre aquelas que se constituem de

mão-de-obra qualificada, trabalhadores com formação universitária ou na área técnica e as de mão-de-obra não qualificada: *o instrumento de trabalho é a força física associada a habilidades simples*. Para fins de estudo, a autora classificou as Cooperativas de Trabalho no Estado de São Paulo em cinco grupos: *Cooperativas de Trabalho no setor de transporte; Cooperativas de Trabalho de carregadores e/ou ensacadores; Cooperativa de Trabalho dos trabalhadores rurais temporários; Cooperativas de Trabalho do setor de saúde; Cooperativas de Trabalho diversas*. (OLIVEIRA, 1984: 32)

Nosso interesse no presente estudo está relacionado às Cooperativas de Trabalho não-qualificado, pois, nosso objeto de análise focaliza grupos de trabalhadores, em especial, uma cooperativa dos ensacadores e arrumadores que se associaram em cooperativa para valorizar sua labuta e, também, para buscar possibilidade de trabalho. Como relatou Leopoldo Deves, esse tipo de cooperativa, desde as da Inglaterra até hoje, teve origem nos problemas do mundo do trabalho: *todas as Cooperativas de Trabalho se originaram pelas dificuldades de trabalho. Uma cooperativa para buscar trabalho a um grupo de pessoas que fazem a mesma função. Então, esse tipo de sociedade cooperativa que depende de trabalho origina-se com essas demandas*. (Leopoldo Deves em entrevista ao autor)

Da iniciativa na cidade de Santos, acima comentada, brotou outra, trinta anos depois, trazida novamente pela vertente sindicalista, como relata Ataíde Paulo de Paula: *era de Curitiba, de sindicato de Estiva, até foi um ex-associado nosso de Curitiba. Ele inventou de fundar uma cooperativa, coisa que nunca existiu. Então, fundou aquela cooperativa em São Paulo, só que na época foi a primeira, mas não estava legalizada*. Em Curitiba foi organizada uma cooperativa de alimentos e contrataram serviços braçais. *Daí, nós reunimos a diretoria do sindicato e destituímos a cooperativa porque ela era ilegal. Por ela ser ilegal o sindicato*

*pegou e encampou [...], pagou as despesas da cooperativa e destitui a cooperativa. (Ataíde de Paula em entrevista ao autor)*

Tendo como característica a cultura sindicalista do trabalho subordinado, fruto da construção histórica e cultural do atrelamento ao Estado, em que a luta se restringia a busca de direitos trabalhistas assegurados na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, o sindicato agia para manter o mínimo de direitos trabalhistas, pois entendia que a cooperativa era uma maneira de burlar essas leis. Com isso, ele não via a grande autonomia que poderiam propiciar aos seus sócios, dando apoio político à cooperativa. Mas, à medida que encampam a cooperativa foram dando-se conta da possibilidade de organização desse tipo de sociedade, desde que fosse de uma maneira correta e organizada. Isso foi visualizado por alguns componentes desse sindicato que fundaram uma Cooperativa de Trabalho em Porto Alegre.

com o tempo, em 1970, 71 nós viemos para Porto Alegre. Naquela época, o associado que quisesse trabalhar em outros Estados, em outras cidades, nós pegávamos uma carta do sindicato e levávamos para o outro sindicato de outra cidade. Então, aquela cidade era obrigada a manter a gente durante três meses. Se não tivesse trabalho, eles tinham que manter a gente ali. Então, a gente veio para cá para Porto Alegre entre uma turma de uns oito. Trabalhamos um ano no sindicato dos arrumadores; daí, então, como a gente tinha idéia de cooperativa, achamos por onde montar essa cooperativa. Reunimos uma meia dúzia de gente lá e fundamos a cooperativa. (Ataíde de Paula em entrevista ao autor, 11/02/ 2004)

Nessa época, os sindicatos de estiva organizavam os trabalhadores que prestavam serviços na região portuária. Os trabalhadores considerados avulsos se filiavam ao sindicato porque esse detinha a licença exclusiva dada pela Capitania dos Portos para carregar e descarregar na área de bordo dos portos brasileiros. Aqui, em Porto Alegre, havia o Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre, que reunia trabalhadores para carregar e descarregar navios e pequenas embarcações; e o Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre, que associavam trabalhadores para o trabalho dentro da área terrestre do porto. Porém, quando aumentava o

serviço na área de um sindicato, este chamava o outro para ajudar. Como a demanda de trabalhadores era grande, pois era um serviço que exigia apenas força física, existia o quadro extra, formado por aqueles trabalhadores chamados eventualmente.

Segundo Ataíde de Paula, o sindicato recolhia todos os direitos trabalhistas: direito a férias, a décimo terceiro salário e a fundo de garantia por tempo de serviço. Era realizado um contrato entre o sindicato e a empresa tomadora de serviço e, dessa forma, os direitos seriam recolhidos pelo sindicato ou pela própria empresa contratante.

Cada empresa agia da forma que achavam melhor. Mas, realmente, empresa nenhuma queria tomar conhecimento, queria ter o serviço, sem o trabalho de recolher férias, décimo e fundo de garantia. E, então, você coloca um trabalhador, assina a carteira do trabalhador que o compromisso é o mesmo. Então, eles passavam para o sindicato. Só que daí, se o valor era “x”, eles botavam mais aquele xis em cima, até chegar, por exemplo, na época não existia “valor diária”, era “valor produção”, pois a diária era muito pouco. Então vamos supor: era dez reais, na época não era reais era cruzeiro, então acrescentava mais férias, décimo, mais fundo de garantia em cima daqueles dez reais [...], recolhia pelo sindicato, daí ele se responsabilizava a recolher em nome de cada trabalhador. (Ataíde de Paula em entrevista ao autor, 11/02/2004)

O grupo de oito trabalhadores que vieram de Curitiba foram trabalhar junto ao Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre como carregadores, trabalhadores da estiva. Um grupo era considerado “quadro extra”, porque eram chamados esporadicamente, quando sobrava algum serviço e tinha o grupo de associados ao Sindicato dos Arrumadores que prestavam serviço na região do porto. Esses não se contentaram com o trabalho esporádico e de segunda categoria e resolveram constituir uma cooperativa, pois o Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre dificultava a entrada de novos sócios. Era uma entidade de trabalhadores *fechada para associados, e a gente lá era considerado quadro extra, então todos os associados dos arrumadores pegariam serviço que prestavam, e nós, quadro extra,*

*pegaríamos o serviço, o resto, as sobras de guerra, bem dizer, como nós dizíamos na época.*

(Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Começar não foi muito fácil, após muitas tratativas buscando recursos para constituir a cooperativa, foram ao INCRA, que não possuía uma referência no Estado do Rio Grande do Sul, nem mesmo um modelo de estatuto. Porém, a partir do estatuto da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Transportadores de Bagagem do Porto de Santos e do estatuto do Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre, foram organizando e encaminharam o pedido de autorização de funcionamento para o INCRA, que enviou para Brasília. Os trabalhadores foram buscar ajuda de seus representantes. Na época,

Alceu Collares, era Deputado Federal. Nós fizemos uma carta e mandamos para Brasília, porque ela tinha que ser autorizada e vinha de Brasília a autorização de funcionamento da cooperativa. Mandamos a carta para Brasília e mandamos uma carta para o Alceu Collares para que ele nos ajudasse naquela documentação, [...] não levou trinta dias, ele nos mandou uma carta de volta que estava tomando providências e, o quanto antes, ele iria mandar essa documentação. A documentação era apenas uma carta nos autorizando a funcionar. Aí veio aquela carta. (Atafé de Paula em entrevista ao autor, 11/02/ 2004)

De posse da Autorização de Funcionamento – AF 111 – dada pelo INCRA e com a ajuda do Advogado Amadeu de Almeida Weimmann, a cooperativa foi registrada na Junta Comercial, conforme a Ata de Assembléia Geral de setembro de 1972. Nesse dia, reuniram-se vinte e oito trabalhadores habitantes da cidade de Porto Alegre, entre eles, os oito oriundos do Paraná, que já moravam na Capital Gaúcha há um ano. Aprovaram o Estatuto Social e integralizaram cinquenta cotas partes, no valor de CR\$ 1,00 cada. Nascia, então, a Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores do Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Limitada.

As dificuldades começaram a aparecer logo em seguida. Reunir um grupo que tivesse interesse nesse negócio diferente era a coisa mais fácil que haviam feito, afinal de contas, poderia trazer trabalho para eles. Entretanto, o pior ainda estava por vir. A falta de trabalho era um dos primeiro obstáculos enfrentados por esse grupo, que ficou quase três meses sem trabalho.

Atravessamos dificuldades, montamos um escritório, cada um ajudou um pouquinho para comprar uma máquina, alugamos uma sala na Voluntários da Pátria e ficamos setenta dias sem trabalhar, então na época nós começamos com o Luis Rigon, um representante que tinha, que recebia arroz do interior, trigo sem peso de vagão, trigo ensacado, então aí foi o que iniciou praticamente a cooperativa (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Já o desenvolvimento brasileiro com o “Milagre Econômico”, principalmente, com o avanço da lavoura da soja, com o crescimento da exportação e com o incentivo do Governo ao Cooperativismo rural, basicamente, as cooperativas de produção, para o comércio, necessitavam de braços para carga e descarga. A idéia era valorizar o trabalho dos trabalhadores manuais, o que não exigia qualificação, mas sim força física e disposição para o trabalho. E deu certo, apesar das dificuldades, dos problemas de organização e gestão que enfrentaram.

Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista a Ronaldo da Costa Couto (1999: 238), relata que, no início da década de setenta, pelo menos em São Paulo, havia pleno emprego. Ele lembra que as fábricas disputavam o operário, andavam nas saídas dos trabalhadores das fábricas concorrentes divulgando que sua fábrica pagava melhores salários. Mas, apesar de ter uma boa oferta de emprego e um crescente aumento de trabalho através das horas extras, o trabalhador, nesta época, foi brutalmente explorado. *A apropriação da mais-valia era intensa e extensa, propiciando ao capital um nível tão elevado de acumulação e de grandes*

*investimentos que, para os economistas orgânicos da ditadura, pareceu um milagre.*  
(SIMÕES, 1986: 78)

Foi nesse período que, no Rio Grande do Sul, ocorrem uma elevação na produção do trigo, depois da frustrada safra de 1972 e os picos na produção da soja com o constante aumento da área cultivada a partir de 1973, batendo recordes em 1979, apesar do baixo rendimento kg/ha nesse último ano<sup>52</sup>. Conseqüentemente, a cooperativa progrediu rapidamente com uma demanda de trabalho muito grande, principalmente, nos períodos de safras de trigo e soja, quando se intensificam os carregamentos de sacarias e transporte de grãos, com ênfase para a exportação da soja nos portos de Rio Grande e nas embarcações em Porto Alegre. Isso fica evidente no relato do senhor Jorge Ribeiro sobre os trabalhos executados por esta cooperativa:

Nós viemos vindo, e viemos vindo e fomos tão grande que hoje eu sou diretor de uma cooperativa. Tenho orgulho da minha, mas eu queria que aquela tivesse continuado, porque ela seria tão grande e seria invencível no Brasil. Porque ela chegou, ou melhor, nós chegamos a obter uma renda mensal tão grande que chegamos a operar até na divisa do Uruguai, Porto Xavier. Nós operamos em todo o interior, Passo Fundo, Cruz Alta Ijuí, Catuípe. Em todos esses lugares eu trabalhei pela cooperativa, ensacando, empilhando, descarregando em moega. Na época, era pouco disputado o campo de Cooperativa de Trabalho. Só existia essa, então, a gente era melhor remunerado. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

A falta de trabalho braçal no Rio Grande do Sul na época das safras era muito grande, pois naquele momento praticamente todo o trabalho de carga e descarga era realizado pelo homem já que a mecanização do trabalho era ainda incipiente. Portanto, apesar do Estatuto Social restringir a área de admissão de associados a algumas cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, isso significava para a cooperativa cumprir seu programa de

---

<sup>52</sup> Dados citados em Falkembach (1985: 116, 117), onde a autora faz uma análise sobre a dinâmica social e o cooperativismo de produção, especificamente da FECOTRIGO, e apresenta uma tabela de dados sobre a produção da soja e do trigo desde 1920 até 1982.

ação se propor a *contratar serviços para seus associados nas melhores condições de preço e onde se faça conveniente, a juízo da Diretoria* (Estatuto da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores do Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Limitada, art. 6º, I - a) passou a contratar serviços em todo o Rio Grande do Sul. Como conta Ataíde de Paula, a cooperativa, *no ano de 1973 ou 74, tocava serviço quase que de norte a sul do Rio Grande do Sul [...]. Trabalhava e não era “frio”, porque, naquela época, a mão-de-obra nas cooperativas tritículas na fronteira em todas as regiões de missões e fronteira era muito escassa.* (Ataíde Paulo de Paula em entrevista ao autor, 11/02/ 2004)

As cooperativas de produção contratavam os serviços da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores do Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda e era um bom negócio para ambos, porque isso *proporcionou uma boa renda, um bom resultado, naquele grupo de associados. Além disso, as cooperativas de produção também se serviram dessa cooperativa com o trabalho, porque era um trabalho mais barato, em função das leis sociais.* (Leopoldo Deves em entrevista ao autor, 03/05/2004)

Porém, esse bom negócio durava pouco. Ganhavam bem no período da safra, ficando, muitas vezes, um longo período sem trabalhar. Com isso, o rendimento do trabalhador acabava ficando baixo. No entanto, nos momentos de aceleração de procura de mão-de-obra, a cooperativa não se preocupava com o período da entre safra, fazendo com que o trabalhador buscase o seu sustento sozinho, sem a idéia de contratar serviços pela cooperativa.

A maior dificuldade dessa cooperativa foi o início. Nos primeiro três meses, a gente fez um campo de trabalho dentro da safra. Aí passou aquela safra e nós tivemos cinquenta dias, sessenta, setenta dias. Depois, porque nós não tínhamos, como eu te falei, aqueles pensamentos de que as cooperativas de hoje tem. Os diretores pensavam só em safras, então passou a safra e nós ficamos sem nada para fazer, até

a próxima safra,[...] lembro como se fosse hoje: eu cheguei a sair na rua para enlonar caminhão, fazer serviço de rua para levar comida para os filhos porque a nossa cooperativa não tinha serviço [...]. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Contratar o trabalhador cooperativado era mais barato para o tomador porque ele não tinha a obrigação de pagar encargos, podendo, então, fazer um valor da produção mais barata para o tomador, já que a cooperativa era isenta de impostos. *Nessa época,ela era isenta de tudo. A cooperativa não pagava nada. O INSS e o INPS existiam, só que pagamento era de livre espontânea vontade do associado.* (Ataíde de Paula em entrevista ao autor, 11/02/ 2004)

Como visto, o recolhimento do INPS era função individual de cada trabalhador, pois pela CLT existiam dois tipos de trabalhadores, o subordinado e o autônomo, e o trabalhador cooperativado classifica-se como autônomo, como analisa Terezinha Oliveira (1984: 58):

o elemento principal que gera a constituição de cooperativas é a necessidade de defesa do mercado de trabalho e a extinção da figura do empregador[...], o retorno das sobras, na proporção das operações realizadas por intermédio da cooperativa, gera uma autêntica correção dos preços dos serviços, no final de cada exercício, não permitindo que outro fator seja remunerado que não o próprio trabalho [...]. A eventualidade e o risco são condições que devem acompanhar o trabalho associado em cooperativa [...], a atividade das Cooperativas de Trabalho, por envolver risco por parte dos prestadores, eliminando o empregador inidôneo, se compatibiliza apenas com o trabalho autônomo, pois as disposições societárias se harmonizam com as características desse tipo de trabalho, [...].

Portanto, a cooperativa foi definida pelo entrevistado Ataíde Paulo de Paula como ilegal porque *não existiam documentos para provar na justiça que ela era legal [...] Ela não era considerada nem entidade trabalhista e nem empresa.* Na verdade, o entrevistado está querendo dizer que a cooperativa não era representativa dos trabalhadores, por não se enquadrar nem como uma empresa ao não manter o vínculo trabalhista com seus trabalhadores, não pagando INPS, PIS, Fundo de Garantia, férias e outros direitos do trabalhador. E, por isso, ela corria o risco de sofrer ações na Justiça do Trabalho e perder, o

que ocorreu. Por outro lado, faz referência à cooperativa não ser uma entidade trabalhista, porque não tinha por objetivo defender os trabalhadores de forma coletiva da exploração dos empregadores, assim como o sindicato. Dessa forma, existiam leis que enquadravam a Cooperativa de Trabalho nas leis trabalhistas, a não ser como trabalhadores individuais, isto é, autônomos.

Podemos considerar que o reconhecimento da cooperativa como um órgão que os congregava haveria de partir dos próprios associados, que definiriam sua cooperativa como uma empresa e um órgão de autodefesa para si e para com seus cooperados nos princípios primordiais da cooperação, na união que se define a força que podiam ter.

Entendemos que, na realidade, não havia uma busca pelos associados de seus interesses comuns nas instâncias da cooperativa, como Assembléias e Conselho Fiscal. E, a partir daí, ocorria uma série de problemas administrativos, porque a administração era muito precária, a participação e a fiscalização dos sócios quase não aconteciam e, quando aconteciam, eram na “base do grito”.

Alguns discursos nos informam sobre os primeiros anos da cooperativa e os problemas enfrentados por ela no campo administrativo.

No que se refere à administração da cooperativa, o Estatuto estabelecia que, no primeiro ano de funcionamento, haveria uma direção que ficaria um ano, depois a gestão passava a ser de três anos, com eleições de três em três anos para a Direção e anualmente para o Conselho Fiscal, e com prestações de contas anual, no final de cada ano social, que coincidia com o ano civil. O primeiro mandato, portanto, terminava em *31 de dezembro de 1972* (Estatuto da Cooperativa art. 3º), com a primeira prestação de contas na Assembléia

Geral Ordinária. Como relata Ataíde de Paula e está contemplado no Estatuto, Demerval Bispo de Paula foi o primeiro presidente.

Foi o primeiro ano de fundação, o meu irmão foi o Presidente. [...] Como sempre, na lei cooperativista e no sindicato, foi feito o estatuto da cooperativa baseado no do sindicato, como não poderia participar pessoas parentes até terceiro grau, familiares, então ficou o meu irmão como presidente e dois colegas, tesoureiro e secretário. Ele trabalhou um ano, daí mudou, mas meu mano teve duas gestões que era eram de um ano na época [...]. Era um ano só de gestão. Então ele ficou dois anos, mas eu fiquei um ano na cooperativa e me afastei. Daí, ele saiu e colocou outros diretores, até um amigo que é falecido. Só que esse amigo era uma pessoa muito honesta, muito direita, mas ele não se envolvia em política cooperativista, era uma pessoa que só sabia trabalhar, comandava bem a cooperativa. (Ataíde Paulo de Paula em entrevista ao autor, 11/02/ 2004)

O entrevistado está se referindo ao primeiro ano da gestão, no qual o seu irmão foi eleito como presidente, pois conforme parágrafo único do art. 57 do Estatuto da Cooperativa, *os eleitos pela Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa têm mandato somente até a realização da primeira Assembléia Geral Ordinária*, que seria realizada três meses após o término do exercício. Todavia, em 1973, Demerval foi reeleito para a segunda gestão, a ser concluída em 1976, mas ficou apenas um ano, pois ocorreram problemas administrativos e a diretoria foi afastada, entrando outra, que ficou até a intervenção, em 1975. Porém, como relata Jorge Ribeiro, havia muito pouca participação dos sócios em assembleias e as reuniões ocorriam uma vez por ano. Além disso, o Conselho Fiscal era inoperante.

Faziam uma assembleia por ano e, quando dava o acaso que era em safra, o trabalhador estava todo fora, não tinha a prestação de contas como hoje tem [...] então era quando aconteciam aqueles gastos excessivos que não tinha fundo, “saco sem fundo” como a gente chamava. [...] Unicamente nós trabalhávamos, os associados não sabiam de nada, porque muito pouca assembleia existia, porque a partir da hora que não existir reunião, não existiria um conselho fiscal para te transmitir alguma coisa para os teus associados. Os associados não sabiam de nada. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

O que depreende dessa fala é o afastamento da direção em relação aos associados. A falta de comunicação causava problemas e, muitas vezes, até mal-entendidos ou mesmo a pouca fiscalização das ações da diretoria. Um exemplo disso foi quando ocorreu a participação da Cooperativa no VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo em Florianópolis em setembro de 1973, um ano após a fundação. Conforme os anais desse Congresso, a Cooperativa dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias e Similares de Porto Alegre Ltda fez uma proposição na figura de seu presidente em parceria com a Organização das Cooperativas de São Paulo – OCESP. A proposição tinha a finalidade de que a OCB *realizasse estudos e promovesse gestões junto aos Poderes Federais competentes no sentido de que fossem concedidos aos associados das Cooperativas de Trabalho os seguintes benefícios: auxílio natalidade, salário-família, direito ao seguro de acidente de trabalho* (Anais do VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, 1973: sp). Nesse Congresso, houve várias proposições sobre as Cooperativas de Trabalho em uma preocupação com a isenção de impostos às Cooperativas de Trabalho. No evento também apareceu uma menção de uma cooperativa de São Paulo para que houvesse uma valorização por parte das outras Cooperativas de Trabalho, inclusive buscando os seus serviços.

Sobre esse Congresso, porém, haveria uma polêmica entre os associados, pois a participação no mesmo não tinha o aval dos associados, que ficaram sabendo depois, como relata Jorge Ribeiro:

Eu fiquei sabendo que houve esse congresso, que eles participaram e tal, mas qual o êxito que nós tivemos, que a cooperativa teve? Quais os benefícios? Isso não, nada eu fiquei sabendo, só fiquei sabendo que eles foram num congresso, inclusive esse congresso foi muito falado entre os associados, [...] inclusive, isso foi muito discutido por mim, pelos outros associados, que essas pessoas se beneficiaram em cima disso. Tiverem pessoas que foram, compraram roupa, escolheram mulheres bonitas para acompanhar eles no hotel. Então, isso tudo eu guardei na minha cabeça,

eu guardei tudo, porque eu muitas vezes discuti isso [...] (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Essa discussão mostra algumas questões, como a pouca participação dos associados em sua cooperativa e a falta de uma consciência associativa, que ligava os trabalhadores muito mais ao trabalho subordinado. O discurso do entrevistado “*nós unicamente trabalhávamos*” revela quão enraizada estava a preocupação com o trabalho, inclusive em um tom de subordinação, na qual a função está restrita ao seu trabalho, a sua função específica, sem a preocupação com a administração e sem tomar conhecimento que eram responsáveis, juntamente com a diretoria, pela boa condução da empresa/ cooperativa. Fica claro que não estavam acostumados ao autocontrole e sim ao trabalho subordinado. Eles pensavam que deveria haver controle externo, que, com base em uma cultura paternalista, o Governo ou patrões deveriam resolver a situação. Isso fazia com que os trabalhadores se acostumassem a esperar as soluções dos problemas vindas de cima, isso, inclusive, levou a intervenção. Nesse sentido, Michelle Perrot (1992: 80) escreve algo revelador: *os operários do início do século XIX ficavam desconcertados com o trabalho; nós ficamos desconcertados com a liberdade! Nosso contramestre é nossa consciência.*

Outra questão observada foi a falta de organização gerencial por parte da direção, que percebia sua condição como um privilégio e não como um serviço, o que era referendado pelos associados que projetavam essa idéia nos diretores. Essa posição é revelada no discurso de Ataíde de Paula, no qual são comentadas as disputas entre os diretores e os associados. Conforme Ataíde, na época, *o pessoal, em vez de procurar um bom trabalho, começava com aquela inveja. Entre eles tinha inveja, entre um diretor e outro.* Em uma comparação com a cooperativa em que atualmente é presidente, Ataíde ainda afirmou: *ninguém se envolve no*

*papel do outro, diretor é diretor, associado é associado, mas naquela época existia, tanto que houve um problema tão grande que eu também não sei o porquê.*

Quanto aos gastos em Congressos, parece que o entrevistado compartilha com a posição dos associados na época ou ficou receoso dos acontecimentos. Sua preocupação, inclusive, foi com a diminuição dos gastos, o que o levou a afirmar que a participação em Congressos e Seminários era algo secundário e que devia ser feito pelas entidades representativas.

Eu sou bem franco Aqui o que nós recebemos de carta para participar desses congressos; só que até eu já falei uma vez lá na OCERGS, até na eleição do Conselho. A nossa cooperativa não tem condições de estar visitando reuniões e reuniões, porque aqui dentro eu vou, quando dá, eu vou, mas sai caro se deslocar daqui para São Paulo, sai tudo por conta da cooperativa, e um custo caríssimo. A OCERGS está lá para isso: reunir, dialogar e resolver a situação e passar para as cooperativas [...] só que na época ele tirava o dinheiro, não sei da onde tirava. Só que de onde tirava fazia falta, então eu tenho uma maneira assim de trabalhar, para você tirar um dinheiro do caixa, ele tem que estar sobrando [...] antigamente até que dava para você fazer isso porque não existia CONFINS, não existia nada, não se pagava nada. (Ataíde de Paula em entrevista ao autor, 11/02/2004)

No entanto, havia duas justificativas para a participação no Congresso incluídas no Estatuto da Cooperativa: *manter cursos, conferências para educação nos princípios e ideais de cooperativismo, bem como, em qualquer assunto de interesse geral*, (letra “d” da alínea II do art. 6º). E a verba, para esse fim, vinha do *Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social destinado à prestação de assistência aos associados e seus familiares e a seus próprios empregados, constituídos de 8% (oito por cento) das sobras líquidas no exercício* (Alínea II do art. 47 do Estatuto da Cooperativa). Portanto, os associados estavam corretos ao discutir a maneira como os participantes do Seminário usaram do dinheiro da Cooperativa para o seu bem estar. Isso ocorreu pela falta de participação dos associados nas decisões da cooperativa.

Porém, a participação no Congresso e a proposição de benefícios aos trabalhadores foi uma iniciativa bastante interessante para uma cooperativa recém nascida.

No entanto, quem estava na administração se considerava superior aos trabalhadores braçais e eram tidos como privilegiados, pois, como relata Jorge Ribeiro, o associado era tratado

como um trabalhador comum. O associado de uma cooperativa é a cooperativa. Ele é o símbolo da cooperativa, o analfabeto é o diretor, porque quem traz o dinheiro para dentro da cooperativa é o associado. O diretor simplesmente dirige a cooperativa [...].(Jorge Ribeiro em entrevista ao autor)

A partir da segunda gestão, começam a ocorrer uma série de desavenças na cooperativa dentro da direção e entre os associados. Isso acabou por causar a demissão do presidente Demerval e a constituição de uma nova diretoria, como conta Jorge Ribeiro.

Então, ficou o Vicente na época, aí [...] criaram uma desconfiança do Vicente, que foi indo, foi indo, até que tiraram ele da diretoria [...], então ele foi injustiçado, na verdade, ele estava levantando devagarzinho, mas, como o pessoal achava que depois que a cooperativa levantasse, que ele fazer a mesma coisa que o irmão fez, tiraram ele antes. Aí, botaram um outro. Aí, quebraram e os que entraram fecharam as portas... Mas o Vicente era um batalhador. Para começo de história, ele era tão batalhador que, em seguida, ele saiu da cooperativa e montou uma agência de cargas. Essa agência de carga ele tem há muito tempo. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Na verdade, como o próprio entrevistado relata, os problemas administrativos continuaram e foram se agravando a cada dia, porque a cooperativa começou a perder contratos, a ter dificuldades de cumprir com o pagamento de pessoal, pois a desorganização administrativa era tamanha que os cooperativados começaram a questionar. Isso gerou uma série de discussões de maneira bem agressiva, pois acabavam agindo da mesma maneira que trabalhadores assalariados e não, como donos, como cooperativados. Referindo-se a esses acontecimentos, Jorge Ribeiro esclarece que havia o questionamento a direção que *não era*

*em assembléia, era um tipo de paralisação, era na ignorância como eu te falei, em cima do pouco estudo, em cima da ignorância: se continuar dessa maneira nós vamos parar de trabalhar aqui onde é que nós estamos. Porque nós não estamos recebendo [...].(Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)*

Como os trabalhadores estavam acostumados ao paternalismo estatal, buscaram ajuda junto ao INCRA, já que não conseguiram pelas instâncias próprias solucionar o problema. Seria tarefa do Conselho Fiscal providenciar o saneamento da cooperativa, através de uma auditoria paga, e que, inclusive, o Estatuto possibilitava. Depois disso, deveria ser convocada uma assembléia geral para afastar a diretoria e eleger uma nova. No entanto, os trabalhadores decidiram procurar o INCRA, como relata o entrevistado Jorge Ribeiro: *eu participei, eu estava junto disso aí, procuramos o INCRA para eles nos ajudar, para ver o que nós fazíamos. O INCRA achou por melhor, que para a cooperativa foi pior, e eles acharam por bem colocar os interventores.*

O relatado acima deixa muito claro que faltou aos trabalhadores uma educação cooperativista, uma visão autogestionária, o que certamente decorre de questões culturais. Os trabalhadores estavam acostumados com o trabalho subordinado e não a serem autônomos. Por outro lado, a educação cooperativista, prevista no Estatuto, não era uma prioridade da diretoria, que se considerava privilegiada ao assumir um trabalho não braçal. Esse pensamento também partiu dos cooperados, que se dedicavam apenas no seu trabalho e nos seus proventos e não se preocupavam com os problemas societários da cooperativa. No entanto, tiveram uma grande iniciativa ao começar uma sociedade dessa natureza, porém, por estarem ligados a um sindicato, acostumado a reivindicar e cobrar soluções para seus

problemas, pensavam que a cooperativa era um órgão trabalhista e deveria agir de forma semelhante ao sindicato.

#### 4.2 A intervenção

Até 1988, ao INCRA, como órgão executivo federal, cabia a função de controlar, fiscalizar, dar assistência e intervir nas cooperativas, exceto nas de habitação, nas de crédito e nas seções de crédito das agrícolas e mistas. Assim, *por iniciativa própria ou por solicitação da Assembléia Geral ou do Conselho Fiscal, interviriam nas cooperativas quando houver violação contumaz das disposições legais, ameaça de insolvência em virtude de má administração da sociedade, paralisação das atividades sociais por mais de 120 dias consecutivos*. Também, no caso do associado exercer cumulativamente cargos nos órgãos da administração e fiscalização (Lei 5764/71, art. 93). Ao interventor, *além dos poderes expressamente concedidos no ato da intervenção, são atribuídas funções, prerrogativas e obrigações dos órgãos de administração*. (Lei 5764/71, § 2º do art. 75)

Como vimos, o Governo Militar, em 1970, criou o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA), em substituição ao Instituto de Desenvolvimento Agrário (INDA) e ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), vinculando o cooperativismo a seu projeto de colonização que veio substituir a Reforma Agrária. Nesse sentido, foram colocadas algumas funções determinadas ao cooperativismo,

que seria destinado ao campo no sentido de levar o desenvolvimento capitalista e criar uma classe média consumidora no meio rural.

Os funcionários públicos, que trabalhavam no INCRA, tinham a função de executar essas determinações fiscalistas, assistencialistas e intervencionistas, o que dava ao Estado poderes extraordinários em relação às sociedades que eram de direito privado. Isso caracterizava o interesse intervencionista que o Regime Militar implementou, definindo sua política econômica e social para o cooperativismo, selecionando um tipo de cooperativismo que seria de interesse para o desenvolvimento econômico do período.

O INCRA, no Rio Grande do Sul, sob a superintendência de Vergílio Perius, que desde o início dos anos setenta defendeu a autonomia do cooperativismo, passou a fazer mais uma parte de orientação às cooperativas do que intervenção, só intervindo em casos extremos.

Conforme Perius, o intervencionismo era uma questão cultural que vinha desde o Estado Novo de Vargas. Na época da Ditadura Militar, *vivia-se um forte intervencionismo estatal, não só nas cooperativas, como em toda a sociedade. O INCRA, então, facilmente tomava medidas de intervir, era quase uma rotina.* (Vergílio Perius em entrevista ao autor, 02/06/2004)

Já no depoimento de Leopoldo Deves, aparece a menção ao que poderíamos definir como um intervencionismo brando, pois ocorria em última instância. Segundo o entrevistado, *na época, quando eu era fiscal do INCRA, a gente desenvolvia um trabalho não no sentido de fiscalizar o sistema cooperativista, o que era a função do Governo, mas, como funcionários do Governo a gente fazia um apoio [...], mais no campo do aconselhamento técnico.* (Leopoldo Deves em entrevista ao autor, 03/05/2004)

Na verdade, esse intervencionismo fazia parte de um paternalismo estatal bem característico do populismo, enraizado na História do Brasil. Intervencionismo este que os militares aprofundaram à medida que lhes interessava a manutenção da sociedade brasileira sobre suas prerrogativas.

Por isso, era bastante difícil a não intervenção, já que os próprios sócios exigiam uma posição do INCRA e havia muita pressão de alguns grupos que se beneficiavam com isso. Eliézer Rizzo de Oliveira (1994: 33) diz que os militares ocuparam cargos em várias organizações. Segundo o autor,

setores militares ocuparam a área econômica estatal, seja em razão do seu preparo específico, seja em especial pelo tráfego de influência, pela acomodação funcional (compensação de natureza política) de oficiais que tiveram suas carreiras prejudicadas, pelo acesso privilegiado ao poder ou, ainda, pura e simplesmente pelas oportunidades de corrupção.

Cumprе salientar que a “missão” recebida era de acordo com a patente na hierarquia militar dos oficiais do Exército, isto é, a função dentro das empresas estatais ou intervenções que o Governo assumia em empresas que a legislação lhes possibilitasse.

Na verdade, havia o que podemos chamar de *discurso intervencionista*, com interesses de quem estava próximo do Governo, solicitações dos próprios associados da cooperativa. Uma exigência social de que o Estado deveria dominar a situação e uma cobrança da sua autoridade perante as desavenças e as dificuldades em um determinado organismo.

A Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacaria e Similares de POA LTDA, contudo, sofreu intervenção por solicitação dos associados que não queriam assumir sua cooperativa. Vergílio Perius, superintendente do INCRA na época,

relatou que, apesar de não participar diretamente desse processo de intervenção, soube por informações que

não havia vontade política dos sócios, também, de assumirem a cooperativa. Havia uma direção que a rigor não era aceita pelo quadro social. Tinha problema de gestão e os sócios rejeitavam essa administração e também, por outro lado, consultado o quadro social se queriam eleger nova diretoria, eles optaram pelo caminho mais fácil.[...] uma regra cultural que com a Constituição de 1988 foi afastada está sendo gradativamente afastada. (Vergílio Perius em entrevista ao autor, 02/06/2004)

Na verdade, parece ter ocorrido certo receio dos associados da cooperativa em assumir a direção. Já a crise era grande, as dificuldades de diálogo eram maiores e a situação estava em um estado de ebulição. A diretoria que se encontrava na cooperativa já vinha desde seu início em um processo de dificuldades administrativas, cabendo bem a metáfora dos dois trilhos usada por Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004). Para ele, a direção de *uma cooperativa é bem complexa, não pode descuidar do social e nem do econômico, são dois trilhos que se baseiam as sociedades cooperativas. Então, quando tu não estás preparado para esse tipo de trabalho, você se descuida de um lado ou do outro [...]*. Portanto, complementando a metáfora, o trem da cooperativa já estava descarrilado há um bom tempo, sendo que a crise interna vinha aumentando pela falta de formação da direção, de participação e de fiscalização dos sócios, passando por incapacitados de gerenciar sua cooperativa, já que a própria cultura da época impusera esses limites, como relata Flávio Cavedini:

[...] era um sistema de cooperativa que entrava dinheiro fácil, muito fácil e na época eu acho que os controles não eram tão rígidos, então justamente por esta razão houve a intervenção para reorganizar a cooperativa, porque efetivamente quando se assumiu, me parece, não com certeza, estava sediada na Voluntários da Pátria, parece que no edifício Salvador Leão, e era muito difícil, a sistemática deles, os escritórios era muito confuso [...]. Então, entrou uma fatura, eles tinham cobrado de uma empresa, emitiram uma fatura e ficava jogada no chão, então não sabiam o que tinha. Caixa não existia, contabilmente, era um desastre, efetivamente a dificuldade foi muito grande. (Flavio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Essa fala nos mostra que a administração da cooperativa não tinha nenhuma fiscalização por parte dos próprios cooperados. O conselho Fiscal era inoperante e só passaram a questionar a situação quando começou a faltar dinheiro, como relata Jorge Ribeiro: *daí começou a acontecer do trabalhador chegar no dia de receber e não ter verba, ou chegava no dia de receber e eles chegavam lá dez horas da noite, como cansaram de chegar dez horas da noite e me entregar um cheque para terça-feira da outra semana, e aí foi criando a desavença.*

Segundo o relato de nosso informante, isso fez com que os trabalhadores buscassem auxílio do INCRA, que era o órgão que eles conheciam na época, já que a OCERGS era desconhecida dos mesmos, o que os fez decidir o afastamento da antiga diretoria. Os cooperados *pediram uma intervenção; tiraram eles e pediram uma intervenção, e nomearam uma outra diretoria, e aí nessa outra diretoria entrou seu Osvaldo, entrou o seu Cícero.* (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Os técnicos do INCRA levantaram os problemas e fizeram a devida orientação, possibilitando aos associados da cooperativa buscar soluções para o problema de forma autônoma. Como não houve interesse dos sócios em assumir e enfrentar as dificuldades e como era necessário conter a ira dos trabalhadores, já que a cooperativa era muito grande, tendo em torno de quinhentos associados e abrangendo todo o Rio Grande do Sul, os fiscais do INCRA nomearam o coronel Orfelino Barbachan e o Sr. Delmar Antônio Gentil como interventores. Conforme relato de Vergílio Perius, *era uma norma nas intervenções, [...] nós tínhamos uma forte interferência militar no Estado e evidentemente quando se intervém num*

*organismo privado, é para fazer ordem lá, e a ordem quem entende, segundo a cultura existente seriam esses cidadãos.* (Vergílio Perius em entrevista ao autor, 02/06/2004)

A intervenção tinha um período de dois ou três anos para colocar a casa em ordem e deixar a administração por conta dos trabalhadores. O objetivo era auxiliar a direção, formá-la no sentido de fazê-la assumir novamente e trazer os trabalhadores para a sua cooperativa para que eles retornassem a autogestão de sua empresa. Mas, como relata Jorge Ribeiro, essa intervenção, no campo econômico, a intervenção não trouxe boas condições para a cooperativa por causa da folha de pagamento de seus administradores e dos funcionários que vieram junto aos dois administradores.

Essa intervenção não trouxe bons resultados para a cooperativa, se fosse nomeado uma diretoria que cuidasse da cooperativa seria melhor que essa intervenção, porque essa intervenção se tornou cara para a cooperativa pelo seguinte, o Coronel ganhava um bom salário, o seu Gentil ganhava um ótimo salário, e aí atrás deles vieram as pessoas que eles trouxeram, porque um trouxe a secretária, outro trouxe o seu secretário lá, então foi onde que essa cooperativa acabou quebrando, [...] não que os interventores fossem desonesto e sim que eles encareceram a administração, ela já estava no buraco porque já havia sido desviado verba pelos outros diretores, então aí chegou mais aqueles interventores com aqueles salários altos [...]. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Além da parte da legislação anteriormente citada, que definia a função administrativa dos interventores, tínhamos o art. 48 da Lei 5764/71 que dizia que *os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.* O Estatuto da cooperativa trazia como atribuição da diretoria *fixar despesas de administração, em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura.* Entende-se que os interventores passaram

a ter poderes de administração/ direção<sup>53</sup> da cooperativa, podendo, inclusive, fixar seus salários, e determinar, desde que houvesse recursos, a quantidade e os vencimentos dos funcionários da cooperativa.

Nesse sentido, os administradores/ interventores contrataram tantos funcionários quanto pensavam ser necessário para reorganizar a cooperativa. Flávio Cavedini comenta sobre esse processo:

Inicialmente, trabalhei nessa cooperativa como chefe dos escritórios, organizei toda essa parte de escritórios, existia muito precariamente [...]. Na verdade, eu fui contratado, tinha carteira assinada. Até mesmo na época eu não era advogado, como sou hoje, eu era contabilista, e aí a empresa colocou uma estrutura, colocou contador dentro da empresa, serviço de cobrança, organizou todo o sistema de faturamento, organizou uma empresa tal qual deveria ser. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Na fala de Cavedini, fica clara a preocupação com a organização técnica da cooperativa, que passou a ser tratada como uma empresa, onde, de acordo com os modernos conceitos de administração, colocou-se eficiência técnica para fazer funcionar a burocracia. Através da organização, da racionalização e da ordenação da documentação expedida, podia-se, inclusive, dispor, de forma transparente, as contas através de uma contabilidade que permitia visualizar os faturamentos e os gastos com clareza.

Segundo Eloiza de Oliveira (2003), para Taylor, a administração é um conjunto de *leis e normas que constituem uma ciência, seguida de completa mudança na atitude mental dos trabalhadores e da direção, quer reciprocamente, quer nas respectivas atribuições e responsabilidades [...]*. (p. 3) Taylor previa, na organização de uma empresa, os seguintes princípios: colocar o trabalhador na tarefa adequada as seus interesses e aptidões, incentivos

---

<sup>53</sup> Nos referimos a administração/direção porque os interventores assumiam a condição de diretores, porque estavam imbuídos dessa função, apesar de serem administradores impostos pelo INCRA, sendo contratados com carteira assinada, e não eleitos pela Assembléia Geral.

salariais compatíveis com a produção, divisão de tarefas propiciando uma melhor especialização do trabalhador, necessidade de supervisão e controle rígido de funcionamento do trabalho, tarefas padronizadas dando ênfase na eficiência e boas condições físicas de trabalho.

Esse discurso da eficiência técnica da administração taylorista foi usado pela administração/ direção como forma de promoção da mesma e de organização da base funcional dos trabalhadores, sendo adaptado ao discurso cooperativista. Nesse sentido, os associados, apesar de serem autônomos, eram controlados pela estrutura administrativa montada.

Vimos neste discurso uma construção do que Foucault (1987) chamou de *Saber*, isto é, um

conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar pode-se chamar de saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada [...] é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...] o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...] há saberes que são diferentes das ciências [...]. (p. 206-207)

A intervenção trouxe dois elementos fundamentais: o discurso da eficiência técnica e o discurso da eficiência militar, expresso inclusive na nomeação dos dois interventores; o saber técnico de um funcionário público, expresso na pessoa de Delmar Antônio Gentil, aliado a autoridade, na figura do Coronel. Ambos trouxeram pessoas com conhecimento técnico para fazer frente à reconstrução dessa empresa. No relato de Flávio Cavedini, podemos verificar esses dois elementos. Segundo o entrevistado, *pelo conhecimento que eles tinham eles captaram muitos serviços para a cooperativa, tinham grande conhecimento. Um*

*era funcionário público, o outro era Coronel da reserva, era tão conhecido quanto o prefeito.*

(Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Podemos verificar, nesse discurso, dois elementos do que Foucault (1987) chamou de *saber*: a autoridade de um militar e a eficiência técnica de um funcionário público, dois elementos culturalmente construídos no Regime Militar brasileiro, os quais caracterizaram os governos Médici, no período do “Milagre Brasileiro”, e Geisel, na cultura tecnicista implementada através da educação e da difusão dos aspectos ideológicos do regime, presentes na cultura brasileira do momento. Ainda no discurso de Flávio Cavedini, aparece uma alusão ao título de coronel, o que fez com que a cooperativa passasse a ser vista de outra forma pelo empresariado e pela sociedade da época. Eis o que relata o entrevistado:

Em função até dessa bandeira dele, eu lembro que quando se chegou a gente tentou buscar novamente alguns serviços que a cooperativa havia perdido e as empresas não queriam mais saber dessa cooperativa porque o pessoal era desorganizado, pediam gente não iam, muitas queixas. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Podemos, ainda, falar de uma militarização da sociedade brasileira que as cooperativas, como órgãos societários, também sofreram.<sup>54</sup> A visão de que um coronel dava mais respeito, idoneidade e comprometimento aos contratos, pode ser interpretada como manifestação da força do militarismo. Era a idéia de que a ordem traz progresso, um elemento positivista, oriundo da ideologia do Regime Militar, ou a idéia de segurança e desenvolvimento.

---

<sup>54</sup> Sobre a militarização temos o livro “Censura no Regime Militar e Militarização das Artes” de Alexandre Stephanou (2002) onde faz uma análise da censura tanto aos órgãos de imprensa, como a música e as artes em geral e verifica que as artes sofreram uma militarização, inclusive, músicas foram compostas com o ritmo de banda, como uma parada militar. Também Eliézer Rizzo de Oliveira (1994), fala do controle Social e político, através da militarização do Estado.

Porém, os trabalhadores, apesar de terem pedido a intervenção ao INCRA, não a aceitavam, mas acabaram, aparentemente, acomodando-se a ela por dois motivos: o discurso da eficiência técnica e, principalmente, a necessidade do trabalho. O discurso da eficiência técnica fazia com que houvesse mais oferta de trabalho, melhor organização dos escritórios, convênios, que foram feitos com supermercados e familiares que iam receber enquanto os trabalhadores estavam distantes, o que se depreende do discurso de Flávio Cavedini.

No início realmente foi uma dificuldade muito grande, porque os associados não receberam muito bem essa intervenção. Eles queriam que continuasse gente da classe deles, [...] mas eram gente humilde e muito boa, e com o tempo eles foram recebendo. Essas pessoas estavam lá para organizar a cooperativa, e que fariam um bem para eles. Então, essa cooperativa foi mudada e aí começou a se fazer convênios com farmácias, com lojas, supermercados. Então tinha convênio com o supermercado, iam e gastavam. Porque, geralmente, principalmente nessa época de safra, o pessoal saía para trabalhar e não voltava, não vinham para a capital e daí os familiares iam receber o dinheiro. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

No lado do INCRA, vimos a posição de quem estava de fora, quem estava fiscalizando. No relato de Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004), podemos destacar o aspecto da eficiência que essa empresa cooperativa apresentou, principalmente, no seu período inicial da intervenção, pois, conforme diz o entrevistado, *se colocou o Coronel Barbachan com o poder que ele tinha, ele tinha um poder militar muito grande, ele tinha divisas, era coronel, e isso veio a ajudar bastante a cooperativa, colocar na sua rota de trabalho.*

Nessa fala, fica clara a existência de um discurso da eficiência militar, isto é, de um conjunto de saberes de cunho autoritário que era atribuído a lideranças militares, como os oficiais, que tinham voz de comando, que podiam estabelecer ordem, paz e tranqüilidade e,

que por sua condição de militares, inclusive em sociedades não militares, podiam trazer segurança e, conseqüentemente, progresso, eficiência e desenvolvimento.

Foi possível constatar que houve um crescimento econômico e, inclusive, um aumento dos contratos de trabalho da cooperativa nos primeiros anos da intervenção, porque, apesar das dificuldades, houve uma organização, maior aceitação pelos tomadores de serviço e passou-se a obter maior eficiência, inclusive no trabalho braçal.

Conforme o relato de Leopoldo Deves, o INCRA, momento após nomear a intervenção, auxiliava e orientava a cooperativa. *A gente se engajou no processo de organização dessa cooperativa, mas lá já estava instalada uma intervenção, no processo de intervenção, que vamos dizer assim, a lei facultava nesse período ao INCRA fazer.* E depois, quando o entrevistado, passou a ser superintendente da OCERGS, continuou orientando e ajudando a COOTRABALHO. *A gente continuou acompanhando e as dificuldades continuaram as mesmas, mas assim, com o pulso firme do coronel Barbachan, ele continha essas dificuldade e a gente estava sempre lá, orientando, e acolá para não deixar as coisas muito autocráticas [...].* (Leopoldo Deves em entrevista ao autor, 03/05/2004)

O entrevistado é muito claro ao dizer que a cooperativa progrediu somente por ter sido um coronel como interventor, por esse ter um pulso firme para conter as desavenças dos trabalhadores. Porém, os problemas continuavam. Isso sugere que não adiantava a intervenção sob o ponto de vista social, porque os trabalhadores não aceitavam a administração autocrática e continuavam questionando. Isso porque faltava o fundamental nas relações de uma sociedade cooperativa: a democracia, e, portanto, a ação da OCERGS era, inclusive, orientar no sentido de não deixar o autoritarismo prevalecer. No entanto, o fundamento da cooperativa deixava de existir, passando a ser uma empresa, na qual os trabalhadores tinham

autonomia em escolher se trabalhariam em determinado serviço ou não, se iriam ficar em casa, quantas horas iam trabalhar por mês. Mas, nas questões administrativas, não tinham como escolher, se queriam contratar mais trabalhadores burocráticos, se queriam aumentar o quadro de associados, ou não. As questões administrativas ficavam restritas a administração, porque se entendia que os trabalhadores não tinham capacidade de escolher, até porque, isso já havia sido provado, com os problemas que ocorreram anteriormente.

Os militares significavam, no contexto particular que está sendo analisado, a imposição de um *saber* técnico, em que os preceitos da administração científica moderna, segundo Taylor, ficavam evidentes na postura autoritária, delimitando funções aos trabalhadores. Além disso, havia a imposição de um *saber* militar, o ser conhecido, ter divisas, ter pulso firme, conter as desavenças, e isso fez com que houvesse uma sensação de segurança na cooperativa. Isso é flagrante quando o entrevistado evidencia o papel do Coronel Barbachan na Cooperativa: *até pela própria formação dele, ele era mais, assim tipo do cara para cobrar. O resto ele deixava, existia uma direção, existia lá a direção, mas ele que dava as coordenadas.* (Leopoldo Deves em entrevista ao autor, 03/05/2004)

Na verdade, a direção não assumia suas responsabilidades administrativas, eram apenas figuras que representavam os trabalhadores sócios. Em uma relação, era como se fosse uma empresa em que havia uma direção e dentro da direção alguns representantes dos trabalhadores que, por vezes, opinavam, mas acabavam não sendo ouvidos porque era para constar que existia. Esse seria um motivo a menos para os trabalhadores se insurgirem. Conseqüentemente, não poderíamos falar, nesse período, de uma co-gestão, que dirá de autogestão.

Sobre a discussão de co-gestão ou autogestão, Palmyos Carneiro, participando do Seminário sobre a Legislação Cooperativista em 1980 na Assembléia Legislativa, trouxe duas definições para co-gestão. A primeira de Henry Bisson, em que considera que

todo o sistema autêntico de cooperação ou de co-gestão procurava com espírito de justiça repartir o valor dos produtos do trabalho proporcionalmente ao concurso adotado pelos diversos fatores na obra de produção e tendo em conta e riscos financeiros ocorridos por cada um deles. (Seminário de Análise da Legislação Cooperativa, 1980: 166)

Outro conceito é de Willians, para quem

co-gestão é um sistema sobre o qual os operários e funcionários efetivos de uma empresa qualquer recebem, em virtude do seu trabalho, uma parte substancial determinada antes dos lucros realizados e, possivelmente, de outra parte efetiva do capital e da responsabilidade da empresa. (Seminário de Análise da Legislação Cooperativa, 1980: 166)

Cumprе salientar que o primeiro conceito pode ser considerado como sendo o conceito de autogestão e o segundo como o de co-gestão, isto é, tem-se autogestão quando os trabalhadores decidem sobre sua cooperativa nas assembléias. Com isso, cabe à direção, eleita em uma Assembléia e fiscalizado por um Conselho Fiscal, submeter-se a vontade da maioria dos associados. Quando uma decisão é polêmica deve ser levada a Assembléia para ser votada e decidida. Sendo o associado dono do empreendimento, ele assume os riscos e os benefícios advindos da decisão. Na co-gestão, o trabalhador participa como co-gestor, isto é, tem uma administração e uma representação dos trabalhadores que é ouvida, mas não tem responsabilidade sobre a empresa e participa parcialmente da renda e dos riscos, ou não.

Na cooperativa em estudo, a administração, apesar das responsabilidades da direção e dos cooperativados, não pode ser colocada nem como uma co-gestão, muito menos como

autogestão, mas uma gestão autoritária, referendada pelo discurso da eficiência técnica, aliado ao discurso da eficiência militar.

Segundo Flávio Cavedini, a cooperativa, após a intervenção, passou por *três momentos distintos*: um período de dificuldades: *primeiro no início, porque se pegou a cooperativa, o nome dela muito arranhado, escassos recursos*; segundo, um período de auge com a compra da sede, quando a cooperativa sai da velha sede na Voluntários da Pátria. *Nós locamos uma casa perto da CIAGRAN, numa travessa paralela com a Farrapos, na Leopoldo Fróes [...] e ali ficou muito bom do pessoal trabalhar, e aí depois de um tempo ali, foi decidido em assembléia que as sobras líquidas em vez de ser rateada na proporção dos trabalhos e aí foi comprada uma sede. Aí, o pessoal batia no peito e foi o máximo, a compra da sede, e aí foi a sede na Pernambuco*. E, por fim, a terceira fase é marcada pela decadência com a conjuntura dos anos oitenta, que gerou uma crise de falta de trabalho e uma dificuldade administrativa com desavenças internas e dívidas da cooperativa. *Começou a escassear o trabalho, começou a haver uma certa disputa dentro da própria direção da cooperativa, direção, administradores, não existia consenso, começou a desestabilizar um pouco, faltou melhor apoio dos órgãos de fiscalização e de apoio*. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Quando nomeados os interventores, os técnicos do INCRA deram um período de dois a três anos para cessar a intervenção. Contudo, essa acabou sendo renovada com o argumento de que não haviam sido resolvidos os problemas, de que as dificuldades não acabaram, sendo, portanto, dado um prazo maior para os interventores. Em uma discussão sobre a intervenção temos três entrevistados, cujos discursos discutiremos a seguir.

Em uma posição contrária a intervenção na cooperativa, Ataíde de Paula comenta sobre a falta de um prazo para cessar a intervenção, já que durou por toda a vida da cooperativa. Conforme o entrevistado, *interventor não sei porque, se existia presidente, [...] intervir uma entidade. Tu vai intervir ela por três meses, dali a três meses deve haver eleição e eleger novos diretores, e eles não afastaram. Eles ficaram lá e interviram a vida inteira junto com o presidente.* (Ataíde de Paula em entrevista ao autor, 11/02/2004)

Já quem fez parte diretamente da intervenção, inclusive da solicitação de providências pelo INCRA e trabalhou por algum tempo após a intervenção, o caso de Jorge Ribeiro, considera que a intervenção foi mantida porque possibilitava a obtenção de uma boa renda. Era o interesse econômico que mantinha os interventores na administração e, portanto, esse interesse em se manter ganhando bem e essas mordomias fizeram com que os interventores permanecessem na cooperativa. O entrevistado relata que a intervenção

tinha um prazo de três anos. Mas, como eu te falei, ela era tão grande,[...] era tanto dinheiro que ninguém queria largar a teta. A vaca era gorda demais. Então, eles continuaram. Era para eles saírem em dois anos, no máximo três. Mas eles continuaram até fechar ela. Foram comendo, tiraram todo o leite da vaca, não dando comida para ela, foram, até que mataram. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004) tem outra visão, que é a de quem estava no INCRA nessa época e, apesar de não ter participado diretamente das auditorias e ser particularmente contrário às intervenções nas cooperativas, diz que *a empresa cooperativa é de direito privado e os sócios são os únicos donos da cooperativa.* Sobre o período da intervenção na COOTRABALHO, relata que tinha um prazo.

Me parece que ela foi renovada nesse período [...] no sentido de que haveria os pressupostos novamente e na visão das autoridades do Estado da época. O seu quadro social não tinha a capacidade suficiente de gerir o seu próprio

negócio, ou até talvez os associados não tivessem interesse em assumir a gestão da cooperativa. Uma das duas hipóteses era bem provável, o que justificava a renovação da intervenção.

A intervenção, renovada ou não, perdurou por mais de dez anos até o encerramento das atividades da cooperativa, e, apesar de toda a oposição dos trabalhadores à administração/direção, manteve-se no poder graças ao discurso da eficiência técnica e ao discurso da eficiência militar do coronel Barbachan. Porém, esses mesmos aspectos irão levar a cooperativa à decadência, pois os trabalhadores, além de questionarem esses discursos de várias maneiras, não assumiram as responsabilidades da empresa na crise e queriam que os retornos continuassem da mesma forma de antes. As dificuldades internas levam ao fim da cooperativa.

#### 4.3 COOTRABALHO: O desenvolvimento de uma grande empresa

Como vimos no subcapítulo anterior, a cooperativa após a intervenção vai adquirir eficiência e capacidade técnica e se transformar em uma grande empresa, uma organização tal que se constrói graças a uma série de fatores, que vamos analisar.

Dois anos após a intervenção, a cooperativa mudou de nome de Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda. para Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Autônomos de Porto Alegre Ltda. – COOTRABALHO. Também, ampliou sua área de abrangência tanto

em número de associados, quanto em áreas de trabalho, deixando de abranger apenas os trabalhadores de estiva, como carregadores, ensacadores, arrumadores de sacarias em geral e similares e acrescentando os trabalhadores *que executam serviços tais como: zeladores, porteiros, ascensoristas, vigias, guardas, faxineiros e serventes legalmente capazes e que exerçam suas atividades dentro da área de ação da Cooperativa.* (Estatuto Social da Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Autônomos de Porto Alegre Ltda. – “COOTRABALHO”). Essas mudanças foram feitas na Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de dezembro de 1977 e ratificadas na Assembléia Geral Extraordinária do dia 21 de julho de 1978.

Na Assembléia do dia 16 de dezembro de 1977, tendo como presidente o advogado Hilton Lima e Delmar Antônio Gentil, secretário, com mais onze associados participantes, que assinaram a Ata, foi deliberado o seguinte: aprovado a *prestação de contas (exercício 76 e 77) Balanço 76/77*, e o *parecer do Conselho Fiscal*. Sobre a destinação das sobras, ficou *decidido que as mesmas retornariam aos associados na proporção dos serviços prestados*. Quanto a *Reforma do Estatuto Social*, elemento fundamental para a mudança de nome e abrangência, foi *distribuído aos associados o anteprojeto de Estatuto, tendo sido discutido, recebeu aprovação unânime dos associados presentes à Assembléia bem como a alteração do nome da Cooperativa*. Após, foi procedida a Eleição para a Diretoria e para o Conselho Fiscal.

A Assembléia, realizada em 21 de julho de 1978, presidida pelo Bacharel Hilton Lima e Osvaldo Fermino Corrêa como secretário, tendo assinado a Ata, além dos dois, mais onze associados, foi convocada *visto que havia vencido o prazo para a entrega da*

*documentação referente à Reforma Estatutária, [...] para Ratificar os atos praticados e aprovados na Assembléia anterior.*

Segundo o Estatuto Social, o que efetivamente mudou foi o nome da cooperativa, a criação da sigla COOTRABALHO, a ampliação da área de abrangência de admissão de associado, que passou a ser todo o Rio Grande do Sul, e a retirada da obrigação da cooperativa de manter postos com gêneros alimentícios e artigos domésticos<sup>55</sup>. Além disso, ampliou-se a possibilidade de trabalho, foi acrescentada a obrigatoriedade da inscrição na Previdência Social como autônomo, condição para entrar na cooperativa. Porém, não havia controle sobre o pagamento do INPS.

O nome COOTRABALHO foi um marco na história, mas, antes, essa cooperativa já havia desenvolvido uma boa base de serviço, só que se restringia às safras. O que mudou com o novo estatuto foi a criação da possibilidade de prestar serviços em todas as épocas, já que variava a quantidade e abrangência do trabalho oferecido por ela, o que chamamos de frentes de trabalho.

Sobre essa questão, o relato de Jorge Ribeiro é bastante esclarecedor, pois comenta as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na fase anterior à mudança, quando se pensava só nas safras. Depois, a cooperativa começou a prestar serviços nas cidades da Região Metropolitana, no período de entressafra.

A gente fez um campo de trabalho dentro da safra. Aí, passou aquela safra e nós tivemos cinquenta dias, sessenta, setenta dias depois, porque nós não tínhamos, como eu te falei, aqueles pensamentos que as cooperativas de hoje tem. Os diretores pensavam só em safras, então passou a safra e nós ficamos sem nada

---

<sup>55</sup> No parágrafo 2º, ítem “a”, do art. 6º do Estatuto da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda. aparecia o seguinte, *criar um posto para fornecimento de gêneros alimentícios e artigos domésticos em geral*. O que podemos entender como uma seção de consumo dentro da Cooperativa de Trabalho, porém não se tem notícia se houve tentativa de implementar, mas na época não existia.

para fazer, até a próxima safra, [...] Era um desemprego muito grande na época, isso foi em 1976, 77 por aí, daí eu cheguei a enlonar caminhão para levar comida para casa porque os diretores não pensaram que ia passar a safra, daí depois que eles tiveram a idéia que quando terminasse aquela safra no interior, de ter empresa aqui dentro de prestação de serviço, como classificação, carregamento, entregas de farinhas, moinhos, cervejarias, este tipo de coisa. Aí, depois que os diretores tiveram essa idéia. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Em dezembro de 1979, a Revista *Direção* publicou na seção noticiário a seguinte manchete: *COOTRABALHO, Expansão de serviços muda razão social*, tendo como objetivo comunicar e divulgar o seguinte:

[...] Esta medida ocorreu devido à expansão dos serviços prestados através da instituição [...]. Nela podem se associar, zeladores, porteiros, ascensoristas, vigias, guardas, faxineiros e serventes, capazes de executar perfeitamente seus serviços nos ramos citados. A nova nomenclatura da Cootrabalho foi concedida pela divisão de Cooperativismo e Sindicalismo do Incra referendando ao decreto-lei 5.764 de 16/12/1971, sob nº 111/72, não alterando, no entanto, os estatutos da cooperativa quanto às suas finalidades. (Revista *Direção*, dez/1979: 18)

Com a mudança de nome e o aumento do campo de trabalho e da área de ação, quando ocorreu a criação da sigla, que não existia antes, como relata Cavedini, *pouca coisa mudou, mas a sigla COOTRABALHO veio depois até para tentar... [...] a área de abrangência dela terminou se estendendo [...] houve uma mudança para poder se expandir, e aí veio essa sigla da COOTRABALHO*. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Na verdade, o interesse dos administradores era romper com um passado de dificuldades, mudar ou criar uma marca que fizesse com que a eficiência e a racionalidade estivessem presentes. A partir daí, a propaganda da cooperativa passou a ser intensificada, ao menos no início; além disso, haveria de ter um nome positivo perante aos tomadores de serviços.

No 5º Seminário Gaúcho de Cooperativismo, realizado em Panambi em agosto de 1979, a Comissão Setorial de Prestação de Serviços, no qual a COOTRABALHO participou, estudou os problemas e do soluções no dia-a-dia das Cooperativas de Trabalho de forma resumida. As dificuldades levantadas foram:

Legislação cooperativista não caracteriza devidamente as Cooperativas de Trabalho e prestação de serviços; Alegação de existência de vínculo empregatício com a cooperativa por parte dos associados desligados; Desconhecimento da Justiça do Trabalho quanto às características destas cooperativas; Falta de consciência do sistema entre associados; Dependências das safras agrícolas, das entradas de recursos. (Revista Direção, jul/79: 7)

As alternativas de soluções aos problemas apurados pelo estudo foram: *Maior capitalização do associado mediante retenção de um percentual sobre os rendimentos; Integração das cooperativas de prestação de serviços com outros tipos de cooperativas; Maior divulgação dos serviços prestados* (Direção, jul/79:7)

Quanto à capitalização, sabemos que os administradores tentaram implementar uma educação, no sentido de fazer com os trabalhadores economizassem seus rendimentos, mas não houve entendimento, já que os trabalhadores pensavam estar ferindo sua vida pessoal e questionavam essas atitudes. Referindo-se a essa questão, assim se pronunciou Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004): *com o tempo a gente tentou sensibilizá-los, tentar instruí-los, de que eles deveriam guardar um pouco e tal. Mas eles não gostavam muito disso porque aparentemente, para eles, seria mais uma razão que tu estaria querendo entrar na vida deles,[...].* Porém, no Estatuto Social da COOTRABALHO, já existia um *Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituídos de 25% (vinte e cinco por cento) das sobras líquidas do exercício* (art. 48º, inciso I). No entanto, esse fundo de reserva não serviu só para capitalizar a cooperativa, mas para manter as despesas, que passaram a serem muitas: salários do pessoal administrativo, advogados, até as parcelas da compra da sede.

Quanto à integração das cooperativas, um dos administradores da cooperativa - Delmar Antônio Gentil - fez parte, nos anos oitenta, do Conselho Deliberativo da OCERGS,

onde representava as cooperativas de serviços do Rio Grande do Sul. Ele participou do 6º Seminário Gaúcho de Cooperativismo em Santa Maria, representando 56 cooperativas de serviços.

Essa integração serviu, também, como propaganda da COOTRABALHO, divulgando esse nome entre as cooperativas de produção, já que o administrador era representante das cooperativas de serviço e integrante da OCERGS.

Finalmente, em relação à divulgação, vimos duas vezes propagandas<sup>56</sup> na Revista Direção as quais servem tanto para informar aos trabalhadores da estiva, carga e descarga em transporte de caminhões em geral, serventes, zeladores, ascensoristas, guardas, vigias, faxineiro, como para os tomadores dessa modalidade de serviços contratarem a cooperativa.

Nesse sentido, aumentou-se a quantidade de trabalhadores, que, segundo a “Declaração à Junta Comercial do Rio Grande do Sul”, expedida, em 03 de março de 1980, pelo presidente da cooperativa, Osvaldo Fermino Correa, na Assembléia de dezembro de 1979, *era de 796 (setecentos e noventa e seis) o número de associados*, chegando, depois, segundo entrevista com Flávio Cavedini, em 18/05/2004, *a ter quase mil e setecentos associados, por volta disso*. Esses dados mostram que houve realmente um crescimento muito significativo no número de trabalhadores e, também, nas frentes de trabalho. Alguns discursos mostram a dinâmica do processo de crescimento que viveu essa cooperativa, principalmente, após as mudanças que ocorreram, como a sigla COOTRABALHO, a compra de sede, a visualização das empresas em relação à economia que poderiam realizar. Isso aconteceu pela eficiência técnica da administração e a eficiência que os trabalhadores imprimiram.

---

<sup>56</sup> A primeira propaganda na Revista Direção de outubro de 1978 e a segunda em novembro de 1979.

No final da década de setenta, a COOTRABALHO, em Assembléia Geral, decidiu comprar a sede *em vez de dividir as sobras. Foi a única vez que foi falado em sobras, foi essa vez. Aí a gente comprou ela em prestação, comprou em parcelas, então todos os anos a cooperativa tinha aquela obrigação de pagar a parcela dessa sede.* (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Cavedini relata que a administração teve de convencer a assembléia para a compra da sede, porque os trabalhadores queriam era o retorno das sobras e não pretendiam fazer investimentos e, inclusive, eram desconfiados com relação à direção da cooperativa. Eis o que conta o entrevistado: *foi uma briga para comprar aquela sede. Na época, eles não queriam. Eles queriam o dinheiro no bolso e o resto não interessa. Aí vem diretoria e iriam roubar nosso dinheiro [...], mas a sede foi adquirida e, para Cavedini, aquilo foi o ápice da cooperativa.* (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Com a compra da sede e o aumento da área de ação, a cooperativa ficou bem mais atrativa para os trabalhadores, que passaram a procurá-la como uma alternativa de trabalho. Referindo-se ao assunto, assim se pronunciou Cavedini, *lá apareciam pessoas que estavam desempregadas e eram vendedores e que queriam arrumar um emprego, porque [...] ela congregava pessoal que era tido como estivadores, e aí depois com o tempo a cooperativa começou a entrar nesse ramo da limpeza.* (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Sobre a ampliação da área e mudança do nome e as formas de se manter na entressafra, elementos fundamentais para o desenvolvimento dessa empresa, que agora passa a prestar serviço o ano todo, Jorge Ribeiro relata o seguinte:

Fizemos uma emenda no Estatuto e partimos para o interior. [...] nós ampliamos ela dessa maneira pelo seguinte, porque aí nós fazíamos a safra no interior e depois quando nós tivesse aquela safra no interior que tivesse fracassada, a gente vinha para a grande Porto Alegre, seria aqui na cidade e a gente pegava mais alguma coisa para se manter para chegar até a safra de novo. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

A administração organizou a cooperativa. Os escritórios expediam e recebiam as notas tal como era detalhado pela contabilidade, pela administração moderna; o serviço era contratado e tinha uma organização para expedir documentos, havia uma Administração Científica. Como relata Cavedini (entrevistado em 18/05/2004),

o serviço era contratado da seguinte forma: uma empresa chamava, olha tivemos a notícia que vocês trabalham no setor, e aí o fiscal, esse que ficava lá no ponto, selecionando o pessoal. Geralmente, ele ia para averiguar qual é o tipo de trabalho que era para ser executado. Aí ele ia para o escritório e daí nós preparávamos uma correspondência que até então não tinha [...] e começou a melhorar a apresentação, se preparava uma pastinha, o fiscal voltava lá e entregava a empresa. Esse aqui é um tipo de preço, um orçamento, se o senhor quer fazer, o caminhão encosta ali, tantos passos, assim e assado, e aí negociava o valor, porque assim não dá. Daí negociava o preço porque invariavelmente a cooperativa tinha uma tabela de preço.

A organização criada pela cooperativa foi muito boa no sentido de deixar contentes os tomadores de serviço, porque o trabalho prestado era com muita qualidade e executado de forma rápida. Por outro lado, os trabalhadores ganhavam por produção, sendo, por isso, estimulados a trabalhar mais para obter rendimento maior. Existia uma organização do trabalho. A seguir, Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata como era o trabalho e o dia-a-dia, isto é, o funcionamento da cooperativa:

Eles ganhavam por produção e havia associados que viravam quarenta e oito, setenta e duas horas assim sem parar. E tu imagina uma atividade física. Eu lembro às vezes [...] eles teriam que de repente liberar um armazém, tinham que abastecer supermercados então a coisa tinha que funcionar, e ela realmente, em determinado tempo assim, ela criou uma organização tal, olha muito boa, [...] Juntavam os associados, já iam seis horas da manhã, cinco e meia da manhã, eles ficavam numa sedizinha lá, e lá tinha o fiscal geral que era o comandante deles, que era da classe deles. Esse pessoal tinha uma senha que era por hora de chegada, e

muitas empresas, às vezes, nem contatavam a cooperativa, faziam contato às vezes por telefone, ou chamavam para fazer contrato. Havia uma transportadora que tinha o hábito de passar direto lá na cooperativa e falavam com o fiscal esse e faziam um documento e olha vai três homens, e aí escolhia tu, tu, tu que chegou primeiro, vai para a empresa tal e aí lá eles faziam um empenho, olha três homens, vão trabalhar nisso, vão fazer isso e no final da semana se recolhia esse documento, se fazia as folhas de pagamento, se cobrava as empresas, pagavam eles, eles recebiam semanalmente.

Algumas considerações podem ser feitas a partir dessa fala. Em primeiro lugar, o trabalho foi organizado para manter um controle sobre o faturamento da Cooperativa, ao mesmo tempo em que, também, mantinha um controle sobre os trabalhadores, através de um trabalhador, e *que era da classe deles*, chamado de fiscal. Esse controle técnico organizador delimitava pela ordem de chegada o tipo de serviço que, possivelmente, assumiria ou, quando o serviço aparecesse na hora, chamavam por ordem de chegada. Isso leva a entender que poderia ocorrer de não ter trabalho, o que gerava uma concorrência entre os trabalhadores, que, em épocas de escassez de trabalho, chegavam o mais cedo possível para poder trabalhar. Isso indiretamente controlava os horários desses trabalhadores. Além disso, a alusão ao *comandante deles*, usada pelo entrevistado, dá uma conotação de domínio, de comando, de poder. No entanto, isso poderia gerar um favorecimento de alguns trabalhadores que, avisados no dia anterior de determinado trabalho, podiam chegar no ponto bem mais cedo que os outros.

Além disso, podemos verificar uma super-exploração do trabalho. Obviamente que o trabalhador podia ficar em casa quando quisesse, porque era um trabalhador autônomo e trabalhava se quisesse e quando quisesse. No entanto, a obrigação, enquanto qualidade de serviço, rapidez e rendimento, faziam-no agilizar a produção do seu trabalho. Com certeza,

isso diferenciou a cooperativa, em termos de prestação de serviço, em relação a qualquer empresa.

Além da organização da produção, havia a organização dos adiantamentos, do recebimento, que era semanal e sempre de acordo com o trabalho executado na semana. *Recebe de acordo com o que ele trabalha.* Segundo Flávio Cavedini, *a cooperativa tinha o escritório e os cooperativados só vinham ali para receber, porque se pagava em dinheiro. Eles vinham para receber, para fazer algum pleito, para buscar os vales, os familiares para buscar vales.* Eram pagamentos em dinheiro. Os vales a que o entrevistado se refere eram em relação ao convênio que fizeram com supermercado. Cumpre salientar que a emissão dos vales fazia com que a família incentivasse o trabalho do associado e, ao mesmo tempo, o controlasse. Em que pese, o associado ter a liberdade de receber ou não os vales, mas seria um outro mecanismo de controle do trabalhador, de incentivo ao trabalho, de cobrança da família. Segundo Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), os pagamentos eram realizados da seguinte forma:

Rolava dinheiro. Nesse pessoal, havia vários que tinham conta bancária, mas tinha que pagar em espécie, então a sistemática da cooperativa, nas quartas-feiras era: o tesoureiro ia com alguém com uma mala e ia no banco e vinha com a mala cheia de dinheiro, e ia para a sala dele e preparava e pegava bastante troco, bastante quebrado. [...] os fiscais do interior do Estado, o pessoal continuava trabalhando, mas esses fiscais vinham buscar o dinheiro [...].

O que percebemos nessa fala é que havia todo um aparato burocrático até mesmo para o pagamento, já que os fiscais do interior vinham pegar o dinheiro na sede, o que leva a crer que existia uma centralização dos pagamentos e que fiscais vinham retirar o dinheiro para os trabalhadores que continuavam trabalhando. Isso envolvia despesas como diárias, alimentação e transporte, mas, por outro lado, uma organização, uma estrutura, porque no

interior, onde estavam trabalhando, não tinha agência bancária, o que dificultava o saque do dinheiro, ficando mais fácil, ou talvez mais seguro, vir receber em Porto Alegre.

Segundo Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004), dependendo do trabalho e da época, ganhavam uma ótima renda semanal e mensal. *Nós chegamos a obter uma renda mensal tão grande que chegamos a operar até na divisa do Uruguai, Porto Xavier. Operamos em todo o interior: Passo Fundo, Cruz Alta, Ijuí, Catuípe [...].* Sobre o bom rendimento da cooperativa, comenta Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004): *ela perdurou bastante tempo e proporcionou uma boa renda, um bom resultado, naquele grupo de associados e as cooperativas de produção também se serviram dessa cooperativa [...]. Na verdade, o sistema cooperativista se serviu também dessa cooperativa.* Ainda sobre o rendimento, o retorno que tinham os trabalhadores, Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata, para ilustrar que era viável, que *tinha cooperativado lá que tinham duas ou três famílias, duas ou três esposas e sustentava. O pessoal se virava, mas tinha condições. [...] então se era viável para o sistema privado, para os cooperativado idem [...].*

Nos discursos dos entrevistados, podemos entender que as cooperativas de produção contratavam a COOTRABALHO em épocas de safra para executar os serviços de carga, descarga, empilhamento, costura, limpeza de silos, recolhimento da produção na lavoura, serviços de estiva, serviços de vigias e guardas e, inclusive, serviços técnicos.

A cooperativa sofreu uma pequena concorrência de empresas privadas quanto à prestação de serviços, mas segundo Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), *não era muito interessante para a cooperativa, e às vezes eles pegavam alguns serviços bons, mas o tempo se encarregava de demonstrar para os contratantes que o ideal, o melhor e o mais seguro, seria contratar o pessoal que vinculado à cooperativa.*

Na verdade, a empresa que o entrevistado fala era formada por pessoas que haviam participado da fundação da cooperativa: os irmãos de Paula, entre outros que saíram descontentes com os rumos da cooperativa e organizaram uma associação que prestava serviços em época de safras às cooperativas e produtores particulares. Assim relata Ataíde de Paula (entrevistado em 11/02/2004): *na época, eu tocava o serviço lá de Tapera, de Cruz Alta, de São Borja, São Luis Gonzaga, Panambi, Palmeiras das Missões. Inclusive, eu fui, mas já não fui como cooperativa. Fundamos uma empresa e concorremos com a cooperativa.*

Além das safras, a COOTRABALHO ampliou as frentes de trabalho, abriu muito campo para os associados trabalharem e era para todo o ano, como relata Jorge Ribeiro (entrevistado em 18/05/2004).

Na CEASA chegamos a operar, [...] CIBRAZEM, que hoje é CONAB, a gente operou em carga e descarga, desde aquela carne de Chernobyl que chegou, foi essa cooperativa que descarregou. Eu estava junto descarregando. [...] Na FECOTRIGO trabalhamos muito tempo também. [...] Na CIAGRAN depois era Charrua e depois era UNICOOP, essa cooperativa operou nessas três, chegou a atuar nesses três nomes dessa mesma.

Os três nomes, CIAGRAN, Charrua e UNICOOP a que o entrevistado se refere, são, na verdade, a Central de Cooperativas, ou Conglomerado CENTRALSUL, criado pela FECOTRIGO. O que Benetti (1985) chamou de multicooperativa tinha várias empresas subsidiárias: a Companhia de Armazéns Graneleiros (CIAGRAN), em Canoas; a Transportadora Charrua – transporte rodoviário, em Porto Alegre; a Navegação Lajeado – comércio e navegação; Mineração Irapuá – produção de calcário agrícola, em Cachoeira do Sul; DEFENSA – indústria de defensivos agrícolas; Química Taquari – produtos veterinários, as duas últimas em Taquari; COOPAGRI – corretora de seguros e a PILLA – corretora de valores imobiliários, ambas em Porto Alegre.

Depois, houve a crise devido ao endividamento na CENTRALSUL, que segundo Odelso Schneider (1991: 355), *resultou na alienação do parque industrial e de serviços [...] para saldar as dívidas contraídas e o fechamento, [...] depois veio se constituir a UNICOOP [...] que passou a negociar com as instituições credoras do patrimônio da CENTRALSUL [...]*.

A COOTRABALHO, portanto, viveu esse processo todo como uma prestadora de serviço dessas cooperativas. Como vimos, era uma multicooperativa com várias empresas subsidiárias, e passou a ter trabalho o ano todo, em carga e descarga e em limpeza dos armazéns. Sendo assim, as empresas lembradas pelo entrevistado Ribeiro se referem a que ele trabalhou, mas outros trabalhadores, ligados a COOTRABALHO, prestavam serviços em outras empresas subsidiárias da CENTRALSUL. Ainda sobre os nomes, o que mudou, foi que, com a crise e fechamento da CENTRALSUL, foi organizada outra central, a UNICOOP.

No início dos anos oitenta, a Revista *Direção* (set/dez/1981: 10) traz a seguinte Manchete. *Cooperativa garante um espaço maior na economia do Rio Grande do Sul*. Na matéria, a revista comenta que entre *as 100 maiores empresas rio-grandenses, 20 são cooperativas*.<sup>57</sup> Cumpre salientar que a maioria destas contratavam a COOTRABALHO em períodos de safras e, com os Silos e a Armazenagem, o serviço ocorria todo o ano, pois, fazia a distribuição da produção no comércio gaúcho.

Nesse sentido, um número grande de trabalhadores era contratado pela cooperativa, tanto em épocas de safras quanto em épocas de armazenagem e escoamento da produção.

---

<sup>57</sup> As dez primeiras empresas estão discriminadas num quadro na Revista *Direção* (set/dez/1981: 11), e são as seguintes: Central de Cooperativas Rurais do Rio Grande do Sul – CENTRALSUL, Avícola Vale do Taquari, Cooperativa Triticula Serrano, Cooperativa Triticula Passo Fundo, Cooperativa Triticula Getúlio Vargas, Cooperativa Triticula Santiaguense, Cia Extremo Sul, Real Agropecuária S. A., Cooperativa Triticula Giruá, Cooperativa Triticula Alto Jacuí.

Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata que *essas federações de cooperativas, a própria FEARROZ, eram muito fortes. Então, a grande maioria dessas cooperativas de grãos contratava gente e era uma leva de gente, e eram trinta associados em cada, quarenta, cinquenta. Era um contingente muito grande.* Lembrando que a mecanização, apesar de estar em pleno desenvolvimento e obter incentivos governamentais para a aquisição de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, era insuficiente devido à grande quantidade na produção do Rio Grande do Sul nessa época.

Ainda no que se refere ao aumento da área de atuação, houve um período em que a Cooperativa Languiru contratou a COOTRABALHO para fazer o trabalho de descarga da carne, conforme relata Cavedini (entrevistado 18/05/2004):

A CIBRAZEM começou a armazenar carne, numa oportunidade também, a Languiru contratou a cooperativa, [...], na medida que descobriu que existia esse tipo de cooperativa, ela visualizou certamente uma economia contratando com cooperativados, e a Languiru era uma cooperativa de produtores, o serviço de armazenagem deles em Canoas. Isso era feito por funcionários, é diferente, os cooperativados eram aqueles que forneciam o gado. Bom, eles reincidiram os contratos de trabalho dos funcionários e contrataram com a cooperativa. Fizeram várias reuniões para ver essa passagem, [...] continuava não sendo qualificado, mas, na linguagem deles, tu paletia a carne é diferente, tinha que ter uma prática. Daí foi um pessoal novo, mas se pegou funcionários da Languiru. E o pessoal gostou, começaram a ganhar bem mais [...].

As frentes de trabalho cada vez aumentavam mais e a complexidade da cooperativa também, sendo que, em um determinado momento, na CEASA, passaram a ser feitas *aquelas descargas e cargas de frutas e foi colocado até um posto avançado dentro da própria CEASA. Tinha frentes, em todos os lugares, [...] como a CIBRAZEM trabalhava nos portos [...] foi motivo do Sindicato dos Arrumadores se insuflar [...]*. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Sobre o assunto, Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004) relata que as frentes de trabalho da COOTRABALHO eram muitas, *tinham cooperativas, tinham empresas, tinham o porto, o porto de Rio Grande, nas distribuidoras de grãos, CIAGRAN. A própria Adubos Trevos contratava muito essa cooperativa, [...] empresas de adubos multinacionais que contratavam as cooperativas.*

Em 1983, o Instituto Riograndense do Arroz – o IRGA –, após expedição de “Declaração de Regularidade” pelo INCRA em 16/06/1983 e válida por seis meses, contratou a cooperativa para carregar e descarregar sacarias e trabalhar na limpeza e no empacotamento. Foi quando a cooperativa ampliou o campo de trabalho para as mulheres, conforme o relato de Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004):

Nós trabalhamos no IRGA dia e noite, inclusive nós e as esposas. As esposas trabalhavam no empacotamento e nós trabalhávamos coqueando saco, carregando fardo...[...] Nas unidades, frente com a Voluntários e fundos com a Missões. Então nós carregávamos frente e fundo, frente nós descarregávamos sacos de 50 Kg e fundos nós carregava fardo e enfiava, que era as mulheres que trabalhavam nas máquinas, dia e noite, tanto aqui como nas unidades no interior do IRGA. [...] Nós trabalhamos muitos anos no IRGA com a cooperativa...

Sobre a utilização do trabalho feminino, Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) diz que foi uma exigência e sugestão das empresas: *uma determinada época que começou a se admitir mulheres na limpeza, [...] ensacava os grãos e às vezes ficava. Havia aquela perda, e daí o pessoal varria, e, então, decidimos colocar mulheres e aí tivemos cooperativadas, foi uma situação a mais, um campo que se abriu.*

Como comenta o entrevistado, o maior interesse dos cooperados era com as safras, porque era o momento que rendia muito mais e o associado abandonava o seu trabalho nas

empresas que prestavam serviços. Isso acontecia para o cooperado ir fazer as safras e isso gerava um questionamento por parte das empresas e uma readequação de trabalhadores, pois

tinha que ter uma mecânica de se estruturar bem, porque, na entressafra, a cooperativa tinha empresas, por exemplo, algumas transportadoras de Porto Alegre, a CIBRAZEM, o IRGA, que na época operava muito com a armazenagem do arroz. Eram serviços que não paravam, eram doze meses do ano que funcionavam, então o que acontecia quando vinha a safra, [...] Existia uma camada de sócios que eram muito bons e eram disputadíssimos pelas empresas, [...] só que, quando chegava a safra, eles queriam ganhar mais, porque na safra eles ganhavam, efetivamente, dez vezes mais que ganhavam normalmente, então eles queriam abandonar e era um problema para convencer o pessoal a gerência do IRGA, por exemplo, ou da CIBRAZEM, que o seu Artur lá, por exemplo, quer ganhar mais [...]. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Nessa época, a cooperativa recebia muitos trabalhadores temporários. Na *safra grande*, [...], havia depósito em silos e armazéns, que saíam direto, às vezes, das granjas, das cooperativas, que aí se colocava a colheita a granel nos caminhões e vinha para as cooperativas, [...] teriam que ser ensacadas e empilhadas. Aí, vinham os sócios que viviam praticamente de safras, quando acabava em um Estado e iam para outro, mas isso gerava uma discussão porque tinha o pessoal que ficava aqui o tempo todo, enquanto os temporários vinham para trabalhar no que eles consideravam o melhor. Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata que *existia uma certa represália, e diziam: nós ficamos o ano todo aqui, às vezes, não tem trabalho, e agora que vem a época de safra vocês pegam esse pessoal que vem do Paraná e São Paulo e dão o serviço bom para eles.*

A afirmação de Cavedini evidencia que não havia participação e decisão por parte dos sócios, nem mesmo em relação aos critérios para assumir um posto de trabalho. Portanto, poderia haver um beneficiamento de alguns em detrimento de outros, o que gerava discussões e questionamentos à administração quanto aos postos de trabalhos.

Essa grande cooperativa teve seu desenvolvimento enquanto uma grande empresa por ter trabalhadores braçais que ofereceram sua força de trabalho em uma época em que o trabalho braçal era bastante utilizado, principalmente nas safras. Mas, com o aumento da demanda por trabalhadores nos armazéns e com o desenvolvimento de um conglomerado cooperativo que oferecia uma variedade de serviços a seus associados, como, insumos agrícolas, armazenagem, esmagamento da soja, extração de óleo de arroz, transportes, defensivos agrícolas, câmbio e seguro, fertilizantes, calcário, entre outros, houve uma multiplicidade de oportunidades de trabalho para os sócios da COOTRABALHO. Nesse sentido, as dificuldades viriam após a crise brasileira dos anos 80, que refletiu na CENTRALSUL e outras empresas e que, por sua vez, evidenciou os problemas que havia na COOTRABALHO. Jorge Ribeiro, indignado com o fim da cooperativa, resume a grandiosidade que chegou essa empresa. Como um dos fundadores, orgulha-se de seu crescimento e a renda que proporcionava. Essa grandeza é relatada pelo entrevistado, em tom de desabafo.

Foi tão grande que eu tenho orgulho de dizer que ela era grande, porque era muito grande. Grande em nome, grande em trabalhador e grande em situação financeira, mas, infelizmente, têm pessoas que não conseguem viver com o seu próprio salário [...] cooperativa tem uma conta bancária lá, eu tenho que ter a minha, e ela tem a dela. Eu tenho que cuidar da minha conta e zelar pela dela, e não era o que eles faziam. Essa diretoria, antes de entrar a intervenção, não era o que eles faziam, era viagens, era isso, era aquilo, e era muita mordomia. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

Esse relato resume o que pretendemos evidenciar neste subcapítulo: o crescimento que atingiu essa cooperativa, enquanto empresa, porém, a sua estrutura era frágil, porque não havia a união entre a administração e o corpo de associados. Com a intervenção, ocorreu um afastamento da direção com relação a seus sócios; afastamento esse causado pela falta de

formação cooperativista, de participação dos sócios na administração, pela cultura dos trabalhadores da época, pela cultura tecnicista da administração e pelo autoritarismo gerado pela intervenção.

#### 4.4 A participação no movimento cooperativista, a educação cooperativa, o saber e o poder na COOTRABALHO

Como faltou formação em cooperativismo na primeira fase, anterior a intervenção, e essa foi imposta justamente para “botar ordem na casa” e preparar os trabalhadores para continuar administrando, para aproximar os associados da sua cooperativa, veremos como ocorreu nessa fase de educação e de formação em cooperativismo dos sócios e da direção da COOTRABALHO, desde o dia-a-dia até a participação efetiva em Congressos, Seminários e da própria OCERGS.

A Função dos interventores, segundo Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004), seria preparar a Diretoria *para assumir a gestão depois e aproximar os sócios da cooperativa*. Porém, quando o INCRA intervia nas cooperativas, *se nomeava um coronel e esse coronel afastava mais ainda os sócios, quando tinha que fazer o inverso, era aproximar os sócios do processo*.

Ao longo da história da cooperativa, podemos perceber a participação em Congressos e Seminários, bem como do Conselho deliberativo da OCERGS. No entanto, os

cooperados declaram que não tinham conhecimento que existia outro órgão, a não ser a cooperativa e o INCRA que fiscalizavam as cooperativas.

No período da intervenção, vimos a participação de administradores, principalmente, Delmar Gentil, em vários Congressos e Seminários, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil. Inclusive, Gentil foi conselheiro da OCERGS e representante das cooperativas de serviço. Além disso, o advogado da Cooperativa, Hilton Lima, era consultor jurídico da OCERGS. No entanto, nunca vimos nenhuma participação nem de sócios e nem mesmo da Diretoria – Presidente, Diretor Comercial, Diretor Secretário – em algum Congresso, Seminário e mesmo da OCERGS. Na fala de Leopoldo Deves, (entrevistado em 03/05/2004) aparece que havia uma participação, *porque o Gentil era muito ativo, inclusive uma certa época ele participou da administração da própria OCERGS, [...], eles tinham uma participação bastante ativa.*

Sobre o assunto, Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) comenta que, apesar de trabalhar como gerente e nos escritórios, às vezes, participava de Congressos e cita um estudo em São Paulo e o Congresso de Santa Maria. Ele diz o seguinte:

Minha parte ficava mais restrita, muito mais restrita. Eu, eventualmente, participava. Eu participei algumas vezes. Eu estive em São Paulo conhecendo como é que era, porque lá é o sistema cooperativo de trabalho era mais evoluído, mas era um sistema cooperativo onde os cooperativados operavam em prédios, em portarias, então lá se pegou o know how. Então a minha parte era essa e, eventualmente, eu ia até em Santa Maria. Eu estive numa oportunidade: havia alguma palestra, eu ia.

Podemos identificar que, desde o começo da cooperativa, mesmo antes da intervenção, havia uma resistência à participação em Congressos e Seminários, já que o investimento era grande e o retorno não era visualizado pelos sócios. Por essa razão, o

questionamento à participação no Congresso de Santa Catarina em 1973, antes comentado. A crítica derivava da idéia de que alguns estavam sendo privilegiados, pois até roupas compraram e contrataram secretárias para *irem bem apresentadas no congresso*. Esse imaginário permanece em relação às futuras direções. Esse receio de mau uso do dinheiro da cooperativa, do beneficiamento de alguns, permaneceu até seu final; isso, pela falta da participação na cooperativa e da possibilidade de qualquer associado participar dos Congressos ou Seminários e de compartilhar das decisões de quem irá ou não participar.

Essa visão é bem presente no discurso de Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004) que discutia e questionava sobre o privilégio de alguns, ficando clara a falta de participação e de possibilidade de decidir.

Isso foi muito discutido por mim, pelos outros associados, que essas pessoas se beneficiaram em cima disso. Teve pessoas que foram, compraram roupa, escolheram mulheres bonitas para acompanhar eles no hotel. Então, isso tudo eu guardei na minha cabeça, eu guardei tudo, porque eu muitas vezes discuti isso, e eu saí mais da COOTRABALHO. Mas eu saí por causa disso, porque muitas coisas que eles faziam eu não gostava [...].

Lembrando que o entrevistado saiu da cooperativa depois que já havia um período de intervenção, podemos inferir que as desconfianças e mesmo a falta de participação e de decisão continuaram após a intervenção, ou, nas palavras do entrevistado, *piorou porque aí é aquele negócio, nós chegamos aqui nós dois, e nós é que mandamos. Nunca tive nada contra o seu Gentil, nem contra o Coronel Barbachan, mas sempre foram... usaram o regime militar dentro dela depois que eles entraram*.

Em um regime militar, ou em um quartel, a idéia básica é que os soldados devem obedecer e que, para obedecer a comandos determinados pelos oficiais e superiores, não é necessário saber nada, basta executar ordens. Portanto, quem deve ter o conhecimento são os

oficiais, que repassam aos sargentos e cabos as ordens e comandos e os mesmos repassam aos soldados que irão executar a tarefa final. Assim é em uma guerra. Portanto, soldado não pensa, não questiona, não pode saber de nada, além da manutenção e execução da sua função básica. O questionamento deve ser evitado.

Essa alusão a um regime militar dentro da cooperativa era apropriada, já que, a função exercida pelo Coronel Barbachan, *um cara para cobrar*, tinha esse sentido. Porém, estamos falando de uma cooperativa e *a filosofia do sistema não é nada de autocrática, ali é uma escola de democracia plena* (Leopoldo Deves em entrevista ao autor, 03/05/2004).

No entanto, a ação educacional<sup>58</sup> da intervenção vai começar em um determinado momento quando os administradores se dão conta que só o poder e a capacidade técnica não eram suficientes para superar as dificuldades da cooperativa. Porém, as investidas educacionais não surtirão efeito porque o distanciamento da administração em relação aos associados estava muito grande e, apesar de buscar a ação educativa, manterão e até aumentar o poder repressivo. Pode-se visualizar esse aspecto nos seguintes discursos.

Segundo Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004), os trabalhadores não sabiam que havia alguém da cooperativa que participavam da OCERGS. *Os associados não sabiam que existia um outro órgão, [...] pra te ser honesto, nós pensávamos que éramos nós mesmo e pronto, nós achávamos que tinha o INCRA que dirigia as cooperativas e só.* Ainda, segundo o entrevistado, o pessoal que trabalha, hoje, na COOPECARGA, com mais de 50 anos, é

---

<sup>58</sup> Vergílio Perius (1983), analisando os problemas estruturais do cooperativismo, levanta cinco erros criticados, entre eles está a *Ausência de programas de educação Cooperativa*, em que diz que qualquer organização societária necessita *programa educativo sistematizado. Para o Cooperativismo, a educação cooperativista é questão de sobrevivência, pois o mesmo se afirma em base educacional pela livre consciente adesão de seus sócios. A idéia de união para ajuda própria exige superar-se a si mesmo, como indivíduo, para integrar-se à coletividade [...].* (p. 71)

oriundo da COOTRABALHO. Não foi recolhido o INSS desse pessoal, estão complementando o tempo para a aposentadoria.

A maior parte do INSS das pessoas não foram pagos, [...] Com cinquenta e quatro anos, eu estou hoje, e não estou aposentado, porque nunca dei bola para o INSS. Eu pensava que as pessoas recolhiam o INSS. Essa cooperativa que nós estamos falando, ela me comeu sete anos [...] A maior parte é porque os sindicatos recolhiam conforme davam na cabeça deles e as cooperativas não recolhiam nada. Esta cooperativa não recolheu nada. Eu tenho outro associado aqui dentro, mais associados como o seu Evaldo Siqueira, ela não recolheu nada. Tenho mais o [...] Secundino Pinto; ela não recolheu nada. Tem mais o seu Manoel da Silva Nunes que ela não recolheu nada... Todos com idade avançada; seu Manoel tem sessenta anos.

Podemos perceber nessa fala alguns elementos: os associados não sabiam que tinham que pagar como autônomos; porém, era obrigado ter o carnê para entrar na cooperativa, mas isso não era difundido e nem cobrado deles. Ainda, os que sabiam não tinham essa preocupação com o pensamento de que isso ficava para depois. A preocupação era, no momento, trabalhar e receber. O resto vinha mais tarde.

Outro aspecto que ficou claro na pesquisa documental e nas entrevistas foi que a participação nas Assembléias era bastante restrita. As assembléias que foram registradas na Junta Comercial, em cada uma, participaram treze associados que assinaram a Ata, sendo que eram Assembléias importantes, porque mudava o nome e a área de ação da cooperativa. Porém, houve um período de maior participação, provavelmente, quando houve o auge da cooperativa ou quando começou a sua decadência. No relato de Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) ele afirma que *a gente procurava fazer as assembléias até em épocas que não eram de safras, mas tinham uma razoável aceitação. As assembléias na época eram feitas lá no ponto onde se faziam chamadas, então se botavam bancos, mas vinha bastante gente. Era muito concorrido.* No entanto, Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004) afirma que *tinha*

*época em que participavam 10% dos associados, e que só sabiam o que tinha acontecido na Assembléia através de uns contando para os outros.* Nesse sentido, relata Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004) que

havia uma enorme dificuldade de participação dos sócios, que criticavam muito a cooperativa. Os sócios, sob o ponto de vista social, não estavam satisfeitos com sua cooperativa, sob o ponto de vista financeiro; ainda poderiam estar, porque a renda era razoavelmente melhor do que numa outra relação. Mas, sob o ponto de vista social, não havia boa adequação. Na verdade, a intervenção como em qualquer cooperativa, sempre sofre essas terríveis conseqüências do afastamento e retraimento do quadro social.

Dos três relatos, discutimos algumas questões quanto à participação. Neles, estão presentes duas maneiras de ver a participação dos associados: uma que coloca a participação e o interesse elevado e está relacionado à opinião de que houve um momento em que realmente tinha uma maior participação. Cabe indagar se essa participação era para reivindicar ou questionar a administração.

Conforme a fotografia da Assembléia da COOTRABALHO de 1982 (imagem 15), podemos verificar um número grande de participantes, o que revela o indício de que havia momentos em que os trabalhadores freqüentavam, conforme Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004). Ao ver a fotografia, ele relata que

Imagem 15



(Revista Direção, set/dez/1982: 18)

Essa era uma assembléia da COOTRABALHO, esse é o Alci Preto, deixa ver... José Cléo, que hoje é associado dessa cooperativa aqui. Olha, deveria de ser entressafra, pelo seguinte, porque até que essa fotografia, a não ser que amontoaram o pessoal aí, mas essa fotografia está com cara de quem está com um número mais ou menos de pessoas, porque eu sempre procurei ir a Assembléia, mas nunca tinha número de pessoas, porque eu falhava o serviço. Vinha não sei de onde para ir as Assembléias, porque eu gostava de saber das coisas...

Podemos verificar que, pelo ano que ocorre a Assembléia, foi um momento de auge econômico da Cooperativa, e que, também, houve um grande aumento no número de associados. Além disso, a Cooperativa contratou serviços da CIAGRAN e de outras empresas subsidiárias da CENTRALSUL. Isso demonstra que a participação está vinculada aos novos associados que entraram com o surgimento de contratos e com a ampliação do campo de trabalho.

No entanto, outra forma de abordar essa questão está presente nas palavras de Cavedini que pensa a participação de forma diferente dos outros dois entrevistados e nos leva a entender que, apesar de serem pessoas que não tinham formação e não entendiam a prestação de contas, só sabendo questionar e desconfiar de desvios de verbas, tinham uma boa participação. Inclusive, porque em outras cooperativas a participação era igualmente em torno de 10%.

Os entrevistados que continuam atuando no cooperativismo, Jorge Ribeiro e Vergílio Perius, têm uma visão de que haveria de ter maior participação e, por isso, a noção de que os associados participavam pouco nas Assembléias. Essa impressão mostrava que faltava formação em cooperativismo. Isso porque, se conhecessem como funcionava a cooperativa e da possibilidade de autogerir a sua empresa, o interesse dos associados aumentaria e estes participariam não só como ouvintes, mas ativamente das decisões da sua empresa.

Também, quanto à participação e representação dos administradores/ interventores nas Assembléias, Jorge Ribeiro (entrevistado em 18/05/2004) relata que eles participavam das assembléias, mas ficavam no início.

Quando o coronel ia numa assembléia, lá ficava uns dez, quinze minutos; o Gentil mais de dez ou quinze minutos, e junto com eles tinha a diretoria. Aí a diretoria permanecia até o final da assembléia, mas o que ia na ata a gente não sabia porque a gente não assinava a ata como hoje. Hoje, nós fazemos uma ata. O associado sabe o que aconteceu na assembléia, o que foi criado, o que ele votou, que realmente veio para a ata. Nós não sabíamos. Se nós votássemos lá que tinha que tirar o fulano, mas lá dentro da ata eles colocavam que não era para tirar e o fulano permanecia, então a gente não sabia da ata. A ata, depois da assembléia, a gente não via.

Em relação a esse relato, podemos colocar alguns questionamentos. As Assembléias seriam simulações ou tentativas para que houvesse participação dos sócios? No primeiro caso, eram realizadas somente porque eram obrigatórias e, caso contrário, a Cooperativa sofreria fiscalização do INCRA? Seriam simulações, simplesmente, para constar, para aprovar a prestação de contas e assinar as Atas? No segundo caso, seria uma tentativa de que houvesse participação dos sócios? Sendo que não houve diálogo entre os associados e a administração. Isso porque havia imposição da condição de interventor, e, portanto, comandante da cooperativa.

Quanto à escolaridade dos associados da COOTRABALHO, podemos identificar dois momentos. No início, como relata Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004), *era tudo baixa, era baixa, até porque eram pessoas que trabalhavam na estiva, principalmente, estivadores, carregadores*. E, em um segundo momento, conforme relata Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), *a grande parte era semi-analfabetos, mas tinha muita gente que tinha um bom conhecimento, pessoas que já tinham trabalhado em outras situações, e por lá apareciam pessoas que estavam desempregadas e eram vendedores e que queriam arrumar emprego*.

Segundo os Curriculum Vitae, anexos à Declaração de que não era impedido de exercer o cargo de Conselheiros Fiscal na COOTRABALHO, de 1982 e 1983, enviada ao

INCRA e, por exigência do mesmo, a maioria dos candidatos ao Conselho Fiscal devidamente associados à cooperativa, tinham formação primária, porém, encontramos alguns com Segundo Grau Completo, o que mostra que existiam, inclusive, pessoas com formação técnica, como Programador de Computador, Auxiliar de Mecânica, Estatística etc.

Segundo Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), quanto à educação cooperativista, faltou uma assistência social, apesar das tentativas da administração com panfletos explicativos.

Acho que faltou uma assistente social, e chegou a se ter, eu acho, um acompanhamento para os cooperativados entenderem bem o que é cooperativa, [...] Nós mandamos confeccionar alguns manuais, assim, para explicar didaticamente, muito didaticamente, até na linguagem deles, como é que funcionava o sistema cooperativista, o que era cooperativa, por qual razão, o que aconteceria se eles buscassem na Justiça do Trabalho os direitos que eles não tinham. Então a gente estabelecia um parâmetro, olha hoje, se o cooperativado fosse trabalhar e ganhasse, por exemplo, trezentos reais, ele ia ter o desconto disso, disso e disso, ia ter férias, ia ter isso e aquilo, e, geralmente, na cooperativa ele ganhava em produção, no mínimo que ele ganhava era o mínimo na entressafra.

Cavedini confessou ter muita dificuldade em relação à cultura dos cooperados. Disse que se tornava muito difícil uma ação educativa. *Tinha muitas situações que esbarravam na própria cultura desse pessoal, eles queriam trabalhar e o dinheiro deles. O resto não interessava. [...] Sobre este aspecto, a própria administração não sabia efetivamente com qual material humano que ia se virar [...].* (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Nos relatos anteriores sobre a educação, vimos um distanciamento crescente entre os administradores e os associados. Faltava diálogo entre duas culturas diferentes, a popular, cuja oposição ao militarismo e ao autoritarismo da administração crescia diariamente, e a técnica da administração, a qual entendia que os associados não queriam cooperar e pretendiam atravancar os avanços da cooperativa. Por causa dessa carência de conversações e de

entendimentos as proposições, realizadas pela administração, eram consideradas invasão de privacidade. Portanto, os trabalhadores demonstravam que queriam trabalhar e ganhar dinheiro e que eram capazes de fazer isso de forma competente.

Na verdade, a educação implementada era mais de deveres do que de direitos e se voltava para silenciar as idas à justiça por parte dos trabalhadores e não para desenvolver a compreensão do cooperativismo e a conscientização do poder que as pessoas adquiriam ao se associar ou, mesmo, uma consciência técnica que os libertasse do domínio de quem não lhes fosse conveniente. Assim, a educação acabava sendo uma educação para a acomodação e não para a participação. Por isso, foi se gerando uma desconfiança quanto às tentativas de uma educação, tidas como ingerência na vida particular dos trabalhadores.

Por existir essa divisão, esse fosso, esse crescente distanciamento entre a administração e os associados, Flávio Cavedini visualiza os trabalhadores como incapazes, até pela questão cultural da época, isto é, a incapacidade do trabalhador braçal em entender de assuntos intelectuais e a separação entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual. Segundo o seu discurso,

na verdade é uma dificuldade muito grande de pegar pessoas que têm escassos recursos financeiros e tu querer botar eles num aprendizado. A gente tentou até fazer isso, aí, se tentou alguém para explicar. O pessoal, também, com uma bagagem de problemas, uma bagagem de virtudes, realmente um pessoal maduro, aí tu vai querer ensinar para eles que o sistema de Cooperativa de Trabalho é diferenciado, um negócio assim, não é empregado, é uma situação muito difícil. [...] tentar demonstrar para aquele que quer se tornar um cooperativado, porque ele vai ali. Eu acho que isso deveria existir, essa mecânica aí do cooperado que entra.

O discurso evidencia alguns elementos advindos da desconfiança dos associados em relação à intervenção. Ao não existir uma participação do trabalhador no processo decisório, uma educação constante no sentido de participar e decidir, ficava difícil, esporadicamente,

tentar explicar o funcionamento do cooperativismo. Também, fica evidente que os trabalhadores estavam desinteressados nas explicações porque julgavam que elas diziam respeito aos processos com a Justiça do Trabalho, que era vista como guardiã e protetora dos direitos dos trabalhadores. Logo, se a cooperativa havia perdido na Justiça, era porque estava errada sob o ponto de vista funcional. Nesse sentido, a ação educativa para fazer com os trabalhadores diferenciasse cooperativismo de trabalho subordinado não surtiu efeito. Por outro lado, evidencia as dificuldades de uma educação em uma época em que não havia necessidade de formação para o trabalho braçal, cuja estrutura administrativa preconizava uma especialização muito grande. Portanto, o trabalhador braçal se especializava na sua área de ação, o trabalho braçal, na execução da força humana de forma eficiente, para que pudesse executar com agilidade e rapidez o seu trabalho, sendo desnecessário usar a capacidade intelectual e, inclusive, desperdício de tempo seria colocá-lo em uma sala de aula.

Sobre a educação cooperativista, no relato de Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05//2004), temos uma visão de que deve haver um preparo para lidar com os associados.

Tem que ter um jogo de cintura muito grande, o que haveria de ter nessa sociedade. Tem que negociar como o contratante, é negociar com o associado, fazer com que o associado entenda o processo cooperativo, e que é dele aquela empresa. Fazer colocar na cabeça das pessoas que entram num empreendimento desses justamente para ganhar seu ganha-pão. Dizer que aquilo ali é dele, que ele tem que vestir a camiseta e, de vez em quando, ele tem que abolir, se abster de certos... é um processo educativo do bem comum, é difícil, tem que estar muito bem preparado para poder comover e convencer esse pessoal.

Desse relato, podemos entender que não é pela imposição que se muda uma mentalidade. Tinha-se na COOTRABALHO um jogo de poder, no qual uma administração imposta e não aceita pelos trabalhadores agia muito mais pela força do que pelo diálogo. Assim demonstra o relato de Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004): *era um regime*

*militar, de qualquer coisinha seria mandado o sócio embora. Sócio não se manda embora. O sócio da cooperativa só se manda embora se roubar ou se ele fizer alguma coisa contra o patrimônio da mesma.* Nesse sentido, os administradores queriam permanecer na cooperativa, porque tinham interesses financeiros e, por isso, não pretendiam formar ninguém em cooperativismo, o que significava autonomia e autogerenciamento dos trabalhadores.

Sobre a autonomia e a fiscalização, a visão dos trabalhadores era bastante crítica em relação à administração. Aparece no relato de Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004), que o Conselho Fiscal não fiscalizava nada e que nem mesmo sabia o que eram, qual sua função. *Eles botavam quem eles queriam e, geralmente, de dentro do escritório para ninguém fiscalizar ninguém, [...] ou então o Conselho Fiscal era e não sabia, porque não tinha nada para assinar, não tinha balancete para assinar.* Sobre isso, Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), tem opinião de que deve haver uma fiscalização de fora, uma auditoria.<sup>59</sup>

A cooperativa tinha o Conselho Fiscal, não era fácil, tu ia dar um balanço para eles, tem um órgão efetivamente fiscalizador, olha o Conselho Fiscal tem que sentar, tem que ser lavrada a Ata, tem que estar assessorado por um contador, um auditor de fora que não tenha vinculação com a empresa, ele o auditor vai auxiliar, mas não existia isso, então tem uma série de mecânicas, que a meu juízo tem que ter.[...] só que efetivamente o sistema cooperativo de trabalho em relação ao que eu já li em relação aos outros países o nosso cooperativismo ainda engatinha.

Pelas dificuldades dos trabalhadores em entender as questões técnicas de um balanço social e a contabilidade, pensa o entrevistado que devia ter uma pessoa tecnicamente qualificada para exercer a função e entender um balancete, um contador sem vínculos com a direção. Porém, as duas falas se completam. Sabe-se que existia uma prestação de contas, um

---

<sup>59</sup> No Estatuto Social da COOTRABALHO art. 47º, parágrafo único, diz o seguinte, *Para exames e verificações de livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, ocorrendo as despesas por conta da Cooperativa.* Cumpre salientar ainda, que nessa época havia, em Porto Alegre, uma cooperativa especializada em auditoria, a AUDICOOPER-SUL.

balancete no final do exercício, apesar de os trabalhadores não saberem e não terem consciência disso. A transparência inexistia, porque o Conselho Fiscal não fazia suas funções previstas no Estatuto Social<sup>60</sup>, não só porque desconheciam, mas porque não tinham formação para conhecer e entendê-lo, já que era um trabalho não remunerado e, à medida que usavam o tempo com a formação em cooperativismo e fiscalização, deixavam de trabalhar e ganhar. Ao mesmo tempo, não havia interesse da administração em priorizar esses elementos formativos. Isso fazia com que aumentasse o distanciamento e as desconfianças em relação à administração/ direção da cooperativa.

Encontramos nas relações societárias da COOTRABALHO dois elementos característicos do Regime Militar e da cultura dos anos setenta: o discurso da eficiência militar e o discurso da eficiência técnica. O primeiro fazia parte da visão paternalista e autoritária construída ao longo da história brasileira, principalmente, naquele momento em que a militarização e hierarquização das relações sociais estavam eminentes. O segundo discurso, construído com a Ditadura Militar no início dos anos setenta, está relacionado ao desenvolvimento econômico implementado pela eficiência dos técnicos do Governo Militar.

---

<sup>60</sup> Pelo Estatuto Social da COOTRABALHO, art. 47º, compete ao Conselho Fiscal: *conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa; verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa; examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos de decisões da Diretoria; verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor; certificar-se se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição; averiguar se existe reclamações dos associados quanto aos serviços prestados; interar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade; averiguar se há problemas com empregados; certificar-se se há existências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem como, quanto aos órgãos do cooperativismo; averiguar se os estoques de materiais e equipamentos e outros estão corretos; estudar balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia geral; dar conhecimento à Diretoria das conclusões de seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral ou as autoridades competentes, as irregularidades constatadas e convocar Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.*

A ciência justificava o autoritarismo à medida que gerava eficiência e, portanto, não deveria ser questionada.

O discurso da eficiência técnica<sup>61</sup> foi usado como justificativa, tanto aos órgãos governamentais quanto aos trabalhadores, para manter o grupo de administradores/ interventores na cooperativa, porque consideravam os trabalhadores incapazes de gerir seus negócios, já que desprovidos de conhecimento técnico e sem condições de aprender. Todavia, os administradores não tinham interesse em socializar seus conhecimentos, pois, como vimos, quem participava de Congressos, Seminários e da OCERGS não era ninguém da diretoria e somente os administradores/ interventores, pois, *Saber é Poder*.

Ao estudar o poder, Foucault (1999: 177) parte de dois sistemas de análise: o *poder-contrato*, considerado uma correlação de forças, em que quem exerce pode obter o consenso de quem se submete, isso seria a construção jurídica. *Poder que corre o risco, quando se excede, quando rompe os termos do contrato, de se tornar opressivo; por isso, chamado de Contrato-opressão*. Outro sistema seria o poder político, seguindo a oposição guerra-repressão.

Neste sentido, a repressão não seria mais o que era a opressão [...] seria prática, no interior dessa pseudo-paz, de uma relação perpétua de força [...] esquema de dominação-repressão ou guerra-repressão, em que a oposição pertinente não é entre legítimo-ilegítimo como o precedente, mas entre luta e submissão.

Podemos identificar que, na cooperativa havia um poder-contrato que era referendado por uma legislação, porém, extrapolavam-na, à medida que havia momentos rituais dos trabalhadores e momentos de reação pelos administradores agindo de forma

---

<sup>61</sup> Conforme Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), *eles elegiam o pessoal daquela categoria, sem o conhecimento técnico sem o estudo, sem o conhecimento da síntese do que era para ser, como deveria funcionar efetivamente uma cooperativa, e aí eles iam trabalhando, um pessoal efetivamente muito trabalhador, só que não tinha condições de administrar*.

coerciva, empregando policiamento e dificultando a entrada na sede. Para Foucault (1999), *o poder só existe no exercício, não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] acima de tudo relação de força [...] o poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe.* (p.175)

Roberto Machado, ao introduzir o livro “Microfísica do Poder”, escreve o seguinte: *[...] não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo o saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.* (p. XXI)

O posicionamento de Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) é de que o desenvolvimento da cooperativa foi graças aos administradores Delmar Antônio Gentil e Coronel Orfelino Barbachan. *Isso pelo conhecimento que eles tinham. Eles captaram muitos serviços para a cooperativa, tinham grande conhecimento.* Logo, o interesse era de mostrar o seu trabalho, que muitas vezes, para os associados, era considerado desnecessário, porém, pela qualidade técnica dos serviços, acabavam por se convencer e permanecer na cooperativa, pois *essa começou a se fazer convênios com farmácias, com lojas, supermercados. [...] nessa época de safra, o pessoal saía para trabalhar e não voltava, não vinham para a capital e daí os familiares iam receber.* Também havia um ótimo retorno com relação ao rendimento do trabalho<sup>62</sup> e, por isso, os trabalhadores aparentemente se acomodaram a essas benesses, porém, começaram a agir como trabalhadores subordinados e não como membros de uma cooperativa.

---

<sup>62</sup> Conforme o entrevistado, havia associados que trabalhavam direitinho e tinha uma certa organização, *tinham até carro, [...] e esse pessoal que era temporário e que vinham do interior que eram de outros estados tinham até imóveis alugados, porque eles ganhavam por produção [...] havia associados que viravam quarenta e oito, setenta e duas horas, assim, sem parar.*

Quando os sócios não aceitavam o discurso da eficiência técnica e passavam a questionar a administração/ direção, era usado o poder coercivo<sup>63</sup>, desde punições leves até exclusão do associado do quadro social. Conforme relato de Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004), *o que mais se detectou foi a inaceitação do quadro social da direção. A direção era muito severa, era muito de cima para baixo e isso era inconsistente com a proposta da democratização do processo cooperativo*. Quando os associados questionavam, queriam saber da sua cooperativa, tanto particularmente quanto nas Assembléias, eram silenciados ou, segundo Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004), *ficava marcado na paleta, o próximo deslize ele estava fora*. Usavam da força, mas conforme Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004), as dificuldades iniciais de desordem continuavam, *mas assim, com o pulso firme do coronel Barbachan, ele continha essas dificuldades,[...] e as coisas iam tocando a um ponto que não deu mais e aí acabaram*.

Como vimos, os trabalhadores tinham poucas formas de questionar, de sanar suas dúvidas e de gerir sua cooperativa, pois lhes faltava o conhecimento e, de acordo com a cultura da época, a visão era de que o conhecimento técnico estava separado do conhecimento braçal. Os trabalhadores braçais eram vistos como não tendo capacidade de gerenciar, administrar sua cooperativa e, portanto, necessitando ter gerentes de fora do quadro social capazes de levar adiante uma organização. Podemos verificar as raízes desse pensamento na história do Brasil, na qual o escravo trabalhava e o senhor pensava e gerenciava o seu negócio. Esse é um aspecto da educação tecnicista, em que o fazer está separado do pensar. Porém, segundo Marx, pelo trabalho o homem pensa, projeta um objeto e o transforma, o

---

<sup>63</sup> Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004) se refere à intervenção como uma necessidade *e que se colocou o Cel. Barbachan com o poder que ele tinha. Ele tinha um poder militar muito grande; ele tinha divisas, era coronel e isso veio a ajudar bastante a cooperativa, colocar na sua rota de trabalho*.

produz. O trabalho fez o homem, pelo trabalho houve a humanização. O trabalho faz com que o homem transforme a natureza e, ao mesmo tempo, transforme a si mesmo. Logo, isso é um movimento intelectual, criador, criativo e transformador; um movimento que não separa o pensar do executar.

Já que eram pessoas sem conhecimento técnico da administração moderna, de contabilidade e, por isso, não entendiam aquela organização da cooperativa, logo, algumas ações começaram a serem adotadas pelos trabalhadores no sentido de questionarem o poder do Coronel e a estrutura organizacional da cooperativa. Essas ações iam desde acionamento da justiça, quanto aos direitos trabalhistas, até atos de poder intimidador, como usar revólver, dar tiros para cima, até embriagar-se e aparecer na frente da sede da cooperativa e questionar os vencimentos. Isso acabou gerando reações por parte dos administradores. Pelos relatos dos entrevistados, podemos entender como funcionavam esses questionamentos.

Segundo Flávio Cavedini, eram complicadas as Assembléias para os administradores. *Complicado mesmo, porque existia efetivamente a direção e a direção, presidência, toda ela era por eleição. E os dois que estavam lá, que foram na intervenção, eram administradores. Eles não representavam a massa de cooperativados.* Na verdade, as Assembléias eram os momentos em que os sócios faziam suas reivindicações, questionavam a administração; eram momentos rituais. Conforme Cavedini,

aí dava muita complicação porque o pessoal, invariavelmente, esse pessoal de classe baixa ingere bastante bebida alcoólica. Então, nós tínhamos assim: eram todas as semanas, em dia de pagamento, então nas sextas-feiras -se pagava alguns associados e recebiam até no meio da semana, se tinha o pagamento em quarta e sexta-feira invariavelmente apareciam dois, três em caso precário, - Porque eu quero o meu dinheiro, porque tão me roubando. E aí tu ias conversar, conversavam com eles e aí aceitavam e no outro dia nem lembravam mais. E aí, nas assembléias, eu lembro que teve épocas que se teve que pedir até reforço policial porque era até perigoso, porque o pessoal entrava naquela animação e de repente os ânimos ficavam acirrados e começavam a discutir e de repente um cara da mesa... até

nessas assembléias eles não gostavam que o pessoal da administração fosse, e eles iam até para tentar coordenar porque já se sabia o que acontecia no passado, mas eles não aceitavam. (Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Podemos entender alguns elementos desse relato: a ritualização do coletivo, protestos e questionamentos dos trabalhadores porque não estavam contentes com o andamento da cooperativa; momentos de tentar retomar o domínio sobre a cooperativa, ou somente de protestar, como se estivessem em uma assembléia de sindicato e tivessem que fazer reivindicações a um determinado patrão. O uso de bebidas alcoólicas como forma de protestar, de dizer “não sou mandado por vocês”, ao mesmo tempo, a tentativa de questionar o poder policial e coercitivo do coronel; um questionamento ao poder instituído e, maior, a própria Ditadura Militar, representada pelo Coronel Barbachan.

O Coronel da Reserva Orfelino José de Castro Barbachan e Delmar Antônio Gentil – além do primeiro ser militar, ambos tinham relações estreitas com o Regime Militar – militavam em favor da manutenção dos ideais do golpe de 31 de março de 1964, mantinham relações próximas ao Presidente da República e tinham certa influência no partido governista, a ARENA e depois o PDS. Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata sobre as funções exercidas pelos administradores e suas opções políticas.

Na época, a política era bem mais ferrenha, [...] o seu Gentil e o Cel. Barbachan, eles obviamente que eles fiscalizavam a atuação dos funcionários burocráticos da cooperativa, e faziam essa parte de representação, inclusive política, o que eles mais faziam era prospectar trabalho, viajar, prospectar trabalho, faziam novos contratos. Tinha essa parte política que tinha que abrir essa sensibilização dos demais órgãos. Então, eles iam fazendo esse trabalho de campo, um exemplo foi bem esse, a tratativa junto ao ministro Murilo Macedo, então esse trabalho eles faziam, então a minha parte ficava mais restrita, [...] na época o seu Gentil se dava muito com o Amaral de Souza, então se fazia aquelas tratativas porque os dois o Cel. Barbachan e o seu Gentil eram membros, na época, uma entidade que eu nem sei se existe hoje, é o “Trinta e um de Março”, uma entidade que se propunha a enaltecer e manter viva as chamas da revolução redentora do trinta e um de março, aquela história toda. Então, em função disso, em função do que na época o partido da situação era o que andava flutuando pelo governo, sempre, então eles achavam até que tinham algum benefício,

só que com a política propriamente dita não conseguia nada e até o seu Gentil tinha razão. Na época, o próprio Marchezan tinha sérios obstáculos em relação a essa cooperativa.

Podemos perceber que as funções dos administradores se misturavam com suas opções políticas, o que define os seus interesses ideológicos. Por isso, as tentativas de buscar, junto ao Governo, as resoluções dos problemas da cooperativa com a Justiça do Trabalho. Nesse sentido, os administradores, com ajuda do advogado Hilton Lima, elaboraram um Dossiê sobre a COOTRABALHO e a Justiça do Trabalho, e levaram para o Ministro do Trabalho Murilo Macedo. Dessa forma, conquistaram reconhecimento da cooperativa pelo Poder Executivo.

Além de serem representantes do Governo, por estarem intervindo por um órgão governamental, o INCRA, os administradores, tinham vinculações estreitas com o Regime Militar, sendo assim, quando os trabalhadores estavam questionando e desafiando o poder de um Coronel no comando da cooperativa, estavam também questionando o poder estabelecido, o próprio Regime Militar. Cumpre salientar que esse era um momento em que havia um crescente questionamento ao Governo Militar ao regime instalado com o que eles denominavam de “Revolução Redentora de Trinta e um de Março de 1964”.

Além das Assembléias, lugares rituais e coletivos de manifestações e dos dias de recebimentos, havia muitos trabalhadores que procuravam a Justiça do Trabalho, configurando-se como trabalhadores assalariados. Assim relata Jorge Ribeiro (entrevista em 21/05/2004): *ficava desgostoso, ia lá e botava na Justiça, tinha muitos que fizeram isso e muitos ganharam*. Sobre a ida a Justiça, Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata que *os cooperativados, sem ter efetivamente conhecimento do que era o sistema cooperativista,*

*ingressavam com reclamatória trabalhista contra tudo e contra todos, então isso aí, se formou uma ojeriza até pelos contratantes que tinham esse incômodo.*

Pelos relatos acima comentados, podemos perceber que os cooperativados estavam mais próximos de serem trabalhadores assalariados do que associados de uma cooperativa, já que ingressavam contra a sua própria cooperativa. A partir disso, imaginavam que a administração, ou a empresa que prestava serviço, uma ou ambas, seriam seus patrões, isso, em uma clara referência a um questionamento ao poder estabelecido pela administração/intervenção que, pela imposição do discurso da eficiência técnica e do discurso da eficiência militar, fazia parecer ao associado da cooperativa como sendo patrões. Sendo essa, também, uma forma de questionamento, de insatisfação, de falta de participação e de falta de formação cooperativista.

Além disso, houve a tentativa de implantar um sistema de formação dos trabalhadores em cooperativismo, o qual não deu certo porque não procurava trabalhar os direitos e deveres do cooperado, mas somente os deveres, o que levou a desconfiança por parte dos trabalhadores, pois não tinham participação nas decisões; portanto, falhou. Com isso, o diálogo e o discurso da eficiência técnica aumentaram ainda mais o poder coercitivo, a ponto de colocarem policiamento nas Assembléias, de gradearem a sede e de contratarem seguranças para a sede em dias de pagamento.

Até porque se sofria sérios problemas com associados indignados e em estado alterado e vinham para frente e outro queria bater no diretor e queriam bater em não sei quem. Aí, começou a se contratar segurança. Eu recorro que tivemos que gradear toda a sede. Nós tínhamos dois seguranças no pátio do lado de dentro. Eram pessoas que eram policiais e nas horas vagas nos davam apoio. Tinha um delegado [...].(Flávio Cavedini em entrevista ao autor, 18/05/2004)

Como vimos, as relações de poder coercitivo aumentavam. A necessidade de colocar segurança e, ao mesmo tempo, os problemas de diálogo evidenciavam uma crescente dificuldade de relacionamento entre direção/ intervenção e cooperados, o que se acirrava com a utilização dos policiais, como uma empresa onde o dono não quer ser incomodado pelos trabalhadores baderneiros e desordeiros, ao mesmo tempo que expressa o medo por parte dos administradores em relação aos trabalhadores, de serem questionados. Conforme relata Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004), baixou um sistema que não era mais cooperativa, e sim um militarismo.

a administração deles não me serviu mais porque um associado nem para entrar no escritório não entrava mais, era tratado que nem cachorro. Recebia lá no portão, não tinha direito a reclamar nada. Aí voltou, aí não era mais uma cooperativa, era um sistema militar, então aí eu achei melhor me afastar. Disse: olha, isso não me serve mais. Vou me afastar. Me afastei eu e muitos. Muitos nos afastamos dessa cooperativa.

Por outro lado, os trabalhadores que permaneciam, inventavam várias formas de protestar. Conforme relata Flávio Cavedini (entrevistado em 18/04/2004),

era muito difícil, até sobre este aspecto, a própria administração não sabia efetivamente com qual material humano que ia se virar, porque era problemático, era muito. Olha, tinha situações assim que eram perigosas. Lá no ponto, eles faziam a seleção do pessoal, às vezes, seguidamente, davam suspensão para alguns, diziam: olha, tu preteriu a mim o outro. Quero eu ser chamado. Puxava o revólver e dava tiros... E, às vezes, os mais exaltados vinham conversar com a gente já embriagado, e às vezes estava armado... não era nada fácil.

Como vimos nos relatos anteriores, com o tempo, o diálogo foi ficando mais difícil, porque aumentava, de um lado, o discurso da eficiência militar e, de outro as contestações a eles, inclusive, com manifestações mais drásticas, como dar tiros para o alto, conversar com os administradores embriagados, andar armado. Na verdade, por medo de enfrentar um Coronel em sã consciência, temendo o perigo de desligamento. Outras formas de interpretar

essas ações de protesto poderiam ser por não aceitar ingerência na sua vida, canalizar um descontentamento, ou ainda, por fim, por doença, por vício. Porém, essas formas eram utilizadas para obter coragem e enfrentar essas situações.

Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata que, apesar dos trabalhadores não gostarem da administração, essa foi uma ótima experiência e ele tinha uma boa relação com os trabalhadores. *Foi uma das grandes experiências que eu tive na minha vida. Eu só tenho coisas boas, porque eu era muito bem quisto por eles, jogava futebol com eles, ia nos churrascos, até hoje de repente encontro algum deles.* É simbólica a representação do entrevistado. No fato de jogar bola, ir aos churrascos, em oposição aos que não iam, está implícito, já que o churrasco e o futebol, para os gaúchos, podem ser considerados símbolos de amizade e de parceria.

Por outro lado, os administradores, Gentil e Barbachan, membros do Governo, quem chamou policiais para conter uma Assembléia em suas manifestações, colocaram grades na própria sede e recebiam os trabalhadores na rua e não na sede, ganhavam altos salários, significavam, para os trabalhadores, desconfiança, repressão, intervenção, imposição, postura autocrática, saber técnico e regime militar.

No entanto, pelas estruturas mentais e culturais dos anos setenta e início dos oitenta, pensava-se que a classe trabalhadora era incapaz de produzir e se organizar, de melhorar suas condições de vida por serem e estarem preocupados com o momento, com o ganha pão, o dinheiro no bolso, sem visualizar além disso. Era necessário, por isso, pessoas habilitadas e com capacidade técnica para fazer com que os trabalhadores conseguissem ir adiante. Se não fosse o patrão, então, haveria de ser um técnico do Governo; logo, a intervenção era necessária por causa dessa incapacidade.

No entanto, o que podemos visualizar são conhecimentos que formam poderes diversos, isto é, o *saber gera poder* e, isso, podemos perceber até mesmo com relação aos próprios trabalhadores, que se especializaram em um tipo de trabalho braçal, considerado um conhecimento, conforme o seguinte relato de Flavio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004):

Tinha serviços que tu podia botar pessoas sem experiência, razoavelmente sem experiência, outros que não. Quando tu lidava com o que eles chamavam “coquiar saco”, isso aí era só as pessoas com experiência. Às vezes, apareciam pessoas com o porte físico avantajado e não duravam um dia. Eu particularmente fiquei conhecendo pessoas lá e até dito pelos colegas. Pessoas com um metro e meio de altura, mas que faziam esse serviço, por incrível que pareça, se especializaram em como é que pegava o saco e tal. [...] Às vezes, eles não queriam que um cooperativado pegasse a trabalhar. Os mais experientes subiam nos caminhões para fazer a descarga e atiravam o saco na cabeça dos caras, e ele acabava indo embora, pedia para sair.

Podemos perceber nesse relato um discurso da eficiência técnica por parte dos trabalhadores, a capacidade de uso intelectual para um trabalho braçal, aperfeiçoamento, poder do conhecimento e do grupo, o que fazia, inclusive, com que esses trabalhadores se mantivessem e se unissem no que lhes interessava: a manutenção do posto de trabalho. Porém, isso evidencia a relação cooperação e competição que havia entre os trabalhadores, ao unirem-se para afastar alguém que não queriam que também assumisse o trabalho. Eles também estavam excluindo um novo membro. Contudo, também é possível inferir que esses trabalhadores estavam questionando a estrutura da cooperativa, que possibilitava que trabalhadores que não haviam sido indicados pelos associados se tornassem sócios, tendo, portanto, outras táticas para fazer isso. Logo, isso demonstrava um jogo de poder. Usavam o conhecimento para assegurar um campo de trabalho livre de concorrentes. Como se dissessem: “Nisso nós mandamos. Aqui nós decidimos. Não venham vocês, administradores,

mandarem para cá pessoas que nós não queremos.” Com isso, uniam-se para que o trabalhador indesejado não continuasse no posto de trabalho.

#### 4.5 A relação cooperativa e sindicatos, crises e decadência e a memória da COTRABALHO

Neste subcapítulo, veremos a relação da COOTRABALHO com os sindicatos de estiva de Porto Alegre. Além disso, veremos a decadência da cooperativa, iniciada a partir das dificuldades com a Justiça do Trabalho e as tentativas de solucioná-las, juntamente com a crise da economia nos anos oitenta e os problemas administrativos decorrentes das relações dos administradores com o corpo social, desestabilizando, também, a própria relação entre os administradores. Com esse emaranhado de situações, ficam algumas lições ao cooperativismo de trabalho que vai se desenvolver ao longo dos anos oitenta e noventa. Então, vemos as influências dessa cooperativa na constituição de outras Cooperativas de Trabalho no Rio Grande do Sul.

A partir do Estado Novo, 1937, Getúlio Vargas separaria o cooperativismo do sindicalismo. Nas palavras de Vergílio Perius, *houve o fosso de separação com o sindicalismo brasileiro das cooperativas*. O objetivo de Vargas era controlar, de maneira paternalista, ambos separadamente, pois, criou uma legislação específica para cada um.

Quanto ao cooperativismo, o Estado decretou que era seu papel fazer o *controle, a fiscalização e a autorização de funcionamento*. [...] *o crédito vai ser supervisionado por nós,*

*e terá crédito quando o Estado quiser, vamos auditar e fiscalizar as cooperativas, vamos autorizar o início de uma cooperativa, inclusive vamos decretar o fim.*

Já o sindicalismo seria controlado de perto pela política populista, desde a organização de um sindicato de trabalhadores até sua representação, evitando que elementos, considerados comunistas, fossem utilizar o sindicalismo com as finalidades oposicionistas ao Governo.

Apesar da pouca ligação, em termos de legislação, entre cooperativismo e sindicalismo, ambos eram representações de trabalhadores. O sindicato apresenta teor político/ reivindicativo e classista, sendo a cooperativa uma organização econômica/ social empreendedora, onde trabalhadores se organizam e autogerenciam seu empreendimento, buscando, eles mesmos, seus meios de vida sem intermediação de um patrão. Logo, um complementaria o outro. O sindicato poderia bem representar os trabalhadores associados em cooperativas não frente a um patrão, já que esses não o possuiriam, mas junto a organismos governamentais e frente a empresas ou, conforme Guimarães (2000), propiciariam às cooperativas uma identidade de classe e uma qualidade política que possibilitasse um maior e melhor retorno ao trabalhador.

As primeiras Cooperativas de Trabalho, em geral, surgiram a partir de um sindicato ou receberam o apoio do mesmo para a sua constituição. A cooperativa em estudo se baseou no Estatuto do Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre para se formar e, segundo Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004), no início, o sindicato deu apoio para a cooperativa se organizar, *no sentido de que o seu trabalhador pudesse ter renda maior[...]. Tinha muita qualidade e muita eficiência, então, o tomador ficava satisfeito e o trabalhador ganhava, em função disso, um pouco mais do que se fosse em outra relação.*

No entanto, essa proximidade passou a ficar mais difícil a partir do momento em que ocorreram as dificuldades internas na cooperativa e a intervenção. Os sindicatos começaram a questionar, inclusive, a área de ação da cooperativa. Essa convivência foi diferente em São Paulo, pelo menos com relação à primeira cooperativa que surgiu, dos Carregadores e Transportadores de Bagagem do Porto de Santos, quando houve um acordo entre sindicato e cooperativa, que segundo Terezinha Oliveira (1984), tinham *ligações estreitas* e dividiam o trabalho sendo *o embarque de carga de bagagens de passageiros desacompanhada, cabia somente à cooperativa. Quando acompanhada, era feito pelo Sindicato. A cooperativa se encarregava de levar as bagagens até onde for necessário.* Já em Porto Alegre, havia dois Sindicatos, o Sindicato dos Arrumadores de Porto Alegre e o Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre, e não existia nenhum acordo entre a cooperativa e os sindicatos, pelo menos no início, sendo que a licença para prestar serviços na orla do porto era dada pela Companhia dos Portos aos dois sindicatos mencionados.

Em pouco tempo, a cooperativa cresceu porque fizeram uma base de serviços nas safras. Foi quando muitos sócios do sindicato se filiaram à cooperativa, porém, quando acabava a safra, escasseava o serviço, vinham trabalhar nas cidades da Região Metropolitana em carga e descarga e, como não existia acordo e nem mesmo diálogo entre cooperativa e sindicatos, acabava gerando uma série de desavenças e disputas por áreas de serviços.

A disputa por área dava-se muito mais com o Sindicato dos Arrumadores, pois, a área de atuação da cooperativa era na carga e descarga em qualquer local do Rio Grande do Sul. Com isso, muitos trabalhos eram executados na área portuária e, conforme relato de Ataíde de Paula (entrevistado em 11/02/2004), o *Sindicato dos Arrumadores tinha que prestar serviços só dentro do porto, dentro da área portuária, na área terrestre portuária, os*

*Estivadores trabalham nos navios.* E, muitas vezes, os trabalhadores da cooperativa eram tirados do local de trabalho com o argumento de que aquela era área dos Arrumadores. *O sindicato chegava e tirava, o sindicato da alimentação chamado pelos arrumadores, chegava e retirava a cooperativa daquele local. [...] eu cansei de ser tirado de dentro do porto pela capitania e ser chamado o sindicato para trabalhar no nosso lugar, [...].* (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004) Já a visão de Leopoldo Deves (entrevistado em 03/05/2004) é de que era uma disputa econômica. *Na verdade o sindicato sobrevive em cima [...] da carteira assinada, a própria manutenção do status quo do sindicato, e aí tinha uma briga muito econômica, até hoje existe, mas a filosofia do sistema cooperativista é justamente trabalhar junto com o sindicato [...].* Podemos entender que era uma forma de manutenção do Sindicato que, se não disputasse a área, perderia seus filiados e, portanto, a contribuição sindical e, talvez, a taxa de prestação de serviço que deveria cobrar da empresa ou do associado para a manutenção e administração do trabalho e dos encargos que eram depositados aos trabalhadores conforme carteira assinada.

Já a cooperativa também questionava a ação do sindicato, que era considerado órgão representativo e não para finalidades de colocar trabalhadores em áreas de serviço. A situação ficou tão complicada que se tornou necessário fazer um acordo, o que fica explicado no relato de Flavio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004).

Até nós tínhamos uma alegação de que o sindicato, ele sim, terminava desvirtuando, porque o sindicato era para representar os trabalhadores e não para fazer colocação de pessoal, uma sistemática um pouco diferente. Aí, teve uma época quando eu estava saindo que houve uma discussão que, até para não enfraquecer o sindicato, que o próprio cooperativado poderia contribuir para o sindicato. Mas não sei, não adiantou muito. Nessas tratativas, havia, efetivamente, um ranço, uma concorrência, e até eu penso que era uma concorrência dentro dos parâmetros desse pessoal, da qualificação pessoal. Eu acho até que foi uma concorrência razoável, e isso aí até dignificava até um pouco o trabalho deles.

Por outro lado, podemos entender que havia uma postura política em favor dos direitos trabalhistas, da manutenção de direitos que não eram recolhidos pela cooperativa. Nesse sentido, o relato de Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) nos indica uma pista.

Tinha gente que vinha do sindicato para a cooperativa e vice versa e, aí, se estabeleciam aquelas conversações, aquelas trocas de palavras e tal. Um estava entrando na área do outro. A gente pensava na época que o próprio sindicato é que insuflava a Delegacia de estabelecer qualquer procedimento, mas eu nunca acreditei muito nisso. É óbvio que o sindicato tinha muita força naquele momento [...].

O Sindicato insuflava a DRT e instrumentalizava os trabalhadores a entrar na Justiça do Trabalho porque pretendiam que os trabalhadores tivessem a carteira assinada. Isso, porque, na visão de Ataíde de Paula (entrevistado em 11/02/2004) a Cooperativa era ilegal, pois, *não era considerada entidade trabalhista e nem empresa*. Por isso, o sindicato tentava intervir, buscava a justiça. Os trabalhadores, por sua vez, identificavam-se como operários e não como autôgestores de sua empresa cooperativa e entravam na Justiça do Trabalho contra a COOTRABALHO e contra as empresas que prestavam serviço. Entendiam-se como assalariados, por sua condição submissa, uma noção de pertencimento a uma classe social, uma consciência de classe construída na luta. Para esses trabalhadores, a COOTRABALHO e a tomadora de mão-de-obra, que poderia ser uma cooperativa ou uma empresa capitalista, representavam o patrão. Claramente uma posição da qual se sentiam submissa a ela.

Áurea Petersen (1984), analisando os movimentos grevistas no Rio Grande do Sul, faz uma incursão sobre os portuários, dizendo que, o período de 1945 a 1979 foi quando os trabalhadores mais realizaram greves; porém, entre 1980 e 1983, ocorreram apenas uma greve e duas ameaças. Na greve de 1981, apenas os estivadores de Porto Alegre

denunciaram irregularidades no que se refere às condições de trabalho no porto de Porto Alegre, entre as quais a desativação da ambulância, a falta de plantão de enfermagem, e a existência de pessoas atuando no local, as quais alugavam o material de trabalho às Companhias de Navegação, atrapalhando as atividades dos estivadores. (p. 280)

Podemos acrescentar que a denúncia era contra o pessoal da COOTRABALHO que atuava na área nesse período e contra a referência ao aluguel do material de trabalho, que dava a possibilidade das Companhias contratar outros trabalhadores, o que os estivadores não queriam, pois atrapalhava suas tarefas.

Vivia-se um momento importante na história do movimento operário, um processo de crescimento e organização do novo sindicalismo, em que os trabalhadores brasileiros estavam conquistando espaços nas margens da Ditadura Militar e lutando, também, pela democratização do país. As greves do ABC paulista constituíram-se no mínimo representativas para a consciência da classe trabalhadora brasileira. Segundo Thompson (1984: 38-39) classe é uma categoria construída historicamente e *ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase define a sí misma em su efectivo acontecer [...], no son más que casos especiales de las formaciones historicas que surgen de la lucha de clases*. Nesse sentido, podemos definir os trabalhadores da estiva, tanto os ligados à cooperativa quanto os membros da classe trabalhadora brasileira e que estão em conexão com ela. No entanto, a forma de luta contra a burguesia e o Regime Militar se configuram de maneiras diferentes, em lugares diferentes e em contextos variados. No caso específico, a luta dos trabalhadores da estiva em Porto Alegre contra o Regime Militar estava relacionada à contestação da COOTRABALHO, representada nas idas a Justiça, questionando os direitos trabalhistas, nas ações ritualizadas de contestação ao

Coronel, nas Assembléias marcadas pelos tiros para o alto, no ir embriagado a sede da cooperativa protestar e questionar os descontos em seus proventos.

Havia duas maneiras diferentes de protestar e questionar: a individual e a coletiva. Como faltava aos trabalhadores a visão do que era, realmente, a cooperativa e de suas possibilidades nas Assembléias, garantidos pelo Estatuto Social, eles deixavam de fazer valer a união e de reivindicar seus direitos enquanto sócios dessa sociedade. No entanto, como vimos anteriormente, era quase nulo o espaço que conquistaram nas relações de poder da cooperativa. Era muito pequena a possibilidade de questionamentos que levassem a um entendimento ou a mudanças internas, o que os colocava como trabalhadores subordinados a administração/ direção da cooperativa. Como as Assembléias não decidiam e passaram a serem pouco freqüentadas, podemos entender que os trabalhadores acabaram por se definirem e se identificarem como assalariados. Logo, uma das formas mais utilizadas de contestação no período do Regime Militar era a busca individual a Justiça do Trabalho, uma forma de proteção aos direitos trabalhista, própria do paternalismo estatal do período. Porém, por ser tão grande as contestações e o número de processos na Justiça do Trabalho, Vergílio Perius (entrevistado em 02/06/2004), relata em tom de ironia que *houve negociações com o Poder Judiciário Trabalhista para resolver por atacado, mas as coisas andavam pelo varejo, por decisão individualmente*. O que quer dizer que, ao mesmo tempo em que os trabalhadores buscavam a justiça individualmente, a solução também seria individual e não todos de uma vez, como queriam os administradores.

Ao mesmo tempo, foi feita uma tentativa de resolver os problemas da cooperativa diretamente com o Ministro do Trabalho Murilo Macedo. Os administradores da COOTRABALHO, juntamente com o Consultor Jurídico da OCERGS e advogado da

Cooperativa, Hilton Lima, fizeram um Dossiê contendo cem páginas para *demonstrar a situação da Cooperativ, perante à Previdência Social, ao Direito do Trabalho e à Receita Federal [...] no sentido de que sejam dirimidas as controvérsias, entre a Cooperativa e a DRT, do Rio Grande do Sul* (Ofício 1092/80 de 14 de novembro de 1980). Por isso, fizeram um embasamento teórico do cooperativismo. ... *algumas noções que reputamos fundamentais para o devido conhecimento da Sociedade Cooperativa*. Relataram e anexaram uma solicitação ao Instituto Nacional de Previdência Social – INPS – pleiteando a *cobertura de seguro de acidente do trabalho; salário família e auxílio natalidade*, juntamente com a resposta negativa. Para referendar o discurso cooperativista que os próprios órgãos governamentais construíram, colocaram, também, a seguinte explicação do INPS: a cobertura do Seguro de Acidentes do Trabalho é no caso *dos empregados em geral; dos trabalhadores avulsos; dos presidiários que exerçam atividade remunerada*. No caso, como *associados da referida cooperativa, são considerados autônomos, não havendo, portanto, a figura do empregado, [...]*. Mas, com relação às outras solicitações levadas ao INPS, a resposta foi que eles não tinham direito ao salário-família por serem autônomos. Somente o auxílio natalidade, que todos os trabalhadores vinculados ao INPS têm direito.

Cumprе salientar que, no Dossiê, são relatadas e anexadas várias situações com a Justiça do Trabalho e posturas de Juizes que davam causa ganha a cooperativa. Além disso, com finalidades argumentativas de que eram infundados os assédios processuais da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, construíram um embasamento teórico das relações societárias e não trabalhistas da COOTRABALHO.

Terezinha Oliveira (1984: 60), ao analisar os problemas das Cooperativas de Trabalho nos anos setenta e oitenta, coloca a relação com o Ministério do Trabalho que incentiva a formação de Cooperativas de Trabalho Rural. Segundo a autora,

há uma contradição dentro do próprio Ministério do Trabalho, quando propõe e incentiva a criação de Cooperativas de Trabalho e ao mesmo tempo autua as empresas tomadoras de serviço da cooperativa e faz campanha contra as mesmas. O mesmo ocorre entre este Ministério e o da Previdência Social, pois este os considera autônomos, não precisando então de carteira profissional assinada.

Essa noção também transparecia no dossiê construído para o Ministério do Trabalho. Havia a nítida impressão que os próprios órgãos governamentais não se entendiam na época, o que prejudicava, de forma direta, as cooperativas e os próprios trabalhadores que acabavam pagando a conta de todas as situações que envolviam sua cooperativa, já que as despesas eram bastante elevadas.

Em comentário sobre o Dossiê e a ajuda da OCERGS a COOTRABALHO e as mudanças na relação com a Justiça do Trabalho após essa ação, Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004) relata que

os administradores, acompanhados do Dr. Hilton Lima e mais algumas pessoas da OCERGS, tiveram inclusive com o Ministro do Trabalho Murilo Macedo e entregaram esse Dossiê para tentar ver de que forma poderia ser minimizada essa guerra do Estado contra o progresso Sistema Cooperativista de Trabalho. E aquilo ali surtiu alguns efeitos, com o tempo também, pois isso aí demandou muito tempo. E aí até, inicialmente, as sentenças eram desfavoráveis algumas que outras, mas, com o tempo, começou a haver a sensibilização da própria Justiça, entendendo que era o caminho para aquelas pessoas que não tinham cultura.

Temos nesse momento as raízes da inviabilização da cooperativa, à medida que passou a sofrer várias ações na Justiça. E, como comenta Cavedini, até haver um reconhecimento da DRT com relação à Cooperativa, levou muito tempo e isso foi o suficiente para gerar custos excessivos. Os gastos com advogado, com administradores e com causas na

Justiça, faziam com que tivéssemos um princípio de crise na cooperativa que iria se alongar com a crise dos anos oitenta, na qual o trabalho, fonte de recurso e manutenção da mesma iria escassear e gerar uma crise interna. Alguns elementos aparecem no discurso dos entrevistados e serão reproduzidos e analisados a seguir.

A partir do momento que entra a intervenção, temos o início das dificuldades, pois a folha de pagamento aumentou bastante, uma vez que os administradores ganhavam muito bem e, para organizar a cooperativa, trouxeram muitos funcionários administrativos. O problema torna-se mais sério quando começam as dificuldades com a Justiça e faz-se necessário buscar ajuda de advogados, o que aumenta os gastos com honorários. Conforme o discurso de Jorge Ribeiro (entrevista em 21/05/2004),

tornou-se uma folha de pagamento muito alta, foi onde que eles terminaram a cooperativa. Porque a cooperativa tinha veículos novos, equipamentos na época não eram de primeira geração, que não se fala em computador hoje, mas naquela época era equipamento de primeira geração. Tudo que um escritório tinha que ter a cooperativa tinha, tinha uma sede própria. E acabou perdendo tudo em cima não de desvio de verbas, que eu acredito que não, porque eu já haveria de ter saído, eu saí um ano antes [...] ela já estava no buraco porque já havia sido desviado verba pelos outros diretores, então aí chegou mais aqueles interventores com aqueles salários altos e, junto com eles, vieram advogados e tal e tal, acabou de afundar. Ela foi remando, foi remando, foi remando e acabou não pagando INSS, não pagando não sei o quê mais e parece foi quem tomou conta, e eu já não estava mais lá, quem tomou conta da sede foi o INSS, foi um órgão público que tomou conta da sede por conta das dívidas, mas eu já não estava mais lá e eu já havia pedido a demissão.

Segundo Flávio Cavedini (entrevistado em 18/05/2004), a COOTRABALHO sofreu momentos de dificuldades administrativas, de divergência entre administradores, de decréscimo da produção e do trabalho, de crise, de descrédito pelos órgãos cooperativista, principalmente o INCRA, o que abalou a estrutura da cooperativa.

Antes que eu saísse, começou a escassear o trabalho, começou a haver uma certa disputa dentro da própria direção da cooperativa, direção, administradores. Não existia consenso. Começou a desestabilizar um pouco. Faltou melhor apoio dos

órgãos de fiscalização e de apoio. Se viu que, naquela oportunidade, o próprio INCRA, que seria o órgão fiscalizador das cooperativas, ... não acreditava muito nesse sistema de Cooperativa de Trabalho, [...] Eu soube que houve até desentendimento entre os próprios administradores e aí começou a haver o que nós chamamos de disputa de belezas, e aí começou a enfraquecer. Eu fiquei sabendo no final que até [...] funcionários graduados lá dentro entraram com reclamatória trabalhista, uns porque não estavam recebendo, ou porque gostavam mais do diretor. Aquela confusão toda e aí houve um desvirtuamento do cerne, do propósito da cooperativa e terminou abalando, infelizmente, a estrutura da cooperativa. Eu nem sei se ela existe ainda, ou se ela foi extinta, eu sei que muito depois eu era procurado e eu não queria tomar partido de ninguém, [...] e houve aquele racha na administração... E houve efetivamente uma crise na agricultura...

Esses problemas foram averiguados pelo INCRA, em 1985, em uma auditoria. Encontramos o relatório escrito em 03 de março de 1986 que dizia que a auditoria seria realizada devido a *denúncias informais de grave crise econômico-administrativa (...)*. O documento diz não ser um relatório definitivo, mas que tinha uma visão inicial e, nos três contatos, com a administração, com o contador e com a advogada, são citadas as irregularidades, que passamos a reproduzir:

não foram realizadas as AGOs referentes aos exercícios de 1984 e 1985, concluídos em 31 de outubro; Conseqüentemente, os livros legais não estão com seus registros em dia, sendo a última reunião do Conselho Fiscal em 08.07.75; a última ata de AGO foi em 15.12.83 e a última ata de reunião de Diretoria foi em 25.10.79; o balanço de encerramento do exercício de 1985 não ainda concluído, estando isto previsto para 15.03.86 segundo afirma o contador. Os débitos fiscais (IR e IAPAS) e bancários elevam-se a mais de Cz\$ 300.000. Os poucos bens da cooperativa estão penhorados pelo IAPAS para pagamento de dívida decorrente de lançamento (...) Outra irregularidade é a distribuição de sobras inexistentes nos finais de exercícios que os associados não admitem deixar de receber, os quais são obtidos por meio de empréstimos bancários, acarretando pesado ônus à cooperativa. (...) os recursos financeiros para pagamento dos associados (sexta-feira) são obtidos pelo prestígio pessoal do Sr. Barbachan juntos aos bancos, que transfere-os com todos os seus ônus para a Cooperativa. (Relatório de Fiscalização anexado ao ofício n° 67/86 encaminhado ao Presidente da Cooperativa de Prestação de Serviços dos Trabalhadores Autônomos de Porto Alegre)

Podemos fazer algumas observações em relação a este documento revelador. Em primeiro lugar, as Assembléias eram feitas para colocar em dia os livros Legais, não sendo de interesse da administração fazer Assembléias com o objetivo de promover a autogestão, a

participação e a educação cooperativista, o que já havíamos constatado anteriormente. Em segundo lugar, o Conselho Fiscal não se reunia há mais de dez anos, do que se entende que seus membros eram apenas figuras para o INCRA ou para a fiscalização pensar que existiam. Em terceiro lugar, as dívidas com relação aos órgãos fiscais e aos empréstimos bancários acarretavam uma “bola de neve”, um crescente endividamento, uma sangria que não era estancada, visualizando-se claramente os motivos pelos quais, por interesse ou por paternalismo, ficavam distribuindo sobras inexistentes aos associados ao final do exercício. Podemos perceber o caráter do trabalho subordinado, já que as sobras seriam os benefícios sociais que eram garantidos ao trabalhador. Porém, em uma cooperativa, subentende-se que os associados ganham conforme o trabalho. No entanto, se houver dívida, conforme o Estatuto Social, deve ser dividido na proporção do uso da cooperativa, isto é, do trabalho exercido. Nesse sentido, ocorre um aumento da dívida em relação aos empréstimos junto a bancos, para o pagamento de pessoal, não sendo estancada a sangria e chegando a um ponto em que não conseguiram pagar mais e a cooperativa acabou quebrando, sendo a sede entregue a um órgão público.

Como vimos no documento, as dificuldades vinham há algum tempo e tiveram como estopim a crise e a falta de trabalho, o que não possibilitou uma reparação dos erros e das dificuldades econômicas os quais se acumularam. Os administradores emprestavam dinheiro e faziam empréstimos em bancos com juros de mercado, o que podemos entender que, na época, em função da crise e da elevação inflacionária, eram bastante elevados.

Além disso, existia a crise de legitimidade do Regime Militar, o que fez uma série de posicionamentos contrários a essa cooperativa, que representava uma velha forma intervencionista da Ditadura, ao mesmo tempo em que se configurava em uma nova forma de

gerenciamento e de pensar o cooperativismo sem o atrelamento, sem a tutela do Estado. Vivia-se um momento histórico, quando os movimentos sociais se organizavam em uma grande mobilização pelas diretas para Presidente, e o sindicalismo se fortalecia e se organizava, lutando por interesses da classe trabalhadora. Com isso, temos um discurso crescente de participação e luta por melhores condições sociais nos movimentos sociais, em que se configuraram elementos autogestionários e, inclusive, a organização de uma cooperativa de trabalhadores de vila, a COOTRAVIPA.

Por outro lado, ao verificar a memória e as referências dos entrevistados em relação a essa cooperativa e ao momento vivido por elas relacionadas com hoje, a COOTRABALHO deixou várias lições, tanto positivas quanto negativas.

Entre as visões que ficaram, temos um posicionamento negativo sobre a COOTRABALHO, por parte de quem viveu aquela época, mas constituiu um outro tipo de cooperativismo, com um discurso popular e que surgiu da mobilização de uma comunidade em busca de melhores condições de vida através dos movimentos sociais. Observe o seguinte relato de Elisabete Freitas (entrevistada em 24/11/2003):

Ela faliu, [...] enquanto eles administraram a cooperativa, eles tinham a cooperativa. Ficou tão grande e o presidente era uma pessoa simples, enquanto ele coquiava saco no porto, [...] roubaram tudo deles. Acho que em um ano roubaram o que eles tinham feito em seis anos, e o presidente ainda foi parar na cadeia, e fecharam a cooperativa. Mas era uma cooperativa boa, por isso nós não colocamos administradores. Acho que tem uns dois ou três anos que tem administrador porque os contratos exigem, mas ficamos de olho neles, [...].

Vemos o que chamamos de memória relacional, isto é, uma dialética entre o passado e o presente, o que mostra que a COOTRABALHO está presente como referência, como o que Pierre Nora (1993) chamou de *memória-espelho*, isto é, aquela que reflete a própria

imagem e é a diferença que procuramos aí descobrir; e no espetáculo da diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais. No nosso caso, o que pode ser mobilizado para referendar uma prática discursiva tanto como exemplo a ser seguido quanto a um exemplo do que não deve ser feito.

Outra fala que podemos considerar uma memória referencial é a de Jorge Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004) que relata que as Assembléias eram pouco freqüentadas, em uma comparação com as Assembléias da COOPECARGA.

Hoje, nós alugamos o CTG, mas nós viemos alugando o mesmo CTG a seis anos,[...] Sempre num local só para ser melhor, nos dias das assembléias nós mandamos as kombe pegar as pessoas nas empresas, esperar no horário que eles soltam, se a assembléia é às 19 horas, a gente empurra ela lá para à 20 horas, 21 horas para aquelas pessoas que chegam, e lá está as kombe esperando elas. Porque, quanto mais número de pessoas participam da nossa assembléia, a gente gosta, pelo seguinte, a gente tem como decidir mais coisas e tomar mais decisões.

As pessoas com mais de 50 anos que trabalham hoje na COOPECARGA foram da COOTRABALHO. Como não foi recolhido o INSS desse pessoal, estão complementando tempo para a aposentadoria. Hoje, é recolhido o INSS pelas cooperativas, em função, talvez, dos problemas do passado, quando o associado devia pagar, mas não o fazia.

Ainda como memória referencial, Ribeiro (entrevistado em 21/05/2004), comparando o mercado das cooperativas, ressalta que, hoje, é muito concorrido, enquanto que, na época estudada, havia maior oferta de trabalho.

Na época era pouco disputado o campo de Cooperativa de Trabalho. Só existia essa, então, a gente era melhor remunerado. Hoje, não. Hoje é um mercado muito disputado e é um mercado que tem muitas leis. Antes a gente só tinha o INSS. Hoje tem PIS e COFINS, tem um e meio de imposto de renda, hoje tem ISSQN, e aí se vai, o tomador tem 15%. Naquela época, não existia nada disso. Naquela época, era tanto por cento para a cooperativa, 10% ou 20% para a cooperativa, e a cooperativa não tinha despesas. Hoje, não. A gente tem 20% de despesa, aí, que a gente vai tirar

do associado. A gente tem que sobreviver. Nós sobrevivemos aqui com 5% bruto e o resto damos ao associado. (Jorge Ribeiro em entrevista ao autor, 21/05/2004)

O que podemos identificar é que, se não houvesse essa cooperativa, dentro dos limites culturais e históricos da época, não haveria, por sua vez, reflexão sobre os erros e sobre os acertos e, nem mesmo, um contraponto a mesma. Pois, a experiência histórica é reflexão por si só, para possíveis erros e acertos no futuro, e isso aparece claramente nos discursos dos entrevistados.

Finalmente, ao analisarmos as relações da cooperativa com os sindicatos de trabalhadores na cidade de Porto Alegre, vimos que a decadência da cooperativa teve origem na própria intervenção através das dificuldades de relacionamento do distanciamento entre a direção e os sócios, aprofundado com a crise dos anos oitenta e conseqüente queda na oferta de trabalho. Logo, ela teria muitas dificuldades para se manter frente às contestações dos trabalhadores e aos mandos e aos desmandos da administração. Os trabalhadores teriam seus limites na própria cultura da época: intervencionista, paternalista e autoritária.

Podemos identificar mudanças dessa cultura nos anos oitenta com a luta pela democratização do país. Nesse momento, os próprios trabalhadores começaram a interpretar essas transformações sociais e questionaram, no coletivo, com ações ritualizadas e, em contrapartida, com repressão da administração. No período de crise, principalmente, os trabalhadores não assumiram as dificuldades da cooperativa e as dívidas como suas, e, inclusive, pretenderam continuar recebendo as sobras no final do ano, quando estas não existiam. Quando teve fim a cooperativa, foi confiscada a sede e, inclusive, o presidente acabou preso. Porém, ficou a lembrança, a memória de nossos entrevistados, e alguns são

sócios de outras cooperativas; portanto, lembram da COOTRABALHO, muitas vezes, como uma referência para as Cooperativas de Trabalho da atualidade.

A história da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda, em suas relações internas e externas, é caracterizada por dificuldades no campo de trabalho, de reconhecimento, por os problemas administrativos e de gestão. Dessa forma, ocorre a intervenção, porque os trabalhadores não se sentiam preparados para assumir sua cooperativa. Pretendiam pôr fim às desavenças e aceitaram, em um primeiro momento, que o INCRA nomeasse dois interventores, um coronel da reserva e um funcionário público aposentado. Com o tempo, a cooperativa mudou de nome e de abrangência, passando a ser conhecida como COOTRABALHO, na qual foi impressa pela administração /intervenção uma organização técnica e uma expansão dos contratos. Porém, os trabalhadores /associados não estavam contentes com a administração e passaram a desferir uma série de ações que iam desde processos na Justiça do Trabalho até questionamentos, tiros para alto, andar armado e questionar os administradores. Entretanto, a cooperativa passou a ter dificuldades e acabou sucumbindo a crise dos anos oitenta. Na fronteira entre o individual e o coletivo, a opção pelo individual nas relações da administração/ associados, à medida que não havia cooperação, fez com que a cooperativa não sobrevivesse.

## CONCLUSÃO

Ao concluirmos esta dissertação, podemos fazer como Guilherme de Baskerville, personagem de Umberto Eco (2004), que, ao unir pistas, indícios e signos, descreveu o cavalo Brunello do Abade do mosteiro de Melk e revelou onde estava sem o conhecê-lo e nem o ter visto, e, após, descreveu a Adso como chegou a tal conclusão. Desvendou, também, uma série de acontecimentos no mosteiro beneditino como se fosse um detetive.

Nesse sentido, voltamos aos objetivos e aos questionamentos que fizemos na introdução desta dissertação que se propunha a analisar as Cooperativas de Trabalho, a sua relação com o movimento cooperativista no Rio Grande do Sul e sua organização enquanto parte de uma nascente sociedade solidária. E, nesse sentido, repetimos os questionamentos iniciais para que possamos concluir.

Todos os sócios de cooperativas tornaram-se, efetivamente, cooperativistas? Qual relação dos sindicatos com as Cooperativas de Trabalho? Qual a ética e a filosofia das Cooperativas de Trabalho? Qual a verdadeira e real participação dos cooperados nas cooperativas? Há estudo do cooperativismo por parte dos cooperados? Como se vêm enquanto grupo? Que modificações ocorreram ao longo desses 16 anos? Como organizar uma cooperativa? Como manter um projeto de cooperativa sem corrupção e dentro dos ideais cooperativistas?

Percebemos que houve um crescimento das Cooperativas de Trabalho e uma busca por melhorias no atendimento tanto dos seus usuários/ donos, quanto dos receptores de serviço. Porém, esse avanço foi acompanhado por uma série de problemas enfrentados pela cooperativa estudada entre 1970 e 1986.

As dificuldades administrativas eram constantes. E em um momento em que havia um discurso da eficiência técnica, o questionamento aos problemas administrativos aparecia claramente, até porque os citados problemas afetavam diretamente os trabalhadores, que eram bastante críticos. Porém, ficou evidente que os trabalhadores em geral não se envolviam com as questões da administração e quando, eventualmente, o faziam, eram considerados intrusos, ficando a idéia de que estavam se intrometendo no espaço da administração. Certamente, isso ocorria porque havia pouco diálogo e, também, porque o significado da cooperação não era muito claro para os associados e para os administradores da cooperativa.

Vivia-se uma época em que o autoritarismo era um elemento forte na sociedade. Nos anos setenta, auge do Milagre Brasileiro, tinha-se a sensação de que o discurso da eficiência militar era o que contava e que havia de ser assim. Através da autoridade de quem era possuidor do poder de comando, tinha-se segurança para fazer o desenvolvimento no país, nas empresas, nas escolas e na vida familiar.

O Regime Militar inseriu todos os civis nas normas militares, hierarquizando, julgando e punindo assim como era feito nos quartéis. Era como se estivessem todos aquartelados. No entanto, havia questionamentos e ações discordantes do discurso da eficiência militar. Tais questionamentos e ações iam desde lutas locais até a luta armada. Sendo a última derrotada por mobilizar os mesmos elementos do Regime Militar: o militarismo e a guerra, e por não contar com uma forte organização. As lutas locais por terra,

por moradia, por saneamento, por educação, por trabalho, por água, por luz e por esgoto, enfim, por melhores condições de trabalho e salários, foram se configurando em uma luta maior, que acabou minando as estruturas do regime e ajudou a derrubá-lo.

Na Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda, podemos identificar uma resistência, não de forma consciente contra o Regime Militar, mas contra os problemas vividos pela cooperativa e oriundos desse discurso da eficiência técnica, aliado à pouca formação cooperativista de seus trabalhadores. Havia discussões e questionamentos às ações da direção da cooperativa, a qual se considerava e era considerada superior por estar na posição administrativa. Eram ações que tinham seus limites históricos/ culturais, mas que marcaram, desde o início, uma relação de mudança, de transformação. Porém, os trabalhadores associados não priorizaram uma educação cooperativista, não conheciam os princípios cooperativistas. Dessa forma, não buscavam a cooperação e sim a competição. Agiam da forma como conheciam a partir do trabalho assalariado, isto é, através de paralisações, ações de violência e de ameaças. Tais ações não solucionavam os problemas administrativos porque não tinham uma fiscalização efetiva da administração, ficando apenas nos protestos, nas contestações. Como associados de uma cooperativa, os trabalhadores poderiam melhorar a fiscalização sobre a direção e, até mesmo, substituir a diretoria. Isso não ocorreu por dois motivos fundamentais: falta de formação intelectual e despreparo para a fiscalização.

A formação intelectual de trabalhadores manuais era considerada educação não especializada e, portanto, um desperdício de tempo pelo discurso da administração taylorista, vigente na época. Essa visão, naturalmente, também era herança da velha colônia escravista,

em que o trabalhador não precisava pensar e sua formação tinha que priorizar um aperfeiçoamento do trabalho não intelectual.

O despreparo para fiscalizar vinha da própria formação do trabalho subordinado que impunha ao trabalhador apenas a execução de ordens e o seu cumprimento de forma eficiente a sua tarefa, sem questionamentos quanto ao trabalho do outro. Na formação sindical, o trabalhador deve pedir, solicitar, reivindicar melhorias no trabalho e no salário, não chegando a questionar a gestão da empresa para obter participação na gerência e na administração da mesma.

Esse conjunto de fatores fazia com que a função de diretor da cooperativa fosse considerada como um privilégio, porque deixava de haver dispêndio de energia física e os trabalhadores passavam a ser liberados do trabalho manual. Porém, esses não estavam preparados para o trabalho intelectual e o momento exigia esse preparo. Logo, os problemas administrativos apareceram e os questionamentos à direção foram ficando maiores, a ponto de haver a necessidade de ajuda externa.

Para pensar a organização da cooperativa, eram necessárias pessoas preparadas tecnicamente, se não, como iriam organizar uma empresa sem o conhecimento técnico? No entanto, segundo os parâmetros da época, o trabalhador manual não tinha condições de organizar e de gerenciar uma cooperativa, sendo a iniciativa daqueles estivadores, a fundação da cooperativa, uma ousadia para a época. Isso haveria de não ir muito longe. Já estava à espera desse desdobramento, todo um aparato paternalista organizado pelo Estado para socorrer os trabalhadores que não conseguissem levar adiante o seu empreendimento. Esse aparato, obviamente, não se preocuparia em preparar os trabalhadores que não tinham condições, mas assumir o gerenciamento daquela empresa para que os trabalhadores

continuassem a exercer a sua função manual, submissa e ordeira na engrenagem social, submetidos aos mandos de uma administração externa.

Lembramos que o Cooperativismo de Trabalho tem por objetivo o desenvolvimento de uma organização coletiva, administrada, gerenciada e fiscalizada por todos os sócios, que são considerados os donos e usuários da empresa. No entanto, vimos que os limites dessa empresa cooperativa de trabalhadores, carregadores e ensacadores no comércio de sacarias, foram determinados pelos signos culturais de uma época, quando os elementos socialistas e coletivistas estavam sendo desmontados por um discurso da eficiência técnica, aliado a um discurso da eficiência militar. Por essa razão, os problemas dessa Cooperativa geraram um processo de intervenção, já que a decisão dos trabalhadores associados foi de buscar ajuda junto ao órgão governamental, o INCRA. Essa decisão estava perfeitamente de acordo com as características do período, com fortes posições intervencionistas e com posturas de proteção aos trabalhadores. A idéia era de que a intervenção era necessária para colocar ordem na casa e possibilitar o desenvolvimento da cooperativa. Tal visão gerou uma forma de gerenciamento individual e voltado para a competição. Embora tenha havido uma organização do coletivo através da coordenação técnica da cooperativa, essa não passou de uma estrutura cujo fim era aumentar a produção, incentivando o trabalhador a trabalhar mais, já que isso resultaria em maior renda para ele. Em conseqüência, a intervenção não foi aceita pelos trabalhadores.

Conforme foi visto neste trabalho, foram colocados como interventores um Coronel da Reserva e um Funcionário Público aposentado, ambos apoiadores do Governo Militar e membros de uma organização que pretendia reverenciar os princípios do “trinta e um de março de 1964” e que, por isso e pela condição de representantes do INCRA, representavam o Regime Militar na cooperativa. Eram a essência do militarismo, baseados no discurso da

eficiência técnica e da eficiência militar dentro da cooperativa. Com a intervenção, a cooperativa obteve uma organização, adquiriu eficiência técnica e conseguiu ampliar o campo de trabalho oferecido aos sócios, aproveitando-se do momento auge da agricultura e do desenvolvimento de um cooperativismo empresarial rural, e da multicooperativa, para aos quais a COOTRABALHO prestava serviços.

Apesar disso, os trabalhadores passaram a questionar uma série de desmandos que começaram a acontecer na cooperativa. Já que eles não tinham espaço para colocar suas posições, nas instâncias que deveriam, buscaram a Justiça do Trabalho, em que acionaram individualmente a sua própria empresa; claramente, por não a consideravam sua, pois, caso contrário, jamais a colocariam na Justiça.

Dessa forma, os sindicatos dos estivadores e dos arrumadores de Porto Alegre, como tinham uma postura crítica em relação à cooperativa, auxiliaram os trabalhadores na busca pelos direitos trabalhistas. As diferenças vinham de dois elementos fundamentais, o econômico, porque sobreviviam de desconto dos vencimentos de seus associados, mas principalmente, o representativo, por defenderem os direitos trabalhistas e buscarem melhores condições de trabalho e salários. Por isso, o seu interesse em acionar a Delegacia Regional do Trabalho, denunciando a ação da cooperativa. Logo, a DRT passou a averiguar e multar a cooperativa e os tomadores de serviços.

Os administradores da cooperativa contrataram os serviços jurídicos de um advogado para defenderem-se das ações dos trabalhadores associados, como faria uma empresa capitalista acionada por seus empregados. A administração da cooperativa também buscou ajuda junto ao movimento cooperativista gaúcho e elaborou um Dossiê, contendo uma consistente argumentação, no sentido de provar que a cooperativa era legal e pedindo a

interferência do Governo. O reconhecimento da DRT veio, mas demorou tanto que a cooperativa acabou com dificuldades financeiras, por seus gastos administrativos e com encargos advocatícios. Assim, iniciou o processo de decadência da COOTRABALHO. Cumpre salientar que tais dificuldades agravaram-se com os problemas de relacionamento e distanciamento entre a direção e os sócios, aprofundados com a crise capitalista dos anos oitenta e conseqüente queda na oferta de trabalho.

Finalmente, as fronteiras entre o individual e o coletivo começavam a ser demarcadas nas relações internas e externas da COOTRABALHO. Internamente, a opção pelo coletivo se dá, muito tenuemente, na luta contra a administração/ intervenção, nos momentos rituais das Assembléias, porém, com o profundo limite de ser uma luta apenas reivindicativa e não com pretensões de assumir o controle e a autogestão da cooperativa. Dessa forma, a intervenção passa a ser aceita e referendada. Nas relações externas, são assumidas posições muito mais individualizadas, apesar de representarem uma organização coletiva e uma eficiência na produção. Na fase da intervenção, estavam representando, muito mais, a idoneidade dos administradores, em que pesava o nome da empresa estar ligada ao fator eficiência do trabalho. Entretanto, o interesse era muito mais no retorno financeiro dessa produção, do que de uma realização no trabalho. Assim, permaneceu o trabalho estranhado, apesar da liberdade em relação a quando e a onde trabalhar.

Os limites da COOTRABALHO, a partir da comparação com outras cooperativas que surgiram nos anos oitenta, dos movimentos sociais e do fim do Regime Militar, estavam nas questões administrativas, nos princípios do cooperativismo e, principalmente, na não participação dos cooperados. Verificava-se uma centralização na cooperativa em um

momento em que se falava em democratização, um autoritarismo em um contexto de abertura política.

Nesse momento, surgiram alternativas cooperativistas que deram um novo fôlego ao cooperativismo, um indício de seu caráter popular. Os movimentos sociais passaram a adotar um discurso de autonomia e o cooperativismo gaúcho visualizou essa autonomia e constituiu um discurso de união, buscando, em relação ao Governo e aos órgãos governamentais, iniciando pelo INCRA em 1979, à liberdade de organização e de autogestão. Em um ato simbólico, em 1982, a cooperativa rompeu com a OCB, com o BRASCOOP e com o CNC e passou a se identificar como oposição ao Regime Militar.

Enquanto isso, a COOTRABALHO ainda estava na fase de proximidade ao Governo Militar, inclusive a intervenção não havia cessado, o que é definido conforme caracteriza Vergílio Perius: *a COOTRABALHO também estava nesse modelo, nesse processo, e essa fase felizmente está encerrada. Nós vivemos um novo processo, um processo de autogestão cooperativista e não um processo interventório em cooperativas.* Enquanto esse processo emancipatório estava sendo construído pelo movimento cooperativista gaúcho, a COOTRABALHO ficava na contramão da história.

Vimos, nesse sentido, como o cooperativismo, na sociedade brasileira, foi adquirindo vários conceitos ao longo desses dezesseis anos, desde uma posição autogestinária, na qual os trabalhadores/ sócios são os donos e responsáveis pela sua empresa, até posturas paternalistas, nas quais o Estado deve intervir e ajudar os “coitados” dos trabalhadores/ sócios a administrar seu negócio. Passamos por visões que se completam e se complementam umas as outras. A visão autoritária, em que o Estado tem a obrigação de não deixar que os trabalhadores sejam explorados por pessoas dentro da própria classe, porque eles não sabem e

nunca saberão se defender. Outras posições consideram o cooperativismo como solução para problemas econômicos do país e, por isso, deve ter atenção especial do Governo para que este exerça suas funções econômicas. Uma postura em que o cooperativismo carrega os dois elementos: o social e o econômico, e que, por isso, deve haver uma educação efetiva nos princípios do cooperativismo. Com isso, os sócios teriam pleno conhecimento do que é esse empreendimento e poderiam, assim, gerenciar, conjuntamente, com a direção de sua empresa, fiscalizando e atuando diretamente na vida societária de sua cooperativa.

Somente dessa última forma é possível organizar uma cooperativa que tenha o princípio da autogestão garantido e que possa sobreviver como um empreendimento plenamente democrático e solidário. Os acontecimentos na COOTRABALHO foram uma forma de aprendizagem para quem viveu aquele momento e conseguiu refletir sobre ele. Tais acontecimentos estão hoje presentes na memória como um espelho daquilo que não quer ser. Logo, manter uma memória histórica dessa cooperativa é importante para pensar um elo de ligação com aquilo que vem sendo construído atualmente em termos de Cooperativismo de Trabalho e de Economia Solidária.

## OBRAS CONSULTADAS

- AINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate**: Transformação no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- ALBERTI, Verena. **História Oral. A experiência do CPDOC**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- ALBUQUERQUE, Paulo. Elementos para a Construção de um Conceito de Empresa Autogestionária. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo: UNISINOS, v.30, n.90, p.33-45, 1995.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 19
- ANTONI, Antoine. **Cooperativismo y Sindicalismo**. Bogota: Ediciones Colatina, 1979.
- ATONI, Antoni e outros. **Cooérativas de trabajo**. Buenos Aires, Intercoop Editora Limitada, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Trabalho**. São Paulo. Cortez, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo. Boitempo, 2000.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e Sociedade Civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: BOFF, Leonardo e ARRUDA, Marcos. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

- BAIERLE, Sérgio Gregório. **Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em porto alegre nos anos 80**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Professora Orientadora Dra. Evelina Dagnino. CAMPINAS: Dezembro de 1992.
- BENETTI, Maria Domingues. Endividamento e Crise no Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul: análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL – 1975-83. In: BENETTI, Maria Domingues e FRANZ, Telmo Rudi (coordenadores). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do rs 1957 – 84**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1985.
- BIERSACK, Aletta. Saber local, história local: Geertz e além. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOOF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo**. P: vozes, 1986.
- BOSI, Ecléia. **Lembranças de Velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.
- BOSI, Ecléia. Cultura e Enraizamento. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira. Temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.
- BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- CAMARGO, Aspásia; NUNES, Márcia. **Como fazer uma entrevista?** Rio de Janeiro: Finep/CPDOC, 1977.
- CAMPOLINA, Clélio; DALPASQUALE, Dejandir et al. Ciclo de debates: **Autogestão: associativismo e cooperativismo**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1995.
- CAMPOLINA, Clélio. Perspectiva para o desenvolvimento brasileiro. In: CAMPOLINA, Clélio; DALPASQUALE, Dejandir et al. Ciclo de debates: **Autogestão: associativismo e cooperativismo**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1995.
- CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Cooperativismo Agrário e Integração Econômica**. A agricultura familiar no Mercosul. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- CAROTTO, Ampélio. **O cooperativismo riograndense: a história da cooperativa Santa Clara**. São Leopoldo: n/c, 2000.

- CASTANHO, Sérgio. Globalização, Redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação.** História, filosofia e temas transversais. Caçador: Editora Autores Associados, 2001.
- CERUTTI, Leonel Pedro. **História do cooperativismo de crédito.** Estudo comparado entre Rio Grande do Sul e República Argentina. Porto Alegre: PUCRS, 2000. Dissertação de Mestrado apresentado ao curso de Pós-Graduação em História Íbero-Americana, PUCRS.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade.** Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: companhia das Letras, 1990.
- COMISSÃO DE ESTUDO PARA A AMÉRICA LATINA. **Transformacion Productiva com Equidad.** Santiago de Chile: CEPAL, 1990.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo – Pertinências e possibilidades. **Revista Estudos Ibero-Americanos** – PUCRS, V. XXVIII, n. 1, p. 183-194, junho 2002.
- CORADINI, Odacir Luiz. Produtores, Cooperativismo Empresarial e Multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, Odacir Luiz e FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais.** Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- COSTA, Sérgio Amad. **A Prática das Novas Relações Trabalhistas.** Por uma Empresa Moderna. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1997.
- COUTO, Ronaldo da Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura : Brasil : 1964 a 1985.** Rio de Janeiro : Record, 1998.
- CULTI, Maria Nezilda. **“O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade”.** Junho 2002, <<http://www.redesolidaria.com.br>> (05/06/2003).
- DELGADO, Nelson Giordano. A agricultura nos planos de desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, Maria Domingues e FRANZ, Telmo Rudi (coordenadores). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do rs 1957 – 84.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1985.
- DOCKHORN, Gilvan Odival Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento : 1964-1974.** Porto Alegre : EDIPUCRS, 2002.
- DUARTE, Laura Maria Goulart. **Capitalismo & cooperativismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: L&PM, 1985.
- ECO, Humberto. **O Nome da Rosa.** Traduzido por Fornoni Bernardi de Andrade. Porto Alegre, RS: RBS, 2004.

“Empoderamento e Participação Comunitária”. <<http://www.eicos.psycho.ufrj.br/portugues/empoderamento/empoderamento.htm>> (29/06/2004)

“Solidariedade e desenvolvimentos envolvimento” <<http://www.engenhodesonhos.org.br/hipertexto/empoderamento.htm>> (29/06/2004)

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 9 ed., 2001.

FEDOZZI, Luciano. **O Poder da Aldeia**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

FERNANDES, Rubens. Elos de uma cidadania planetária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Rubens. **Privado, porém Público**. Rio de Janeiro: Relume-DUMARÁ, 1994.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam. Subterrâneo da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRANTZ, Walter. Integração e organização da sociedade. In: CAMPOLINA, Clélio; DALPASQUALE, Dejandir et al. Ciclo de debates: **Autogestão: associativismo e cooperativismo**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1995.

FREITAS, Elisabete e Associados. **COOTRAVIPA – A união que deu certo**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate**: Transformação no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

GAIGER, L **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GAIGER, L. **A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista**. São Leopoldo, 2002.

GAYOTTO, Maria Leonor Cunha (org.). **Trabalho em grupo**. Ferramentas para mudança. Petrópolis: Vozes, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Interpretações da cultura**. Rio de Janeiro: Zaar, 1978.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes. O Cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios.** Memória e sociedade. Traduzido por António Narino. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais.** Morfologia e história. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas.** São Paulo: Ática, 6 ed., 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais.** 2ª edição. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- GUIMARÃES, Gonçalo. Subvertendo e construindo o imprevisível. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.). **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho.** São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- GUIMARÃES, Gonçalo. Por uma tecnologia do trabalho. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho.** São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- HALBWACHS, M. **A memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.
- IANNI, Otávio. Cidade e Modernidade. In: IANNI, Otávio. **Enigmas da Modernidade-Mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 123 – 137.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil.** UNICAMP, São Paulo, 20 março 2002.
- LIANZA, Sidney. Um projeto de Combate à exclusão. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.). **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho.** São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- LINS, Juan J. e STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: Experiência do Sul da Europa e da América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação.** História, filosofia e temas transversais. Caçador: Editora Autores Associado, 2001.
- MAIA, Isa. **Cooperativa e Prática Democrática.** São Paulo: Cortez, 1985.
- MANCE, Euclides. **A Revolução das Redes.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- MANCE, Euclides. **Redes de Colaboração Solidária.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAUAD, Marcelo. **Cooperativas de Trabalho.** Sua relação com o Direito do Trabalho. São Paulo: LTR, 1999.

- MENDES, P. S. P. “**Uma Discussão Sobre a Narrativa Histórica**”. Rio de Janeiro <[http://www.cfch.ufrj.br/jor\\_pesq/Epistem/mendes.html](http://www.cfch.ufrj.br/jor_pesq/Epistem/mendes.html)> (10/07/2003).
- MICHELON, Francisca. Fotografia e Documento: duplicidade inalienável. **História em Revista**. Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. Pelotas: nº 2, p.137-148, 1996.
- MONTEIRO, C. . “História, Literatura e Memória. Do espaço urbano na ficção de Moacyr Scliar”. In: **Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 1, jun. 1998, pp. 181-199.
- MÜLLER, Egon. **O caso Aurora**. Ascensão e quebra de uma cooperativa. Porto Alegre: Pollotti, nc.
- NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- NORA, P. “Entre Memória e História. A problemática dos lugares”. Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 10, dez. 1993, pp. 7 – 28.
- NORONHA, A. Vasconcelos e outros. **Cooperativismo**. Curso ministrado nas Faculdades Integradas de Guarulhos. Guarulhos: Editora Cupolo Ltda, 1976.
- ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras (OCB). **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília: n/c, 2001.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor**. Forças Armadas Transição e Democracia. Campinas: Papyrus, 1994.
- OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **Nossos Comerciais Por Favor – A Televisão Brasileira e a Escola Superior de Guerra: O Caso Flávio Cavalcanti**. São Paulo: Beca, 2001.
- OLIVEIRA, Terezinha Cleide. **O Desenvolvimento das Cooperativas de Trabalho no Brasil**. São Paulo: OCB. Série Difusão Cooperativista nº 2, 1984.
- PAYER, M. Onice. **A PRODUÇÃO HISTÓRICA DA ORALIDADE**. Rio de Janeiro <[http://www.cfch.ufrj.br/jor\\_pesq/Epistem/mendes.html](http://www.cfch.ufrj.br/jor_pesq/Epistem/mendes.html)> (10/07/2003).

- PENNA, Rejane Silva. **Fontes Orais e Historiografia do Rio Grande do Sul - Novas Perspectiva ou Falsos Avanços?** (Tese de Doutorado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2002. Orientação Núncia Santoro de Constantino.
- PEREIRA, Maria Isabel. **Cooperativas de Trabalho**. O impacto no setor de serviços. São Paulo: Pioneira Guazzelli Ltda, 1999.
- PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.
- PERIUS, Vergílio Frederico. **Problemas Estruturais do Cooperativismo**. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes Gráfica, 1983.
- PERROT, Michelle. **OS Excluídos: Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PETERSEN, Aurea Tomatis. A questão da representação no Brasil. In BIZ, Osvaldo (org.). **Mude o País, Discuta Política**. Porto Alegre: FETEE-SUL, 1998, p. 25-36.
- PETERSEN, Aurea Tomatis. **Movimentação Grevista no Rio Grande do Sul 1980-1983**. Porto Alegre: PUCRS, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1982.
- PETERSEN, Aurea Tomatis. **Trabalando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920**. Porto Alegre: PUCRS, Tese de doutoramento em História do Brasil, Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **O processo grupal**. 4ª ed. Brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PICHLER, Walter Arno; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de; et al. **Impactos Sociais e Territoriais da Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul**. Desemprego, flexibilização e resposta sindical na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Documentos FEE, 1999.
- POCHMANN, Márcio (org.) **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.
- POLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Vol. 2 (3). Rio de Janeiro: n/c, 1989.

- PUPE, Mauro G. Wabner. **Trabalho Solidário**. O Bem sucedido caso COOMEC. Porto Alegre: Palomas, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: E. UNESP, 1993.
- RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 1980). 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Teotônio dos. **Evolução Histórica do Brasil**. Da colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1967.
- SILVA, Luís Antônio Souza e. O risco de falarmos para uma minoria. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo, Atlas, 2002.
- SIMÕES, Carlos. **A lei do Arrocho**. Trabalho, Previdência e Sindicatos no Regime Militar 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SINGER, Paul.e SOUZA, André Ricardo (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil - A autogestão como resposta ao desemprego no Brasil**. São Paulo : Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002
- SINGER, Paul. Desafio à solidariedade. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- SINGER, Paul. A Cooperativa é uma empresa socialista. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura (org.). **Produzir para Viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp 81-129.

STEPHANOU, Alexandre A. **Censura no Regime Militar e Militarização das Artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

STONE, L. O Ressurgimento da Narrativa, Reflexões sobre uma Nova Velha História. In: **Revista Histórica**. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 2/3, 1991, p.13-45.

THOMPSON, Eduard P.. **Tradicion, revuelta y conciencia de clase**. Estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 2ª ed. Barcelona: Crítica, 1984.

THOMPSON, Eduard P.. **Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v..

THOMPSON, Paul. **La voz Del pasado**. La historia oral. Valência: Alfons el Magnànim, 1988.

TODESCHINI, Remigio. Empreendimentos solidários em expansão. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & Cooperativismo: A economia solidária em debate: Transformação no mundo do trabalho**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

WHITE, H., **Meta-História - A imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 1992.

#### FONTES:

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1966 – 1975.

ANAIS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO. Florianópolis: OCB, 1973.

ANAIS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO. Brasília: OCB, 1975.

ANAIS DO VI SEMINÁRIO GAÚCHO DE COOPERATIVISMO. Santa Maria: OCERGS, 1982.

ANAIS DO VII SEMINÁRIO GAÚCHO DE COOPERATIVISMO. OCERGS, 1984.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. ASPECTOS GEOPOLITICOS ADMINISTRATIVOS E DEMOGRÁFICOS. Porto Alegre: FEE, Tomo 2/vol 5-8, 1976.

ATA DA ASSEMBLÉIA DE CONSTITUIÇÃO da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda.. Porto Alegre: Junta Comercial, 1972.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Referente a Reforma do Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda. . Porto Alegre: Junta Comercial, 1977.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Referente a Reforma do Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Ensacadores no Comércio de Sacarias em Geral e Similares de Porto Alegre Ltda. . Porto Alegre: Junta Comercial, 1978.

BRASIL. Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. In: PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e Lei**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

CAVEDINI, Flávio Luis. **Entrevista Oral sobre a COOTRABALHO**. Novo Hamburgo, 18/05/2004.

DECLARAÇÕES ao INCRA de Condições de Ilegibilidade, exercícios de 1982 e 1983 Conselho Fiscal, anexo Curriculum Vitae, Declaração de Bens. São Leopoldo: Arquivo da UNISINOS.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE EXPEDIDA PELO INCRA em 1982. São Leopoldo: Arquivo da UNISINOS.

DEVES, Leopoldo. **Entrevista Oral sobre a COOTRABALHO e o INCRA**. Porto Alegre, 03/05/2004/2004.

ESTATUTO SOCIAL DA COOTRABALHO. Porto Alegre: Junta Comercial, 1977.

ESTATUTO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CARREGADORES E ENSACADORES NO COMÉRCIO DE SACARIAS EM GERAL E SIMILARES DE PORTO ALEGRE LTDA. . Porto Alegre: Junta Comercial, 1972.

FREITAS, Elisabete. **Entrevista Oral sobre os Movimentos Sociais e a Organização da Cooperativa dos Trabalhadores das Vilas de Porto Alegre – COOTRAVIPA.** Porto Alegre, 24/11/2003.

PAULA, Ataíde Paulo de. **Entrevista Oral sobre a Organização e História da COOTRABALHO.** Novo Hamburgo, 11/02/2004.

PERIUS, Vergílio. **Entrevista Oral sobre a História da COOTRABALHO e a Autonomia do Cooperativismo.** São Leopoldo, 02/06/2004.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO EXPEDIDO PELO INCRA em 1986. São Leopoldo: Arquivo da UNISINOS.

REVISTA DIREÇÃO. Porto Alegre: OCERGS, 1978-1984.

RIBEIRO, Jorge. **Entrevista Oral sobre a Organização e História da COOTRABALHO.** Canoas, 21/05/2004.

SEMINÁRIO DE ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO COOPERATIVA. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 18 a 20 de agosto de 1980.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)